

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

SECÇÃO DE ENSINO DE ESTRATÉGIA

Trabalho Individual de Longa Duração

(TILD)

CEM 98|2000

A Questão do Conflito do Golfo Pérsico (90/91)

Consequências Políticas, Estratégicas, Operacionais, Logísticas e Táticas

Prospectivas

Trabalho realizado por:

Maj Tm (Engº) Carlos Ribeiro



Índice

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – A CRISE DO GOLFO PÉRSICO	4
1. Enquadramento Político - Estratégico	4
2. Antecedentes da Crise	4
3. A Reacção da Comunidade Internacional	6
4. Os Esforços Diplomáticos durante a Crise	8
5. A Estratégia dos Países Beligerantes.....	9
a. Iraque	9
b. Coligação Multinacional	10
6. Síntese Conclusiva	11
Capítulo II - A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO	13
1. Antecedentes	13
2. A Estratégia Militar da Coligação	14
a. Conceito de Acção.....	14
b. O Plano Geral da Campanha	15
3. Campanha Aérea	15
4. Campanha Marítima	17
5. Forças em Presença no Teatro de Operações.	18
6. Manobra Operacional das Forças da Coligação	19
7. A Ofensiva Terrestre	20
8. Outros Aspectos da Guerra do Golfo	22
9. Síntese Conclusiva	23
Capítulo III – A LOGÍSTICA NA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO	24
1. Introdução.....	24
2. A Estrutura Logística no Teatro	24
3. Plano de Apoio Logístico	25



4. Problemas Logísticos das Forças Multinacionais.....	26
5. Síntese Conclusiva	26
Capítulo IV – CONSEQUENCIAS POLITICAS, ESTRATEGICAS, OPERACIONAIS, LOGIS- TICAS, TÁCTICAS E PRINCIPAIS LIÇÕES	28
1. Consequências Políticas	28
2. Consequências Estratégicas.....	39
3. Consequências Operacionais	30
4. Consequências Logísticas.....	31
5. Consequências Táticas.....	31
6. Síntese Conclusiva	32
Capítulo V – PROSPECTIVAS	33
1. A Nível Internacional	33
2. A Nível Nacional.....	34
PROPOSTAS	39
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS:	
A – Figuras	
B – Síntese Histórica Do Iraque	
C – Diário da Crise Do Golfo	
D – Resoluções da ONU	
E – A Última Proposta de Paz da URSS Antes da Ofensiva Terrestre	
F – Ultimato da Coligação Multinacional / Declaração da NATO	
G – A Campanha Aérea na Guerra Do Golfo	
H – Forças em Presença na Guerra do Golfo Pérsico	
I – Doutrina, Organização e Meios de Combate Iraquianos	
J – Ofensiva Terrestre	
K - Perdas na Guerra do Golfo	



L – Principais Problemas Logísticos das Forças Multinacionais

M – A Tecnologia Utilizada na Guerra do Golfo

N – A Guerra Psicológica na Guerra do Golfo

O – A Acção dos “Mass Media” na Guerra do Golfo

P – Dimensão Económica da Guerra do Golfo

Q – Pós Conflito do Golfo Pérsico

R – Ensinamentos da Guerra do Golfo Pérsico

AGRADECIMENTOS



INTRODUÇÃO

Em 1990 a cena internacional foi dominada por três acontecimentos que viriam a influenciar o futuro político, estratégico e económico do Mundo. O primeiro destes acontecimentos, foi o Acordo de Redução de Armas Nucleares Convencionais na Europa (Tratado CFE); o segundo, foi a grave crise que se vivia na URSS e que ameaçava a fragmentação interna do Estado; e, finalmente, o terceiro, deriva da crise do Golfo Pérsico e contribuiu para a definição da “*Nova Ordem Mundial*”. Estes aspectos serão desenvolvidos no corpo do trabalho.

*“A característica dominante da região do Médio Oriente tem sido a instabilidade crónica. O que tem origem, não apenas em heterogeneidade étnica, social e religiosa, mas também, na grande importância que a sua posição estratégica tem para as grandes potências e grandes interesses exteriores à região”*¹. Como se sabe, esta região foi no passado palco de inúmeros conflitos, dos quais destacamos: as diversas Guerras Israelo-Árabes; a Guerra Irão-Iraque; desordens internas em vários países desta região; intervenções externas do Líbano²; a revolta dos Palestínianos residentes em territórios sob controlo de Israel; entre outros.

A importância do Médio Oriente é devida, por um lado, às suas reservas em petróleo³, por outro, devido à sua localização que suscita a cobiça mundial. *“Quanto ao Petróleo, é no Médio Oriente que estão as duas maiores reservas conhecidas, cuja fácil extracção o torna mais barato que doutras regiões. A crescer a isso, a localização geográfica do Médio Oriente (entre o Mediterrâneo e o Índico, entre a URSS e este mesmo importante oceano - para o qual ela não tem acesso directo – em cruzamento da Europa, África, URSS e Ásia), parece convidar interesses externos a competir, quer pelo controlo da região, quer para evitar a instalação de um poder hegemónico nela”*⁴.

A Crise do Golfo surgiu num momento delicado das relações internacionais, caracterizado por profundas transformações políticas e económicas. A sua particularidade reside no facto de, na sua origem, ser um problema regional que, ao incidir directamente no sistema económico mundial⁵, imediatamente adquiriu uma dimensão planetária. *“A invasão do Kuwait pelo Iraque serviu para nos recordar que a arquitectura de segurança e defesa não deve edificar-se apenas à volta da Europa, mas sim, em todo o Planeta; e em especial no Médio Oriente porque a estabilidade desta região envolve interesses vitais devido à enorme dependência do petróleo”*⁶.

Neste período de transição, os actores principais da cena internacional, procuravam definir a “*Nova Ordem Internacional*”, que se caracteriza por ser um sistema unipolar, por implusão de uma “*superpotência*”⁷ – a



URSS. Mas, apesar da “*superpotência vencedora*” da “*Guerra Fria*” (EUA) ter assumido o estatuto de liderança nos assuntos internacionais, a estratégia de desgaste utilizada durante aquele período obrigou os EUA a fazer uma retracção dos seus gastos, motivada pelos problemas económicos e sociais que enfrentou após o fim da “*Guerra Fria*”.

Os EUA não se assumiram como “*polícia do mundo*”, devido aos elevados custos que isso acarreta, por isso, sempre que os seus interesses em qualquer parte do mundo estão ameaçados, procuram, sempre que possível, obter a legitimação das Nações Unidas para justificarem as acções realizadas e estimular a contribuição dos aliados para partilharem os custos. Concluindo, o sistema internacional é “*unipolítico: unipolar do ponto de vista militar mas, multipolar nos domínios político, cultural e económico*”⁸.

Com este trabalho pretendemos provar que a Guerra do Golfo influenciou os seguintes aspectos:

1. Definição da “Nova Ordem Internacional”.

2. Futuro das Organizações Internacionais: ONU, NATO, UEO e UE (ex-CE).

Assim, pretendemos justificar o primeiro item através dos seguintes aspectos:

- a. Emergência dos EUA com única “superpotência”;
- b. Importância do Médio Oriente para a estabilidade mundial;
- c. Razões da intervenção dos EUA no Golfo Pérsico;
- d. Razões para a necessidade de uma Coligação Multinacional para libertar o Kuwait;
- e. Importância da diplomacia para a resolução do conflito (papel dos EUA, Rússia, Europa e Estados Árabes);
- f. A importância da Operação “*Tempestade no Deserto*”, destacando-se: a Campanha Aérea; a Ofensiva Terrestre; a tecnologia utilizada; e o Comando e Controlo.
- g. A utilização do factor psicológico;
- h. O papel dos meios de comunicação.

Para justificar o segundo aspecto vamos utilizar os seguintes itens:

- a. Papel das Organizações Internacionais (ONU, NATO, UEO e CE) durante o conflito;
- b. Alteração do conceito estratégico da NATO de 1991, salientando: as novas ameaças e as alterações ocorridas no Sistema Internacional.
- c. Evolução da ONU, UE e da UEO;
- d. Conceito CJTF.



Face a estes objectivos decidimos estruturar o trabalho da seguinte forma:

- Introdução: onde situamos o tema proposto, descrevemos os objectivos e a estrutura do trabalho.
- Capítulo I – A Crise do Golfo Pérsico: onde fazemos uma análise da crise iniciada com a invasão do Kuwait, a 2 de Agosto de 1990, e a respectiva reacção da comunidade internacional, analisando também os esforços diplomáticos no sentido de solucionar a crise latente e, finalmente, sintetizamos a estratégia dos países beligerantes.
- Capítulo II – A Guerra do Golfo Pérsico: Onde analisamos os aspectos mais prementes do conflito; tais como, a Campanha Aérea, Marítima e a Ofensiva Terrestre. Abordando ainda outros aspectos, tais como, a influência da tecnologia, o papel dos Média e a componente psicológica.
- Capítulo III – A Logística na Guerra do Golfo Pérsico: aqui analisamos a estrutura logística montada no TO para apoio às operações e os principais problemas surgidos durante a operação.
- Capítulo V – Consequências Políticas, Estratégicas, Operacionais, Logísticas e Táticas do conflito e Principais Lições: Neste capítulo são sintetizadas as principais consequências do conflito e as “Learned Lessons”.
- Capítulo VI – Prospectivas: Neste capítulo deveríamos levantar todos os cenários possíveis para a solução do problema iraquiano e para a pacificação do Médio Oriente. Embora se tenham algumas considerações neste âmbito, decidimos, com base nos ensinamentos do Golfo, analisar o grau de modernização do Exército, fruto da reestruturação iniciada em 1993, destacando as suas limitações e propondo soluções. Julgamos que esta abordagem trará mais vantagens para o Exército do que o puro trabalho académico de levantamento de cenários.
- Propostas: Tendo em consideração os aspectos referidos no capítulo anterior, nomeadamente as limitações em algumas áreas específicas, propomos algumas medidas para colmatar as deficiências verificadas.



“Pela 1ª vez desde a 2ª Guerra Mundial, todas as Nações que formam o Conselho de Segurança, no momento da crise alcançaram um acordo e adoptaram rapidamente resoluções condenatórias”.

Cor Inf DEM Felipe Quero Rodiles, Ejército, Fev91

Capítulo I – A CRISE DO GOLFO PÉRSICO

1. Enquadramento Político - Estratégico

O ano de 1989 constituiu um marco importante para o sistema político internacional. Na Europa de Leste surgiram revoltas populares⁹; a crise política e económica que a URSS atravessava agravou-se¹⁰; e, finalmente, a queda do Muro de Berlim¹¹, a 9 de Novembro, marcou o fim da “*Guerra Fria*” entre os dois grandes blocos - EUA e URSS.

Com o fim da “*Guerra fria*”, acabou o sistema bipolar que vigorou durante cerca de 40 anos e, apesar de debilitados economicamente, os EUA¹² surgem-nos como a potência vencedora. Neste período, intensificam-se as negociações no âmbito do controlo dos armamentos, reflectindo um desanuviamiento nas relações Leste – Oeste.

No início do ano de 1990 perspectivava-se a emergência de uma nova ordem político-estratégica mundial, capaz de garantir a segurança colectiva dos povos, assegurar a paz e afastar o espectro da guerra.

2. Antecedentes da Crise

Com a chegada de Saddam Hussein ao poder¹³ no Iraque, em 1979 (Anexo B), e devido à Revolução Fundamentalista que ocorreu no Irão, nesse mesmo ano, os EUA decidiram estabelecer relações diplomáticas com o Iraque, no âmbito da sua política para o Médio Oriente.

Durante a guerra Irão – Iraque (1980-88)¹⁴, o Iraque foi apoiado económica e militarmente pelos EUA, URSS, alguns Estados Europeus (Reino Unido e França, principalmente) e pela maioria dos Estados Árabes. Assim, no fim deste conflito, o Iraque possuía o maior potencial de armas convencionais da região e tinha o quarto maior Exército do mundo. Os pontos fortes das Forças Armadas Iraquianas (FAI) eram o seu potencial em CC e a sua Força Aérea, no entanto, “*uma análise puramente quantitativa, não reflecte claramente a realidade das forças em oposição*”¹⁵. O crescimento desmesurado das FAI, em virtude do apoio recebido, contribuiu para a adopção de uma política expansionista que Saddam visualizou com o final da “*Guerra Fria*”.

A partir de 1989, o líder iraquiano apercebeu-se da perda de influência da URSS na cena internacional e teme que os EUA venham a assumir maior protagonismo na região, e alterou radicalmente a sua política externa. “*Apesar do estado catastrófico da sua economia, Saddam Hussein considerou-se à altura de desempenhar o “papel” de potência regional dominante e liderar o mundo árabe, transformando-o num*



novo pólo de poder mundial e, assim, desafiar a hegemonia dos EUA^{16,17}. Assim, inicia a aquisição ilegal de materiais para a produção de armas nucleares e outras armas de destruição maciça.

Saddam Hussein questiona a presença dos EUA nas águas do Golfo Pérsico, tenta obter o apoio da Jordânia, Egito e Yémen do Norte, e procura colocar-se no centro das relações inter-árabes, preconizando um sistema de segurança árabe independente.

Mas, face às suas aspirações regionais, o Iraque possuía um acesso limitado¹⁸ ao Golfo Pérsico. Por isso, pretendia que o Irão reconhecesse a sua soberania sobre o Chatt Al-Arab e que o Kuwait lhe cedesse ou alugasse as Ilhas Warba e Bourbyane para potenciar o seu acesso às águas do Golfo Pérsico (Fig. 1).

Por outro lado, devido à sua dívida externa¹⁹ e ao agravamento da situação interna, Saddam Hussein acusa os países produtores de petróleo de excederem as cotas de produção autorizadas pela OPEP, prejudicando a economia iraquiana e ameaçando a sua liderança regional.

A partir de 1990, Saddam torna-se mais crítico: assume posições anti-americanas; exige à Arábia Saudita e ao Kuwait a anulação da sua dívida, superior a 30 biliões de dólares; face à descida contínua do preço do barril do petróleo, devido à superprodução, pressiona os países produtores de petróleo para cumprirem as cotas definidas pela OPEP; ameaça destruir Israel se ele atacar as suas instalações fabris de armamento; acusa o Kuwait de extrair petróleo do Campo de Rumáila (na região fronteiriça) e exige-lhe uma indemnização de 2,4 biliões de dólares.

Para materializar a sua estratégia, no seu discurso de abertura da Cimeira de Bagdad, realizada em Maio, Saddam expressa a necessidade de união dos membros da “*Nação Árabe*” contra o que designou por “*imperialismo americano sionista*”.

A 17 de Julho, ameaça recorrer à força, caso o Kuwait e os Emiratos Árabes Unidos não reduzam a sua produção de petróleo²⁰. O clima no Golfo Pérsico torna-se cada vez mais tenso e, a partir de 21 de Julho de 1990, Saddam inicia a concentração de forças junto à sua fronteira com o Kuwait. Os EUA enviam seis navios de guerra para o Golfo Pérsico e, logo após a sua chegada, iniciam exercícios militares conjuntos com os Emiratos Árabes Unidos.

No dia 25 de Julho, Saddam Hussein encontra-se com a Embaixadora dos EUA no Iraque, que o informou que os EUA não tinham opinião quanto à disputa fronteiriça entre o Iraque e o Kuwait, mas, advertiu-o para não usar a força. Em face disto, o Iraque e o Kuwait iniciam negociações, em Jeddah; no entanto, apesar do representante do Kuwait ceder na questão do petróleo, mostrou-se intransigente relativamente



te às outras exigências e fez depender o empréstimo de um acordo de demarcação da fronteira comum. O Iraque considerou esta situação intolerável e abandonou as negociações a 1 de Agosto de 1990. Entretanto, cerca de 100.000 militares iraquianos estavam concentrados junto à fronteira com o Kuwait e, a 2 de Agosto, invadem o país (Anexo C).

3. A Reacção da Comunidade Internacional

A invasão do Kuwait foi condenada por vários Estados Ocidentais e pela ONU (Fig. 2), que decretou o embargo comercial (Anexo D), como forma de punir o Iraque. Para cumprir este embargo, deslocaram-se para o Golfo Pérsico vários vasos de guerra ocidentais.

A 15 de Agosto de 1990, o Iraque estabelece relações diplomáticas com o seu ex-inimigo; o Irão. Mas, este último, mantém-se neutro na questão do bloqueio marítimo.

Como a invasão do Kuwait impedia o livre acesso ao petróleo, os EUA decidem expulsar o invasor e restabelecer o “*status quo*”²¹ regional. Assim, decidem formar e liderar uma Coligação à qual aderem alguns Estados Ocidentais (Reino Unido, França) e países árabes ameaçados após a invasão do Iraque²². Mas, havia necessidade de legitimar a operação para se evitar que o conflito degenerasse numa guerra mundial. A legitimação foi concedida pelo Conselho de Segurança da ONU que autorizou o uso da força para libertar o Kuwait (Resolução 678 de 25Nov90).

Surge-nos logo aqui uma divisão entre países árabes (Fig. 3), mostrando que a “Nação Árabe” proclamada por Saddam Hussein era utópica. A Organização de Libertação da Palestina (OLP) decidiu apoiar Bagdad e a Jordânia, queria manter-se neutral, mas acabou por apoiar o ditador.

Durante esta crise a actividade diplomática desenvolvida foi muito intensa, sendo de destacar o papel dos EUA e da ONU. O Presidente dos EUA, George Bush, autorizou o envio de tropas para a Arábia Saudita, a pedido desta, a 6 de Agosto e voltou a exigir a retirada incondicional das forças iraquianas do Kuwait. Por seu lado, a ONU, através do seu Conselho de Segurança, realizou várias reuniões de emergência: começou por condenar a invasão do Kuwait; aprovou um embargo comercial, financeiro e militar ao Iraque; considerou nula a declaração de Saddam Hussein de anexação do Kuwait; e, a 25 de Agosto autorizou o uso da força para impor o bloqueio naval. O Iraque sempre se mostrou inflexível nesta crise, não abrindo mão dos seus objectivos, daí que a única solução que se vislumbrava para a resolução do conflito era a utilização de uma estratégia directa²³.



A concentração de forças na Arábia Saudita iniciou-se a 8 de Agosto, com a chegada das primeiras unidades do Exército americano e, dois dias depois, a Cimeira da Liga Árabe²⁴, reunida no Cairo, condenou a agressão do Iraque, aprovou o envio de forças árabes para a Arábia Saudita e autorizou a participação dos EUA. A partir desta altura, na região do Golfo Pérsico, viveu-se um clima de grande incerteza e tensão, com o aumento dos contingentes militares dos beligerantes.

Este período de crise teve vários picos de tensão, de intensidade variável e foi marcado por um clima de incerteza onde destacamos os seguintes factos:

- A importância da comunicação social, especialmente a televisão utilizada pelos contendedores para manifestarem as suas posições e como objecto de manipulação das opiniões públicas;
- O protagonismo da estratégia diplomática dos EUA, tentando envolver a comunidade internacional, através do reforço da importância da ONU, obtendo a condenação do Iraque e a autorização para usar a força, para obrigar o Iraque a retirar do Kuwait²⁵;
- A aplicação de sanções económicas ao Iraque, pela ONU, através de um bloqueio naval e aéreo²⁶;
- A constituição de uma força multinacional para libertar o Kuwait, à qual aderiram 29 países²⁷;
- A Europa mostrou-se dividida; enquanto o Reino Unido apoiou as posições americanas, a França pretendia a resolução do conflito pela via diplomática²⁸;
- A URSS tentou a resolução diplomática do conflito, tirando partido do seu prestígio regional, para evitar a vitória política e militar total dos EUA;
- O Iraque tentou alterar o conflito com a introdução da questão palestiniana e unir o “*Mundo Árabe*”²⁹;
- A estratégia diplomática dos EUA para manter Israel afastado do conflito³⁰;
- O estabelecimento da paz com o Irão, permitiu a utilização pelo Iraque, de 300.000 homens que mantinha junto à fronteira com o Irão e concentrou-se apenas numa frente;
- O Iraque utilizou reféns ocidentais com manobra psicológica para impressionar as opiniões públicas ocidentais e assim ganhar tempo;

4. Os Esforços Diplomáticos Durante a Crise

A liderança dos EUA durante esta crise foi inquestionável (Fig. 4), salientando-se o papel do seu presidente na condução, ao nível interno e internacional, da reacção à invasão do Kuwait. Os aspectos mais importantes da política americana foram os seguintes:



- Construção de uma Coligação Multinacional, baseada numa intensa acção diplomática, autorizada pela ONU para usar a força e libertar o Kuwait;
- “*Convencer*” a opinião pública americana e o Congresso para a necessidade de usar a força;
- Influência exercida sobre a ONU relativamente à natureza e amplitude dos bloqueios a impor ao Iraque; aos termos do “*ultimato*” e à sensibilização de outras nações para colaborarem no esforço de guerra;
- Liderança mantida em todas as negociações diplomáticas e a coesão da coligação.

Convém, também, salientar o papel da URSS nesta crise. No Conselho de Segurança votou favoravelmente todas as resoluções, desde a condenação do Iraque pela invasão do Kuwait até à utilização da força para libertar o Kuwait; propôs uma Conferência Internacional de Paz para o Médio Oriente e realizou todos os esforços diplomáticos para obter uma resolução pacífica para o conflito. Contudo, os resultados foram infrutíferos e toda a acção diplomática da URSS foi considerada, internacionalmente, como um fracasso total.

Países como a Jordânia, o Egipto, Reino Unido, entre outros, tiveram também um papel activo nesta crise e até “*o Coronel Kadhafi, embora sem condenar a invasão do Kuwait, advertiu Saddam dizendo que a solução da crise estava nas suas mãos e que lhe competia retirar-se*”³¹, porque receavam que, a provável derrota do Iraque, lhes trouxesse perdas irreparáveis³².

Na Europa, as opiniões divergiam; enquanto o Reino Unido alinhou ao lado dos americanos, a França pretendia uma solução pacífica para o conflito. Face a esta divergência europeia “*o único organismo com capacidade efectiva para obter essa unidade de comando é a OTAN, que não pode intervir directamente na crise devido ao muro intransponível em que está encerrada que é “a sua zona de intervenção*”³³. Por seu lado, a actuação da UEO foi também limitada; quer por falta de meios orgânicos próprios, dependia da NATO neste aspecto, quer por falta de consenso dos seus membros. A CE não pôde actuar por não possuir atribuições de segurança e defesa.

No dia 14 de Setembro, as tropas iraquianas no Kuwait, começam a invadir as embaixadas ocidentais fazendo reféns todos quantos aí trabalhavam. Estes reféns foram enviados para Bagdad para serem utilizados como escudos humanos em instalações iraquianas importantes. Por Bagdad passam, então, inúmeros políticos ocidentais importantes, dos quais salientamos Willy Brandt, Edward Heath, Kurt Waldheim, entre outros, com o objectivo de libertarem os reféns, materializando uma manobra diplomática sem precedentes. “*Mas Saddam Hussein respondeu que só os deixaria sair pouco a pouco, mantendo assim o*



cortejo de ilustres pedintes ocidentais”³⁴. A partir de 7 de Dezembro começam a ser libertados todos os reféns ocidentais.

No dia 12 de Janeiro, o Secretário Geral da ONU reuniu-se com Saddam Hussein, em Bagdad, naquela que seria a última tentativa diplomática para resolver o conflito, mas nada conseguiu. Assim, no dia 17 de Janeiro, iniciou-se a Campanha Aérea das Forças Aliadas. No entanto, os esforços diplomáticos intensificaram-se e vários países ofereceram, sem êxito, propostas de paz ³⁵ ao Iraque. O último plano de retirada foi apresentado pela URSS a 22 de Fevereiro, (Anexo E), mas o Presidente Bush acabou por recusá-lo.

Apesar do intenso trabalho diplomático (Fig. 5), Saddam Hussein manteve-se inflexível não aceitando as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Como não se vislumbrava uma solução negociada para a crise, a Coligação Multinacional liderada pelos EUA, partiu para a guerra.

5. A Estratégia dos Países Beligerantes

Vamos agora fazer uma breve abordagem aos objectivos políticos dos contendores, para melhor compreendermos o que estava em jogo de ambos os lados.

a. Iraque

Podemos considerar que Saddam Hussein tinha os seguintes objectivos políticos longínquos:

- Unir e liderar o Mundo Árabe;
- Constituir-se como potência regional dominante.

Para atingir os seus fins, Saddam Hussein tinha que assumir o controlo mundial do petróleo e conseguir a adesão dos países árabes aos seus objectivos. Por isso, decidiu invadir o Kuwait (objectivo imediato) para ficar com as suas cotas de petróleo, permitindo-lhe exercer pressão sobre os países ocidentais, dependentes desta fonte energética, e estabelecer o preço à sua vontade. Pretendia também, aumentar o seu reduzido acesso às águas do Golfo Pérsico.

Para reforçar a união árabe e, simultaneamente, dividir as Forças da Coligação que se lhe opunham, Saddam Hussein definiu, durante a crise, um novo objectivo: a resolução do problema palestino. Os móveis políticos materializavam-se na ascensão do islamismo e na transformação do “*mundo árabe*” num novo pólo de poder. Assim, como justificação para a invasão do Kuwait, Saddam alegou que:

- O Iraque tinha o direito histórico sobre o Kuwait que sido um antigo protectorado de Bassorá;
- O Kuwait recusava-se a concluir um acordo territorial, a ceder as Ilhas de Warba e Boubyone e



anular a dívida ao Iraque;

- “A política petrolífera do Kuwait que visava baixar deliberadamente o preço do barril de petróleo e o desrespeito pela sua cota de produção”³⁶.

Para a consecução dos seus objectivos políticos, o Iraque delineou uma acção estratégica que se baseava em dois pontos fundamentais:

- Uma Operação Militar de Defesa, para garantir a posse do Kuwait e preservar o seu potencial das possíveis acções ofensivas das forças da Coligação Multinacional;
- Uma estratégia psicológica que visava: agitar as opiniões públicas ocidentais evitando a adesão dos seus países à Coligação ou o seu afastamento; agregar os países árabes, polarizados no ódio contra Israel, para uma “*Guerra Santa*”; aumentar o medo do terrorismo internacional e ameaçar utilizar armas nucleares biológicas e químicas.

Assim, Saddam Hussein pretendia ganhar tempo, apostava em desgastar as forças da Coligação e as opiniões públicas dos respectivos países.

b. Coligação Multinacional

Os EUA assumiram-se como a nação liderante desta Coligação, no entanto, imediatamente após a invasão do Kuwait e antes da formação da Coligação, definiram os seguintes objectivos políticos:

- Salvar o respeito pelo Direito Internacional, violado pelo Iraque;
- Repor o equilíbrio regional, alterado pela invasão do Kuwait.

Os móbiles políticos dos Estados Unidos eram a manutenção do “*status quo*” no Médio Oriente e como móbil secundário, a tentativa de estabelecer uma “*Nova Ordem Mundial*”. Assim, justificavam a sua intervenção no conflito do Golfo com base nas seguintes razões:

- Necessidade de garantir o acesso às fontes de matérias-primas;
- Clarificar as relações de poder mundiais em face das alterações ocorridas em 1989, no Sistema Internacional.

Os EUA pretendiam obrigar o Iraque a retirar do Kuwait e a restabelecer o equilíbrio regional. Assim, a acção estratégica definida visava:

- Inicialmente, garantir a defesa da Arábia Saudita e obrigar o Iraque a retirar do Kuwait, através do seu isolamento diplomático, bloqueio económico e pressão psicológica³⁷;



- Posteriormente, utilizando a estratégia de acção directa, lançar uma ofensiva, obrigar as tropas iraquianas a retirar do Kuwait e neutralizar a sua capacidade militar;
- Adopção de uma estratégia de acção defensiva, com o objectivo de evitar a entrada de Israel na guerra e evitar, ao máximo, o número de baixas, militares e civis.

6. Síntese conclusiva

Devido à impulsão da URSS, a única superpotência sobrevivente da “*Guerra Fria*” foi os EUA, assim, a “*Nova Ordem Mundial*”, que se começava a esboçar, era unipolar do ponto de vista militar e multipolar nos domínios político, cultural e económico. Devido aos seus problemas económicos, os EUA não se assumiram como “*polícia mundial*” ao serviço da ONU, mas, pretendiam manter a sua influência mundial.

Ora sendo o Médio Oriente uma região importante, não só pelas suas reservas de petróleo, pela sua posição geográfica - uma área “*cobiçada*”, especialmente pela URSS, para atingir os mares quentes do Sul – mas também por ser uma região muito conflituosa, era essencial a intervenção dos EUA para se repor o “*status quo*” anterior a 2 de Agosto. Contudo, as razões que os levaram a intervir na região, por um lado, foi para garantirem ao acesso às matérias-primas (petróleo) e, por outro lado, definir as relações de poder mundiais (capacidade de influenciar). Assim, para intervirem no Golfo Pérsico, os EUA formaram uma Coligação com países europeus e árabes, evitando a união dos árabes em torno da causa iraquiana e para isolarem Saddam Hussein. A liderança dos EUA na Coligação foi incontestada e os países árabes ameaçados pelo Iraque, apenas impuseram como condição que Israel não entrasse na guerra. Além destas razões a existência do Coligação justificava-se pela necessidade de distribuir os custos da operação por outros países. Os EUA não tinham capacidade de custear toda a operação e a sua opinião pública também iria opor-se a esta situação.

A diplomacia foi crucial nesta crise e também aqui os EUA mostraram as suas competências. A formação da Coligação, a obtenção de garantias de Gorbatchov que a URSS não interviria militarmente no Golfo e a influência exercida sobre a ONU, mostraram-nos a sua capacidade diplomática. Realçamos que os EUA conseguiram que a ONU agisse de acordo com a sua vontade; pela aprovação do bloqueio comercial ao Iraque e autorização do uso da força para libertar o Kuwait.

A URSS, apesar da sua grave situação interna, esteve também diplomaticamente muito activa, mas como não conseguiu resolver o conflito pacificamente, acabou por perder prestígio na região.



A Europa estava dividida, enquanto os ingleses apoiaram, desde logo, os americanos, os franceses pretendiam a resolução do conflito pela via diplomática. Alguns estados árabes estiveram também muito activos e apresentaram-se como mediadores do conflito; é o caso do Egipto (Mubarak) e da Jordânia (Hussein II), porque ambos ansiavam a uma posição regional de destaque.

Durante o conflito, a ONU, passou a desempenhar um papel activo, aprovando resoluções condenatórias ao Iraque e legitimando o uso da força para libertar o Kuwait. Pela primeira vez, após a Guerra Fria não foi utilizado o direito de veto por nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança que decidiram condenar, por consenso, a invasão do Kuwait e a violação do Direito Internacional.

Embora os EUA tenham envidado todos os esforços no sentido da NATO ter uma participação activa no conflito, devido ao seu conceito estratégico³⁸, puramente defensivo, não pôde intervir dado que não houve uma agressão a um país membro. A UEO teve um papel secundário, por falta de meios, de consenso dos seus membros e de uma política comum bem como de mecanismos de decisão. Por seu lado, a participação da CE (actualmente UE), foi nula porque não tinha atribuições no âmbito da segurança e defesa embora se começasse a equacionar estes aspectos.

As limitações das organizações internacionais e regionais que sobressaíram neste conflito irão, como iremos verificar, influenciar o seu “modus operandi” futuro.

Após a chegada dos primeiros contingentes à região do Golfo, adoptaram uma postura defensiva, enquanto esperavam o seu reforço. Por seu lado, ao nível político a Coligação Multinacional adoptou uma acção estratégica indirecta³⁹ privilegiando todos os tipos de coacção excepto a militar (apenas defensiva) até concentrarem na região um efectivo suficiente que lhes permitisse lançarem a operação terrestre para libertar o Kuwait. Ora analisando a definição de estratégia do General Kaulza de Arriaga, verificamos que no conflito do Golfo Pérsico foi adoptado um conceito semelhante. Inicialmente, a Coligação Multinacional concentrou os contingentes desejados para lançar o ataque, mas rejeitou-o, remetendo-se a uma postura defensiva e efectuando treinos conjuntos. Depois, como as forças iraquianas estavam em superioridade, pelo menos numérica, lançou uma grande campanha aérea para diminuir o seu potencial e, mesmo quando teve que lançar o ataque terrestre, optou por uma manobra envolvente para atacar o fraco do inimigo.

Com esta crise verificou-se a emergência dos EUA como única potência com capacidade para influenciar a cena internacional legitimada pela ONU.



INTRODUÇÃO

- ¹ CARVALHO, Virgílio de, O Golfo e o Futuro—Consequências da Crise do Golfo para a Nova Ordem Internacional, Difel, Difusão Editorial, Lda, Lisboa pág. 21.
- ² Durante os anos 60, o Líbano passou por uma crise da agricultura o que aliado à prosperidade financeira de Beirute (a capital), originou o êxodo de milhares de pessoas para a capital. Na década de 70, milhares de Palestinos da Organização de Libertação da Palestina (OLP), expulsos da Jordânia procuram refúgio no Líbano e, a partir daí lançam ataques contra Israel. Israel começa então a atacar as posições palestinas no Líbano. Em 1975, o país mergulha numa guerra civil e no ano seguinte, sírios e israelitas unem-se para atacar a expansão dos muçulmanos libaneses. Em 1978, a Síria apoiou os grupos muçulmanos – palestinos e os ataques a Israel aumentam. Israel responde ocupando toda a zona sul do Líbano, tendo retirado após a chegada de uma força das Nações Unidas. Em 1982, os israelitas atacam, de novo, posições palestinas no Líbano.
- ³ No Médio Oriente existem cerca de 2/3 das reservas mundiais de petróleo.
- ⁴ CARVALHO, Virgílio, op. cit., pág. 21.
- ⁵ “O Iraque passou de 7,4% da produção mundial de Crude para 19,7% das reservas mundiais”, Anexo P.
- ⁶ PILA, Cmdt de Ingenieros DEM Jesus Argumosa, La Crisis del Golfo - La Busca del Equilíbrio, Revista Ejército, nº 612, Janeiro de 1991, pág. 6.
- ⁷ De acordo com o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia, pág. 44, vol. I) o conceito de “*superpotência*” está associado aos EUA e à URSS (até 1989) e significa que estes estados podem influenciar os acontecimentos em qualquer parte do mundo, detém o poder em todas as vertentes e possuem uma estratégia global, no entanto, devido à implusão da URSS em 1991, surgem-nos os EUA como a única superpotência.
- ⁸ VIANA, Maj. Art Vítor Daniel Rodrigues, O Novo Ambiente Estratégico, Boletim do IAEM, NC 70-10-15, Dec.94, pág. 2-3.

Capítulo I – A CRISE DO GOLFO PÉRSICO

- ⁹ Fruto da reestruturação introduzida por Mikhail Gorbachov na URSS e da sua dessiminação aos seus aliados (países Pacto de Varsóvia), a contestação popular aumentou devido às precárias condições económicas e sociais em que todos os países se encontravam. Assim, os líderes comunistas dos países satélites da URSS vão sendo depostos ou até eliminados, como aconteceu com o ditador romeno Ceaucescu e sua esposa, executado a 25 de Dezembro de 1989. Noutros países as transições de regime foram menos violentas; assim, na Hungria realizaram-se eleições livres, em Março de 1990, seguindo-se a Bulgária, em Julho do mesmo ano.
- ¹⁰ Na década de 80, a economia e as instituições sociais soviéticas estavam completamente degradadas e imperava a corrupção generalizada. Após a morte de Leonid Brejnev, em 1982, foi nomeado para o substituir Yuri Andropov que implementou uma série de reformas para travar a corrupção. No entanto, o projecto foi abandonado após a sua morte, em 1984. O seu sucessor, Konstantin Chernenko, nada fez para resolver os problemas existentes na URSS. Em 1985 o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), elege Mikhail Gorbachov para presidente da URSS. A sua primeira medida foi rejuvenescer a direcção do partido e anunciou a intenção de realizar profundas transformações no aparelho de estado para pôr cobro à estagnação económica, degradação social e paralisia política. Estas medidas ficaram conhecidas por “*Perestroika*” (reestruturação) e tinham duas vertentes principais: a económica e a social. No entanto, a população estava farta de fazer sacrifícios e, quando Moscovo anunciou que a partir de Janeiro de 1989 as repúblicas se autofinanciavam, provocou a contestação das regiões mais pobres. Após a declaração de soberania de algumas repúblicas, Gorbachov admoestou as Repúblicas Bálticas de recorrer à força para manter a integridade do Estado. No entanto, a “*Perestroika*” tinha conduzido o país a um ponto irreversível que culminou com a independência de várias repúblicas, a dissolução do Pacto de Varsóvia (1 de Julho de 1991), a criação da Federação Russa, a 2 de Setembro de 1991 (sucessora da URSS, mas amputada das Repúblicas Independentes) e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), a 2 de Dezembro de 1991.
- ¹¹ Em 1988, o presidente de República Democrática Alemã (RDA), Eric Honecker, adoptou medidas para travar a onda reformista da União Soviética e que se alargava aos países aliados do Pacto de Varsóvia. Estas medidas que travavam as reformas internas, levaram a que milhares de cidadãos da RDA aproveitassem o período de férias na Checoslováquia, Polónia e Hungria para pedir asilo político às embaixadas da RFA nos referidos países. A abertura das fronteiras húngaras, em 1989, permitiu a passagem de muitos alemães orientais para a Áustria. Em Outubro de 1989, Gorbachov visitou Berlim e recomendou ao dirigente da RDA para efectuar algumas mudanças políticas e económicas; mas, Honecker acabou por se afastar logo de seguida. O seu sucessor tentou travar o êxodo de refugiados, no entanto, por todo o país, aumentavam as manifestações de contestação ao regime e, na noite de 9 de Novembro abriram-se brechas no Muro de Berlim, iniciando-se o êxodo para a RFA, sob o olhar impassível



da polícia da RDA. Estava assim consumada a queda do Muro de Berlim. Os desenvolvimentos futuros vão levar à unificação das Alemanhas (RFA e RDA), a 3 de Outubro de 1990.

¹² A estratégia de desgaste da Guerra Fria obrigou os EUA a fazerem uma retracção nos custos de segurança mundial devido essencialmente a problemas económicos e sociais, motivados, essencialmente, por:

- Prioridade nos assuntos internos;
- Redução na retracção do dispositivo das suas forças no estrangeiro;
- Selecção e redução do seu envolvimento militar externo;
- Na redução do orçamento de defesa, transferindo o seu esforço para o desenvolvimento económico de modo a conter o avanço económico Japonês.

¹³ Em 1959, um grupo falha a tentativa de assassinar Quasim (Primeiro Ministro e Comandante-Chefe das Forças Armadas Iraquianas). Saddam Hussein, membro do referido grupo, teve que fugir para a Síria e, posteriormente, para o Egipto. Após violentos confrontos entre as alas moderada e radical do Partido Baath, no poder, Abdal – Salam Arif derruba o regime baath e nomeia Ahmad Hasan al-Bakr vice-presidente. Saddam Hussein é proposto para o Comando Regional do Partido Socialista Baath Iraquiano.

Após a guerra dos seis dias, todos os regimes dirigidos por militares são desacreditados e, em 1968, Saddam Hussein, que desempenhava o cargo de vice-Secretário Geral do partido, é nomeado vice-Presidente do Conselho de Comando Revolucionário responsável pela segurança interna. A partir de 1969 intensifica-se a guerra contra os Curdos e aumentam também o número de atentados a membros do Partido Baath no poder.

Em 1975, o Iraque cede às exigências territoriais do Irão, em troca de apoio contra os Curdos. Face à crescente onda de contestação que surge por todo o território. A partir de 1977, iniciam-se deportações em massa de xiitas iraquianos para o Irão. Em face disto, por todo o território iraquiano, surge uma onda de contestação crescente que vai permitir a Saddam Hussein a subida ao poder em 1979.

¹⁴ Os objectivos do regime iraquiano neste conflito eram a conquista da província de Khuzestão, rica em petróleo, e cujo controlo era disputado por ambos os contendores desde 1975. Saddam Hussein pretendia recuperar a soberania da região petrolífera de Chatt al-Arab, na foz dos rios Tigre e Eufrates. Estava, também, preocupado com o triunfo da revolução islâmica, no Irão (1978) que ameaçava incitar à rebelião dos Xiitas iraquianos.

Estes factores levaram o presidente iraquiano a lançar uma ofensiva contra o Irão aproveitando a instabilidade do novo regime e o desgaste das tropas iranianas.

Inicialmente, o Iraque conseguiu alguma vantagem mas, entre 1983 e 86, o rumo da guerra mudou e a vantagem pertenceu ao Irão. Nesta altura, o Iraque começou a receber apoio de diversos países ocidentais para travar a expansão fundamentalista iraquiana.

¹⁵ DUARTE, Dr. António Paulo David Silva, A Guerra do Golfo: Um Estudo Técnico-Militar, do Material à Doutrina, Revista Militar, nº 4, Abril de 1997, pág. 306.

¹⁶ Os EUA pretendem garantir o acesso às fontes de matérias primas na região, nomeadamente o petróleo.

¹⁷ VIANA, Major Rodrigues, O Conflito do Golfo Pérsico, Boletim do IAEM, nº 30 de 21 de Nov. de 1993, pág. 28.

¹⁸ O Iraque possui características de um Estado semi-encravado (possui uma saída para o mar muito reduzida face à sua dimensão territorial).

¹⁹ O Iraque tinha uma dívida externa de cerca de 85 biliões de dólares, dos quais 25% eram a governos ocidentais.

²⁰ Saddam Hussein esperava que os países do Golfo Pérsico que o tinham apoiado do financeiramente durante o guerra com o Irão, também o apoiassem na reconstrução do país, porque achava que aquela guerra tinha contribuído para travar a revolução islâmica iraniana. No entanto, os Estados do Golfo, além de não lhe concederem ajuda financeira ainda reclamaram as dívidas contraídas durante a guerra. Por outro lado, os países da OPEP decidiram aumentar a produção de petróleo, o que provocou a queda do seu preço, a que Saddam imputou a pressões ocidentais. Esta situação comprometia os objectivos do Iraque, por isso, Saddam decide utilizar a “*arma – petróleo*” para atingir os seus objectivos expansionistas, controlando as reservas petrolíferas do Kuwait e estabelecendo o preço à sua vontade.

²¹ Segundo o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia – IAEM), a **política de “status quo”** é uma política de natureza conservadora e visa a manutenção da relação de forças e de áreas de influência que traduzem o equilíbrio gerado num determinado momento histórico. No entanto, uma política de “*status quo*” não significa imobilismo e uma oposição a toda e qualquer modificação, sendo compatível com flutuações ou ajustamentos que não alterem a relação de forças entre os principais Estados interessados.

²² O país que se sentia mais ameaçado era a Arábia Saudita, no entanto, juntaram-se outros países tais como: Egipto, Marrocos, a Síria, entre outros.

²³ Segundo o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia – IAEM), a **Estratégia Directa** assenta na procura da decisão (ou da dissuasão) através do emprego (ou ameaça de emprego) de forças militares, consideradas como o meio de coacção principal.

²⁴ A Liga Árabe é uma organização de Estados independentes destinada a promover a sua cooperação. Foi constituída, em 1945, pelo Egipto, Iraque, Transjordania, Síria, Líbano, Arábia Saudita e Yémen. Outros Estados e a Organiza-



ção para a Libertação da Palestina (OLP) aderiram a ela posteriormente. O Egipto foi excluído da liga entre 1979 e 1989.

²⁵ Na realidade a ONU acabou por ir a reboque da estratégia americana; foi a diplomacia americana que “convenceu” o Conselho de Segurança da ONU a tomar acções condenatórias contra o Iraque, nas quais se incluem o bloqueio comercial.

²⁶ A ONU pretendia, influenciada pelo EUA, isolar economicamente o Iraque e obrigá-lo assim a retirar do Kuwait, porque a sua economia, baseada essencialmente no petróleo, estava muito dependente das importações, nomeadamente, de produtos alimentares e medicamentos, entre outros.

²⁷ Os EUA, na sua política para resolução do conflito, optaram por formar uma Coligação Multinacional, por um lado, para partilharem com os países aliados e outros os custos do conflito, por outro lado, para unirem à sua volta o maior número de países árabes e isolar o Iraque sendo por isso mais fácil combatê-lo.

²⁸ O único mecanismo de Gestão de Crises, exclusivamente europeu, é a UEO, no entanto, durante o período da Guerra Fria esteve praticamente inoperacional. No seio da UEO, por um lado, não houve consenso dos países membros quanto a uma política concertada para a resolução do conflito, por outro lado, esta organização não tinha atribuídas forças permanentes e dependia das forças da NATO.

²⁹ Saddam Hussein pretendia unir os países árabes em torno da sua causa – *nação árabe* – e atacar Israel, porque sabia que este país jamais deixaria de responder a um ataque árabe. Por outro lado, se Israel ripostasse, alguns dos países árabes que integravam a Coligação Multinacional iriam abandoná-la passando a apoiá-lo, provocando assim a desintegração da Coligação sendo mais fácil vencer o que restasse desta Coligação.

³⁰ Para o efeito, os EUA prometeram a Israel ajuda financeira e apoio militar (colocação de baterias de mísseis Patriot em solo israelita para defesa do território contra os mísseis iraquianos Scud), porque a entrada de Israel na guerra provocaria a desagregação da Coligação Multinacional. ver Anexo P.

³¹ FELGAS, Brig Hélio, Da Crise à Guerra do Golfo Pérsico, Revista Militar, nº 7-8, Julho-Agosto de 1991, pág. 447.

³² Destituição de Saddam Hussein do poder no Iraque e receio de que os xiitas iraquianos assumissem o poder e criassem condições para a expansão do fundamentalismo islâmico do Irão na região do Médio Oriente.

³³ ALBA, Contramirante Jesus Salgado, La Crisis del Golfo – Consecuencias y Enseñanzas, Revista Ejército, Nº 611, DEZEMBRO DE 1990, pág. 10.

³⁴ FELGAS, Brig Hélio, op. cit. (31), pág. 449.

³⁵ EUA, URSS, Índia e Argélia.

³⁶ KODMANI-DARWISH, Bassma, Que Faire de l’Irak, Politique Étrangère, Institut des Relations Internationales, nº 4/90, pág. 775.

³⁷ Estes foram os objectivos difundidos, no entanto, sabemos que os reais objectivos dos EUA eram garantir o livre acesso aos recursos petrolíferos do Médio Oriente, reduzir a capacidade militar iraquiana para evitar as suas tendências expansionistas na região, evitar a união da “*nação árabe*” e assumir o seu papel de polícia mundial ao serviço das Nações Unidas.

³⁸ De acordo com o Conceito Estratégico que vigorou até à Cimeira de Roma, em Novembro de 1991, a NATO era uma organização baseada no direito de auto defesa, individual e colectiva, contra qualquer agressão externa.

³⁹ Para o General Kaulza de Arriaga (Estratégia – Sumários, IAEM, 1966, pág. 30) a **Estratégia Indirecta** é caracterizada pela fuga ao encontro militar enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem encontro militar. (...) Quando a acção militar se torna inevitável, fuga ao encontro terrestre decisivo enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem encontro terrestre. Para tanto recorre-se à dificuldade de comunicações marítimas ou, se possível, bloqueio marítimo e à dificuldade das comunicações aéreas e deterioração ou, se possível, destruição dos complexos psicológico, económico e militar.

Quando a acção terrestre se torna inevitável, fuga ao encontro decisivo enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem tal encontro. Para tanto recorre-se à aproximação indirecta, à retirada, à acção sobre as retaguardas, à acção retardadora e à flagelação.



“Vi nos vossos olhos o fogo da determinação para fazer esta guerra rapidamente. A minha confiança em vós é total, a vossa causa é justa. Agora deveis ser o trovar e o clarão da tempestade do Deserto”.

General Norman Schwarzkoph

Capítulo II - A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

1. Antecedentes

No dia 5 de Agosto de 1990, três dias após a invasão do Kuwait pelas forças iraquianas, o Presidente dos EUA, George Bush, definiu os seguintes objectivos político-estratégicos⁴⁰.

- *“Retirada imediata, completa e incondicional de todas as forças iraquianas do Kuwait;*
- *Restauração do governo legítimo do Kuwait;*
- *Garantir a segurança e estabilidade da Arábia Saudita e na região do Golfo Pérsico;*
- *Garantir a segurança e protecção das vidas dos cidadãos americanos”*⁴¹.

Posteriormente foi definido um novo objectivo estratégico: manutenção da Coligação Multinacional e evitar a entrada de Israel na guerra.

A acção estratégica dos EUA visava garantir a defesa da Arábia Saudita e obrigar o Iraque a retirar do Kuwait. Para atingir este objectivo, a Coligação deveria concentrar um volume de forças suficiente para dissuadir o Iraque de prosseguir a sua agressão, com a ameaça de lhe provocar danos inaceitáveis, contudo, prosseguia a actividade diplomática para se evitar o conflito armado.

O início da concentração de forças teve lugar a partir de 8 de Agosto 1990 e constituiu um grande esforço logístico. A partir do dia 8 Novembro, o efectivo americano estacionado na região do Golfo foi reforçado com mais 200.000 homens.

Com a chegada dos primeiros militares americanos ao TO, iniciou-se a Operação *“Escudo do Deserto”* que visava, essencialmente, proteger a Arábia Saudita de qualquer agressão militar do Iraque e garantir as condições para a chegada ao TO, dum efectivo suficiente para lançar uma ofensiva e conquistar o Kuwait; esta operação terminou a 17 de Janeiro de 1991.

No dia 17 de Janeiro de 1991, vinte e quatro horas após ter expirado o prazo dado pela ONU a Saddam Hussein para retirar do Kuwait (Anexo F), começou a Guerra do Golfo - Operação *“Tempestade no Deserto”* - com a realização dos primeiros ataques aéreos sobre o Iraque e Kuwait. Para esta operação foram definidos os seguintes objectivos estratégico-militares⁴² (Objectivos da Campanha):

- *“Neutralizar a capacidade de comando nacional do Iraque para dirigir operações militares;*
- *Expulsar as forças iraquianas do Kuwait e destruir da sua capacidade ofensiva, incluindo as forças*



da Guarda Republicana no TO do Kuwait;

- *Destruir a capacidade de produção e meios de lançamento de armas NBQ, incluindo o programa de mísseis balísticos;*
- *Apoiar à restauração do governo legítimo do Kuwait*⁴³.

Foram também definidos os seguintes objectivos operacionais⁴⁴ (Plano da Campanha):

- *“Atacar a liderança político - militar do Iraque e o seu sistema de comando e controlo;*
- *Obter e manter a superioridade aérea;*
- *Neutralizar as linhas de comunicação iraquianas;*
- *Destruir as infra-estruturas de produção, armazenamento e lançamento de armas NBQ;*
- *Destruir as forças da Guarda Republicana no TO do Kuwait e libertar a cidade do Kuwait*⁴⁵.

Os condicionamentos impostos ao desenvolvimento da acção militar foram basicamente dois: assumir uma reduzida percentagem de baixas e não empregar, em nenhum caso, armas nucleares.

A preparação da Coligação Multinacional para a guerra exigiu a concentração de forças para a montagem de um dispositivo operacional, onde salientamos alguns condicionamentos, nomeadamente: logísticos, devido à multiplicidade de sistemas a apoiar⁴⁶; táticos, relativos à adaptação ao ambiente operacional e às dificuldades na unidade de comando; e limitações temporais (aproximação do período do Ramadão).

2. A Estratégia Militar da Coligação

a. Conceito de Acção

A Estratégia Militar da Coligação assentava no pressuposto de executar a operação com o mínimo de baixas, uma vez que este factor poderia, caso as baixas fossem significativas, pôr em perigo a condução normal das operações, em virtude da elevada sensibilidade da opinião pública, especialmente a americana, para este problema⁴⁷. Mas, os políticos e militares americanos não queriam que o conflito se transformasse num novo Vietname. Assim, para a Coligação a guerra era limitada⁴⁸, enquanto que para o Iraque o que estava em causa era a sobrevivência do regime (objectivo vital) pretendendo, por isso, conduzir uma guerra total.

A Estratégia Militar pressupunha um ataque ao ponto fraco do Inimigo, explorando as vantagens das forças da Coligação, nomeadamente, a sua capacidade tecnológica que lhe permitiu obter rapidamente a supremacia aérea e manter uma elevada capacidade para obter informações. Pretendia-se, ainda, explorar as vulnerabilidades iraquianas, nomeadamente: a natureza rígida do seu sistema de comando e controlo; a



sua inexperiência na sustentação de forças a grandes distâncias; a extensão das suas linhas de comunicações; a limitada capacidade ofensiva dos seus meios aéreos; e, as limitações do seu sistema de informações.

Assim, a Estratégia Militar da Coligação, baseava-se no seguinte conceito de acção:

- Atacar a capacidade económica, diplomática, industrial e militar do Iraque tornando o conflito insustentável e obrigando-o a capitular com o mínimo de baixas para a Coligação;
- Se o Iraque não capitulasse, conduzir operações militares, para expulsar as suas forças do Kuwait.

b. O Plano Geral da Campanha

O Plano Geral desta Campanha, deveria ser executado em quatro fases distintas:

- Fase I - Campanha Aérea Estratégica cuja finalidade era desorganizar as funções vitais do regime iraquiano pela destruição dos seus sistemas de comunicações; centros vitais das suas capacidades ofensivas e defensivas (Fig. 6); da sua Força Aérea; do sistema integrado de defesa aérea (Fig. 7) e da sua capacidade de produção de armas NBQ (Fig. 8).
- Fase II - Obtenção da Superioridade Aérea no Kuwait através da supressão das defesas antiaéreas iraquianas, nomeadamente radares e mísseis antiaéreos.
- Fase III - Preparação do Campo de Batalha, tinha como objectivo a redução do potencial de combate das forças iraquianas, sendo realizada pela Força Aérea Aliada e pelos meios de lançamento das forças terrestres e navais.
- Fase IV - Campanha Terrestre tinha como objectivos isolar o TO do Kuwait, destruir as forças da Guarda Republicana e libertar o Kuwait.

O Teatro de Operações definido para a Operação “*Tempestade no Deserto*” na região do Golfo Pérsico, incluía basicamente, os territórios do Kuwait, Arábia Saudita e Iraque. Este TO era constituído por extensas regiões desérticas, com condições climáticas adversas para a vida humana e para a utilização de viaturas (temperaturas próximas dos 40° C). Realça-se também, a importância geográfico-militar dos Rios Tigre e Eufrates que constituem obstáculos importantes, no que concerne á sua transposição, canalizando os movimentos para as pontes existentes (Fig. 9).

3. Campanha Aérea

Esta campanha incluiu as fases I, II e III do Plano Geral e de acordo com as prioridades⁴⁹ estabelecidas para a preparação do Campo de Batalha, no dia 17 de Janeiro de 1991 à 02H30 (hora do Iraque), as aero-



naves da Coligação começaram a bombardear as cidades de Bagdad, Bassorá e Kuwait, com o objectivo de reduzir, por um lado, as estruturas militares, económicas e industriais do Iraque e, por outro, para lhe retirar a vontade de combater, levando Saddam Hussein a capitular.

A Coligação Multinacional dispunha da mais recente tecnologia, quer em aeronaves⁵⁰ quer em mísseis, nomeadamente, os mísseis de Cruzeiro Tomahawk que eram lançados a partir dos porta-aviões, no Golfo Pérsico, contra alvos a mais de 2.000 km de distância (Fig. 10).

Foi a superioridade do poder aéreo da Coligação, aliada ao fraco nível de instrução da maioria dos pilotos iraquianos que se aperceberam que não tinham quaisquer possibilidade de combater com os pilotos da Coligação, altamente treinados, por isso fugiram para o Irão, que conduziu a que a supremacia fosse obtida rapidamente. É, em nosso entender, logo aqui que se começa a desenhar a derrota do Iraque, porque Saddam Hussein ficou limitado à guerra terrestre, uma vez que os vectores aéreo e naval estavam “*fora de combate*”, isto é, impedidos de actuar. A supremacia aérea (fase II) garantiu à Coligação uma total liberdade de acção para os seus movimentos terrestres e limitou a capacidade do Iraque de obter informações sobre os efectivos, dispositivos e localizações da Força Multinacional.

Durante a realização da primeira operação aérea, foram apenas abatidos três aviões da Coligação pelas forças iraquianas. A única reacção iraquiana foi o lançamento de 9 mísseis Scud sobre Israel (Fig. 10). Saddam Hussein pretendia provocar a entrada de Israel na guerra, porque sabia que o Estado Judaico jamais deixaria um ataque árabe sem resposta. Mas, se Israel tivesse entrado na guerra contra o Iraque, toda a Coligação ficava comprometida porque nenhum estado árabe ou islamizado se iria manter na Coligação ao lado de Israel, provocando assim a sua desorganização. Por isso, entendemos que ao união dos países árabes em torno da Coligação Multinacional constituía o seu centro de gravidade. O governo de Washington, consciente deste problema, pediu a Israel para não retaliar, oferecendo várias contrapartidas, entre as quais se incluía a instalação de mísseis Patriot em Israel para destruir os mísseis Scud e ajudas financeiras.

A Campanha Aérea (fase I) contribuiu decisivamente para a redução do potencial de combate iraquiano e facilitou a ofensiva terrestre ao neutralizar todo o sistema de comando e controlo iraquiano; a sua eficiência de combate foi reduzida a 50% e foram destruídas todas as pontes que, eventualmente, seriam utilizadas pelas forças iraquianas na retirada do Kuwait (Anexo G).

A supremacia aérea (fase II) obtida pelas Forças da Coligação no TO, garantiu a total liberdade de acção das forças terrestres, permitiu-lhes movimentar parte dos seus efectivos a grandes distâncias sem se-



rem detectados pelo inimigo e reduzir drasticamente o potencial de combate iraquiano. No entanto, *“apesar da enorme importância da Campanha Aérea, só as forças terrestres têm capacidade de tornar definitiva a decisão na guerra, pela conquista e ocupação do terreno. Apesar da evolução tecnológica, a decisão não será conseguida sem a acção das forças terrestres”*⁵¹.

Face ao objectivo de perdas mínimas, a Coligação lançou uma intensa Campanha Aérea e, como o resultado final não foi decisivo (capitulação do Iraque), lançou a ofensiva terrestre.

4. Campanha Marítima

A Campanha Marítima foi planeada e realizada sob a responsabilidade do Comando da Componente Naval (NAVCENT). Assim, com base nos objectivos definidos para a I, II⁵² e III⁵³ fases da campanha foram estabelecidas as seguintes missões:

- Conduzir operações navais⁵⁴ para defesa das forças terrestres, aéreas e navais da Coligação;
- Apoiar operações de intercepção marítimas;
- Fornecer aeronaves tácticas e apoio em Mísseis de Ataque Tácticos Terrestres (TLAM);
- Estabelecer o controlo naval de navegação em áreas específicas.
- Coordenar e fornecer apoio de busca e salvamento no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico.

Na pesquisa efectuada não encontramos explicitado, como objectivo, o embargo marítimo ao Iraque, no entanto, uma das missões da Marinha da Coligação era o apoio às operações de intercepção. Foi com base nesta missão e com o sancionamento da ONU (Resolução nº 670 de 25Set90) que a Coligação controlou os transportes marítimos na região e impediu a entrada e saída de navios dos portos iraquianos. O controlo marítimo da Coligação⁵⁵, na região, garantiu a livre utilização das linhas de comunicações navais e contribuiu para a projecção da força para TO. Foi também essencial o seu contributo para a Campanha Aérea, materializado quer pela disponibilização de aeronaves para missões de bombardeamento no Iraque e no Kuwait, quer através do lançamento de mísseis Tomahawk (Fig. 10).

Durante a operação *“Escudo do Deserto”* a Marinha⁵⁶ e a Força Aérea da Coligação, contribuíram para o *“build-up”* das forças da Coligação, onde foi imprescindível o controlo aéreo e naval, caso contrário, o transporte de carga para o TO, estaria sujeito a um elevado risco, comprometendo, assim, o futuro das operações.

Esta operação naval foi também importante porque além de ter destruído a capacidade naval iraquiana,



reduziu o risco de um ataque através da costa da Saudita, garantindo assim uma protecção de flanco às Forças da Coligação estacionadas na Arábia Saudita.

A acção da NAVCENT contribuiu para o Plano Geral definido pela Coligação reduzindo riscos e potenciando as acções da Força Aérea, quer através das suas aeronaves, quer através dos mísseis Tomahawk lançados a partir das plataformas navais.

5. Forças em Presença no Teatro de Operações

Os dados relativos a este item, variam de acordo com as fontes consultadas. Assim, decidimos utilizar como referência os dados constantes no Apêndice A do Interim Report ao Congresso dos EUA, de Julho de 1991, que incluímos no Anexo H, onde apresentamos também outras fontes.

Segundo o Dr. L. Gilster⁵⁷, o Comando da Coligação superestimou o efectivo e as capacidades iraquianas; estimou 540.000 soldados iraquianos no TO do Kuwait, enquanto o grupo GWAPS⁵⁸ estimou apenas 336.000 no início da campanha e um efectivo variável entre 200.000 e 222.000 soldados no início da ofensiva terrestre. A este efectivo a Coligação opôs cerca de 700 mil soldados.

Analisando estes valores à luz da Tática das Operações Ofensivas verificamos, caso estes valores estejam correctos, que a Coligação só lançou o ataque quando tinha reunidas as condições exigidas para esta operação (PRC de cerca de 3.5 para 1). Além deste aspecto, devemos salientar ainda o aspecto qualitativo das forças em presença; enquanto as Forças da Coligação, principalmente as ocidentais, possuíam armamento recente e de alta tecnologia, além de não terem problemas de reabastecimento, as forças iraquianas possuíam equipamento de diversas origens (Anexo I) estando, por isso, dependentes em termos de reabastecimento e manutenção. Por outro lado, quando os países vendem equipamento não transferem a tecnologia na sua íntegra para o comprador, deixando-o dependente. Estes factores contribuíram para o insucesso iraquiano.

No que diz respeito ao reabastecimento de munições e à manutenção, as forças iraquianas estavam dependentes de fornecedores externos, e embora possuíssem alguns stocks, como tinha sido imposto o bloqueio aéreo e naval não permitindo o fluxo de carga de e para o Iraque, a probabilidade do exército iraquiano conduzir uma defesa prolongada era pequena em termos de reabastecimentos das diversas munições.

O factor humano dos contendores era muito distinto, enquanto os soldados da Coligação eram profissionais, bem equipados e com elevado moral, os soldados iraquianos, excepto a Guarda Republicana, estavam mal equipados, tinham sido sujeitos a bombardeamentos aéreos constantes e faltavam abastecimentos, o que contribuíam para o seu fraco moral. Das várias fontes consultadas verificamos que não existem dados precisos



dos efectivos iraquianos, contribuindo assim para a incerteza quanto ao número de baixas no conflito.

Finalmente, e relativamente à estrutura de comando, verificamos que na Coligação havia apenas um chefe único no TO – o General Schwarzkopf, e a sua cadeia de comando e controlo era flexível e eficaz. Em oposição a cadeia de comando e controlo iraquiana era rígida e ineficaz, onde a maioria das decisões era tomada por Saddam Hussein, e talvez por problemas de comunicações as ordens não chegavam aos baixos escalões.

6. Manobra Operacional das Forças da Coligação

Inicialmente, a Coligação Multinacional adoptou um dispositivo inicial ao longo da fronteira da Arábia Saudita com o Kuwait, com o objectivo de iludir os iraquianos, levando-os a crer que o ataque iria realizar-se ao longo desta fronteira com um eventual desembarque anfíbio na costa do Kuwait, dada a supremacia aérea e naval; no entanto, dado que as praias estavam fortemente minadas, as baixas aumentariam consideravelmente. Tendo em consideração esta modalidade de acção, os iraquianos organizaram o terreno de modo a causar o máximo de baixas às tropas da Coligação. A Coligação também sabia que esta modalidade de acção lhes iria causar mais baixas; por outro lado, como sabia que os iraquianos tinham dificuldades em obter informações, dado que não possuíam satélites e que as suas aeronaves estavam em “*bunkers*” ou tinham fugido para o Irão. Assim, a Coligação optou por utilizar esta modalidade de acção (M/A) como manobra de decepção, enquanto deslocava dois Corpos do Exército para Oeste (Anexo J). Este movimento, conhecido por “*Hail Mary*” tinha por objectivo atacar o inimigo de flanco onde o terreno estava menos organizado e de surpresa, obtendo um menor número de baixas.

Durante a realização deste movimento, foi necessário garantir a surpresa. Assim, para desviar a atenção das forças iraquianas, a Coligação, realizou várias fintas e demonstrações de força, ao longo da fronteira. Atacar ao longo das fronteiras da Arábia Saudita com o Iraque e Kuwait, permitiu à Coligação lançar operações aeromóveis em território iraquiano para impedir o reforço ou retirada das forças iraquianas no Kuwait, separando assim as suas reservas tácticas e estratégicas.

As tropas iraquianas no Kuwait dispunham-se em três linhas: a primeira, constituída por forças de Infantaria; a segunda, por forças blindadas - reserva táctica; e a terceira linha era constituída por unidades da Guarda Republicana - reserva estratégica (Anexo I). A doutrina iraquiana era basicamente uma cópia da doutrina soviética; no entanto, devido à centralização da maioria das decisões em Saddam Hussein, o seu sistema de comando e controlo era pouco flexível.

A manobra adoptada⁵⁹ pela Coligação, apanhou de surpresa as forças iraquianas e causou também sur-



presa à ONU, pois as suas resoluções não previam o ataque através de território iraquiano.

7. A Ofensiva Terrestre

A ofensiva terrestre iniciou-se às 04h00 (hora saudita), do dia 24 de Fevereiro, com dois ataques simultâneos, um a Oeste, por forças do XVIII CE Aerotransportado (EUA) para controlar a auto-estrada ao longo do Rio Eufrates, e outro, a Leste, pelas forças Pan-Arábés e pelos Marines, em direcção à cidade do Kuwait. Estes ataques foram apoiados por bombardeamentos navais conjugados com ameaças de desembarque anfíbio e fintas na fronteira com o Kuwait. Toda esta panóplia de acções tinha por objectivo iludir as forças iraquianas sobre o local onde seria executado o ataque principal.

A ofensiva terrestre deparou com pouca resistência⁶⁰; por um lado, porque as tropas iraquianas das primeiras linhas estavam mal equipadas, por outro, porque a intensa Campanha Aérea tinha isolado algumas posições de combate do comando das suas unidades, além de não receberem reabastecimentos há alguns dias. Foi precisamente esta situação, aliada à intensa propaganda lançada pelas aeronaves da Coligação, que os levou a saírem das suas posições e entregarem-se às forças da Coligação.

Assim, foram os Prisioneiros de Guerra que mais influenciaram o curso da operação, dado o seu elevado número, mais de 80.000 durante toda a operação.

Para isolar a Guarda Republicana e cortar as linhas de comunicações das forças iraquianas, o XVIII CE realizou uma grande operação aeromóvel que lhe permitiu o controlo da auto-estrada Bagdad – Bassorá e o VII CE (EUA) efectuou um ataque de flanco às forças iraquianas.

Devido ao elevado número de Prisioneiros de Guerra, aliado ao baixo moral das tropas iraquianas, e ao avanço rápido das forças da Coligação em todas as direcções, implicou que aquelas forças tivessem que retirar, em direcção à Cidade do Kuwait, porque a defesa se tornava insustentável. Ora foi precisamente esta retirada, de modo desorganizado, que provocou um emassamento e a consequente desorganização das forças que defendiam a Cidade do Kuwait.

No terceiro dia de combate Saddam Hussein ordenou às suas forças que retirassem do Kuwait; contudo, dado que o seu sistema de informações era débil, provavelmente desconhecia que as forças da Coligação controlavam as linhas de comunicações e iriam dificultar a retirada. Até as unidades da Guarda Republicana estavam cercadas e, como o eixo de retirada mais rápido era controlado pela Coligação, só lhes restava uma alternativa, que era deslocarem-se 160 milhas para Oeste, ficando vulneráveis à acção dos helis da Coligação.

Durante toda a operação foi imprescindível a acção dos helis de ataque em apoio à manobra das forças



terrestres, de acordo com a doutrina da Batalha Aero-terrestre⁶¹.

Face à retirada das tropas iraquianas do Kuwait, e para evitar a sua reorganização em território iraquiano, a Coligação utilizou os meios aéreos para bombardear as colunas e como resultado de toda a ofensiva terrestre foram destruídas ou inoperacionalizadas 26 das 43 Divisões Iraquianas, ou seja, 60% do seu efectivo inicial.

A ofensiva terrestre durou apenas 100 horas; para a brevidade desta operação e para o reduzido número da baixas nas forças da Coligação (Anexo K) contribuíram os seguintes factores:

- Intensa Campanha Aérea, que desorganizou e isolou as forças iraquianas.
- Fraco moral das tropas iraquianas, desgaste provocado pela Campanha Aérea da Coligação e a falta de reabastecimentos.
- A falta de informações dos militares iraquianos contribuiu para o desconhecimento da manobra da Coligação, não lhes permitindo opor-se convenientemente à acção do adversário.
- A intensa operação das forças da Coligação, em várias direcções, provocou a desorganização das forças iraquianas e permitiu-lhe a rápida conquista dos objectivos.
- A elevada qualidade e quantidade das informações da Coligação, baseadas em satélites militares e civis, aeronaves de reconhecimento (tripuladas e não tripuladas), nas Forças de Operações Especiais infiltradas no Iraque e as informações obtidas através dos prisioneiros de guerra iraquianos.
- Factor tecnológico da Coligação.

Para o sucesso da operação contribuiu o novo conceito aqui testado e comprovado, a “*Doutrina de Batalha Aero-terrestre*”⁶², onde se potenciam os meios terrestres com o poder de fogo e movimento dos helis embora tenham havido muita confusão na acção da Coligação⁶³.

No dia 28 de Fevereiro, o Presidente Bush, que conduziu politicamente a Coligação, anunciou o fim das operações (Fig. 12), após o Ministro Iraquiano dos Negócios Estrangeiros, Tarek Aziz, ter enviado uma carta ao Secretário Geral da ONU, aceitando em nome do Iraque as doze resoluções aprovadas durante a Crise e Guerra do Golfo. Por isso, o Presidente Bush considerou que estavam cumpridos os objectivos da campanha: libertar o Kuwait e reduzir o potencial de combate iraquiano.

A ONU que legitimou este conflito, sempre influenciada pelos EUA, no dia 2 de Março de 1991, aprovou uma nova resolução, a 686, que exigia do Iraque a anulação de todas as medidas de anexação do Kuwait, a aceitação da responsabilidade pelas perdas e danos sofridos pelo Emirato e outros países; a li-



bertação imediata dos Prisioneiros de Guerra e estrangeiros detidos e a cessação de todos os actos hostis. No entanto, a ONU manteve a resolução 678, que permitia o uso da força, até o Iraque cumprir todas as exigências da resolução 686.

Durante esta operação as forças iraquianas sofreram elevadas baixas, no entanto, devido à falta de informações precisas, é-nos difícil saber ao certo o seu número. Assim, no anexo K, apresentarmos o resultado das várias fontes consultadas.

Em termos operacionais e, em jeito de conclusão, podemos dizer que *“a manobra Aliada colheu de surpresa Saddam Hussein, que esperava um poderoso ataque frontal sobre a fronteira Kuwaitiana, conjugada com um desembarque maciço de Marines no litoral”*⁶⁴, por isso, concentrou na fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita – a chamada “Linha Saddam” - o grosso das suas forças. Por outro lado, o General Schwarzkopf, ao colocar inicialmente as forças da Coligação ao longo desta fronteira, indicou que seria esta a direcção do seu ataque principal. *“Schwarzkopf não se limitou a atacar a “Linha Saddam”. Estendeu a ofensiva centenas de quilómetros para ocidente (...), invadindo também o Iraque numa ampla manobra envolvente”*⁶⁵.

A ameaça do desembarque anfíbio e as forças especiais lançadas por helis no interior do Iraque, fixaram diversas Divisões iraquianas impedindo o reforço das unidades da frente.

8. Outros Aspectos da Guerra do Golfo

O vector tecnológico desempenhou, em nosso entender, um papel crucial no conflito do Golfo e contribuiu significativamente para a vitória da Coligação sobre as forças iraquianas. No Anexo M analisamos o papel da tecnologia neste conflito.

O factor psicológico foi outro dos instrumentos utilizado por ambos os contendores com vista a atingirem os objectivos a que, previamente, se tinham proposto (Anexo N).

A Guerra do Golfo revolucionou os “*Media*” que contribuíram para a sua mediatização, no entanto, o trabalho dos jornalistas e repórteres foi bastante dificultado pela Coligação; qualquer reportagem, antes de ser transmitida, era submetida à “*aprovação*” para se evitarem fugas de informações classificadas e que poderiam ser úteis ao inimigo (Anexo O).

Finalmente decidimos fazer uma breve abordagem aos aspectos económicos do conflito (Anexo P) e aos desenvolvimentos posteriores ao cessar-fogo (Anexo Q).



9. Síntese Conclusiva

No dia 17 de Janeiro, a Coligação lançou uma intensa Campanha Aérea com o objectivo de reduzir o potencial de combate, desorganizar a estrutura de comando e controlo e reduzir a vontade de combater dos iraquianos. Esta campanha aliada à Campanha Marítima, que impôs o bloqueio comercial ao Iraque e garantiu a segurança de flanco contra ameaças por mar e uma grande flexibilidade de movimentos às forças terrestres, para lançarem o ataque de surpresa. Face ao ímpeto do ataque e ao desgaste provocado nas forças iraquianas, a ofensiva terrestre durou apenas 100 horas e teve um reduzido numero de baixas para a Coligação.

Uma vez mais, são os EUA que dirigem a Coligação; além da condução política do Presidente Bush, a condução militar foi do General americano Schwarzkopf, com o comando operacional das forças da Coligação.

Nesta guerra o factor tecnológico foi decisivo, para a obtenção da superioridade aérea, desgaste das tropas iraquianas, obtenção de informações pela Coligação, ofensiva terrestre, etc. A Coligação, especialmente os EUA, possuíam a tecnologia mais recente e, foi graças à sua utilização que a ofensiva terrestre foi rápida e com um mínimo de baixas.

Também no aspecto militar os EUA mostraram a sua superioridade. Actualmente, os EUA são o único país com capacidade de intervir em qualquer ponto do globo, e possuem forças bem equipadas e dotadas das mais recentes evoluções tecnológicas⁶⁶, embora possuam dificuldades ao nível do transporte estratégico de forças com grandes efectivos, como no caso do Golfo Pérsico. Tendo em consideração a sua acção neste conflito, podemos concluir que os EUA são também uma grande potência ao nível militar.

A diplomacia aumentou após o início da campanha aérea. Os principais protagonistas neste período foram também os EUA e a Rússia que tentou a todo o custo, resolver o conflito pacificamente. Para tal, apresentou uma proposta de paz que foi rejeitada pelos EUA, pois estavam decididos a libertar o Kuwait e reduzir o potencial de combate iraquiano; ou seja, somar mais uma vitória.

Outro factor importante neste conflito foi a guerra da informação. Relativamente a este aspecto, a maior iniciativa pertenceu a Saddam Hussein, nomeadamente, utilizando reféns ocidentais, prisioneiros de guerra, ameaças com armamento do terrorismo e de uma nova guerra NBQ, etc., para influenciar a opinião pública ocidental. No entanto, acabou por não conseguir os objectivos pretendidos.

A Coligação, fruto da sua Campanha Psicológica, aliada à Campanha Aérea, acabou por influenciar as tropas iraquianas levando-as à deserção, contribuindo, deste modo, para o objectivo primordial: libertar o Kuwait com o mínimo de baixas para a Coligação.



Capítulo II – A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

⁴⁰ Ao nível da Estratégia Total.

⁴¹ Department of Defense of United States of América, Conduct of the Persian the Gulf Conflict- An Interim Report to Congress, pág. 1-1.

⁴² Ao nível das Estratégias Gerais.

⁴³ Department of Defense of United States of América, op. cit. (41), pág. 1-1.

⁴⁴ Ao nível das Estratégias Particulares.

⁴⁵ VIANA, Major Rodrigues, op. cit. (17), pág. 43.

⁴⁶ Para a Coligação Multinacional contribuíam 29 países com armamento e equipamento diverso, provocando alguns problemas de interoperabilidade.

⁴⁷ A opinião pública americana foi despertada para este problema, essencialmente, devido à intensa campanha de contrapropaganda conduzida pelo Iraque para evitar a formação da Coligação Multinacional e agitar as opiniões públicas ocidentais.

⁴⁸ De acordo com o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia, IAEM, Vol. I, pág. 159), uma **Guerra Limitada** ocorre quando:

- é confinada a uma área geográfica bem definida;
- não se recorre a todos os sistemas de armas disponíveis;
- ou se limita o emprego de sistemas de armas disponíveis a objectivos específicos.

⁴⁹ Destruir os meios da rede de Comando e Controlo de Saddam Hussein;

- Neutralizar o sistema de radares e mísseis antiaéreos SAM e flagelar a Força Aérea;
- Destruir fábricas, depósitos e laboratórios que apoiavam o Exército Iraquiano;
- Destruir pistas de aterragem, portos, auto-estradas e pontes;
- Reduzir o potencial de combate iraquiano, incluindo a sua tropa de Elite (Guarda Republicana).

⁵⁰ Aviões AWACS para coordenação da operação aérea; aviões EF Raven, EA-EB Prowler e EC 130 Compass Call que protegiam as aeronaves da Coligação da guerra electrónica inimiga, além de realizarem acções de GE sobre o inimigo; aviões de ataque Tornado GR-1, A-10, A6, F-15E, etc.

⁵¹ VIANA, Major Rodrigues, O Conflito do Golfo Pérsico, op. cit. (17), pág. 66.

⁵² Participar na campanha aérea, com as suas aeronaves, de acordo com a Ordem de Operações;

- Estabelecer o controlo marítimo e conduzir operações MCM (mine e countermeasure measures) no Golfo Pérsico;
- Atacar infra-estruturas navais (portos e ancoradouros) que ameaçassem as operações navais.

⁵³ Continuar a executar as tarefas das fases I e II;

- Conduzir fintas e demonstrações no TO;
- Preparar-se para executar um assalto anfíbio em coordenação com a Componente do Corpo de Marines (MARCENT), próximo de Ash Shuaybah.

⁵⁴ Para cumprir a sua missão, a Marinha da Coligação deslocou meios navais para o Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mediterrâneo.

⁵⁵ Era também um pré-requisito para o lançamento das operações anfíbias sobre o Kuwait, durante a ofensiva terrestre.

⁵⁶ Segundo a Revista Time de 28 de Janeiro de 1991, no Golfo Pérsico, entre outros, estavam estacionados os seguintes vasos de guerra dos EUA:

- Porta Aviões: Midway e Ranger;
- Navios de Guerra: Wisconsin e Missouri.

No Mar Vermelho, entre outros, estavam estacionados os seguintes vasos de guerra dos EUA:

- Porta Aviões: Saratoga, Kennedy, Theodore Roosevelt e América.

Além destes meios, para a Coligação contribuíram os seguintes países:

- **EUA**: mais de 100 navios;
- **Reino Unido**: 15 navios;
- **França**: 14 navios;
- **Itália**: 10 navios;
- **Bélgica**: 6 navios;
- **Alemanha**: 5 navios de desminagem;
- **Espanha e URSS**: 4 navios;
- **Austrália, Canada e Holanda**: 3 navios;
- **Argentina e Turquia**: 2 navios;
- **Dinamarca, Grécia, Noruega e Portugal**: 1 navios. (Ver também Anexo H).



- ⁵⁷ Tempestade no Deserto: uma revisão da Guerra, do Tempo e da Substituição; <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/glist.html>.
- ⁵⁸ Gulf War Air Power Survey dirigido pelo Prof. Eliot Cohen, da John Hopkins University, realizou uma avaliação do poder aéreo na Guerra do Golfo.
- ⁵⁹ - Atacar ao longo das fronteiras da Arábia Saudita com o Iraque e Kuwait executando envolvimento às forças iraquianas com o XVIII e XV CE.
- Caso houvesse qualquer imprevisto, estava também previsto um plano de contingência que incluía um desembarque anfíbio, contudo, as baixas iriam aumentar consideravelmente.
- ⁶⁰ Para provar este aspecto podemos referir que o ritmo de progressão era cerca de 45 Km/h, o que é impensável numa ofensiva convencional terrestre.
- ⁶¹ Air Land Battle Doctrine.
- ⁶² O conceito de Batalha Aero-terrestre foi desenvolvido pelo Exército e Força Aérea Americana nos finais dos anos 80 princípios dos anos 90, com o objectivo de obter uma forma de actuação para as Forças da NATO, que fosse capaz de vencer as Forças do Pacto de Varsóvia, numericamente superiores no TO europeu, no caso de eclosão duma 3ª Guerra Mundial.
A ideia base era que uma força numericamente inferior, mas dotada com uma forte componente tecnológica, aliava as forças terrestres ao vector aéreo de forma sincronizada para vencer uma força numericamente superior. Para justificar esta opção, diziam que uma força mais pequena podia mover-se mais rapidamente que o adversário e atacar em qualquer direcção cercado o inimigo.
Para a materialização desta doutrina não bastava lançar pára-quedistas na retaguarda do inimigo, se não existissem meios terrestres rápidos, com capacidade de protecção e poder de fogo, para fazer a junção. Assim, conceberam os CC M1A1 ABRAMS e a viatura de combate de infantaria M2 – BRAKDLEY. Para potenciar o poder de fogo e choque daqueles meios, surgiram os helicópteros que não tinham as limitações de movimentos dos meios terrestres e constituíam-se numa poderosa arma ACAR, surgem então os helicópteros de ataque AH G4 APACHE.
- ⁶³ Na manobra da Coligação houve alguma descoordenação, por isso surgiram situações em que CC da Coligação abateram CC aliados e também se verificou helis dos EUA a abaterem CC da Coligação. O sistema de detecção “amigo-inimigo” era deficiente e por isso a maior parte das baixas da Coligação foram devidas a acções das próprias forças da Coligação.
- ⁶⁴ FELGAS, Brig. Hélio, A Guerra no Golfo, *Revista Militar*, nº 10 de Outubro de 1991, pág. 616 – 617
- ⁶⁵ FELGAS, Brig. Hélio, op. cit. (64), pág. 617.
- ⁶⁶ Onde salientamos os satélites militares e civis que forneceram todas as informações necessárias à Coligação e a tecnologia de ponta, nomeadamente, aeronaves invisíveis aos radares, o GPS, entre outros.



Capítulo III - A LOGÍSTICA NA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

1. Introdução

O Plano Logístico inicial continha três tarefas principais: *“A recepção, o deslocamento para as posições avançadas e o apoio à força deslocada para o Sudoeste Asiático”*⁶⁷.

Para apoiar a Operação *“Tempestade no Deserto”*, os responsáveis logísticos foram incumbidos de organizar uma estrutura de apoio logístico no TO, capaz de garantir e manter a condução de uma grande campanha (aérea, naval e terrestre), coordenar a saída das unidades do TO e encerrar as actividades no teatro. Estas missões foram realizadas num período inferior a 18 meses.

2. A Estrutura Logística no Teatro

Devido á influência das condições meteorológicas, os *“logísticos”* tiveram problemas acrescidos, tais como: necessidade de óleos específicos para evitar o sobreaquecimento nas viaturas, etc.

Os principais Portos de desembarque eram Damman e Al Jubail, na Arábia Saudita e na Ilha do Bahrain, e os principais Aeroportos utilizados foram Dhahran, Riade e a Cidade Militar Rei Khaled na Arábia Saudita (Fig. 13 e 14).

O Comando Logístico do TO (CmdLog), inicialmente designado por Comando Logístico do ARCENT, foi reforçado com o CASCE 1/XVIII CE, após o desembarque da 82ª DAerotransp tendo assumido toda a responsabilidade logística no TO. *“O comandante desta estrutura era o único chefe logístico do TO. Assim sendo, podíamos combinar administração e planeamento centralizados e execução descentralizada de apoio ao TO – chave do nosso sucesso”*⁶⁸.

O Comando Logístico era composto por duas células: a célula de Comando e o Centro de Operações Logísticas (COL) que constituía o centro nevrálgico para a recepção, movimentação local e manutenção das tropas e equipamentos no TO. A missão do CmdLog era a seguinte:

- *“Desenvolver e organizar o apoio da nação hospedeira (HNS) para receber e movimentar localmente os soldados e Marines chegados ao TO;*
- *Garantir o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio dos EUA e da nação hospedeira;*
- *Montar e organizar a base do Comando Logístico do ARCENT, utilizando unidades e quadros dos EUA e elementos da nação hospedeira. Consolidar uma estrutura de apoio*



combinado (EUA–HNS);

- *Garantir o apoio logístico a todo o teatro para a recepção, movimentação local e sustentação das forças do EUA e da Coligação”⁶⁹.*

A partir de 19 de Dezembro, o Comando Logístico, instalado junto ao Porto de Dhahran, passou a designar-se de 22º Comando Logístico⁷⁰, tendo-lhe sido atribuída uma nova missão: realizar os contratos com a nação hospedeira relativamente ao fornecimento de comida, combustível, água, alojamento e transporte.

No fim de Dezembro, este CmdLog já tinha apoiado mais de 221.000 homens e recebido no TO mais de 769.000 toneladas de equipamento (Figs. 15 e 16). Para o sucesso do apoio logístico, contribuiu a íntima coordenação e cooperação entre o Comando Logístico e o Governo Saudita.

A constituição de um Comando Logístico foi essencial para garantir às forças o apoio logístico à chegada ao TO, durante o deslocamento para as suas posições e, posteriormente, durante a ofensiva (Figs. 17 a 20), além da sua imprescindível acção de coordenação do Apoio da Nação Hospedeira (HNS).

A existência de um Comando Logístico único facilitou o planeamento e o apoio logístico prestado às forças da Coligação no TO.

3. Plano de Apoio Logístico

O plano de apoio logístico começou a ser desenvolvido logo após a decisão do Presidente Bush em enviar o VII CE para o TO. No fim do mês de Novembro, o plano de apoio logístico estava concluído e continha as seguintes fases:

- Preparação e pré-posicionamento: durante esta fase (Nov 90 a 17 de Jan 91), construíram-se as bases logísticas e preposicionaram-se abastecimentos, ao longo do itinerário de reabastecimento (IPR) Dodge⁷¹ e o IPR Nash⁷². Devido às distâncias a percorrer o COL destacou um elemento avançado para a Cidade Militar Rei Khaled. Durante esta fase foi também fornecido apoio logístico às unidades que chegavam ao TO.
- Movimento das forças: esta fase iniciou-se simultaneamente com a Operação “*Tempestade no Deserto*” e consistia em apoiar o deslocamento para Oeste do VII e XVIII CE. Para realizar este movimento foram utilizados os meios de transporte dos EUA, dos países da Coligação e alugados outros meios na Arábia Saudita. No entanto, este movimento só se realizou após a Coligação obter a supremacia aérea para evitar quebrar a surpresa.



- Ofensiva terrestre: iniciou-se a 24 de Fevereiro, quando as forças da Coligação lançaram a ofensiva terrestre tendo por objectivo dotar as bases logísticas com os abastecimentos necessários ao combate, nomeadamente, munições, víveres e água. (Figs. 19 a 20).
- Defesa do Kuwait: após a conquista do Kuwait a prioridade de apoio logístico centrou-se no apoio às forças da Coligação, responsáveis pela defesa deste território, incluindo todo o apoio logístico às populações e à reconstrução das estruturas administrativas no território.
- Regresso das forças aos seus países: esta fase incluía o regresso do material e do pessoal, utilizado na Guerra do Golfo, para os seus países de origem. Assim, foram montadas áreas de estacionamento e descontaminação, em Damman, Dhahran, Al Jubail e na Cidade Militar Rei Khaled. O regresso oficial das unidades para os seus países, iniciou-se no dia 10 de Março de 1991 e prolongou-se até ao fim de Maio, contudo, no TO permaneceram algumas forças.
- Reestruturação do Kuwait: esta fase previa o apoio à reconstrução do Kuwait, mas também prestou apoio aos campos de refugiados e aos prisioneiros de guerra iraquianos.

4. Problemas Logísticos das Forças Multinacionais

“Face à extensão das linhas de comunicações, às características do teatro de operações, aos efectivos a apoiar e ainda ao volume, diversificação e sofisticação dos sistemas de armas em presença, facilmente se depreende a complexidade dos problemas logísticos e da importância decisiva no desfecho do conflito”.⁷³ No anexo L, apresentamos os principais problemas logísticos das Forças Multinacionais no TO.

Para o Exército Iraquiano as dificuldades de abastecimento foram evidentes em todas as classes, particularmente na Classe I, devido ao embargo comercial, a que o Iraque ficou sujeito pela Resolução nº 661 da ONU, e pelo bombardeamento das forças da Coligação aos itinerários de reabastecimento. A supremacia aérea da Coligação reduziu significativamente o fluxo de apoio logístico para o Kuwait.

*“A logística influenciou decisivamente a capacidade de ambas as forças em presença (...) mas com efeitos diametralmente opostos”*⁷⁴.

5. Síntese Conclusiva

As operações *“Escudo”* e *“Tempestade no Deserto”* representaram o maior deslocamento de forças desde a 2ª Guerra Mundial. Assim, durante os primeiros cinco meses da operação, só o Exército americano deslocou mais de 250.000 soldados e mais de 3 milhões de toneladas de equipamentos e abastecimentos para



a Arábia Saudita. Neste período, o CmdLog estabeleceu as infra-estruturas para apoio a dois CE americanos e a outras forças da Coligação Multinacional. As comunicações desempenharam um papel importante na ligação das unidades logísticas às unidades de combate e apoio de combate e na ligação à retaguarda (nação hospedeira e EUA).

Estas operações vieram confirmar a doutrina da “*batalha aero-terrestre*” e a existência de unidades logísticas multifuncionais e flexíveis contribuíram para o êxito da missão. A extensa manobra das unidades de combate, caracterizada pelo avanço rápido e pelas operações contínuas, foi apoiada com sucesso devido ao estabelecimento de bases logísticas avançadas, durante a ofensiva.

Para o sucesso do apoio logístico na Operação “*Tempestade no Deserto*” contribuiu a existência de um CmdLog único e das opções tomadas: planeamento logístico centralizado ao mais alto nível e a execução descentralizada pelas unidades logísticas dos CE e respectivas subunidades. As maiores dificuldades verificaram-se ao nível da capacidade de projecção de força como ficou demonstrado, mesmo os EUA, tinham limitações ao nível dos meios para projecção da sua força, visto terem necessitado de cinquenta dias para colocar na Arábia Saudita um efectivo mínimo para garantir a sua defesa e de seis meses para concentrarem um efectivo suficiente para lançarem a ofensiva terrestre.

Em termos de reabastecimento a classe onde surgiram mais problemas foi a classe III, devido aos elevados consumos de combustíveis e de derivados (óleos e lubrificantes) de alguns sistemas de armas, em consequência das características físicas e climáticas do TO. Para resolver estes problemas foi necessário recorrer a fontes de abastecimentos exteriores ao TO.

Ao nível dos transportes, o principal problema logístico foi a falta de capacidade de projecção de força, inclusivé dos EUA, como já foi referido; Ao nível da manutenção, embora tivesse havido uma interrupção de sessenta dias no fornecimento de sobresselentes, devido à transferência dos meios de apoio de peças da Europa para o Sudoeste Asiático, a substituição e canibalização controladas evitaram quebras na manutenção; Ao nível da evacuação e hospitalização, a Coligação montou hospitais cirúrgicos móveis e hospitais de campanha, além dos dois navios-hospital estacionados na região do Golfo Pérsico.

“As operações “*Escudo*” e “*Tempestade no Deserto*” reafirmaram o apoio logístico como um dos imperativos para a vitória”⁷⁵.



Capítulo III – A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

- ⁶⁷ PAGONIS, Ten Gen William G. e RAUGH Jr, Maj Harold E. (Exército dos EUA), Good Logistics is Combat Power – The Logistics Sustainment of Operation Desert Storm, Military Review, The Professional Journal of the United States, September 1991, pág. 29.
- ⁶⁸ PAGONIS, Ten Gen William G. e KRAUSE, Cor. D. (Exército dos EUA), Observações sobre a Logística na Guerra do Golfo, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág. 41.
- ⁶⁹ PAGONIS, Ten Gen William G. e RAUGH Jr, Maj Harold E. (Exército dos EUA), op. cit. (67), pág. 30.
- ⁷⁰ Este Comando Logístico incluía os seguintes Comandos: Transportes; Pessoal; Polícia do Exército (responsável pelos Prisioneiros de Guerra); Abastecimentos de Classe III; Administração de Material de Guerra; uma Agência de Controlo de Movimentos do Exército no TO e, vários Grupos de Apoio de Área, além dos meios centralizados de administração, contratação e entidades de apoio da nação hospedeira (HNS).
- ⁷¹ Dhahran – Al-Jubail – Cidade Militar Rei Khaled
- ⁷² Cidade Militar Rei Khaled - Riade
- ⁷³ MONTEIRO, Major Joaquim Formeiro, A Logística na Crise do Golfo: algumas conclusões, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág.72.
- ⁷⁴ MONTEIRO, Major Joaquim Formeiro, op. cit., pág. 79.
- ⁷⁵ SALOMON, Ten Gen Leon E. e BANKIRER, TCor Harold (EUA), CASCOM: Provendo os Meios para a Vitória, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág. 20.



Capítulo IV – CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS, ESTRATÉGICAS, OPERACIONAIS, LOGÍSTICAS, TÁCTICAS E PRINCIPAIS LIÇÕES

A finalidade deste capítulo é sistematizar as principais lições (Anexo R) e consequências do conflito do Golfo Pérsico. Assim, vamos apresentar as consequências do referido conflito por itens.

1. Consequências Políticas

- a. O Iraque não só não cumpriu os seus objectivos políticos: unir o mundo árabe e constituir-se como potência regional dominante, como foi obrigado pela Coligação Multinacional a retirar do Kuwait.
- b. Os EUA cumpriram os objectivos políticos e conseguiram reforçar a sua posição na região, no entanto, não conseguiram a estabilidade da região.
- c. O posicionamento político da URSS, ao não apoiar do ponto de vista político e militar e a invasão iraquiana do Kuwait, facilitou a acção da Coligação Multinacional garantindo-lhe que não haveria uma escalada da guerra, envolvendo EUA e URSS.
- d. Durante o desenrolar desta crise, a URSS optou adoptou via diplomática como forma de resolução do conflito; actualmente, continua a ser apologista desta política sempre que os seus interesses estão ameaçados e quando o opositor é seu aliado (por ex.: crise do Kosovo). Apesar da sua actividade diplomática, não conseguiu obter uma solução negociada para o conflito e acabou por perder influência na região.
- e. Foi relevante o fracasso político-diplomático da Europa, numa altura em que esta se pretendia afirmar como pólo de poder emergente.
- f. Para repor o “*Status Quo*” na região e enfrentar a “*potência militar*” regional, os EUA tiveram necessidade de formar uma Coligação Multinacional (incluindo países ocidentais, árabes e outros). Como estava em causa uma agressão a um país signatário das Nações Unidas, houve necessidade de legitimar as operações militares, o que foi conseguido através de uma resolução do Conselho de Segurança.
- g. As pressões internas na URSS, especialmente dos militares soviéticos, levaram Gorbachev a envidar todos os esforços para que o Iraque não tivesse uma derrota humilhante. A razão para estas atitudes baseava-se laços de cooperação existentes com o Iraque, ao nível de formação, doutrina e equipamento das forças iraquianas que na sua maioria era soviético.



- h.** Os EUA evitaram a entrada de Israel na guerra apesar das provocações iraquianas, devido à sua intensa actividade diplomática. A sua entrada na guerra provocaria a desagregação da Coligação Multinacional, porque as nações árabes não admitiam um ataque israelita a um país árabe. Para o efeito prometeram a Israel ajuda financeira e a colocação de baterias de mísseis Patriot.
- i.** Pela primeira vez os membros do Conselho de Segurança não utilizaram o direito de veto, no entanto, o seu “*protagonismo*” foi influenciado pelos interesses dos EUA e as resoluções aprovadas foram devidas à intensa diplomacia americana. A Nações Unidas fora a “*reboque*” dos interesses americanos.
- j.** Vitória da política externa dos EUA: o Presidente Bush realizou a condução política da crise e posteriormente da guerra, reagindo oportunamente às tentativas soviéticas de promover planos de paz para preservar as forças iraquianas da derrota no campo de batalha.
- k.** O conflito do Golfo acabou por não alterar o equilíbrio político da região mas também não resolveu os problemas do Médio Oriente, no entanto, permitiu o reinício das conversações de paz israelo-palestinianas, com vista à obtenção de um equilíbrio mais estável para a região.
- l.** Os resultados da guerra permitiram iniciar a verificação e subsequente destruição dos complexos de armas químicas e nucleares existentes no Iraque, sob a supervisão de uma missão das Nações Unidas (UNSCOM).
- m.** Após o Kuwait ter recuperado a sua soberania deu-se início à reconstrução de país e embora o Iraque tenha aceite todas as resoluções da ONU, só em 1994 é que reconheceu a soberania do Kuwait e as fronteiras impostas internacionalmente.

2. Consequências Estratégicas

- a.** A guerra serviu para aferir relações de poder entre os estados e demonstrou que o Islão, de forma global, face à sua divisão, não reúne ainda condições para se projectar como pólo de poder no mundo. Foi necessário recorrer à ajuda ocidental para repor o equilíbrio político-estratégico na região.
- b.** Saddam Hussein ao prever a sua derrota militar, ordenou a retirada das suas forças do Kuwait, mais cedo do que se esperava, com o objectivo de preservar parte da sua força de elite que lhe garantisse a segurança física e a manutenção do poder.
- c.** Este conflito reafirmou que os EUA são o único país que dispõe de capacidade estratégica para projectar o seu vector militar em qualquer parte do globo onde tenha os seus interesses em jogo, ou ameaçados, contudo, tiveram algumas dificuldades no transporte estratégico para o TO.



- d. *“Os EUA reorientaram as suas prioridades estratégicas, anteriormente estavam orientadas para a contenção da ameaça soviética e para a defesa da Europa, agora abrangem os conflitos regionais no Terceiro Mundo. As suas atenções centram-se essencialmente nas ameaças nucleares regionais. Procuram ajustar o seu sistema de alianças na Europa e na Ásia em função das novas orientações estratégicas, destinadas a intervir principalmente nas crises regionais em nome da “Nova Ordem Mundial””*⁷⁶
- e. A “arma” petróleo deixou de ter o efeito de pressão política que detivera no passado, no entanto, os recursos petrolíferos da região continuam a ser um dos elementos que mais contribuem para a sua importância geoestratégica.
- f. As vendas de armamento não controladas a exércitos do Terceiro Mundo (caso do Iraque), poderão no futuro provocar o aumento da proliferação das armas de destruição em massa.
- g. Devido ao seu carácter puramente defensivo e como nenhum dos seus membros foi atacado, a NATO não pode intervir neste conflito. No entanto, logo em 1991 aprovou um novo conceito estratégico que previa a actuação da NATO em operações “*out of area*” sendo por isso utilizada em operações de manutenção da paz sob égide das Nações Unidas ou da OSCE (Bosnia-Herzgovina e recentemente Kosovo).
- h. A Comunidade Europeia (CE), actualmente UE, não interviu neste conflito, por ser apenas uma comunidade económica não possuía atribuições de segurança e defesa. No entanto, em Maastrich, a UE adquire esta valência – PESC – com vista à eliminação duma limitação significativa. A UEO vai constituir o pilar de segurança e defesa da UE.

3. Consequências Operacionais

- a. A quantidade de forças e meios da Coligação Multinacional exigiu uma grande coordenação, apoio mútuo e entendimento estratégico, tático e logístico.
- b. Os órgãos de comunicação social foram utilizados como arma estratégica e operacional para difusão objectivos dos contendores, contudo, foram manipulados pela Coligação Multinacional que lhes “censurava” os trabalhos antes de serem transmitidos para evitarem fugas de informações importantes para o inimigo; a maior parte das informações sobre o conflito, fornecidas aos *Media*, eram cuidadosamente preparadas pelos Oficiais de Informação Pública da Coligação que omitiam os detalhes das operações baixas, feridos, entre outros aspectos.
- c. A supremacia aérea obtida pelas forças da Coligação permitiu que os deslocamentos terrestres fossem efectuados sem ameaça de acções aéreas do inimigo.



- d. Redução dos efectivos das Forças Armadas de todo o mundo aliada a um aumento da sua qualidade, através da modernização equipamentos, melhoria do treino e o aumento das capacidades de combate.

4. Consequências Logísticas

- a. Importância do apoio logístico e a necessidade de manter o apoio a forças a grandes distâncias.
- b. O apoio logístico deve ser flexível e deve estabelecer-se contactos com a Nação Hospedeira (HNS) e estabelecer contratos para prestação de serviços, reduzindo assim os custos de transporte de determinados artigos desde o país de origem.
- c. O planeamento logístico deve ser centralizado e a execução descentralizada.
- d. O CmdLog acabou por prestar apoio não só às formas americanas mas também a outras, ou seja funcionou como um Centro Logístico Multinacional.
- e. Necessidade de interoperabilidade dos equipamentos.
- f. Falta de capacidade de transporte logístico estratégico, inclusivé dos EUA, foi notória e afectou a projecção da força, que só ao fim de seis meses estava pronta para lançar a operação.

5. Consequências Táticas

- a. Este conflito constitui um marco histórico, pelo reaparecimento da Estratégia Directa; pela 1ª vez foi usada a coacção militar por uma Força Multinacional, liderada pelos EUA e mandatada pelas Nações Unidas para repor o Direito Internacional, violado após a invasão do Kuwait.
- b. Foi relevante a acção da componente Aereo-naval da Força Multinacional na preparação do Campo de Batalha, mas não conduziu à derrota do exercito iraquiano. As forças aéreas não vencem guerras sozinhas embora sejam vitais para a vitória.
- c. Importância decisiva da batalha “aero-terrestre” no desenrolar das operações.
- d. É praticamente impossível a um país conduzir operações de guerra de natureza convencional com alguma possibilidade de êxito, se o adversário possui indiscutível superioridade tecnológica na área dos materiais de guerra.
- e. Importância do avanço tecnológico que é domínio das grandes potências para romper os ciclos de poder existentes. A Força Aérea e a Marinha Iraquianas foram neutralizadas nos primeiros dias de guerra.
- f. Só as forças terrestres tem capacidade para ocupar do terreno e apenas as grandes potências tem capacidade para desenvolver uma estratégia aérea e naval autónomas.



6. Síntese Conclusiva

A Guerra do Golfo surgiu para clarificar as relações mundiais de poder. Como foi provado ao longo do trabalho, os EUA emergiram, no período pós-Guerra Fria, como a única superpotência.

Face à ameaça dos seus interesses, no acesso às fontes de petróleo, na região do Golfo Pérsico, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, e como esta situação ameaçava a “*estabilidade regional*”, os EUA, em nome do Direito Internacional, formaram uma Coligação para libertar o Kuwait. Como todas as acções diplomáticas se mostraram infrutíferas, partiu-se para o conflito armado, que deu uma derrota implacável ao Iraque.

Com este conflito, os EUA sobrepõem-se, em termos de coacção diplomática, psicológica, acção clandestina no interior do adversário e acção militar.

A Guerra do Golfo também serviu para as organizações internacionais e regionais alterarem os seus conceitos estratégicos ou “*modus operandi*”. A esta mudança tem escapado a ONU, que embora se discutam problemas tais como o aumento do número de representantes no Conselho de Segurança e a alteração do direito de veto, até à data nada foi feito.

De acordo com os objectivos estabelecidos no início deste trabalho, ficou provado que este conflito contribuiu para a definição da “*Nova Ordem Internacional*” e contribuiu, também, para as mudanças realizadas nas organizações internacionais.



⁷⁶ BOK, Georges Tan Eng, Desert Storm Évalué par l'APL, Revista Strategique, n° 51/52, Ano 1991, pág. 239 a 247.



Capítulo V – PROSPECTIVAS

1. A Nível Internacional

Actualmente, as opções para lidar com o problema iraquiano, na perspectiva dos EUA, podem passar por: eliminação de Saddam Hussein; continuar a monitorizar os armamentos e locais de produção de Armas de Destruição Maciça no Iraque; reforçar as sanções e usar periodicamente a força para reduzir a proliferação de armamento iraquiana; abandonar o Iraque ou, modificar o relacionamento com o regime iraquiano, tentando influenciar a sua conduta e procurando criar melhores condições de vida para o povo iraquiano.

Destes cenários o que nos parece mais provável, é tentar influenciar a conduta de Saddam Hussein, no entanto, a ONU deve continuar a vigiar os circuitos de rearmamento iraquiano. A Comunidade Internacional deve envidar esforços para melhorar as condições de vida do povo iraquiano e colocá-lo na via do desenvolvimento. Este processo não pode ser obtido com a ameaça de bombardeamentos sucessivos e sob o efeito de restrições ou sanções.

Para alcançar a paz regional é também essencial que se resolva o problema israelo-palestiniano. A Comunidade Internacional deve envidar esforços para se obter o sucesso nas conversações entre israelitas e palestinianos e reforçar a cooperação e ajuda a estes estados, com vista à pacificação regional.

Após a dissolução do Pacto de Varsóvia e do desaparecimento da ameaça que ele representava para o Ocidente, as Forças Armadas dos países ocidentais começaram a reduzir os seus Sistemas de Forças, tendo por objectivo a constituição de forças mais reduzidas, móveis e flexíveis para actuarem em qualquer cenário, bem como a sua capacidade de projecção.

Tendo em consideração o esmorecimento das ameaças vindas de Leste, o tipo de forças a constituir, no futuro e os ensinamentos obtidos na Guerra do Golfo, o TRADOC⁷⁷ reformulou a doutrina americana. Dos estudos realizados por este Departamento, com base no desenvolvimento dos sistemas de tratamento de informação e novos sistemas de armas, surgiu o conceito de da Força XXI⁷⁸. Actualmente, para o Exército dos EUA a unidade táctica fundamental é a Brigada, constituída por unidades de armas combinadas, com uma elevada mobilidade estratégica, constituindo módulos capazes de crescer e de se ajustarem a uma gama alargada de operações.



Os “*novos armamentos oferecem maior letalidade e alcance para os exércitos no futuro, fazendo com que a redução de tamanho e a maior flexibilização das formações de combate sejam uma opção mais atractiva. As novas possibilidades em comunicações e processamento das informações contribuem para a sua realização*”⁷⁹.

Na cimeira de Bruxelas de 1984, os americanos propuseram a criação de uma “*Combined Joint Task Force*” (CJTF). Este conceito de CJTF permite a constituição de estruturas e comandos mais adaptados aos riscos e incertezas do ambiente estratégico europeu vigente e poderão ser utilizadas em operações “*out of area*”, tais como: situações de crise, apoio à paz, operações humanitárias etc.

A partir de 1997, a NATO começou a implementar, por fases, o conceito de Forças CJTF. A primeira fase tinha como objectivo a criação de três QG CJTF baseados em terra ou no mar. A segunda fase previa a avaliação do conceito, para o efeito realizou dois exercícios – o “*Allied Effort 97*”⁸⁰ e o “*Strong Resolve 98*”⁸¹ - e baseou-se também na experiência obtida na Bósnia desde 1995. A avaliação de resultados centrou-se nas capacidades de comando e controlo, planeamento operacional, projecção e sustentação da forças e nas necessidades de comunicações e informações. Prevê-se que a implementação deste conceito ocorra durante o ano 2000.

2. A Nível Nacional

Portugal, que na década de 60 e 70 chegou a ter um exército com cerca de 250.000 homens, teve que reduzir as suas forças e adaptá-las para cumprir os objectivos definidos nos diplomas legais⁸². No entanto, “*só em 1982 com a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas se esboçou, com timidez, o edifício de umas Forças Armadas Conjuntas, mas tanto nos aspectos conceptuais de defesa como nos de organização e equipamento, ainda hoje prevalecem os “interesses” dos Ramos sobre o interesse da defesa militar do País*”⁸³.

Com vista ao reequipamento e modernização das Forças Armadas, foi criado através da LDNFA um instrumento de gestão designado por Lei de Programação Militar (LPM). Em 1993, procedeu-se à reestruturação do Exército com vista a adaptá-lo às novas realidades no âmbito da segurança e defesa, tendo por base a premissa: “*menos forças, melhores forças*”.

De acordo com o Sistema de Forças Nacional (SFN) estabelecido, iniciou-se a modernização das suas componentes – operacional e territorial, utilizando para o efeito a 2ª LPM⁸⁴, no entanto, surgiram algumas dificuldades em determinados projecto, essencialmente ligados aos respectivos processos administrativos.



Actualmente, decorre a 3ª LPM, designada apenas por LPM, com a finalidade de prosseguir a modernização das Forças Armadas no que concerne à componente terrestre baseia-se no SFN aprovado e 1997.

Seguidamente, e com base nas lições do conflito do Golfo Pérsico (Anexo R), vamos analisar a reestruturação de Exército Português de 1993, no que respeita ao seu reequipamento; analisando as capacidades e limitações do actual SFN e propondo formas de colmatar as limitações existentes.

Actual Organização Geral do Exército: foi promulgada através da Lei Orgânica do Exército⁸⁵ e previa a separação do planeamento e da execução. Esta organização foi implementada após a aprovação da referida lei e actualmente já sofreu algumas alterações.

Transporte Estratégico/Capacidade de Projecção de Força: Só na actual LPM é que este item foi considerado, prevendo-se que até 2003 esta deficiência esteja colmatada. No entanto, as premissas que estiveram na base do planeamento deste navio, foram a projecção do Destacamento de Acções Especiais dos Fuzileiros e, eventualmente, duma Companhia de Elementos de Operações Especiais. No futuro se pretendermos projectar outra força distinta desta, poderão surgir algumas dificuldades, ou seja, em nosso entender, a nossa capacidade de projecção de força ficará muito limitada. Actualmente, ainda poderemos modificar esta situação embora com custos adicionais.

Tecnologia do Vector Aéreo: Recentemente foram adquiridos aos EUA, aviões de combate F-16, no entanto, este vector não dispõe de toda a plataforma tecnológica de base. Isto mesmo ficou comprovado na recente campanha aérea sobre o Kosovo, em que às Esquadras de F-16 nacionais, foram dadas apenas missões de segurança. É fundamental que estes meios disponham da tecnologia mais recente; caso contrário, em futuras operações combinadas voltaremos a desempenhar missões secundárias.

Grandes Unidades: o SFN baseia-se num Corpo de Exército constituído por Brigadas. Actualmente, continua em curso a modernização das Brigadas da Componente Operacional (BAI, BLI e BMI), no entanto, uma das grandes vulnerabilidades deste SFN é o CE não dispor de uma unidade logística própria, necessitando para efeitos de apoio logístico coordenar com o Comando Administrativo Logístico (CAL), responsável pelo fornecimento de apoio logístico às subunidades do CE. Com vista a minorar eventuais problemas que surjam no âmbito logístico, achamos que o CE deve ser dotado de uma unidade logística própria, eventualmente pela transformação do CAL numa unidade tipo CASCE. Deve também realizar-se um esforço no sentido de completar os QOM das unidades da componente operacional.



GALE: apesar de ser um dos objectivos da reestruturação do Exército de 1993, e de estarem já consignadas verbas na 2ª LPM para este efeito, só em 2001 devemos ter os primeiros helicópteros médios e em 2002 os helis ligeiros, para equipar esta unidade. No entanto, continuamos a não dispor duma doutrina adequada para utilização destes meios. È por isso necessário publicar uma doutrina de emprego do GALE, referindo-se também a respectiva cooperação aero-terrestre.

Unidade Logística Conjunta: actualmente não dispomos duma unidade deste tipo. È aos ramos que incumbe as responsabilidades pelo apoio logístico às suas forças destacadas. No entanto, achamos que deve ser constituída uma unidade logística conjunta, ao nível do CEMGFA, que coordene o apoio logístico às recém criadas Forças de Reacção. Por outro lado, achamos que deverá existir uma entidade, ao nível do MDN, responsável pela coordenação das aquisições para as Forças Armadas.

Comando e Controlo: actualmente há ainda algumas deficiências e dificuldades nas ligações interramos. È necessário utilizar eficientemente as verbas disponíveis na LPM para melhorar a interoperabilidade entre os equipamentos utilizados ao nível das Forças Armadas.

Guerra Electrónica: A 2ª LPM previa o levantamento de uma Companhia de GE. Actualmente esta companhia possui cerca de 80% do equipamento incluído no seu QOM aprovado. No entanto, considerando a importância da Guerra Electrónica no moderno campo de batalha, é necessário que durante a actual LPM se recomplete esta unidade, em termos de material.

Reconhecimento Táctico: não dispomos das modernas tecnologias na área do reconhecimento, nomeadamente, Satélites de Reconhecimento, Drones entre outros. Tendo em consideração as nossas limitações financeiras, é necessário colaborar na criação de uma capacidade de reconhecimento ao nível das nossas alianças.

Capacidade de Defesa Anti-Aérea e anti-míssil: nesta área possuímos ainda muitas limitações. Estamos dependentes do SACEUR em termos de protecção anti-aérea. È necessário adquirir sistemas de armas para colmatar estas deficiências; nomeadamente mísseis Hawk. Julgamos que a defesa aérea que actualmente pertence à Força aérea, deve passar para o Exército.

Comunicações Tácticas: Os actuais meios de comunicações (E/R P/PRC 425 e E/R P/VRC 301 A), não dispõem de sistemas de cripto “*on line*”, o que constitui uma lacuna destes sistemas na área de segurança. Actualmente, está em fase de desenvolvimento e teste, o novo emissor/ receptor P/PRC 525, que irá substituir o E/R P/PRC 425; este equipamento já disporá de cripto “*on line*” e de transmissão por salto de fre-



quência para minorar os efeitos da Guerra Electrónica do inimigo, constituindo um passo significativo com vista a redução das actuais limitações.

Forças de Projecção: a necessidade de actuação em crises ou conflitos implica a capacidade para gerar forças conjuntas dotadas de grande capacidade de comando e controlo, maior flexibilidade de emprego e adequada capacidade de projecção e sustentação logística e operacional. Assim, face à análise das ameaças e riscos, tendo em consideração as missões mais prováveis das Forças Armadas, o General CEME, através do seu Despacho n 316/CEME/98, determinou a constituição de Forças de Projecção do Exército estruturadas em três níveis de forças⁸⁶. Posteriormente, o General CEMGFA, através da sua DPF/CEMGFA/99, determinou a criação de dois tipos de forças de projecção: Força Conjunta de Reacção Imediata (FCRI) e Força Conjunta de Reacção Rápida; com o objectivo de constituírem um factor credível de dissuasão e para a execução das missões prováveis⁸⁷ das Forças Armadas.

Instrução e Treino: actualmente o treino conjunto das Forças Armadas é quase inexistente. É necessário implementar o treino conjunto para capacitar, nomeadamente, as Forças de Reacção (FCRI e FCRR), para os cenários de provável emprego. Para o efeito deverão ser realizados CPX, apoiados em sistemas de simulação para treinar os quadros e FTX para treinar os sistemas de armas. Na actual LPM está inserida uma verba para o Centro de Simulação das Forças Armadas que quando estiver em funcionamento permitirá do melhorar a qualidade do treino conjunto. É também necessário desenvolver software específico para a simulação ou de proceder a adaptação do Sistema Vigreste.

Recrutamento: para alimentar o SFN, em tempo de paz foi definido um objectivo estrutural mínimo de 24.500⁸⁸ militares. No entanto, em 1 de Abril de 1999 só existiam 8.541 Praças. É, portanto, necessário criar um novo “*pacote de incentivos*” para cativar os jovens a aderirem ao regime RV/RC, sob a pena de não conseguirmos cumprir as missões atribuídas ao Exército. A cativação de jovens passa não só pela melhoria das remunerações auferidas nestes regimes, pelas saídas profissionais, nomeadamente para cargos na Função Pública, nas Forças de Segurança (GNR e PSP), entre outros. Para o efeito devem utilizar-se todos os meios ao dispor, nomeadamente, a INTERNET, nos “*Media*” e campanhas de sensibilização dos jovens junto das Escolas, relativamente à defesa Nacional.

Com a nossa futura participação na UNTAET, em Timor, vamos voltar a ter forças em três Teatros de Operações⁸⁹. Esta situação leva-nos a levantar a seguinte questão: teremos capacidade para actuar em 3



Teatros de Operações, simultaneamente, tendo em consideração que, por cada unidade no TO, temos que possuir duas unidades semelhantes no Território Nacional?

Relativamente aos meios materiais, o problema tem sido relativamente fácil de resolver; se o SFN não possui os meios em quantidade ou necessita de novos meios, procede-se à sua aquisição, através da gestão das verbas da LPM. E quanto ao factor humano?

Até á data não temos conseguido superar, com muito esforço, as necessidades de recursos humanos, no entanto, no futuro, se não conseguirmos atingir o objectivo estrutural mínimo, arriscamo-nos a não ter praças (RV/RC) para cumprir as nossas missões. É necessário atalhar desde já esta grave lacuna, no sentido da obtenção dos recursos humanos estabelecidos para o SFN.

Doutrina Conjunta: a Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/99⁹⁰ constitui o ponto de partida neste âmbito, no entanto, é necessário produzir doutrina noutras áreas e especificamente para o emprego das Forças de Reacção.

Coordenação da LPM: actualmente, cada ramo é responsável pelos respectivos programas na LPM; o EMGFA apenas coordena os seus projectos, no entanto face à importância de alguns projectos e da sua repercussão noutros ramos, achamos que é necessário que exista uma entidade que faça a coordenação de todos os projectos das FA's; neste caso, a entidade mais idónea, na nossa opinião, seria CEMGFA, que deveria ter comando completo sobre as Forças Armadas.

Da análise das capacidades do sistema de forças existente e do seu dispositivo, tendo por referência os requisitos que deverá possuir, leva-nos a identificar as seguintes limitações:

- A capacidade C3I integrada ainda é limitada, no entanto, a implementação do SICOM pode superar esta vulnerabilidade, interligando os ramos e o Comando Regional da NATO sediado em Oeiras. A actual LPM já consagra verbas para a total implementação deste projecto;
- No sistema de vigilância EEINP⁹¹, que deverá ser conseguido através de satélites. No entanto, dado os elevados custo do seu desenvolvimento, propomos a criação desta capacidade ao nível da cooperação em projectos com os nossos aliados;
- Reconhecimento à distância, Mobilidade táctica terrestre e Guerra Electrónica;
- Na defesa anti-missil e anti-aérea a baixas e muito baixas altitudes;
- Na defesa NBQ, com prioridade para a defesa biológica;
- Na sustentação de forças à distância (meios aéreos e navais, munições e apoio médico).



- ⁷⁷ Departamento responsável pelo estudo, experimentação e aplicação da Doutrina no Exército Americano.
- ⁷⁸ É uma força organizada com base na informação, nas tecnologias de informação e na forma de explorar o seu efeito sinérgico nas organizações.
- ⁷⁹ BRINKERHOFF, Coronel John R. (Exército dos EUA), *Military Review*, 3º Trim. 1998, Ed. Brasileira, pág. 45.
- ⁸⁰ Exercício no âmbito das Operações de Apoio à Paz (OAP) decorreu com base num QG sediado em terra.
- ⁸¹ Exercício no âmbito das OAP envolveu os dois Comandos Supremos – SACEUR e SACLANT – e baseou-se num QG sediado no mar a bordo do Porta-aviões USS Mount Whitney.
- ⁸² Artº 275 – Forças Armadas, da Constituição da República Portuguesa e Artº 2 – Missões das Forças Armadas, da Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas
- ⁸³ BARRENTO, General António Martins, Redimensionamento das Forças Armadas, *Revista Militar*, nº4, Abril de 1997, págs.293 e 294.
- ⁸⁴ 2ª Lei de Programação Militar aprovada através do Decreto-Lei 50/93 de 26 de Fevereiro, avigorar enter 1993 e 97.
- ⁸⁵ Decreto-Lei nº 50/93, de 26 de Fevereiro
- ⁸⁶ - **Forças de Projecção do Exército** (FOP), constituindo o primeiro nível de resposta do Exército para situações de contingência. São forças com uma constituição modular de modo a possibilitarem a sua integração em forças multinacionais;
- **Forças de Reserva do Exército** (FORES), constituídas por unidades do SFN não incluído nas FOP;
- **Forças de Reforço** (FOREF), que serão constituídas por convocação e mobilização e destinam-se a completar o SFN.
- ⁸⁷ De acordo com as DPF/CEMGFA/99 as missões de alta probabilidade que poderão ser cometidas às Forças Armadas são as seguintes:
- Missões de vigilância do EEINP;
 - Missões de interesse do Estado, no âmbito da ONU ou organizações regionais de defesa e segurança, em apoio à política externa e diplomacia preventiva;
 - Missões humanitárias no mesmo âmbito;
 - Missões para salvaguarda da segurança de cidadãos nacionais fora do TN;
 - Missões de interesse público de outras estruturas do Estado.
- ⁸⁸ A Directiva n 126/CEME/98 define como objectivo estrutural mínimo para o Exército, em termos de pessoal, os seguintes efectivos:
- 7.000 militares do QP (Oficiais e Sargentos);
 - 1.500 militares do RC (Oficiais e Sargentos);
 - 16.000 militares do RC (Praças);
 - 6.000 Civis.
- ⁸⁹ Bósnia, Kosovo e Timor.
- ⁹⁰ Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/99, define a doutrina para as Forças Especiais em operações conjuntas.
- ⁹¹ **EEINP** (Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente), definido como um espaço onde os interesses vitais do Estado Português se realizam.



PROPOSTAS

Como conclusão deste trabalho apresentamos algumas propostas, tendo como referencial os ensinamentos da Guerra do Golfo, que em nossa opinião contribuirão para melhorar a qualidade e a eficiência do actual SFN, tendo sempre como farol o conceito: “*menos forças, melhores forças*”.

1. Na revisão da LPM, a realizar em 2000 para implementar em 2001 ou numa futura LPM, deverá:
 - Equacionar-se os meios para a vigilância e controlo do EEINP;
 - Melhorar-se a capacidade de reconhecimento;
 - Melhorar-se a capacidade de projecção de forças por ar ou por mar;
 - Melhorar-se a protecção das forças em defesa anti-aérea e NBQ;
 - Melhorar-se os sistemas de Comando, Controlo, Comunicações e Informações (C3I) inter-ramos e com o COC/EMGFA, nomeadamente no que concerne às forças de reacção.
 - Melhorar-se a capacidade de sustentação de forças à distância, tendo em consideração os ensinamentos obtidos nas Operações de Apoio à Paz em que participámos desde 1993.
2. O EMGFA em coordenação com os ramos, deverá publicar doutrina conjunta de emprego das FCRI e FCRR, para os possíveis cenários de actuação destas forças.
3. Tendo em consideração, a criação do GALE, as novas missões das Forças Armadas e os novos conceitos doutrinários da NATO propõe-se que seja revisto, com carácter de urgência, o RC 130-1 – OPERAÇÕES.
4. Criar ao nível do CEMGFA uma unidade logística conjunta para apoio às Forças de Projecção – FCRI e FCRR.
5. Criar uma unidade de apoio logístico no CE, eventualmente, por transformação de CAL, modular, flexível para permitir a sustentação das forças do CE. O nosso CE deve existir apenas para missões convencionais.
6. Conceder ao CEMGFA autoridade para coordenar todos os projectos das FA's, nomeadamente, os projectos que tiverem implicações noutros ramos, criando assim sinergias e facilitando a interoperabilidade dos meios ao dispor das FA's.
7. Melhorar a capacidade de execução das LPM, criando Directores de Programa responsáveis pela gestão dos objectivos e financeira dos respectivos programas.



8. Implementar e dinamizar o treino conjunto, através da realização de exercícios tipo CPX para treino de quadros, apoiados em sistemas de simulação e de exercícios tipo FTX para treino de sistemas de armas e respectivo apoio logístico.
9. Criar bases de dados comuns às FA's, permitindo a troca de informações inter-ramos, contribuindo para a eficiência do Sistema de Comando e Controlo.
10. Embora a DPF/CEMGFA/99 preveja a nomeação, a partir de Janeiro de 2000, de pessoal em Ordem de Batalha para implementar o Comando das Forças de Reacção a activar para efeitos de planeamento ou para exercícios, pensamos que à semelhança das CJTF em fase de implementação na NATO, deve ser constituída uma célula de comando permanente, responsável pelo planeamento e treino destas forças, apta a crescer quando for superiormente determinado.
11. Lançar uma campanha de sensibilização geral da população portuguesa para aspectos relacionados com a Defesa Nacional, tendo como público alvo, especialmente os jovens, potenciais candidatos ao regime RV/RC. Para o efeito, utilizar os "Media", produzir CDs promocionais, montar exposições itinerantes sobre as FA's para percorrerem todo o país, disponibilizar informação mais pertinente e actual na Internet, entre outras.
12. Prosseguir com a modernização do equipamento destinado à componente operacional do SFN, componente terrestre, com prioridade para as Forças de Projecção do Exército. Proceder também ao reequipamento do QO de pessoal, destas unidades.
13. Realizar, pelo menos anualmente, um exercício com as Forças de Projecção do Exército para testar a sua capacidade de planeamento operacional e execução, comando e controlo e apoio logístico.

O Aluno



Notas



INTRODUÇÃO

região”¹. Líbano²; petróleo³, nela”⁴. Mundial⁵ petróleo”⁶. “superpotência”⁷ económico”⁸.

Capítulo I – A CRISE DO GOLFO PÉRSICO

populares⁹; agravou-se¹⁰; Berlim¹¹, EUA¹² poder¹³ 88¹⁴, *oposição*”¹⁵ *EUA*^{16,17}. limitado¹⁸ externa¹⁹ petróleo²⁰ *quo*”²¹ Iraque²². directa²³ Árabe²⁴ Kuwait²⁵ aéreo²⁶ países²⁷ diplomática²⁸ *Árabe*”²⁹ • conflito³⁰ *retirar-se*”³¹ irreparáveis³² *intervenção*”³³. *ocidentais*”³⁴. paz³⁵ *produção*”³⁶ psicológica³⁷ estratégico³⁸, indirecta³⁹.

Capítulo II - A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

estratégicos⁴⁰ *americanos*”⁴¹ militares⁴² *Kuwait*”⁴³ operacionais⁴⁴ *Kuwait*”⁴⁵ apoiar⁴⁶ problema⁴⁷ limitada⁴⁸ prioridades⁴⁹ aeronaves⁵⁰ *terrestres*”⁵¹ II⁵² III⁵³ navais⁵⁴ Coligação⁵⁵ Marinha⁵⁶ Gilster⁵⁷, GWAPS⁵⁸ adoptada⁵⁹ resistência⁶⁰ terrestre⁶¹ *terrestre*”⁶² Coligação⁶³ *litoral*”⁶⁴ *envolvente*”⁶⁵ tecnológicas⁶⁶.

Capítulo III - A LOGÍSTICA NA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

Asiático”⁶⁷ *sucesso*”⁶⁸ *Coligação*⁶⁹ Logístico⁷⁰ Dodge⁷¹ Nash⁷² *conflito*⁷³ *opostos*”⁷⁴ *vitória*”⁷⁵.

Capítulo IV – CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS, ESTRATÉGICAS, OPERACIONAIS, LOGÍSTICAS, TÁCTICAS E PRINCIPAIS LIÇÕES

*Mundial*⁷⁶

Capítulo V – PROSPECTIVAS

TRADOC⁷⁷ XXI⁷⁸ *realização*”⁷⁹ 97”⁸⁰ 98”⁸¹ legais⁸² *País*”⁸³ LPM⁸⁴ Exército⁸⁵ forças⁸⁶ prováveis⁸⁷ 24.500⁸⁸ Operações⁸⁹. 12/CEMGFA/99⁹⁰ EEINP⁹¹.



INTRODUÇÃO

- ¹ CARVALHO, Virgílio de, O Golfo e o Futuro—Consequências da Crise do Golfo para a Nova Ordem Internacional, Difel, Difusão Editorial, Lda, Lisboa pág. 21.
- ² Durante os anos 60, o Líbano passou por uma crise da agricultura o que aliado à prosperidade financeira de Beirute (a capital), originou o êxodo de milhares de pessoas para a capital. Na década de 70, milhares de Palestinos da Organização de Libertação da Palestina (OLP), expulsos da Jordânia procuram refúgio no Líbano e, a partir daí lançam ataques contra Israel. Israel começa então a atacar as posições palestinas no Líbano. Em 1975, o país mergulha numa guerra civil e no ano seguinte, sírios e israelitas unem-se para atacar a expansão dos muçulmanos libaneses. Em 1978, a Síria apoiou os grupos muçulmanos – palestinos e os ataques a Israel aumentam. Israel responde ocupando toda a zona sul do Líbano, tendo retirado após a chegada de uma força das Nações Unidas. Em 1982, os israelitas atacam, de novo, posições palestinas no Líbano.
- ³ No Médio Oriente existem cerca de 2/3 das reservas mundiais de petróleo.
- ⁴ CARVALHO, Virgílio, op. cit., pág. 21.
- ⁵ “O Iraque passou de 7,4% da produção mundial de Crude para 19,7% das reservas mundiais”, Anexo P.
- ⁶ PILA, Cmdt de Ingenieros DEM Jesus Argumosa, La Crisis del Golfo - La Busca del Equilíbrio, Revista Ejército, nº 612, Janeiro de 1991, pág. 6.
- ⁷ De acordo com o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia, pág. 44, vol. I) o conceito de “*superpotência*” está associado aos EUA e à URSS (até 1989) e significa que estes estados podem influenciar os acontecimentos em qualquer parte do mundo, detém o poder em todas as vertentes e possuem uma estratégia global, no entanto, devido à implusão da URSS em 1991, surgem-nos os EUA como a única superpotência.
- ⁸ VIANA, Maj. Art Vítor Daniel Rodrigues, O Novo Ambiente Estratégico, Boletim do IAEM, NC 70-10-15, Dec.94, pág. 2-3.

Capítulo I – A CRISE DO GOLFO PÉRSICO

- ⁹ Fruto da reestruturação introduzida por Mikhail Gorbachov na URSS e da sua dessiminação aos seus aliados (países Pacto de Varsóvia), a contestação popular aumentou devido às precárias condições económicas e sociais em que todos os países se encontravam. Assim, os líderes comunistas dos países satélites da URSS vão sendo depostos ou até eliminados, como aconteceu com o ditador romeno Ceaucescu e sua esposa, executado a 25 de Dezembro de 1989. Noutros países as transições de regime foram menos violentas; assim, na Hungria realizaram-se eleições livres, em Março de 1990, seguindo-se a Bulgária, em Julho do mesmo ano.
- ¹⁰ Na década de 80, a economia e as instituições sociais soviéticas estavam completamente degradadas e imperava a corrupção generalizada. Após a morte de Leonid Brejnev, em 1982, foi nomeado para o substituir Yuri Andropov que implementou uma série de reformas para travar a corrupção. No entanto, o projecto foi abandonado após a sua morte, em 1984. O seu sucessor, Konstantin Chernenko, nada fez para resolver os problemas existentes na URSS. Em 1985 o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), elege Mikhail Gorbachov para presidente da URSS. A sua primeira medida foi rejuvenescer a direcção do partido e anunciou a intenção de realizar profundas transformações no aparelho de estado para pôr cobro à estagnação económica, degradação social e paralisia política. Estas medidas ficaram conhecidas por “*Perestroika*” (reestruturação) e tinham duas vertentes principais: a económica e a social. No entanto, a população estava farta de fazer sacrifícios e, quando Moscovo anunciou que a partir de Janeiro de 1989 as repúblicas se autofinanciavam, provocou a contestação das regiões mais pobres. Após a declaração de soberania de algumas repúblicas, Gorbachov admoestou as Repúblicas Bálticas de recorrer à força para manter a integridade do Estado. No entanto, a “*Perestroika*” tinha conduzido o país a um ponto irreversível que culminou com a independência de várias repúblicas, a dissolução do Pacto de Varsóvia (1 de Julho de 1991), a criação da Federação Russa, a 2 de Setembro de 1991 (sucessora da URSS, mas amputada das Repúblicas Independentes) e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), a 2 de Dezembro de 1991.
- ¹¹ Em 1988, o presidente de República Democrática Alemã (RDA), Eric Honecker, adoptou medidas para travar a onda reformista da União Soviética e que se alargava aos países aliados do Pacto de Varsóvia. Estas medidas que travavam as reformas internas, levaram a que milhares de cidadãos da RDA aproveitassem o período de férias na Checoslováquia, Polónia e Hungria para pedir asilo político às embaixadas da RFA nos referidos países. A abertura das fronteiras húngaras, em 1989, permitiu a passagem de muitos alemães orientais para a Áustria. Em Outubro de 1989, Gorbachov visitou Berlim e recomendou ao dirigente da RDA para efectuar algumas mudanças políticas e económicas; mas, Honecker acabou por se afastar logo de seguida. O seu sucessor tentou travar o êxodo de refugiados, no entanto, por todo o país, aumentavam as manifestações de contestação ao regime e, na noite de 9 de Novembro abriram-se brechas no Muro de Berlim, iniciando-se o êxodo para a RFA, sob o olhar impassível



da polícia da RDA. Estava assim consumada a queda do Muro de Berlim. Os desenvolvimentos futuros vão levar à unificação das Alemanhas (RFA e RDA), a 3 de Outubro de 1990.

- ¹² A estratégia de desgaste da Guerra Fria obrigou os EUA a fazerem uma retracção nos custos de segurança mundial devido essencialmente a problemas económicos e sociais, motivados, essencialmente, por:
- Prioridade nos assuntos internos;
 - Redução na retracção do dispositivo das suas forças no estrangeiro;
 - Selecção e redução do seu envolvimento militar externo;
 - Na redução do orçamento de defesa, transferindo o seu esforço para o desenvolvimento económico de modo a conter o avanço económico Japonês.
- ¹³ Em 1959, um grupo falha a tentativa de assassinar Quasim (Primeiro Ministro e Comandante-Chefe das Forças Armadas Iraquianas). Saddam Hussein, membro do referido grupo, teve que fugir para a Síria e, posteriormente, para o Egipto. Após violentos confrontos entre as alas moderada e radical do Partido Baath, no poder, Abdal – Salam Arif derruba o regime baath e nomeia Ahmad Hasan al-Bakr vice-presidente. Saddam Hussein é proposto para o Comando Regional do Partido Socialista Baath Iraquiano.
- Após a guerra dos seis dias, todos os regimes dirigidos por militares são desacreditados e, em 1968, Saddam Hussein, que desempenhava o cargo de vice-Secretário Geral do partido, é nomeado vice-Presidente do Conselho de Comando Revolucionário responsável pela segurança interna. A partir de 1969 intensifica-se a guerra contra os Curdos e aumentam também o número de atentados a membros do Partido Baath no poder.
- Em 1975, o Iraque cede às exigências territoriais do Irão, em troca de apoio contra os Curdos. Face à crescente onda de contestação que surge por todo o território. A partir de 1977, iniciam-se deportações em massa de xiitas iraquianos para o Irão. Em face disto, por todo o território iraquiano, surge uma onda de contestação crescente que vai permitir a Saddam Hussein a subida ao poder em 1979.
- ¹⁴ Os objectivos do regime iraquiano neste conflito eram a conquista da província de Khuzestão, rica em petróleo, e cujo controlo era disputado por ambos os contendores desde 1975. Saddam Hussein pretendia recuperar a soberania da região petrolífera de Chatt al-Arab, na foz dos rios Tigre e Eufrates. Estava, também, preocupado com o triunfo da revolução islâmica, no Irão (1978) que ameaçava incitar à rebelião dos Xiitas iraquianos.
- Estes factores levaram o presidente iraquiano a lançar uma ofensiva contra o Irão aproveitando a instabilidade do novo regime e o desgaste das tropas iranianas.
- Inicialmente, o Iraque conseguiu alguma vantagem mas, entre 1983 e 86, o rumo da guerra mudou e a vantagem pertenceu ao Irão. Nesta altura, o Iraque começou a receber apoio de diversos países ocidentais para travar a expansão fundamentalista iraquiana.
- ¹⁵ DUARTE, Dr. António Paulo David Silva, A Guerra do Golfo: Um Estudo Técnico-Militar, do Material à Doutrina, Revista Militar, nº 4, Abril de 1997, pág. 306.
- ¹⁶ Os EUA pretendem garantir o acesso às fontes de matérias primas na região, nomeadamente o petróleo.
- ¹⁷ VIANA, Major Rodrigues, O Conflito do Golfo Pérsico, Boletim do IAEM, nº 30 de 21 de Nov. de 1993, pág. 28.
- ¹⁸ O Iraque possui características de um Estado semi-encravado (possui uma saída para o mar muito reduzida face à sua dimensão territorial).
- ¹⁹ O Iraque tinha uma dívida externa de cerca de 85 biliões de dólares, dos quais 25% eram a governos ocidentais.
- ²⁰ Saddam Hussein esperava que os países do Golfo Pérsico que o tinham apoiado do financeiramente durante o guerra com o Irão, também o apoiassem na reconstrução do país, porque achava que aquela guerra tinha contribuído para travar a revolução islâmica iraniana. No entanto, os Estados do Golfo, além de não lhe concederem ajuda financeira ainda reclamaram as dívidas contraídas durante a guerra. Por outro lado, os países da OPEP decidiram aumentar a produção de petróleo, o que provocou a queda do seu preço, a que Saddam imputou a pressões ocidentais. Esta situação comprometia os objectivos do Iraque, por isso, Saddam decide utilizar a “*arma – petróleo*” para atingir os seus objectivos expansionistas, controlando as reservas petrolíferas do Kuwait e estabelecendo o preço à sua vontade.
- ²¹ Segundo o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia – IAEM), a **política de “status quo”** é uma política de natureza conservadora e visa a manutenção da relação de forças e de áreas de influência que traduzem o equilíbrio gerado num determinado momento histórico. No entanto, uma política de “*status quo*” não significa imobilismo e uma oposição a toda e qualquer modificação, sendo compatível com flutuações ou ajustamentos que não alterem a relação de forças entre os principais Estados interessados.
- ²² O país que se sentia mais ameaçado era a Arábia Saudita, no entanto, juntaram-se outros países tais como: Egipto, Marrocos, a Síria, entre outros.
- ²³ Segundo o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia – IAEM), a **Estratégia Directa** assenta na procura da decisão (ou da dissuasão) através do emprego (ou ameaça de emprego) de forças militares, consideradas como o meio de coacção principal.
- ²⁴ A Liga Árabe é uma organização de Estados independentes destinada a promover a sua cooperação. Foi constituída, em 1945, pelo Egipto, Iraque, Transjordania, Síria, Líbano, Arábia Saudita e Yémen. Outros Estados e a Organiza-



ção para a Libertação da Palestina (OLP) aderiram a ela posteriormente. O Egipto foi excluído da liga entre 1979 e 1989.

²⁵ Na realidade a ONU acabou por ir a reboque da estratégia americana; foi a diplomacia americana que “convenceu” o Conselho de Segurança da ONU a tomar ações condenatórias contra o Iraque, nas quais se incluem o bloqueio comercial.

²⁶ A ONU pretendia, influenciada pelo EUA, isolar economicamente o Iraque e obrigá-lo assim a retirar do Kuwait, porque a sua economia, baseada essencialmente no petróleo, estava muito dependente das importações, nomeadamente, de produtos alimentares e medicamentos, entre outros.

²⁷ Os EUA, na sua política para resolução do conflito, optaram por formar uma Coligação Multinacional, por um lado, para partilharem com os países aliados e outros os custos do conflito, por outro lado, para unirem à sua volta o maior número de países árabes e isolar o Iraque sendo por isso mais fácil combatê-lo.

²⁸ O único mecanismo de Gestão de Crises, exclusivamente europeu, é a UEO, no entanto, durante o período da Guerra Fria esteve praticamente inoperacional. No seio da UEO, por um lado, não houve consenso dos países membros quanto a uma política concertada para a resolução do conflito, por outro lado, esta organização não tinha atribuídas forças permanentes e dependia das forças da NATO.

²⁹ Saddam Hussein pretendia unir os países árabes em torno da sua causa – *nação árabe* - e atacar Israel, porque sabia que este país jamais deixaria de responder a um ataque árabe. Por outro lado, se Israel ripostasse, alguns dos países árabes que integravam a Coligação Multinacional iriam abandoná-la passando a apoiá-lo, provocando assim a desintegração da Coligação sendo mais fácil vencer o que restasse desta Coligação.

³⁰ Para o efeito, os EUA prometeram a Israel ajuda financeira e apoio militar (colocação de baterias de mísseis Patriot em solo israelita para defesa do território contra os mísseis iraquianos Scud), porque a entrada de Israel na guerra provocaria a desagregação da Coligação Multinacional. ver Anexo P.

³¹ FELGAS, Brig Hélio, Da Crise à Guerra do Golfo Pérsico, Revista Militar, nº 7-8, Julho-Agosto de 1991, pág. 447.

³² Destituição de Saddam Hussein do poder no Iraque e receio de que os xiitas iraquianos assumissem o poder e criassem condições para a expansão do fundamentalismo islâmico do Irão na região do Médio Oriente.

³³ ALBA, Contramirante Jesus Salgado, La Crisis del Golfo – Consecuencias y Enseñanzas, Revista Ejército, Nº 611, DEZEMBRO DE 1990, pág. 10.

³⁴ FELGAS, Brig Hélio, op. cit. (31), pág. 449.

³⁵ EUA, URSS, Índia e Argélia.

³⁶ KODMANI-DARWISH, Bassma, Que Faire de l’Irak, Politique Étrangère, Institut des Relations Internationales, nº 4/90, pág. 775.

³⁷ Estes foram os objectivos difundidos, no entanto, sabemos que os reais objectivos dos EUA eram garantir o livre acesso aos recursos petrolíferos do Médio Oriente, reduzir a capacidade militar iraquiana para evitar as suas tendências expansionistas na região, evitar a união da “nação árabe” e assumir o seu papel de polícia mundial ao serviço das Nações Unidas.

³⁸ De acordo com o Conceito Estratégico que vigorou até à Cimeira de Roma, em Novembro de 1991, a NATO era uma organização baseada no direito de auto defesa, individual e colectiva, contra qualquer agressão externa.

³⁹ Para o General Kaulza de Arriaga (Estratégia – Sumários, IAEM, 1966, pág. 30) a **Estratégia Indirecta** é caracterizada pela fuga ao encontro militar enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem encontro militar. (...) Quando a acção militar se torna inevitável, fuga ao encontro terrestre decisivo enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem encontro terrestre. Para tanto recorre-se à dificuldade de comunicações marítimas ou, se possível, bloqueio marítimo e à dificuldade das comunicações aéreas e deterioração ou, se possível, destruição dos complexos psicológico, económico e militar.

Quando a acção terrestre se torna inevitável, fuga ao encontro decisivo enquanto o adversário não estiver em inferioridade, se possível mesmo conseguindo o sucesso sem tal encontro. Para tanto recorre-se à aproximação indirecta, à retirada, à acção sobre as retaguardas, à acção retardadora e à flagelação.

Capítulo II – A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

⁴⁰ Ao nível da Estratégia Total.

⁴¹ Department of Defense of United States of América, Conduct of the Persian the Gulf Conflict- An Interim Report to Congress, pág. 1-1.

⁴² Ao nível das Estratégias Gerais.

⁴³ Department of Defense of United States of América, op. cit. (41), pág. 1-1.



- ⁴⁴ Ao nível das Estratégias Particulares.
- ⁴⁵ VIANA, Major Rodrigues, op. cit. (17), pág. 43.
- ⁴⁶ Para a Coligação Multinacional contribuíam 29 países com armamento e equipamento diverso, provocando alguns problemas de interoperabilidade.
- ⁴⁷ A opinião pública americana foi despertada para este problema, essencialmente, devido à intensa campanha de contrapropaganda conduzida pelo Iraque para evitar a formação da Coligação Multinacional e agitar as opiniões públicas ocidentais.
- ⁴⁸ De acordo com o General Cabral Couto (Elementos de Estratégia, IAEM, Vol. I, pág. 159), uma **Guerra Limitada** ocorre quando:
- é confinada a uma área geográfica bem definida;
 - não se recorre a todos os sistemas de armas disponíveis;
 - ou se limita o emprego de sistemas de armas disponíveis a objectivos específicos.
- ⁴⁹- Destruir os meios da rede de Comando e Controlo de Saddam Hussein;
- Neutralizar o sistema de radares e mísseis antiaéreos SAM e flagelar a Força Aérea;
 - Destruir fábricas, depósitos e laboratórios que apoiavam o Exército Iraquiano;
 - Destruir pistas de aterragem, portos, auto-estradas e pontes;
 - Reduzir o potencial de combate iraquiano, incluindo a sua tropa de Elite (Guarda Republicana).
- ⁵⁰ Aviões AWACS para coordenação da operação aérea; aviões EF Raven, EA-EB Prowler e EC 130 Compass Call que protegiam as aeronaves da Coligação da guerra electrónica inimiga, além de realizarem acções de GE sobre o inimigo; aviões de ataque Tornado GR-1, A-10, A6, F-15E, etc.
- ⁵¹ VIANA, Major Rodrigues, O Conflito do Golfo Pérsico, op. cit. (17), pág. 66.
- ⁵²- Participar na campanha aérea, com as suas aeronaves, de acordo com a Ordem de Operações;
- Estabelecer o controlo marítimo e conduzir operações MCM (mine e countermine measures) no Golfo Pérsico;
 - Atacar infra-estruturas navais (portos e ancoradouros) que ameaçassem as operações navais.
- ⁵³- Continuar a executar as tarefas das fases I e II;
- Conduzir fintas e demonstrações no TO;
 - Preparar-se para executar um assalto anfíbio em coordenação com a Componente do Corpo de Marines (MARCENT), próximo de Ash Shuaybah.
- ⁵⁴ Para cumprir a sua missão, a Marinha da Coligação deslocou meios navais para o Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mediterrâneo.
- ⁵⁵ Era também um pré-requisito para o lançamento das operações anfíbias sobre o Kuwait, durante a ofensiva terrestre.
- ⁵⁶ Segundo a Revista Time de 28 de Janeiro de 1991, no Golfo Pérsico, entre outros, estavam estacionados os seguintes vasos de guerra dos EUA:
- Porta Aviões: Midway e Ranger;
 - Navios de Guerra: Wisconsin e Missouri.
- No Mar Vermelho, entre outros, estavam estacionados os seguintes vasos de guerra dos EUA:
- Porta Aviões: Saratoga, Kennedy, Theodore Roosevelt e América.
- Além destes meios, para a Coligação contribuíram os seguintes países:
- **EUA**: mais de 100 navios;
 - **Reino Unido**: 15 navios;
 - **França**: 14 navios;
 - **Itália**: 10 navios;
 - **Bélgica**: 6 navios;
 - **Alemanha**: 5 navios de desminagem;
 - **Espanha e URSS**: 4 navios;
 - **Austrália, Canada e Holanda**: 3 navios;
 - **Argentina e Turquia**: 2 navios;
 - **Dinamarca, Grécia, Noruega e Portugal**: 1 navios. (Ver também Anexo H).
- ⁵⁷ Tempestade no Deserto: uma revisão da Guerra, do Tempo e da Substituição; <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/glist.html>.
- ⁵⁸ Gulf War Air Power Survey dirigido pelo Prof. Eliot Cohen, da John Hopkins University, realizou uma avaliação do poder aéreo na Guerra do Golfo.
- ⁵⁹- Atacar ao longo das fronteiras da Arábia Saudita com o Iraque e Kuwait executando envolvimento às forças iraquianas com o XVIII e XV CE.
- Caso houvesse qualquer imprevisto, estava também previsto um plano de contingência que incluía um desembarque anfíbio, contudo, as baixas iriam aumentar consideravelmente.



- ⁶⁰ Para provar este aspecto podemos referir que o ritmo de progressão era cerca de 45 Km/h, o que é impensável numa ofensiva convencional terrestre.
- ⁶¹ Air Land Battle Doctrine.
- ⁶² O conceito de Batalha Aero-terrestre foi desenvolvido pelo Exército e Força Aérea Americana nos finais dos anos 80 princípios dos anos 90, com o objectivo de obter uma forma de actuação para as Forças da NATO, que fosse capaz de vencer as Forças do Pacto de Varsóvia, numericamente superiores no TO europeu, no caso de eclosão duma 3ª Guerra Mundial.
A ideia base era que uma força numericamente inferior, mas dotada com uma forte componente tecnológica, aliava as forças terrestres ao vector aéreo de forma sincronizada para vencer uma força numericamente superior. Para justificar esta opção, diziam que uma força mais pequena podia mover-se mais rapidamente que o adversário e atacar em qualquer direcção cercando o inimigo.
Para a materialização desta doutrina não bastava lançar pára-quedistas na retaguarda do inimigo, se não existissem meios terrestres rápidos, com capacidade de protecção e poder de fogo, para fazer a junção. Assim, conceberam os CC M1A1 ABRAMS e a viatura de combate de infantaria M2 – BRAKDLEY. Para potenciar o poder de fogo e choque daqueles meios, surgiram os helicópteros que não tinham as limitações de movimentos dos meios terrestres e constituíam-se numa poderosa arma ACar, surgem então os helicópteros de ataque AH G4 APACHE.
- ⁶³ Na manobra da Coligação houve alguma descoordenação, por isso surgiram situações em que CC da Coligação abateram CC aliados e também se verificou helis dos EUA a abaterem CC da Coligação. O sistema de detecção “amigo-inimigo” era deficiente e por isso a maior parte das baixas da Coligação foram devidas a acções das próprias forças da Coligação.
- ⁶⁴ FELGAS, Brig. Hélio, A Guerra no Golfo, Revista Militar, nº 10 de Outubro de 1991, pág. 616 – 617
- ⁶⁵ FELGAS, Brig. Hélio, op. cit. (64), pág. 617.
- ⁶⁶ Onde salientamos os satélites militares e civis que forneceram todas as informações necessárias à Coligação e a tecnologia de ponta, nomeadamente, aeronaves invisíveis aos radares, o GPS, entre outros.

Capítulo III – A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

- ⁶⁷ PAGONIS, Ten Gen William G. e RAUGH Jr, Maj Harold E. (Exército dos EUA), Good Logistics is Combat Power – The Logistics Sustainment of Operation Desert Storm, Military Review, The Professional Journal of the United States, September 1991, pág. 29.
- ⁶⁸ PAGONIS, Ten Gen William G. e KRAUSE, Cor. D. (Exército dos EUA), Observações sobre a Logística na Guerra do Golfo, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág. 41.
- ⁶⁹ PAGONIS, Ten Gen William G. e RAUGH Jr, Maj Harold E. (Exército dos EUA), op. cit. (67), pág. 30.
- ⁷⁰ Este Comando Logístico incluía os seguintes Comandos: Transportes; Pessoal; Policia do Exército (responsável pelos Prisioneiros de Guerra); Abastecimentos de Classe III; Administração de Material de Guerra; uma Agência de Controlo de Movimentos do Exército no TO e, vários Grupos de Apoio de Área, além dos meios centralizados de administração, contratação e entidades de apoio da nação hospedeira (HNS).
- ⁷¹ Dhahran – Al-Jubail – Cidade Militar Rei Khaled
- ⁷² Cidade Militar Rei Khaled - Riade
- ⁷³ MONTEIRO, Major Joaquim Formeiro, A Logística na Crise do Golfo: algumas conclusões, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág.72.
- ⁷⁴ MONTEIRO, Major Joaquim Formeiro, op. cit., pág. 79.
- ⁷⁵ SALOMON, Ten Gen Leon E. e BANKIRER, TCor Harold (EUA), CASCOM: Provendo os Meios para a Vitoria, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág. 20.

Capítulo IV – CONSEQUÊNCIAS POLITICAS, ESTRATÉGICAS, OPERACIONAIS, LOGISTICAS, TÁCTICAS E PRINCIPAIS LIÇÕES

- ⁷⁶ BOK, Georges Tan Eng, Desert Storm Évalué par l’APL, Revista Strategique, nº 51/52, Ano 1991, pág. 239 a 247.

Capítulo V – PROSPECTIVAS

- ⁷⁷ Departamento responsável pelo estudo, experimentação e aplicação da Doutrina no Exército Americano.
- ⁷⁸ È uma força organizada com base na informação, nas tecnologias de informação e na forma de explorar o seu efeito sinérgico nas organizações.
- ⁷⁹ BRINKERHOFF, Coronel John R. (Exército dos EUA), Military Review, 3º Trim. 1998, Ed. Brasileira, pág. 45.



- ⁸⁰ Exercício no âmbito das Operações de Apoio à Paz (OAP) decorreu com base num QG sediado em terra.
- ⁸¹ Exercício no âmbito das OAP envolveu os dois Comandos Supremos – SACEUR e SACLANT – e baseou-se num QG sediado no mar a bordo do Porta-aviões USS Mount Whitney.
- ⁸² Artº 275 – Forças Armadas, da Constituição da República Portuguesa e Artº 2 – Missões das Forças Armadas, da Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas
- ⁸³ BARRENTO, General António Martins, Redimensionamento das Forças Armadas, Revista Militar, nº4, Abril de 1997, págs.293 e 294.
- ⁸⁴ 2ª Lei de Programação Militar aprovada através do Decreto-Lei 50/93 de 26 de Fevereiro, avigorar enter 1993 e 97.
- ⁸⁵ Decreto-Lei nº 50/93, de 26 de Fevereiro
- ⁸⁶ - **Forças de Projecção do Exército (FOP)**, constituindo o primeiro nível de resposta do Exército para situações de contingência. São forças com uma constituição modular de modo a possibilitarem a sua integração em forças multinacionais;
- **Forças de Reserva do Exército (FORES)**, constituídas por unidades do SFN não incluído nas FOP;
- **Forças de Reforço (FOREF)**, que serão constituídas por convocação e mobilização e destinam-se a completar o SFN.
- ⁸⁷ De acordo com as DPF/CEMGFA/99 as missões de alta probabilidade que poderão ser cometidas às Forças Armadas são as seguintes:
- Missões de vigilância do EEINP;
 - Missões de interesse do Estado, no âmbito da ONU ou organizações regionais de defesa e segurança, em apoio à política externa e diplomacia preventiva;
 - Missões humanitárias no mesmo âmbito;
 - Missões para salvaguarda da segurança de cidadãos nacionais fora do TN;
 - Missões de interesse público de outras estruturas do Estado.
- ⁸⁸ A Directiva n 126/CEME/98 define como objectivo estrutural mínimo para o Exército, em termos de pessoal, os seguintes efectivos:
- 7.000 militares do QP (Oficiais e Sargentos);
 - 1.500 militares do RC (Oficiais e Sargentos);
 - 16.000 militares do RC (Praças);
 - 6.000 Civis.
- ⁸⁹ Bósnia, Kosovo e Timor.
- ⁹⁰ Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/99, define a doutrina para as Forças Especiais em operações conjuntas.
- ⁹¹ **EEINP** (Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente), definido como um espaço onde os interesses vitais do Estado Português se realizam.



Bibliografia



Bibliografia

1. Livros

- AAVV, Military Lessons of the Golf War, GreenHill Books, London.
- ARRIAGA, General Kaulza, Estratégia- Sumário, IAEM, Vol. I, 1966.
- CARVALHO, Virgílio, O Golfo e o Futuro – Consequências da Crise do Golfo para a Nova Ordem Internacional, Difel, Difusão Editorial, Lda, Lisboa.
- CONRAD, Scott W., Moving the Desert Force – Desert Storm and Beyond, Institute for National Strategic Studies, National Defense University - McNair Paper 32, December 1994.
- DARWISH, Adel e Gregory Alexander, Guerra do Golfo – Historia Secreta da Guerra de Saddam – O que não veio nos Jornais, “Edições Europa” – América, 2ª Edição, pág. 349 a 364.
- Department of Defense of United States of América, Conduct of the Persian the Gulf Conflict- An Interim Report to Congress, Department of Defense, United States of América, Julho de 1991.
- GORDON, Michael R. e General Bernard E. Trainor, The Generals’ War – The Inside Story Of The Conflit In The Golf, Little, Brown and Company, New York.
- OLIVEIRA, TCor Pilav Rui Mora de, Estratégia Aeroespacial – Ciclos de Evolução e Perspectivas Futuras, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, 1993, pág. 110 a 142.
- PAGONIS, Tenente-General William G., Moving Mountains – Lessons in Leaders Ship and Logistics from the Golf War, Havard Business School Press, Boston.
- PETRE, Peter, General H. Norman Schwarzkopf - The Autobiography – It Doesn’t Take a Hero, Bantam Books, New York.
- COUTO, General Abel Cabral, Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso, IAEM, Vol. I, 1988.
- VIANA, Major António Victor D. Rodrigues, O Novo Ambiente Estratégico, IAEM, NC 70-10-15, Dec.94, pág.2-3.



2. Directivas e Legislação

- Despacho n 316/CEME/98, Criação de Forças de Projecção do Exército.
- Directiva de Planeamento de Forças do General CEMGFA de 1999.
- Directiva n 126/CEME/98.
- Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/99, Doutrina para as Forças Especiais em Operações Conjuntas.
- Lei nº 34/86 de 2 Setembro – Reequipamento das Forças Armadas, Diário da República, I Série, nº20, pág. 2291 a 2292.
- Lei nº 15/87 de 30Maio – 1ª Lei de Programação Militar, Diário da República, I Série, nº 124, pág. 2151 a 2155.
- Dec-Lei Nº 50/93 de 26Fev – Lei Orgânica do Exército, Diário da República, I Série A, nº 48, pág. 823 a 828.
- Lei nº 67/93 de 31Ago – 2ª Lei de Programação Militar, Diário da República, I Série A, nº 264, pág. 4590 a 4592.
- Lei nº 17/97 de 07Jun - Revisão da 2ª Lei de Programação Militar (Lei nº 67/93 de 31Ago), Diário da República, I Série A, nº 131, pág. 2800 a 2801.
- Lei nº 50/98 de 17Ago – Lei de Programação Militar, Diário da República, I Série A, nº 188, pág. 4012 a 4013.

3. Revistas e Jornais

- AAVV, A Reestruturação do Exército, Jornal do Exército, nº 414/415 – Junho/Julho 1994, pág. 8 e 9.
- AAVV, Eventos da Guerra do Golfo, Military Review, 3º trimestre de 1992, Ed. Brasileira, pág. 2 a 21.
- AAVV, Forças em Presença, Military Review, 3º trimestre de 1992, Ed. Brasileira, pág. 22 e 23.
- AAVV, Reequipamento do Exército, Jornal do Exército, nº 414/415 – Junho/Julho 1994, pág. 9.
- AAVV, Resoluções da ONU, Military Review, 3º trimestre de 1992, Ed. Brasileira, pág. 24.
- ABAD, Comandante de Ingenieros DEM Rafael Comas, La Guerra del Golfo y el Futuro Modelo de las FAS Españolas, Revista Ejército nº 620, Setembro 1991, pág. 6 a 13.



- ALBA, Contramirante Jesus Salgado, La Crisis del Golfo – Consecuencias y Enseñanzas, Revista Ejército n° 611, Dezembro 1990, pág. 10 a 12.
- ALVES, Dr. Manuel José, Os Desafios do Exército, Jornal do Exército, n° 389, Maio de 1992, pág. 23 a 25.
- ALVES, Dr. Manuel José, Os Desafios do Exército (continuação), Jornal do Exército, n° 390, Junho de 1992, pág. 30 e 31.
- BARRENTO, General António Martins, Redimensionamento das Forças Armadas, Revista Militar, n°4, Abril de 1997, págs.293 e 294.
- BEYER, Lisa, Iraq's Power Grab, Time International, n° 33 de 13Ago90, pág. 8 a 13.
- BEYER, Lisa, The Crude Enforcer, Time International, n° 32 de 06Ago90, pág. 32 a 34.
- BEYER, Lisa, The World Closes In, Time International, n° 34 de 20Ago90, pág. 14 a 17.
- BOBO, Teniente General Angel Santos, La Guerra del Golfo – Consideraciones ante la Ofensiva Final, Revista Ejército n° 615, Abril de 1991, pág. 6 a 12.
- BOK, Georges Tan Eng, Desert Storm Évalué parl'APL, Revista Strategique n° 51/52, Ano 1992; pág. 239 a 247.
- BRAME, Major William L., A Desert Storm e o Planejamento Logístico, Military Review, , Ed. Brasileira 4th Quarter, 1992, pág. 21 a 30.
- BRINKERHOFF, Coronel John R. (Exército dos EUA), Military Review, 3° Trim. 1998, Ed. Brasileira, pág. 45 a 52.
- CAÑADO, TCol de Infanteria Santiago Guerra, El Conflito del Golfo Pérsico: Reflexiones Militares Revista Ejército n° 615, Abril de 1991, pág. 14 a 18.
- CASTELLARY, Capitàn de Caballeria Enrique Manglano, Modelo Informativo Aliado En La Guerra del Golfo, Revista Ejército n° 623, Dezembro de 1991, pág.6 a 14.
- CASTRO, General Sebastião José Ramos de, Considerações sobre a Guerra do Golfo Pérsico, A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros, n° 752, Abril - Junho de 1991, pág. 6 a 10.



- CHURCH, George J., So Far, So Good, Time International, nº 4 de 28Jan91, pág. 14 a 21.
- DOMINGUEZ, Capitan Caballeria Joaquim Peñas, Los Medios de las Operaciones Psicologicas, Revista Ejército nº 678. Dezembro de 1996, pág. 57 a 62.
- DUARTE, Dr. António Paulo David Silva, A Guerra do Golfo: Um Estudo Técnico – Militar, do Material à Doutrina, Revista Militar, nº 4, Abril de 1997, pág. 305 a 346.
- ENAMORADO, Alférez de Infanteria Javier Jordán (SEFOCUMA), Irak – Um Problema sin Resolver, Revista Ejército nº 701, Julho-Agosto de 1999, pág. 18.
- FELGAS, Brigadeiro Hélio, Da Crise à Guerra do Golfo Pérsico, Revista Militar nº 7-8, Julho - Agosto de 1991, pág. 427 a 456.
- FELGAS, Brigadeiro Hélio, Da Crise à Guerra do Golfo Pérsico – II Parte – A Guerra do Golfo Pérsico, Revista Militar nº 10, Outubro de 1991, pág. 599 a 636.
- FELGAS, Brigadeiro Hélio, Números da Guerra do Golfo, Jornal do Exército nº 382, Outubro de 1991, pág. 18 e 19.
- FELGAS, Brigadeiro Hélio, Custos da Guerra do Golfo, Jornal do Exército nº 388, Abril de 1992, pág. 24 a 25.
- FERREIRA, TCor Pilav João J. Brandão, Reflexões Sobre o Conflito do Golfo, Bóina Verde nº156, Janeiro - Março de 1991, pág. 8 a 11.
- FLORES, Capitán de Ingenieros Francisco José Seijo, Alta Tecnologia en la Guerra del Golfo, Revista Ejército nº 621, Outubro de 1991, pág. 14 a 17.
- GERE, François, La Stratégie Intégrale des Etats-Unis ou une Leçon de Guerre Democratique, Stratégique, 3º e 4º Trimestres, nº 51-52, 1991, pág. 85 a 112.
- HORNER, Major-General Charles A. (EUA), A Campanha Aérea, Military Review, 3º trimestre de 1992, Ed. Brasileira, pág. 43 a 57.
- KODMANI-DARWISH, Bassma, Que Faire de l'Irak, Politique Étrangère, Institut des Relations Internationales, nº 4/90, pág. 775 a 792.



- KRAMER, Michael, Wait a Minute, Time International, nº 45 de 05Nov90, pág. 10 a 12.
- LAMAZIÈRE, Georges, O fim da Guerra Fria, A Guerra do Golfo e a Noção de “Nova Ordem Mundial”, Revista Política Externa, Volume 4, nº 4, Março – Abril - Maio, pág.63 a 82.
- LÓPEZ, Alférez Cadete da Academia de Infanteria Juan Luis Baeza, Acción Psicológica en el conflicto del Golfo, Revista Ejército nº 627, Abril de 1992, pág. 94 a 98.
- MACEDONIA, Major Michael R. (EUA), Tecnologia da Informação na Operação Desert Storm, Military Review, Ed. Brasileira 1st Quarter 1993, pág. 30 a 39.
- MÉNDEZ, General José Sanchez, La Guerra Aérea en El Golfo, Revista Ejército nº 616, Maio de 1991, pág. 18 a 25.
- MONTEIRO, Major Inf. Artur Pina, Guerra do Golfo – O Sucesso da Manobra Terrestre, Jornal do Exército nº 378, Junho de 1991, pág. 20 a 23.
- MONTEIRO, Major Inf. Artur Pina, Teatro de Guerra do Médio Oriente – Factos, Dados e Reflexões, Jornal do Exército nº 374, Fevereiro de 1991, pág. 21 a 24.
- MONTEIRO, Major Joaquim Formeiro (Portugal), A Logística na crise do Golfo: Algumas Conclusões, Military Review, Ed. Brasileira 4th Quarter, 1992, pág. 72 a 79.
- MONTEIRO, TCor Art Joaquim Formeiro, A Revolução da Informação e as suas Implicações no Domínio da Segurança e da Defesa, Boletim do IAEM, nº 50 de Outubro de 1999, pág. 65 a 69.
- NASCIMENTO, 1º Sargento Artª Ramos, Acção Psicológica no Conflito do Golfo, Revista de Artilharia nº 809-810, Janeiro/Fevereiro de 1993, pág. 237 a 242.
- NETO, Ricardo Bonalume, O Massacre Aéreo da Guerra do Golfo, Revista do Exército Brasileiro, Vol. nº 134, 3º Trimestre de 1997, pág. 63 a 71.
- NUNES, TCor Tavares, Certezas, Interrogações e Pistas para Reflexão sobre a Intervenção norte-americana no Iraque, Revista do Exército, nº 449/470, Janeiro/Fevereiro de 1999, pág. 26 a 31.
- PAGONIS, Tenente-General William G. e KRAUSE, Cor. Michael D. (EUA), A Logística na Guerra do Golfo, Military Review, Ed. Brasileira 4th Quarter 1992, pág. 2 a 12.



- PAGONIS, Tenente-General William G. e RAUGH Jr., Maj Harold E. (Exército dos EUA), Good Logistics is Combat Power – The Logistics Sustainment of Operation Desert Storm, Military Review, The Professional Journal of the U. S., September 1991, pág. 28 a 39.
- PAGONIS, Tenente-General William G. e KRAUSE, Cor. Michael D. (EUA), Observações Sobre a Logística na Guerra do Golfo, Military Review, Edição Brasileira 4th Quarter 1992, pág. 38 a 49.
- PARSONS, Sir Anthony, L’Occident, l’Irak et le Pétrole, Politique Étrangère, Institut des Relations Internationales, n° 4/90, pág. 767 a 773.
- PILA, Cmdt de Ingenieros DEM Jesus Argumosa, La Crisis del Golfo - La Busca del Equilibrio, Revista Ejército n° 612, Janeiro de 1991, pág. 6 a 13.
- RIOJA, Coronel de Caballeria DEM Miguel Jiménez, Análisis Económico de la Guerra del Golfo, Revista Ejército n° 624, Janeiro de 1992, pág. 34 a 42.
- RIOJA, Coronel de Caballeria DEM Miguel Jiménez, Las Repercusiones Económicas de la Crisis del Golfo, Revista Ejército n° 613, Fevereiro de 1991, pág. 20 a 29.
- ROCHA, General Octávio de Cerqueira, Exército – as Directivas da Reestruturação, OGRAF/Ex 1997.
- RODILES, Coronel de Infanteria DEM Felipe Quero, Dimensión Mediterranea de la Crisis del Golfo, Revista Ejército n° 613, Fevereiro de 1991, pág. 12 a 19.
- SALOMON, Tenente-General Leon E. e BANKIRER, TCor Harold (EUA), CASCOM: Provendo os Meios para a Victoria, Military Review, Ed. Brasileira, 4th Quarter 1992, pág.13 a 20.
- VIANA, Major António Victor D. Rodrigues, O Conflito do Golfo Pérsico, Boletim do IAEM n° 30 de 21 de Novembro de 1993, pág. 25 a 66.

4. Internet

- Airpower in Operation Desert Storm, <http://www.fas.org/man/dod-101/ops/docs/airpower.htm>;
- Baghdad Bombing, <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/fogofwar/analysis.htm>;
- Censura de Guerra, <http://www.sergiomattos.com.br/censura9.html>;
- Chapter VI - The Air Campaign, http://es.rice.edu/projects/Poli378/Gulf/gwtxt_ch.html;



- Chapter VI - The Air Campaign – Execution, http://www.fas.org/irp/imint/docs/cpgw6/cpgw_ch6_execute.html;
- Chapter VI - The Air Campaign – Planning, http://www.fas.org/irp/imint/docs/cpgw6/cpgw_ch6_plan.html;
- Chapter VI - The Air Campaign – Results, http://www.fas.org/irp/imint/docs/cpgw6/cpgw_ch6_results.html;
- Chapter VII - The Maritime Campaign http://es.rice.edu/projects/Poli378/Gulf/gwtxt_ch7.html;
- Chapter VIII - The Ground Campaign, http://es.rice.edu/projects/Poli378/Gulf/gwtxt_ch8.html;
- Chronology: Important Events, <http://www.desert-storm.com/War/chronology.html>;
- Guerra no Golfo: censura e propaganda, <http://www.jahr.org/nel/artigos/golfo.html>;
- Gulf War, <http://www.netwizards.net/~cryan/war.html>;
- Instant Thunder, <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/fogofwar/docinstant.htm>;
- Masterminding an Air War, <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/fogofwar/wargoals.htm>;
- Military Presence Allied Forces, <http://www.desert-storm.com/War/nations.html>;
- Murky Ending Clouds Desert Storm Legacy, <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/fogofwar/intro.htm>;
- National Security Directive 54, <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/fogofwar-National Security Directive 54.htm>;
- Operation Desert Storm, <http://www.desert-storm.com/>;
- Tempestade no Deserto: uma revisão da Guerra, do Tempo e da Substituição, <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/glister.html>.



AGRADECIMENTOS

No fim deste trabalho, que materializa todas as sinergias ao longo de cerca de um ano e meio de curso, queríamos agradecer todo o apoio e compreensão da família.

È também muito justo agradecer todo o apoio do professor orientador, Major Inf Maia Pereira e o apoio prestado pelas senhoras da Biblioteca do IAEM que nos pouparam inúmeras horas de trabalho de pesquisa.



Anexos



Anexo A – FIGURAS



Fig. 1 – A reduzida costa marítima do Iraque e as áreas em disputa.



Fig. 2 – O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena a invasão do Kuwait.

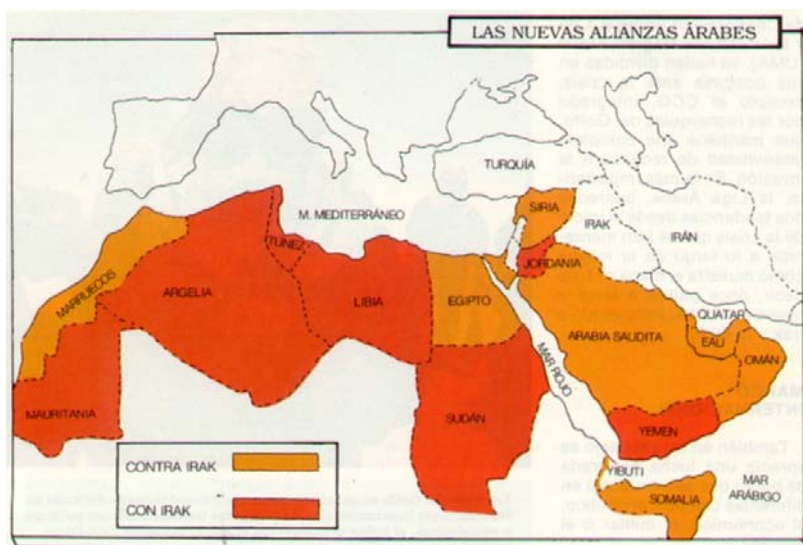


Fig. 3 – A divisão do Países Árabes durante a Guerra do Golfo Pérsico (pró e contra Saddam Hussein).



Fig. 4 – As negociações entre James Baker e Tariq Aziz, a 9Jan91 em Genebra, acabam por ser um fracasso.

DIPLOMACY: Saddam's move presents leaders like Gorbachev, Bush, Thatcher and Shamir with an unexpected test: Will nations pay the necessary price to assure peace and stability in the post-cold war world?

Mikhail Gorbachev (URSS)
George Bush (EUA)
Yitzhak Shamir (Israel)
Margaret Thatcher (Reino Unido)

SHAPERS OF AMERICA'S GULF POLICY

Glaspie
During a one-on-one talk, the ambassador told Saddam the U.S. wanted better relations and would not interfere in disputes between Arab states.

Baker
The Secretary of State was convinced by moderate Arab leaders, including the Kuwaitis, that Iraq was not planning to invade Kuwait.

Mubarak
The Egyptian President reported to Washington that Saddam had personally assured him that he would not mount an invasion.

Metzenbaum
Like several other Senators, he flew to Baghdad for talks and was impressed by Saddam's claims to be seeking peace and prosperity.

Sec Geral da ONU
Peres de Cuellar

KING FAHD
Closer ties with the U.S. and any moves toward greater political openness may invite a backlash from the religious right in puritanical Saudi Arabia.

HOSNI MUBARAK
Because he has stood so resolutely with the West, the Egyptian President may become a target of coup plotters and terrorists.

KING HUSSEIN
Jordan could be buffeted by internal divisions, reverberations from a failure to resolve the Palestinian question and economic collapse, threatening the monarch's rule.

YASSER ARAFAT
Even though they sided with Saddam, the Palestinians could finally wind up with a homeland. If they do not, the forces of extremism will rock the already shaky P.L.O.

HAFEZ ASSAD
Syria's President will rush to fill Saddam's shoes as the paramount Pan-Arabist, and his new friendships with the West might help him achieve his ambition.

Turkey's Ozal: looking for closer ties

John Major (Reino Unido)

Mubarak (Egipto)
Saddam Hussein (Iraque)
Yasser Arafat (OLP)

“The U.N. has the power to suppress acts of aggression. There is ample evidence that this right can be exercised. It will be if the illegal occupation of Kuwait continues.”
— Eduard Shevardnadze
Soviet Foreign Minister

“Not one gesture, not one word from the President of Iraq has given us a glimpse, a hope of reconciliation.”
— François Mitterrand
French President

“If Saddam Hussein can leave peacefully, that's better for all of us. If not, something has to happen to get Saddam Hussein out of Kuwait.”
— Prince Bandar bin Sultan al-Saud
Saudi Ambassador to the U.S.

Diplomacia Russa

“[Saddam's] behavior so far would indicate that he doesn't believe the U.S. is serious. He's wrong.”
JAMES BAKER

“[Iraq] does not fear pressure and does not determine its attitude under threats and intimidation.”
TARIQ AZIZ

Bright spot: a joint statement from foreign ministers

Fig. 5 – O Jogo Diplomático que antecedeu a Guerra do Golfo.

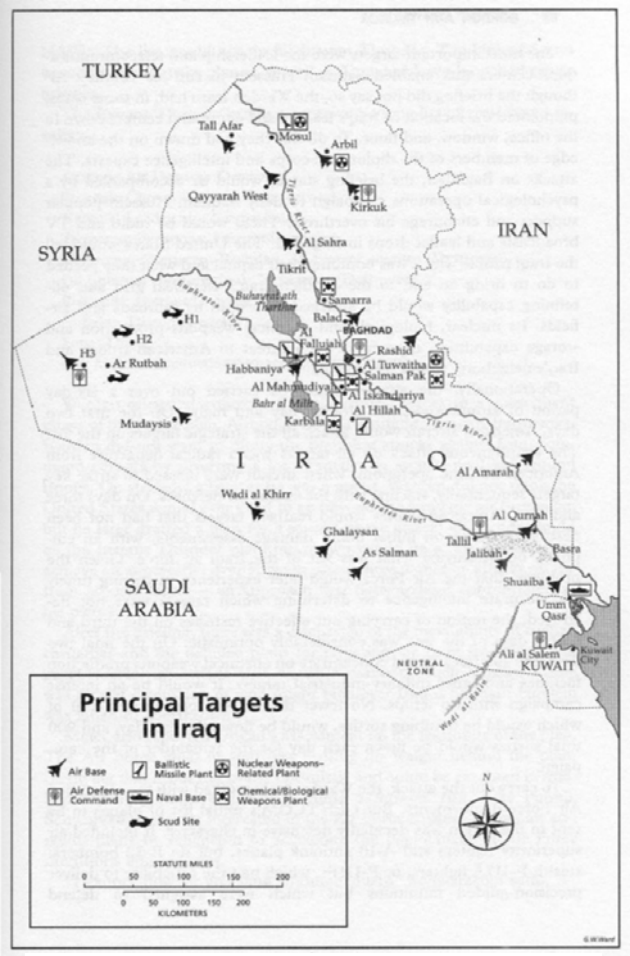


Fig. 6 – Os principais alvos para a Coligação Multinacional, no Iraque.

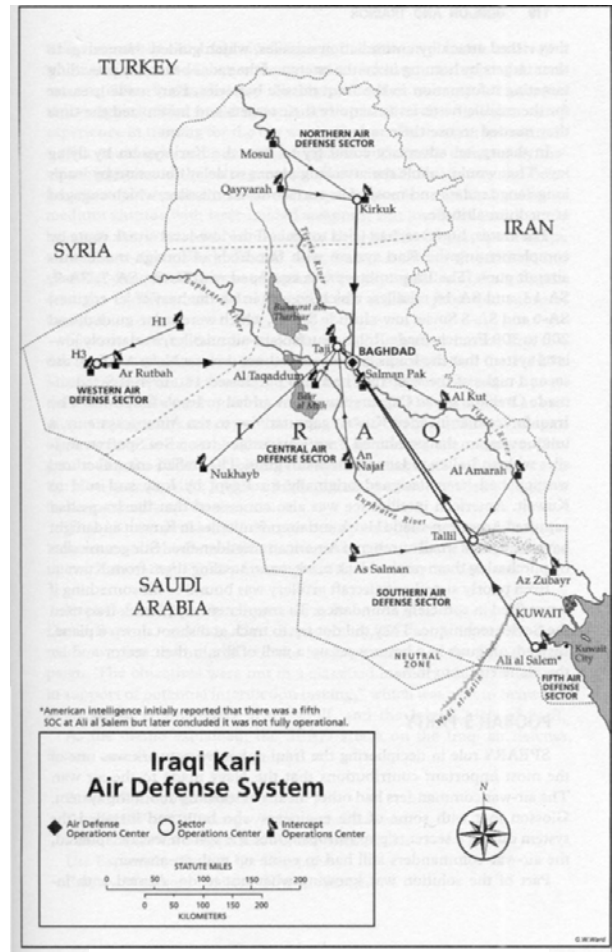


Fig. 7 – Sistema de Defesa Antiaérea Iraquiano.

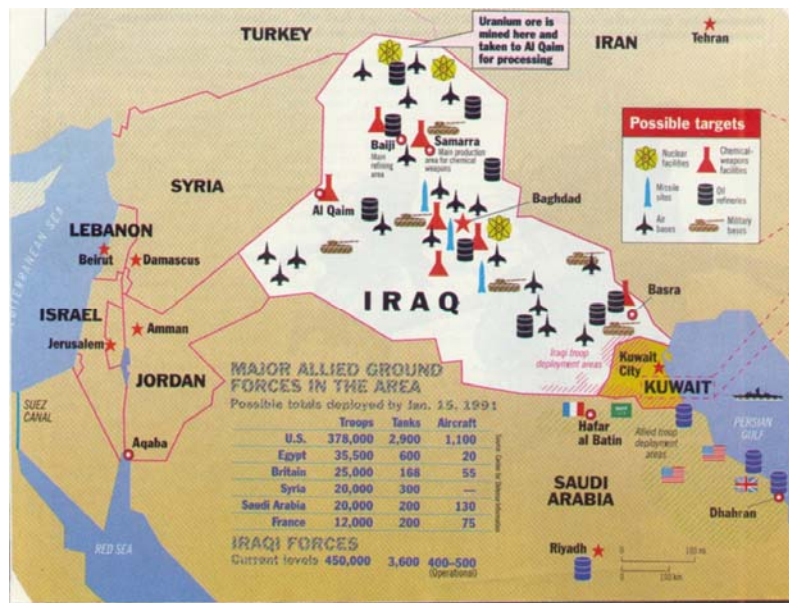


Fig. 8 – Potenciais alvos nucleares no Iraque.



Anexo B – SÍNTESE HISTÓRICA DO IRAQUE

1534 - Os turcos otomanos, sob o comando de Suleimão, o Magnífico, conquistam Bagdad.

1917 - Os otomanos cedem o controlo de Bagdad à Inglaterra.

3 de Outubro de 1918 - O domínio otomano sobre os árabes cessa, simbolicamente, quando o Exército beduíno de Faisal, filho de Sharif Hussein de Hijaz e chefe da revolta árabe contra os turcos, entra em Damasco.

2 de Junho de 1920 - Sublevações tribais generalizadas no Iraque contra o domínio militar inglês.

24 de Julho de 1920 - Forças francesas derrubam Faisal e ocupam Damasco. Inicia-se o mandato francês sobre a Síria.

27 de Agosto de 1921 - A Inglaterra instala Faisal como rei no Iraque, sob mandato da Liga das Nações. Faisal é acompanhado por um séquito de apoiantes iraquianos dos tempos da revolta árabe. Satia al-Husri, um pensador sírio pan-árabe, chega com Faisal e, gradualmente, assume controlo do sistema educativo.

10 de Outubro de 1922 - É assinado o tratado anglo-iraquiano, que estabelece o âmbito do envolvimento da Inglaterra nos assuntos iraquianos.

16 de Novembro de 1930 - O Parlamento iraquiano ratifica o novo tratado anglo-iraquiano que estabelece a data de cessação do mandato inglês sobre o Iraque, em condições favoráveis à Inglaterra.

3 de Outubro de 1932 - O Estado independente do Iraque é admitido na Liga das Nações.

13 de Dezembro de 1932 - Aparece no Iraque a primeira proclamação comunista, escrita à mão por “Fahd”, o futuro líder do Partido Comunista do Iraque (PCI).

Agosto de 1933 - O caso Assírio. O Exército, sob o comando do General Bakr Sidqi, inicia o massacre da comunidade assíria, com o apoio do governo e contra a vontade expressa de Faisal. Sidqi torna-se um herói nacional.

8 de Setembro de 1933 - O rei Faisal morre e sucede-lhe o seu filho Ghazi, entusiástico defensor das acções do Exército contra os assírios.

29 de Outubro de 1936 - Bakr Sidqi derruba o governo no primeiro golpe militar do mundo árabe.

28 de Abril de 1937 - Saddam Hussein nasce na cidade do deserto de Takrit.

11 de Agosto de 1937 - Sidqi é assassinado por oficiais do Exército. Seguem-se mais seis golpes em rápida sucessão, terminando em 1941.

1 de Abril de 1941 - Quatro generais pan-árabes proclamam o estado de emergência. Forma-se um governo de defesa nacional, dirigido por Rashid’Ali al-Guilani, que é imediatamente apoiado pelas potências do Eixo. Políticos iraquianos pró-ingleses fogem.

Maior de 1941 - Forças inglesas, desembarcadas em Bassorá, derrotam o Exército Iraquiano, a 19 de Maio. Rashid’Ali e os generais fogem para Teerão, a 29 de Maio.

24 de Julho de 1943 - Um grupo de dez pessoas do movimento árabe Baath, publica o seu primeiro programa em Damasco.

Abril de 1947 - Realiza-se o primeiro congresso do partido Baath, que representa poucas centenas de



membros. No Iraque, as ideias do Baath são introduzidas por um professor sírio, em 1949.

1956 - O presidente Nasser, do Egipto, nacionaliza o Canal do Suez. A zona do Canal é ocupada por tropas anglo-francesas, que acabam por retirar após pressão dos Estados Unidos sobre a Inglaterra e a França.

14 de Julho de 1958 - Uma organização secreta de duzentos “oficiais livres”, derruba a monarquia num golpe aclamado em todo o Iraque. O Brigadeiro Abd al-Karim Qasim, que encabeçou o golpe, surge como primeiro-ministro e comandante-chefe das forças armadas.

24 de Julho de 1958 – Michel’Aflaq, fundador do partido Baath, chega a Bagdad, apelando à unidade instantânea com a recém-formada República Árabe Unida. Na oposição, o PCI projecta Qasim como único dirigente.

30 de Setembro de 1958 - Abd Al-Salam Arif, oficial livre de pensamento pan-árabe e organizador com Qasim do golpe de 1958, é destituído do seu cargo como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior. A ruptura entre Qasim e Arif chama a atenção para a irreconciliabilidade das tendências pan-árabe e iraquiana entre os responsáveis pelo golpe de 1958.

1 de Maio de 1959 - Manifestação de meio milhão de pessoas exigindo que os comunistas participem no governo.

Setembro de 1959 - Os escritos de Michel’Aflaq são compilados e publicados pela primeira vez sob o título *Fi Sabil al-Baath (A Caminho do Renascimento)*.

7 de Outubro de 1959 - Um pelotão de assassínios do Baath falha a tentativa para matar Qasim. Um membro da equipa, Saddam Hussein, então com 22 anos, foge para a Síria e depois, para o Egipto. Setenta e oito membros do Baath implicados no incidente são apresentados ao tribunal popular de Mehda-wi. A sua militância desafiadora deixa uma profunda impressão.

1 de Janeiro de 1960 - Qasim anuncia que todos os partidos políticos serão legalizados, mas o Partido Comunista é excluído. Medidas anti-comunistas continuarão até ao final do regime.

10 de Setembro de 1960 - O Irão, o Iraque, a Arábia Saudita e a Venezuela reúnem-se em Bagdad para acordarem uma política petrolífera comum.

15 de Janeiro de 1961 - Os produtores de petróleo, reunidos na Venezuela, adoptam uma constituição para a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Março de 1961 - Agitadores do Baath lideram uma manifestação contra o regime de Qasim.

Setembro de 1961 - O Exército iraquiano lança a sua primeira grande ofensiva contra os Curdos, em terreno montanhoso. Na Primavera de 1962, desenvolve-se uma dispendiosa guerra de guerrilha que Qasim não pode ganhar.

24 de Dezembro de 1962 - Os membros do Baath organizam com êxito uma greve geral nacional dos estudantes das escolas secundárias e das universidades, que continua até à queda do regime.

8 de Fevereiro de 1963 - Um golpe do Baath derruba Qasim, depois de vários dias de terríveis combates de rua. É instalado o primeiro regime do Baath. O seu governo, de nove meses, é marcado por um



implacável acerto de contas com os comunistas e seus companheiros de estrada. Abd al-Salam Arif torna-se presidente.

18 de Novembro de 1963 - No seguimento de violentos combates entre as facções moderada e radical do Baath, Arif derruba o regime Baath. É apoiado por oficiais moderados Baath. A milícia da guarda nacional do Baath, controlada pela ala civil do partido, sai para a rua e é esmagada pelo Exército. Arif nomeia Ahmad Hasan al-Bakr, antigo oficial livre e antigo membro do Baath, vice-presidente. No entanto, gradualmente, todos os membros do Baath são afastados do novo regime militar, que se inclina para o nasserismo.

Fevereiro de 1964 – Michel’ Aflaq recomenda a promoção de Saddam Hussein para o comando regional do ramo iraquiano do Partido Socialista Baath árabe.

18 de Abril a 6 de Agosto de 1966 - O Primeiro-Ministro Abd al-Rahman al-Bazzaz negocia a cessação temporária da guerra curda, tenta travar os privilégios do Exército e cria um ambiente que faz lembrar o antigo regime.

Junho de 1967 - A Guerra dos Seis Dias leva a catástrofe militar ao mundo árabe. Todos os regimes dirigidos por oficiais são desacreditados.

6 de Setembro de 1967 - O partido Baath lidera uma grande manifestação contra o novo regime de Arif. Apela à acção contra a “quinta coluna” responsável pela derrota de Junho.

17 de Junho de 1968 - Em aliança com oficiais do Exército que não pertencem ao Baath, o Partido Socialista Árabe Baath organiza um golpe, bem sucedido, que derruba o regime de Arif.

30 de Julho de 1968 - O Baath elimina os seus anteriores aliados num segundo golpe cuidadosamente planeado. A autoridade suprema passa para o Conselho de Comando Revolucionário (CCR) presidido por Ahrnad Hasan al-Bakr, Secretário-Geral do Partido Socialista Árabe Baath, que também se torna presidente e comandante-chefe do Exército. Saddam Hussein, já na altura vice-secretário-geral do partido, torna-se vice-presidente do CCR responsável pela segurança interna.

Fevereiro de 1969 - Aziz al-Haj, dirigente do comité central do Partido Comunista iraquiano, é preso e faz uma confissão pública que leva à captura de toda a comissão política.

8 de Agosto de 1969 - A aldeia curda de Dakan, em Mosul, é palco de tremendas atrocidades por parte do Exército. A guerra contra os Curdos intensifica-se.

Outubro de 1969 - O antigo Primeiro-Ministro, Abd al-Rahman al-Bazzaz é torturado e condenado a quinze anos de prisão, acusado de ser agente sionista.

14 de Dezembro de 1968 - A televisão iraquiana apresenta pormenores gráficos de uma alegada célula de espões sionistas, de judeus iraquianos, a ser desmantelada em Bassorá.

5 de Janeiro de 1969 - O primeiro lote de “espões” do regime é levado a julgamento público. Dezassete réus, incluindo treze judeus iraquianos, são enforcados na Praça da Libertação, no meio de discursos e de fanfarras. Centenas de milhares de pessoas assistem a este espectáculo.



21 de Janeiro de 1970 - O regime anuncia que nova conspiração foi abortada. No prazo de uma semana, quarenta e quatro pessoas são executadas.

11 de Março de 1970 - Um manifesto sobre a autonomia curda é publicado por entre grande alegria. No papel, são dados aos Curdos mais direitos do que possuíam, mas evitam falar de nacionalidade. Os combates cessam e o governo Baath ganha tempo para se consolidar.

10 de Julho de 1970 - O Partido Socialista Árabe Baath anuncia as condições para o Partido Comunista se juntar a ele, formando a Frente Nacional Progressista. O Comité Central do Partido Comunista iraquiano cede.

15 de Outubro de 1970 - Herdan al-Takriti, um destacado oficial Baath, antigo membro do Conselho do Comando Revolucionário e antigo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, é abatido a tiro no Kuwait.

Agosto de 1971 - Abd al-Karim Nasrat, um dos primeiros membros do Baath e organizador da milícia usada para derrubar o regime de Qasim em 1963, é apunhalado em frente de sua casa e morre.

Setembro de 1971 - A segurança do Estado iraquiano, fracassa a tentativa de assassinar o dirigente curdo, Barzani.

Novembro de 1971 - Fuad al-Rikkabi, dirigente do partido Baath desde o início da organização iraquiana até 1959, é assassinado na prisão.

Abril de 1972 - É anunciado o Tratado de Amizade Soviética.

Maior de 1972 - A Companhia de Petróleo Iraquiana é nacionalizada.

8 de Julho de 1973 - Nadhim Kzar, chefe da segurança interna, é executado, juntamente com, pelo menos, trinta e cinco guardas, no seguimento de uma tentativa de golpe.

Julho de 1973 - A Carta de Acção Nacional, anunciada em 1971, é assinada pelo Partido Socialista Árabe Baath e pelo Partido Comunista Iraquiano, onde este último, aceita as condições de Julho 70.

Março de 1974 - No seguimento do colapso dos acordos de autonomia curdos de 1970, a guerra aberta começa. As cidades curdas de Zakho e Qala'at Diza são completamente arrasadas. Centenas de milhares de curdos fogem das cidades. Os actos de brutalidade batem todos os anteriores records.

6 de Março de 1975 - É promulgado o acordo da Argélia entre o governo Baath do Iraque e o regime do Xá do Irão. O Iraque cede formalmente às exigências territoriais iranianas em troca do apoio do Xá contra os Curdos. As linhas de reabastecimento dos Curdos são cortadas e a resistência desmorona-se. O governo lança uma política de deportações maciças e repovoamentos curdos.

Fevereiro de 1977 - O clero xiita encabeça uma manifestação na ocasião religiosa de "Ashura", na cidade de Karbala. Cerca de duas mil pessoas são presas e oito sacerdotes executados. Começam, por volta desta altura, deportações em massa para o Irão de "quinta colonistas" xiitas do Iraque. No final dos anos 70, cerca de 200.000 xiitas iraquianos foram colocados no Irão, despojados da sua nacionalidade e dos seus bens.

Outubro de 1978 - O Ayatollah Ruhollah Khomeini é expulso do Iraque e foge para França.

16 de Janeiro de 1979 - O Xá Mohamed Reza Pahlevi é derrubado e deixa definitivamente o Irão.



1 de Fevereiro de 1979 - O Ayatollah khomeini regressa ao Irão do seu exílio em França, tendo um acolhimento triunfal em Teerão.

Junho de 1979 - Saddam Hussein torna-se presidente do Iraque. Ahmad Hasan Al-Bakr é destituído de todos os cargos e colocado sob prisão domiciliária.

Julho de 1979 - Depuração maciça entre os quadros superiores do partido Baath no Iraque. Um terço dos membros do conselho do comando revolucionário é executado. Diz-se que a 1 de Agosto já tinham sido executados uns quinhentos quadros superiores do Baath.

1 de Novembro de 1979 - Tropas soviéticas entram no Afeganistão.

9 de Abril de 1980 - Mohammed Baquir al-Sadr e a sua irmã Bint al-Huda, símbolos da oposição xiita no Iraque, são executados.

4 de Setembro de 1980 - Bombardeamento iraniano a Khanequin e Mandali; o dia em que o Iraque afirma ter começado a Guerra do Golfo.

17 de Setembro de 1980 - O Iraque revoga o tratado da Argélia com o Irão.

22 de Setembro de 1980 - Saddam Hussein lança uma guerra em larga escala contra o Irão. A guerra mais sangrenta da história do Médio Oriente dura oito anos. Calcula-se que as baixas atingiram dois milhões. A dissidência espalhasse no Exército, nas bases do partido Baath e no "Exército popular". A repressão estende-se a todas as camadas da população.

24 de Outubro de 1980 - O Iraque conquista Khorramshahr.

Novembro de 1980 - Criação da Frente Patriótica Democrática, que inclui o Partido Comunista iraquiano, o Partido Democrático do Curdistão e o Partido Socialista curdo. Adoptam a luta armada.

19 de Janeiro de 1981 - Os Estados Unidos e o Irão assinam um acordo para libertar reféns americanos e descongelar bens iranianos. Os reféns são enviados de avião para a República Federal Alemã, enquanto Ronald Reagan faz o juramento como presidente.

7 de Junho de 1981 - Israel destrói o reactor nuclear de Osirak, construído pelos franceses perto de Bagdad, num raid aéreo.

Setembro de 1981 - As Forças Armadas iraquianas recuam para leste do rio Karun, no Irão.

10 de Abril de 1982 - A Síria pára de bombear petróleo iraquiano através do pipeline para o Mediterrâneo.

Abril de 1982 - Levantamento popular no Curdistão iraquiano. Treze mulheres entre os mortos.

24 de Maio de 1982 - O Irão reconquista Khorramshahr.

6 de Junho de 1982 - Israel invade o Líbano.

Julho de 1982 - Tropas iranianas entram em território iraquiano.

12 de Agosto de 1982 - O Iraque declara zona de exclusão marítima em torno do terminal petrolífero da Ilha de Kharg, no Irão.

17 de Novembro de 1982 – Criação, em Teerão, da organização da oposição iraquiana muçulmana (*SAIRI*) *Supreme Assembly for the Islamic Revolution in Iraq* (Assembleia Suprema para a Revolução Islâmica no Iraque).



Maio de 1983 - A Turquia invade o Curdistão iraquiano com a anuência do regime iraquiano.

23 de Outubro de 1983 - Ataque suicida causa a morte de duzentos e quarenta e um Marines americanos, em Beirute.

1 de Março de 1984 - Primeira utilização confirmada de armas químicas pelo Iraque. Tropas iraquianas expulsas dos pântanos e do campo petrolífero de Majnoon. Início da guerra dos petroleiros marcada por um ataque com mísseis iraquianos, a um petroleiro inglês.

4 de Março de 1985 - Início da Primeira “Guerra das Cidades”, com o Iraque a bombardear Ahwaz e o Irão a lançar mísseis contra Bagdad.

14 de Julho de 1985 - O Irão avisa que os navios que naveguem no Golfo poderão ser detidos e revistados.

10 de Fevereiro de 1986 - Tropas iranianas capturam a Península de Fao.

Março de 1986 - Relatório da ONU confirma que o Iraque utilizou armas químicas.

3 de Novembro de 1986 - A revista libanesa *Al Shira'a* publica pormenores daquilo que veio a ser conhecido pelo escândalo “Irangate”, no qual o Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Robert MacFarlane e o Tenente-Coronel Oliver North, alegadamente, venderam armas clandestinamente ao Irão e utilizaram as receitas para financiar os contras da Nicarágua.

17 de Maio de 1987 - Nas águas do Golfo, um caça iraquiano lança um míssil *Exocet* contra a fragata americana *USS Stark*, matando trinta e sete membros da sua tripulação. Washington aceita a explicação iraquiana de que foi por engano.

19 de Maio de 1987 - Os Estados Unidos anunciam que autorizarão onze petroleiros kuwaitianos a navegar sob a sua bandeira para lhes dar protecção.

22 de Julho de 1987 - Parte o primeiro comboio de petroleiros, sob bandeira dos Estados Unidos, escoltados por navios de guerra americanos. Dois dias depois, o petroleiro *Bridgetown* embate numa mina flutuante.

31 de Julho de 1987 - Confrontos entre peregrinos iranianos e forças de segurança sauditas em Meca fazem mais de quatrocentos mortos.

28 de Março de 1988 - Forças do Iraque utilizam armas químicas contra a cidade de Halabja, na primeira utilização de sempre de armas químicas por um Estado contra os seus próprios cidadãos.

Outros alvos incluem civis, no Vale de Bassay, em Outubro.

18 de Abril de 1988 - As forças iranianas são expulsas da península de Fao.

25 de Maio de 1988 - O Iraque recaptura o território à frente de Bassorá.

25 de Junho de 1988 - O Iraque expulsa as forças iranianas das ilhas dos pântanos de Majnoon.

3 de Julho de 1988 - Os duzentos e noventa passageiros de um *air bus* iraniano morrem quando este é abatido pelo *USS Vincennes*.

18 de Julho de 1988 - O Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, recebe a aceitação do Iraque da resolução nº 598, exigindo o cessar fogo e a retirada das tropas para a fronteira reconhecida internacionalmente, bem como a criação de uma comissão para decidir responsabilidades pela guerra.



Fevereiro de 1989 - O Iraque, o Egipto, a Jordânia e o Yémen do Norte criam o Conselho de Cooperação Árabe.

Maior de 1989 - O Iraque e a Arábia Saudita assinam um pacto de não agressão.

Agosto de 1989 - Uma enorme explosão destrói um depósito de mísseis no Iraque, matando setecentas pessoas.

15 de Setembro de 1989 - Farzad Bazoft, jornalista do “*Observer*”, é preso no aeroporto de Bagdad.

10 de Março de 1990 - Farzad Bazoft é condenado à morte por um tribunal iraquiano, depois de ser considerado culpado de espionagem. É executado a 15 de Março.

21 de Março de 1990 - Jonathon Moyle, editor do “*Defense Helicopter World*”, é encontrado assassinado num quarto de hotel em Santiago, no Chile.

22 de Março de 1990 - O Dr. Gerald Bull, inventor do “*Projecto Babilónia*” é assassinado à porta do seu apartamento em Bruxelas.

28 de Março de 1990 - Os serviços alfandegários ingleses, no aeroporto de Heathrow, apreendem uma encomenda de capacitores de critónio de fabrico americano, com destino ao Iraque.

10 de Abril de 1990 - Funcionários da alfândega, num porto inglês, apreendem uma encomenda de válvulas destinada ao “*Projecto Babilónia*”.

27 de Maio de 1990 - Cimeira árabe em Bagdad. Primeira crítica de Saddam Hussein aos produtores de Petróleo do Golfo.

9 de Julho de 1990 - Ministros do Petróleo do Golfo reúnem-se em Jeddá.

14-15 de Julho 1990 - Os Ministros dos Negócios Estrangeiros árabes reúnem-se em Tunes. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Tariq Aziz, acusa o Kuwait de roubar petróleo da parte iraquiana do campo petrolífero de Rumailah.

17 de Julho de 1990 - No seu discurso do dia nacional, o Presidente Saddam Hussein ataca o Kuwait e a política dos Estados Unidos de superprodução de Petróleo e de forçar uma baixa de preços. Ameaça fazer rolar cabeças.

Fonte: DARWISH, Adel e ALEXANDER, Gregory, Guerra do Golfo, 2ª Edição, Publicações Europa América, pág. 370 a 380.



Anexo C – DIÁRIO DA CRISE DO GOLFO

17 de Julho - Saddam Hussein lança um violento ataque sobre o Kuwait e os Emiratos Árabes Unidos, dizendo que excederam as suas cotas petrolíferas. O Irão está de acordo.

25 de Julho - Saddam recebe a Embaixadora Americana, April Glaspie, avisa-a de que poderá fazer um acordo com o Irão e insinua que invadirá o Kuwait. Glaspie interpreta mal estas indicações.

26 de Julho - A conferência da OPEP, em Genebra, acaba por acordar num preço de 21 dólares por barril de petróleo para as nações membros.

31 de Julho e 1 de Agosto - As delegações do Kuwait e do Iraque reúnem-se para conversações em Jeddá. Estas fracassam devido à posição intransigente do Kuwait.

2 de Agosto - O Iraque invade o Kuwait cerca das 3 horas da manhã, TMG.

4 de Agosto - A Comunidade Europeia toma uma decisão colectiva para impor imediatas sanções económicas ao Iraque.

6 de Agosto - O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a Resolução nº 661, impondo sanções ao Iraque. Saddam convoca o Encarregado de Negócios Americano, Joseph Wilson, numa tentativa de fazer um acordo com os Estados Unidos à custa do Kuwait.

8 de Agosto - Saddam Hussein anexa o Kuwait. As exportações de petróleo do Iraque param. Os primeiros elementos da 82ª Divisão Aerotransportada dos Estados Unidos chegam à Arábia Saudita. Navios de guerra aliados concentram-se no Golfo. Reféns capturados no Kuwait chegam a Bagdad.

9 de Agosto - Reunião de emergência da Liga dos Estados Árabes no Cairo. A reunião divide-se em facções e não são alcançados resultados. O Iraque ordena o encerramento de todas as embaixadas ocidentais no Kuwait e a ida de todos os seus funcionários para Bagdad no prazo de duas semanas. A fronteira entre a Jordânia e o Iraque é fechada a ocidentais que tentam sair do Iraque.

10 de Agosto - Saddam Hussein apela aos muçulmanos para pegarem em armas em Jihad Muçadad (Guerra Santa) para libertar os santuários muçulmanos na Arábia Saudita. A Cimeira Árabe no Cairo vota e aprova o envio de forças árabes para a Arábia Saudita e para os outros Estados do Golfo.

12 de Agosto - Aviões da RAF chegam ao Sultanato de Omã. A 3ª Divisão Mecanizada Egípcia chega à Arábia Saudita. Um inglês é alvejado na fronteira Kuwait - Arábia Saudita ao tentar fugir.

13 de Agosto - O Paquistão anuncia que enviará tropas para apoiar a Arábia Saudita. Navios de guerra sauditas forçam um petroleiro iraquiano que se aproximava do terminal do pipeline em Mu'ajjiz a voltar para trás.

14 de Agosto - Tropas sírias começam a chegar à Arábia Saudita. Os Estados Unidos realizam discussões com a Inglaterra, França, União Soviética e China sobre o estabelecimento de uma estrutura de comando militar conjunta sob a égide das Nações Unidas.

16 de Agosto - Os Estados Unidos anunciam o envio de 45 000 Marines para o Golfo. A Comunidade Europeia oferece ajuda à Jordânia, se acatar as sanções das Nações Unidas. Saddam Hussein ataca o Presidente Bush pela televisão. O Iraque ordena a todos os ingleses e americanos no Kuwait para se concentrarem em hotéis antes de serem transportados para Bagdad.



17 de Agosto - Uma comissão especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se para discutir o acatamento das sanções ao Iraque. Tropas iraquianas começam a retirar da fronteira com o Irão, enquanto os prisioneiros iranianos, capturados durante a Guerra do Golfo, são libertados pelo Iraque. O Rei Hussein regressa dos Estados Unidos após um fracasso em obter o que quer que fosse durante as conversações com o Presidente Bush.

19 de Agosto - O Iraque anuncia que libertará os reféns dos países que não enviem forças para a Golfo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas exige que o Iraque liberte todos os reféns.

20 de Agosto - O Iraque dá às embaixadas estrangeiras no Kuwait cinco dias para se deslocarem para Bagdad, avisando que, se não o fizerem, perderão o seu estatuto diplomático. São enviados reféns para instalações militares e estratégicas do Iraque, numa tentativa de impedir possíveis ataques pelas forças aliadas. A Inglaterra, a Itália, a Suécia e a Dinamarca recusam-se a fechar as suas embaixadas. A Arábia Saudita não consegue obter apoios suficientes para convocar uma reunião especial da OPEP. O Vice-Primeiro-Ministro do Iraque chega a Moscovo.

21 de Agosto - O Iraque desloca mísseis Scud e plataformas de lançamento para o Kuwait. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Tariq Aziz, está disposto a discutir a crise do Golfo com os Estados Unidos. O Presidente Hosni Mubarak incita Saddam Hussein a retirar do Kuwait. A Primeira-Ministra Margaret Thatcher recusa negociações com Bagdad sobre os reféns. A reunião da União Europeia Ocidental em Paris aprova o apoio ao envio de forças militares pela Inglaterra, França e Holanda para o Golfo.

22 de Agosto - O Presidente Bush autoriza a mobilização de reservistas militares dos Estados Unidos para serviço activo no Golfo.

23 de Agosto - Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas chegam a acordo sobre uma fórmula para colocar as forças no Golfo sob protecção das Nações Unidas. Saddam Hussein aparece na televisão com reféns ingleses e seus filhos. Milhares de refugiados fogem do Iraque para a Jordânia, apesar do encerramento da fronteira no dia anterior.

24 de Agosto - As embaixadas estrangeiras ainda no Kuwait são cercadas por tropas iraquianas.

25 de Agosto - O Ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Tariq Aziz, concorda em reunir-se com o Secretário Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, em Amã. O Irão concorda em abrir as suas fronteiras aos refugiados. As primeiras tropas francesas chegam aos Emiratos Árabes Unidos.

26 de Agosto - O Qatar anuncia o seu acordo à colocação de tropas no seu território. Israel recebe caças e mísseis terra-ar dos Estados Unidos. O Secretário de Estado da Defesa Inglês, Tom King, parte para a Arábia Saudita para conversações. A Inglaterra e a França rejeitam a ideia de negociações com o Iraque, apesar da declaração de Perez de Cuellar de que é altura para uma solução diplomática. Um quorum de membros da Liga dos Estados Árabes concorda em reunir-se no Cairo para discutir a crise.

28 de Agosto - Saddam Hussein propõe conversações com os Estados Unidos e a Inglaterra e anuncia que todas as mulheres e crianças detidas como reféns podem partir. O Presidente Mubarak anuncia que pedirá a retirada das forças estrangeiras do Golfo se o Iraque retirar do Kuwait. A OLP manda um envi-



ado ao Irão para tentar ajudar a furar o embargo das Nações Unidas ao Iraque. O Senado dos Estados Unidos põe em causa as contribuições das outras nações e até que ponto a América terá de fazer sacrifícios pelo Golfo. Dez dos treze ministros da OPEP apoiam o aumento da produção petrolífera por parte da Arábia Saudita e de outros Estados Árabes. Um americano detido em Bassorá morre.

29 de Agosto - O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrain avisa que poderá ser necessária acção militar para libertar o Kuwait se as sanções falharem. O Iraque pede alimentos e medicamentos à Turquia. A Inglaterra envia outro navio de guerra para o Golfo. O Japão oferece ajuda à Força Multinacional no Golfo.

30 de Agosto - O Iraque ameaça atacar a Arábia Saudita e Israel no caso de guerra. Perez de Cuellar chega à Jordânia para conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano. O Presidente Bush anuncia um plano para persuadir as nações aliadas a compartilhar o custo da aplicação das sanções das Nações Unidas.

1 de Setembro - Duas mil mulheres e crianças começam a sair do Iraque e do Kuwait. O político americano Jesse Jackson leva de volta consigo quarenta e sete dos 1.050 reféns americanos.

4 de Setembro - Moscovo convoca uma conferência internacional de paz para resolver todos os problemas do Médio Oriente.

9 de Setembro - Os Presidentes Gorbachev e Bush chegam a acordo quase total durante a cimeira em Helsínquia.

14 de Setembro - Soldados iraquianos violam normas internacionais ao entrar nas casas de quatro diplomatas franceses no Kuwait. Três franceses são raptados.

15 de Setembro - O Presidente Mitterrand envia unidades da Legião Estrangeira para a Arábia Saudita e a França expulsa cinquenta iraquianos. Bagdad declara que a violação da imunidade diplomática francesa por soldados iraquianos foi por engano.

20 de Setembro - O Iraque ameaça destruir todos os campos petrolíferos do Golfo se for atacado.

21 de Setembro - O Iraque expulsa dezassete diplomatas de seis países, incluindo o Egipto.

23 de Setembro - O Presidente Mitterrand propõe um plano para resolver todas as disputas no Médio Oriente.

25 de Setembro - O Conselho de Segurança das Nações Unidas vota um embargo aéreo ao Iraque.

3 de Outubro - O Presidente Mitterrand visita tropas francesas no Golfo, bem como a Arábia Saudita e Abu Dahbi.

8 de Outubro - A polícia israelita mata mais de vinte palestinos no Monte do Templo, em Jerusalém, depois de perder o controlo de uma multidão que apedrejava fiéis judeus.

9 de Outubro - Saddam Hussein apela aos árabes para libertarem Jerusalém. A União Soviética e o Iraque concordam libertar quinze cidadãos soviéticos do Iraque. O Ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Tariq Aziz, apela a negociações entre todas as partes envolvidas na crise do Golfo.

12 de Outubro - O Presidente da Assembleia Popular do Egipto, Dr. Rifaat al-Mahgoub, é assassinado por homens não identificados.



14 de Outubro - O Iraque nega qualquer responsabilidade na morte de Mahgoub. O Irão e o Iraque reatam formalmente relações diplomáticas. O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena por unanimidade Israel pela morte dos palestinos em Jerusalém. Tropas sírias concluem a ocupação de Beirute, depois de esmagarem o dirigente cristão, General Aoun.

16 de Outubro - A Inglaterra envia para o Golfo a 7ª Brigada Blindada e tropas de apoio. Os Estados Unidos pedem ao Paquistão para enviar uma Divisão Blindada para a Arábia Saudita.

20 de Outubro - O antigo Primeiro-Ministro inglês, Edward Heath, chega a Bagdad numa missão humanitária para obter a libertação de reféns ingleses, em oposição à política do Foreign Office.

21 de Outubro - Um adolescente palestino esfaqueia e mata três judeus e fere outro em Jerusalém, como vingança das mortes de 8 de Outubro. Mr. Heath reúne-se com o Presidente Saddam Hussein e obtém a libertação de mais de quarenta reféns idosos e doentes.

23 de Outubro - O Presidente Bush declara que não haverá qualquer acordo com Saddam Hussein até o Iraque se retirar do Kuwait.

28 de Outubro - O enviado soviético, Yvgény Primakov, reúne-se com Saddam Hussein em Bagdad para discutir a possibilidade de um acordo de paz. Saddam Hussein demite o seu ministro do petróleo por instituir o racionamento de gasolina.

29 de Outubro - 298 reféns franceses chegam a França. O governo francês nega ter feito um acordo com o Iraque em troca da libertação dos reféns. Em França, o Presidente Gorbachev declara que a guerra não é aceitável como forma de resolver a crise e apela a uma cimeira árabe para a resolver.

31 de Outubro - O Presidente Mubarak rejeita a ideia de uma cimeira árabe antes do Iraque retirar do Kuwait. O Embaixador Iraquiano em Washington convoca novas negociações para resolver a crise. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros Egípcio, Sírio e Saudita reúnem-se em Riade depois da Síria ter manifestado dúvidas quanto ao plano americano para a região.

1 de Novembro - O governo iraquiano aprova sem discussão prévia um voto do parlamento para libertar todos os reféns búlgaros, alegando que o seu país não faz parte da “conspiração imperialista”.

2 de Novembro - O Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, inicia um périplo de visitas às nações aliadas do Médio Oriente e da Europa. A Líbia expulsa o grupo terrorista Abu al-Abbas, que vai para o Iraque.

3 de Novembro - Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE recomendam que políticos individuais não devem ir a Bagdad. O Iraque ameaça com uma guerra global que atingirá Israel se os Estados Unidos atacarem.

4 de Novembro - Bagdad ordena aos reféns ingleses que telefonem para casa.

5 de Novembro - O Secretário de Estado dos Estados Unidos, James, acorda com o Rei Fahd e com os dirigentes sauditas a cadeia de comando para as Forças Aliadas no Golfo. (Os Estados Unidos devem comandar qualquer ofensiva no exterior da Arábia Saudita, mas existirá um comando conjunto em exercício em território saudita). Baker dirige-se às tropas da 82ª Divisão Aerotransportada. As mulheres de



reféns ingleses detidos no Iraque anunciam que irão a Bagdad como convidadas para pedir a libertação dos seus maridos.

6 de Novembro - O antigo Chanceler da República Federal Alemã, Willy Brandt, chega a Bagdad para tentar negociar a libertação dos reféns. Saddam Hussein anuncia que libertará cento e seis reféns, sobretudo japoneses e de vinte e nove outras nacionalidades, como um gesto de boa vontade para com o antigo Primeiro-Ministro Nakasoni, que chegara a Bagdad na véspera.

7 de Novembro - Diplomatas árabes revelam que o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Claud Cheysson, se tinha reunido na semana anterior com Tariq Aziz, na Tunísia, para negociar um acordo para a libertação dos reféns franceses.

8 de Novembro - Tony Benn, trabalhista e membro do Parlamento inglês, anuncia que irá a Bagdad explorar a possibilidade de um acordo de paz e negociar a libertação de mais reféns. Dez mulheres inglesas, cujos maridos estão detidos no Iraque, ignoram o Foreign Office e partem para Bagdad.

9 de Novembro - O Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, chega a Londres para conversações com o Primeiro-Ministro e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Margaret Thatcher alegadamente afirmou que não considerava necessário obter uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para aprovação de acção militar no caso de as sanções ao Iraque falharem. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros egípcio e saudita chegam a Damasco para se reunirem com o seu homólogo sírio após algumas dúvidas quanto ao empenhamento da Síria.

13-15 de Novembro - O Presidente Bush faz o périplo das capitais europeias. São libertados mais reféns. O Presidente Mubarak faz uma visita surpresa à Líbia e depois continua viagem até à Síria.

16 de Novembro - O Presidente Mubarak regressa ao Cairo, pedindo a suspensão de acção militar durante mais três meses.

20 de Novembro - O Presidente Bush sofre um grave revés ao não conseguir obter o apoio da União Soviética a uma resolução das Nações Unidas, sancionando a acção militar. Os Estados Unidos não conseguem persuadir a Arábia Saudita a pôr termo à sua política de forçar 1,5 milhões de iemenitas a regressar ao seu país.

21 de Novembro - O Iraque anuncia que libertará mais reféns, incluindo trabalhadores alemães e irlandeses que terminaram os seus contratos. O Presidente Bush chega a Jeddá para uma reunião com o Rei Fahd.

22 de Novembro - A Primeira-Ministra Margaret Thatcher demite-se. A Inglaterra anuncia que enviará mais 14.000 soldados para o Golfo.

23 de Novembro - Depois de uma reunião com o Presidente Mubarak no Cairo, o Presidente Bush encontra-se com o Presidente Assad, da Síria, em Genebra.

24 de Novembro - As mulheres inglesas encontram-se com Saddam Hussein para pedirem a libertação dos seus maridos. Uma sondagem à opinião pública americana mostra um crescente apoio a uma solução diplomática, na proporção de sete para três. Notícias do Iraque de incidentes e problemas internos. Uma organização kuwaitiana é acusada de ataques a alunas iraquianas.



25 de Novembro - O membro do parlamento, Tonny Benn, e o antigo campeão mundial de boxe de pesos pesados, Muhammad Ali, vão a Bagdad.

26 de Novembro - Saddam Hussein conversa, com Tony Benn durante três horas e promete libertar mais reféns ingleses.

27 de Novembro - Saddam Hussein concorda libertar os maridos das mulheres com quem se encontrou três dias antes.

28 de Novembro - São mostradas aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas provas de atrocidades iraquianas no Kuwait. O Conselho de Segurança das Nações Unidas pede ao Secretário Geral para salvaguardar uma cópia do registo de população do Kuwait para impedir a tentativa por parte do Iraque de repovoar o Emirato com iraquianos.

29 de Novembro - O Conselho de Segurança da ONU estabelece o prazo de 15 de Janeiro de 1991 para o Iraque cumprir a Resolução nº 660 para retirar do Kuwait ou enfrentar acção militar por parte das Forças Aliadas.

30 de Novembro - O Presidente Bush propõe conversações directas com o Iraque e anuncia que enviará o Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, a Bagdad, e que receberá o Ministro dos Negócios Estrangeiros, iraquiano, Tariq Aziz, em Washington.

3 de Dezembro - O Secretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos, Dick Cheney, testemunha perante a Comissão de Relações Estrangeiras do Senado, afirmando que as sanções não estão a ser eficazes. Bagdad começa a libertar mil russos depois de Moscovo ameaçar enviar tropas para o Golfo se os seus cidadãos não forem libertados.

4 de Dezembro - O Ministro da Saúde iraquiano comunica a morte de mil crianças devido à falta de medicamentos e pede a suspensão das sanções.

5 de Dezembro - O Iraque aceita formalmente conversações com os Estados Unidos. O Iraque anuncia que todos os peritos soviéticos estão autorizados a partir, mas exige que Moscovo pague uma compensação pela interrupção dos seus contratos.

6 de Dezembro - Saddam Hussein anuncia que todos os reféns ocidentais serão libertados até ao Natal. A administração Bush rejeita veementemente as afirmações de que pretende uma conferência de paz do Médio Oriente e nega que tenha enfraquecido a sua oposição directa à «ligação» entre a crise do Golfo e a questão palestina.

9 de Dezembro - Quinhentos reféns ocidentais são autorizados a deixar o Iraque, iniciando-se o êxodo. O Rei Hussein, da Jordânia, revela que existe diplomacia de bastidores para a realização de conversações directas entre o Rei Fahd e o Presidente Saddam Hussein.

12 de Dezembro - O Presidente da Argélia, Chadli ben Jadid, chega a Bagdad como parte de um esforço diplomático para pôr termo à crise.



14 de Dezembro - O Presidente Bush cancela a proposta visita de Tariq Aziz a Washington a 17 de Dezembro, após Bagdad não ter estabelecido uma data alternativa à sugerida de 12 de Janeiro, para James Baker se encontrar com Saddam Hussein em Bagdad. Moscovo manifesta a sua decepção, mas culpa o Iraque.

16 de Dezembro - No Cairo, o Presidente da Argélia, Chadli ben Jadid, sugere um novo plano de paz: o Iraque deverá retirar enquanto forças árabes garantem a segurança. A resposta árabe a este plano é fraca.

17 de Dezembro - O Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, avisa os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO de que Saddam Hussein poderá retirar da maior parte do território do Kuwait, mas não da totalidade, antes do prazo de 15 de Janeiro, numa tentativa de dividir os aliados. O Presidente Bush envia ao Iraque um aviso sério e intensifica os seus ataques a Saddam Hussein. A Inglaterra aconselha os seus cidadãos a deixar a região do Golfo.

18 de Dezembro - Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE recusam-se a reunir com Aziz, a menos que o Iraque concorde em efectuar conversações com os Estados Unidos. O Secretário de Estado da Defesa dos EUA, Dick Cheney e o General Colin Powell visitam a Arábia Saudita.

20 de Dezembro - O antigo Primeiro-Ministro inglês, Edward Heath, depõe perante a Comissão das Forças Armadas do Congresso e apela a negociações em vez de guerra.

21 de Dezembro - O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução para proteger os palestinos sob ocupação israelita, mas não apela a uma conferência internacional. Israel rejeita a proposta e a OLP declara que esta não vai suficientemente longe. O Iraque ataca-a. A imprensa árabe aclama a deslocação da 4ª Divisão Blindada egípcia para a linha da frente nas fronteiras com o Kuwait, como sinal de que as intenções dos aliados são mesmo a sério.

22 de Dezembro - O Conselho de Cooperação do Golfo inicia a 11ª Reunião Cimeira em Doha, no Qatar; o Irão é convidado como observador. O Presidente Bush e o Primeiro-Ministro John Major reúnem-se em Washington. Major afirma que a Inglaterra continua empenhada na política dos Estados Unidos no Golfo.

23 de Dezembro - Os chefes de Estado do Golfo apelam, com o acordo do Irão, a um novo sistema de segurança na região. O secretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos, Dick Cheney, e o Chefe do Estado-Maior, General Colin Powell, fazem um aviso sério a Saddam Hussein durante uma conferência de imprensa no Cairo, após um encontro com o Presidente Mubarak. Os iraquianos dizem que a terra arderá sob os pés dos americanos se estes atacarem. Circulam relatos de que as tropas inglesas têm munições para menos de duas semanas de combate.

24 de Dezembro - Cheney afirma que Saddam será totalmente derrotado se não retirar. Saddam Hussein convoca todos os seus embaixadores no estrangeiro. Diz na televisão que Telavive será o seu primeiro alvo se as hostilidades eclodirem, esteja ou não Israel envolvido.

26 de Dezembro - Dois navios iraquianos são interceptados por navios dos Estados Unidos e feita a sua abordagem por Marines americanos e ingleses. Bagdad denuncia isto como um acto de pirataria. John Major repete a exigência de que o Iraque tem de retirar do Kuwait antes de 15 de Janeiro de 1991. O Secretário de Estado da Defesa, Dick Cheney, diz ao Presidente Bush que as tropas americanas só estarão



prontas para a operação duas semanas após o prazo de 15 de Janeiro. O Departamento de Estado ordena a todo o pessoal não essencial das embaixadas no Sudão, Mauritânia e Jordânia para deixar o país antes de 15 de Janeiro.

27 de Dezembro - Numa reunião com os embaixadores iraquianos que foram chamados a Bagdad, o Presidente Saddam Hussein propõe conversações de alto nível com os Estados Unidos, mas afirma que estas têm de incluir a questão palestina. Joseph Wilson, o Encarregado de Negócios Americano em Bagdad, revela que tinha discutido com os iraquianos esforços renovados para conversações directas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuwait no exílio, o xeque Sabah al-Salim, diz que a altura para propostas de paz já passou.

28 de Dezembro - É revelado que os esforços diplomáticos franco-argelinos têm visado encontrar uma solução árabe. Os Estados Unidos enviam dois grupos de porta-aviões, dirigidos pelo *USS Roosevelt* e *USS América*. Surgem notícias de que a Inglaterra irá enviar o *HMS Invincible*. Membros da oposição iraquiana declaram uma aliança de dezassete grupos (incluindo muçulmanos, liberais, comunistas, curdos e nacionalistas) em Damasco e apelam ao derrube de Saddam Hussein e à realização de eleições.

29 de Dezembro - Surgem notícias na imprensa inglesa de que as forças americanas e inglesas têm cerca de mil armas nucleares tácticas prontas a utilizar no conflito. Postos de observação na linha da frente relatam que as tropas iraquianas continuam a chegar em grande número ao Kuwait.

30 de Dezembro - O Presidente Bush diz que pensa que Saddam Hussein retirará. No seguimento de manifestações de preocupação por parte dos alemães e franceses quanto à forma de Bush estar a gerir a crise, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE anunciam que realizarão uma reunião de emergência sobre o Golfo a 4 de Janeiro para quebrar o impasse diplomático.

31 de Dezembro - O Vice-Presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, visita tropas na Arábia Saudita e pede aos Estados do Golfo mais dinheiro para financiar as tropas aliadas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, Jacques Poos, que preside ao Conselho de Ministros da CEE, de 4 de Janeiro, diz que está à espera de que o conselho o envie numa missão a Bagdad para falar com Aziz. Saddam Hussein passa a véspera de Ano Novo com tropas na frente.

1 de Janeiro de 1991 - O Presidente Mubarak incita o Iraque a retirar do Kuwait para evitar um inferno que ceifaria milhares de vidas. O Iraque chama-lhe mentiroso e palhaço. O Presidente Bush reúne-se com conselheiros de defesa e de alta segurança e anuncia que enviará o Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, numa missão para se reunir com Saddam. Os Ministros da CEE dizem que se reunirão com o Ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Tariq Aziz, na Europa. Surge a sugestão de marear um encontro entre Aziz e Baker numa cidade europeia. O Iraque mobiliza todos os homens com mais de 17 anos para o serviço militar. Londres reduz o pessoal da embaixada em Bagdad de dezasseis para seis pessoas (tinha trinta antes de 2 de Agosto de 1990).

2 de Janeiro - O Príncipe herdeiro Hassan, da Jordânia, faz a abertura de uma conferência conjunta com o partido “Os Verdes”, em Londres, convocada por Tony Benn e Edward Heath sobre o efeito de uma



guerra no Golfo sobre o ambiente. Os franceses afirmam que deve ser dado mais tempo para que as sanções resultem e criticam os americanos por terem enviado tantas tropas que já não podem esperar o tempo necessário. O Rei Hussein, da Jordânia, chega a Londres no seu périplo da Europa em busca da paz. Michel Vauzelle, Presidente da Assembleia Nacional francesa, chega a Bagdad numa missão privada para explorar formas de paz. Em Londres, dois mil e quinhentos reservistas navais são mobilizados. As tropas inglesas deslocam-se para a fronteira do Iraque com o Kuwait.

3 de Janeiro - O Rei Hussein realiza conversações com o Primeiro-Ministro Major. O Presidente Bush convida Tariq Aziz a realizar conversações com James Baker a 6 e 7 de Janeiro. Saddam Hussein recusa a encontrar-se com Baker antes de 15 de Janeiro. A Inglaterra expulsa oito diplomatas iraquianos e sessenta e sete estudantes depois de o adido de imprensa iraquiano ter avisado os repórteres que será provável que a guerra leve árabes irados a perpetrar violentos ataques na Europa. O Presidente Bush dá ao Iraque uma última oportunidade de paz, convidando Tariq Aziz a efectuar conversações em Genebra com James Baker entre 7 e 9 de Janeiro. Os Presidentes egípcio, sírio e sudanês reúnem-se com o coronel Kaddafi na Líbia para cerrar fileiras. Em Islamabade, o Irão, o Paquistão e a Turquia apelam a uma reunião urgente de países islâmicos para se encontrar uma solução pacífica. Ouvintes da BBC África elegem Saddam Hussein como Homem do Ano 1990.

4 de Janeiro - No Iraque, Tariq Aziz efectua conversações com M. Vauzelle. O Iraque afirma que Aziz falará com Baker em Genebra a 9 de Janeiro. O Papa envia uma mensagem à reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, no Luxemburgo, apelando a uma solução pacífica. Os franceses, apoiados pelos alemães, propõem uma prorrogação do prazo de 15 de Janeiro em troca da promessa iraquiana de retirar do Kuwait. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros afirmam que convidarão Aziz para ir ao Luxemburgo para conversações a 10 de Janeiro. O Presidente Mitterrand afirma que o Conselho de Segurança da ONU deverá voltar a reunir-se se o Iraque não cumprir o prazo. A Comissão de Relações Exteriores do Congresso diz ao Presidente Bush que ele não tem “um cheque em branco” para a guerra.

5 de Janeiro - Michel Vauzell e efectua conversações de quatro horas e meia com Saddam Hussein, enquanto Tariq Aziz diz que não se reunirá com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, por a política europeia ser ditada por Washington. O Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, reúne-se com o Presidente Bush em Camp David e declara não ser necessária nova reunião do Conselho de Segurança. Funcionários americanos dizem que Baker está disposto a discutir todas as questões do Médio Oriente com Aziz, mas que rejeitará qualquer relação destes com a retirada. Uma fuga de documentos para o *Observer* mostra que o Ministro da Defesa tinha solicitado ao Serviço de Saúde para preparar sete mil e quinhentas camas em hospitais civis ingleses para fazer face a feridos, no caso de a guerra eclodir.

6 de Janeiro - O Presidente Saddam Hussein faz um discurso inflamado no Dia do Exército, dizendo que o seu povo está preparado para “a mãe de todas as batalhas”, acrescentando que todas as questões do Médio Oriente fazem parte de uma batalha. John Major parte para o Golfo e para o Egipto, enquanto James Baker chega a Londres para iniciar novo périplo europeu. O Rei Hussein chega a Bona para con-



versações com os alemães e os americanos dizem que James Baker mostrará provas a Tariq Aziz de que os satélites americanos conseguem detectar com exactidão pormenores dos avanços de Saddam e que conseguem localizá-lo e possivelmente matá-lo no caso de haver guerra. Cinco das principais companhias aéreas, incluindo a Pan Am e a SAS cancelam os seus voos para Israel, alegando que podia ser um dos primeiros alvos numa guerra, enquanto a República Federal Alemã e a Suécia aconselham os seus cidadãos a deixar o país.

9 de Janeiro - Uma reunião de seis horas em Genebra entre Baker e Tariq Azíz (que se fez acompanhar do meio-irmão de Saddam, Barzan al-Takriti) termina em fracasso. Baker recusa-se a transformar a “discussão” em conversações. Aziz ataca o duplo critério do Ocidente de permitir que Israel ignore as resoluções da ONU e ameaça atacar Israel se a guerra começar. O Presidente Mubarak avisa que o Egipto mudará de posição se Israel se envolver. A França pressiona para a realização de conversações de paz da CEE com o Iraque na Argélia. O Secretário Geral da ONU anuncia que irá a Bagdad falar com Saddam a 12 de Janeiro. Saddam Hussein avisa que as tropas dos Estados Unidos “nadarão no seu próprio sangue” se a houver guerra. À meia-noite, o Foreign Office ordena que os diplomatas ingleses saiam do Iraque.

15 de Janeiro - Expira o prazo das Nações Unidas para a retirada das forças iraquianas do Kuwait.

17 de Janeiro - A força aérea aliada lança a operação “Tempestade do Deserto”, bombardeando intensamente as tropas iraquianas estacionadas no Kuwait e procurando aniquilar as rampas de lançamento de mísseis Scud, os centros de comunicações e as defesas antiaéreas do Iraque, cortando, ao mesmo tempo, a ligação das tropas iraquianas com a retaguarda. Em resposta, o Iraque lança mísseis Scud sobre Israel e sobre a Arábia Saudita, e derrama petróleo no Golfo, provocando a maior catástrofe ecológica de sempre, tentando, aparentemente, impedir um desembarque aliado.

23 de Fevereiro - Apesar das iniciativas da diplomacia soviética, tentando pôr fim ao conflito e evitar um desastre ainda maior, o Iraque não aceita todas as resoluções do Conselho de Segurança e os aliados aumentam a pressão, impondo um ultimato com um prazo limite para a retirada das tropas iraquianas sem condições e desarmadas. A força aérea aliada continua a bombardear as posições iraquianas. O Iraque incendeia centenas de poços de petróleo no Kuwait.

24 de Fevereiro - Começa a ofensiva terrestre aliada. O avanço é rápido e a resistência das tropas iraquianas é pouca, surpreendendo os aliados. Os soldados iraquianos rendem-se aos milhares, logo às primeiras horas da ofensiva. Só as divisões da Guarda Republicana oferecem resistência, mas são esmagadas com pouca dificuldade pelos aliados, que dominam os céus. A resposta iraquiana resume-se ao lançamento de mais dois mísseis Scud sobre a Arábia Saudita, um dos quais atinge instalações militares americanas em Dahrán, matando trinta e sete soldados.

26 de Fevereiro - Saddam Hussein anuncia na rádio a retirada das tropas iraquianas para as posições que ocupavam antes de 2 de Agosto de 1990 e aceitação das doze resoluções da ONU.

27 de Fevereiro - As primeiras tropas aliadas entram na cidade do Kuwait.



27 de Fevereiro - Tropas kuwaitianas hasteiam a bandeira nacional na Cidade do Kuwait. Divisões da Guarda Republicana são dizimadas numa grande batalha de CC com o VII CE e a 24ª Divisão de Infantaria (EUA). Bush, num discurso televisionado, anuncia que o combate ofensivo foi suspenso e apresenta as condições para o permanente cessar-fogo. “O Kuwait foi libertado... e o Exército iraquiano derrotado... Os nossos objectivos militares foram atingidos”.

28 de Fevereiro - As Forças Aliadas dão início à destruição de viaturas blindadas e de equipamentos capturados ao Iraque. O Iraque aceita os termos norte-americanos de cessar. O cessar-fogo tem início às 0800h, (hora saudita); 100 horas depois do início da ofensiva terrestre; 1.012 horas depois do início da operação “*Desert Storm*”.

1 de Março - O Aeroporto Internacional do Kuwait reinicia suas operações. Os EUA, Grã-Bretanha, França e Canadá reabrem suas Embaixadas. Aziz pede a retirada das tropas norte-americanas do Iraque. A 82ª Divisão Aerotransportada (EUA) captura 1 000 prisioneiros de guerra após ter capturado o comandante do batalhão que convence os seus homens a renderem-se.

2 de Março - Uma unidade iraquiana em retirada, ataca forças norte-americanas e perde 140 viaturas blindadas; os norte-americanos não sofrem baixas. O Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 686 que suspende as acções ofensivas. O Ministro de Estado do Kuwait anuncia que as eleições para a Assembleia Nacional serão realizadas dentro de três a seis meses.

3 de Março - Comandantes iraquianos e das Forças Aliadas reúnem-se em Safwan, Iraque, para discutir as condições oficiais do cessar-fogo. Duas brigadas iraquianas, provenientes da fronteira turca, deslocam-se para Bagdad.

4 de Março - O Iraque liberta 10 PG; sendo seis norte-americanos. Refugiados falam acerca de rebeliões civis em várias cidades ao sul do Iraque. O Parlamento iraquiano anula a anexação do Kuwait. O Príncipe herdeiro Saad Abdallah retoma ao Kuwait. O Iraque anuncia que os desertores serão perdoados se regressarem às suas bases dentro de uma semana.

5 de Março - As baixas norte-americanas são relatadas como sendo de: 115 mortos, 330 feridos, 35 desaparecidos em acção e seis PG. A Rádio Bagdad anuncia a decisão do Iraque em devolver ao Kuwait o seu território. Anuncia, também, a decisão do Conselho do Comando Revolucionário que anula todas as decisões do Conselho pertinentes ao Kuwait. Iraque ordena que a maioria dos jornalistas estrangeiros deixem o país até ao fim de semana. Estudos confirmam que os iraquianos explodiram 585 poças de petróleo no Kuwait; dos 1.080 poços, 800 encontram-se inoperáveis.

6 de Março - Bush discursa perante uma sessão conjunta do Congresso dizendo: “O agressor foi derrotado (...) A guerra terminou”, e faz um apelo, ao mesmo tempo, para que chegue a um fim o conflito israelo-árabe. Chegam a Riade 35 PG da Força Aliada. Oito nações árabes, da Força Aliada, reúnem-se em Damasco, Síria, para estabelecer uma força para a manutenção da paz no Golfo.

7 de Março - O Governo do Kuwait retoma as suas actividades.



8 de Março - As primeiras tropas norte-americanas regressam do Golfo. O Iraque liberta quase 1.200 reféns kuwaitianos, 40 jornalistas e outros dois PG norte-americanos.

13 de Março - A Cruz Vermelha Internacional retoma os restos mortais de 13 soldados da Coligação; cinco norte-americanos e oito da Grã-Bretanha. O Kuwait acusa, perante a ONU, que o Iraque roubou do país mais de US\$1 00 bilhões em bens.

14 de Março - 37.000 soldados americanos regressam aos EUA. O Emir regressa ao Kuwait.

15 de Março - O General Schwarzkopf adverte o Iraque que os EUA abaterão qualquer aeronave de combate em voo. Os EUA lançaram 88.500 toneladas de bombas, das quais 6.520 foram munições inteligentes. O General Powell informa que a preocupação dos militares em agosto era de que o Iraque se apossasse das instalações portuárias sauditas, impedindo o deslocamento militar.

16 de Março - Hussein reconhece as revoltas internas e promete pôr-lhes fim e transformar o regime numa democracia multipartidária.

17 de Março - Autoridades militares norte-americanas negam, oficialmente, permissão ao Iraque para voar com as suas aeronaves de asa fixa. O Governo do Kuwait declara que realizará eleições dentro de seis meses a um ano.

18 de Março - Representantes da ONU chegam ao Kuwait para avaliar os danos causados pela ocupação iraquiana e pela guerra em geral. 17.849 PG iraquianos foram repatriados. Mais 80.000 soldados norte-americanos deixam a região do Golfo.

19 de Março - No Kuwait as instituições bancárias anunciam que vão reabrir as suas portas no dia 21 de Abril tendo em vista a circulação do papel moeda. Os iraquianos roubaram US\$950 milhões em ouro e US\$ 1,2 bilhões em papéis bancários.

20 de Março - Um F-15 abate um caça iraquiano; os EUA reiteram sua advertência que derrubarão qualquer aeronave iraquiana de asa fixa em voo. O Gabinete Kuwaitiano renuncia sob pesadas críticas por falhar em restaurar, rapidamente, os serviços no país. Os curdos alegam ter recapturado Kirkuk, enquanto que o Iraque se apressa em enviar forças blindadas para o norte. O Iraque acusa o Irão de incitar a rebelião, mas o Irão nega. O Senado dos EUA vota a favor de reter US\$55 milhões destinados à Jordânia devido ao apoio prestado por este ao Iraque.

22 de Março - Um F-15 abate mais um caça iraquiano que violava o acordo da não utilização de aviões de asa fixa.

26 de Março - São repatriados mais 2.793 PG.

28 de Março - Os EUA recebem mais de US\$28 bilhões em ajuda prometida. Aproximadamente 141.500 soldados norte-americanos deixam o Golfo, restando cerca de 411.500 na região. Mais 4.494 PG são repatriados.

2 de Abril 1991 - Aproximadamente 167.000 efectivos norte-americanos são retirados do Golfo.

Os EUA recebem mais de US\$30,8 bilhões em ajuda para os gastos da guerra.



3 de Abril 1991 - O Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 687 que estabelece formalmente o cessar-fogo na Guerra do Golfo.

5 de Abril 1991 - O Conselho de Segurança adota a Resolução 688 condenando a repressão dos curdos pelo Iraque.

6 de Abril 1991 - Tem início a Operação “*Provide Comfort*”.

7 de Abril 1991 - Os EUA iniciam o lançamento de elementos de socorro no norte do Iraque.

8 de Abril 1991 - Pessoal médico dos EUA realiza o tratamento hospitalar de cerca de 150 iraquianos e atendem em ambulatórios até 600 pacientes por dia. È estabelecido um campo para refugiados com capacidade aproximada para 6.000 pessoas a sul de Safwan.

9 de Abril 1991 - O Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 689 estabelecendo um grupo de observadores no interior do Kuwait e do Iraque.

Fonte: Eventos da Guerra do Golfo, Military Review, 3º Trimestre de 1992, Edição Brasileira, pág. 19 a 21



Anexo D – RESOLUÇÕES DA ONU

Entre o dia 2 de Agosto de 1990, data da invasão do Kuwait pelo Iraque, e 9 de Abril de 1991 o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou 16 resoluções relacionadas com a situação entre o Iraque e o Kuwait.

1. Resolução n° 660 de 2 de Agosto de 1990: (Adoptada por uma votação de 14-0; o Yémen não participou)

O Conselho de Segurança condena a invasão iraquiana do Kuwait; exige que o Iraque retire imediata e incondicionalmente todas as suas forças para as posições que ocupavam em 1 de Agosto; apela ao Iraque e ao Kuwait para iniciarem de imediato negociações intensivas para a resolução das suas divergências e apoia todos os esforços neste sentido.

2. Resolução n° 661 de 6 de Agosto de 1990: (Adoptada por uma votação 13-0; Cuba e o Yémen abstiveram-se)

O Conselho determina que o Iraque não cumpriu a resolução n° 660; decide tomar as seguintes medidas:

- Todos os Estados impedirão a importação de todos os produtos com origem no Iraque ou no Kuwait; quaisquer actividades que promovam a exportação de quaisquer produtos do Iraque ou do Kuwait; o abastecimento de quaisquer produtos, incluindo armamento, mas excluindo abastecimentos destinados exclusivamente a fins médicos e, em circunstâncias humanitárias, alimentos, para o Iraque ou Kuwait.
- Nenhum dos Estados disponibilizará a qualquer empreendimento no Iraque ou no Kuwait quaisquer fundos e todos impedirão os seus cidadãos de disponibilizarem quaisquer fundos.
- Uma comissão do Conselho de Segurança será criada para examinar relatórios sobre a execução da presente resolução, e para obter de todos os Estados informações adicionais relativas à acção por eles empreendida.

3. Resolução n° 662 de 9 de Agosto de 1990: (Adoptada por unanimidade)

O Conselho de Segurança decide que a anexação do Kuwait pelo Iraque não tem qualquer validade legal; apela a todos os Estados, organizações internacionais e agências para não reconhecerem tal anexação; exige que o Iraque rescinda as suas acções no sentido de anexar o Kuwait.

4. Resolução n° 664 de 18 de Agosto de 1990: (Adoptada por unanimidade)

O Conselho de Segurança exige que o Iraque autorize a partida imediata do Kuwait e do Iraque dos cidadãos de países terceiros; exige ainda que o Iraque não tome qualquer acção que ponha em perigo a segurança, protecção ou saúde de tais cidadãos; exige que o governo do Iraque rescinda as suas ordens para o encerramento de missões diplomáticas no Kuwait e a retirada de imunidade.

5. Resolução n° 665 de 25 de Agosto de 1990: (Adoptada por uma votação 13-0; Cuba e o Yémen abstiveram-se)

O Conselho de Segurança apela aos Estados membros que destacaram forças marítimas para a área para utilizarem todas as medidas que possam vir a ser necessárias para deter todo o movimento marítimo de entrada e saída, a fim de inspeccionar os seus carregamentos e verificar os seus destinos.

6. Resolução n° 666 de 13 de Setembro de 1990: (Adoptada por uma votação de 13-2; Cuba e o Yémen opuseram-se a esta resolução)

O Conselho de Segurança decide que, afim de determinar se ocorreram ou não circunstâncias huma-



nitárias, a comissão deverá manter a situação relativa a alimentos para o Iraque e o Kuwait sob constante avaliação; solicita que o Secretário-Geral procure informações sobre a existência de alimentos no Iraque e Kuwait; solicita ainda que seja dada particular atenção a pessoas que possam sofrer especialmente.

7. Resolução n° 667 de 16 de Setembro de 1990: (Adoptada por unanimidade)

O Conselho de Segurança condena fortemente os actos de agressão perpetrados pelo Iraque contra instalações diplomáticas e contra pessoas no Kuwait, incluindo o rapto de cidadãos nacionais; exige a libertação imediata desses cidadãos estrangeiros, assim como de todos os cidadãos nacionais referidos na resolução n° 664; exige ainda que o Iraque imediatamente salvguarde a segurança e bem-estar do pessoal diplomático e consular e das instalações no Kuwait e no Iraque e para não tomar qualquer acção para impedir as missões do desempenho das suas funções.

8. Resolução n° 669 de 24 de Setembro de 1990: (Adoptada por unanimidade)

O Conselho de Segurança encarrega a comissão criada ao abrigo da resolução n° 661 da tarefa de examinar os pedidos de auxílio ao abrigo do artigo 50 da Carta da ONU e de fazer recomendações para a acção.

9. Resolução n° 670 de 25 de Setembro de 1990: (Adoptada por uma votação de 13-1; Cuba votou contra)

O Conselho de Segurança decide que todos os Estados devem negar autorização a qualquer avião para descolar do seu território se o avião transportar qualquer carga de ou para o Iraque ou Kuwait, excepto qualquer outra que contenha alimentos em circunstâncias humanitárias ou abastecimentos para fins exclusivamente médicos.

Decide ainda que todos os Estados devem negar autorização a qualquer avião destinado a aterrar no Iraque ou Kuwait de sobrevoar o seu território, a menos que o avião aterre a fim de permitir inspecção; ou se o voo tiver sido aprovado pela comissão criada pela resolução n° 661, ou se o voo estiver certificado pela ONU.

O Conselho de Segurança decide considerar, no caso de incumprimento das disposições da resolução n° 661 ou desta resolução, medidas dirigidas contra o Estado em questão para impedir tal incumprimento.

10. Resolução n° 674 de 29 de Outubro de 1990: (Adoptada por uma votação de 13-0; Cuba e o Yémen abstiveram-se)

O Conselho de Segurança exige que o Iraque cesse e desista de fazer reféns de cidadãos de países terceiros, maltratar e oprimir cidadãos do Kuwait e cidadãos de terceiros países e quaisquer outras acções que violem as decisões deste Conselho, a Carta da ONU, a 4ª Convenção de Genebra, as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares e o Direito Internacional; convida os Estados a coligir informação sobre as graves violações pelo Iraque conforme acima citado; exige que o Iraque assegure o acesso de alimentos, água e serviços básicos aos cidadãos kuwaitianos e aos cidadãos de países terceiros no Kuwait e no Iraque.

O Conselho de Segurança relembra ao Iraque que é responsável por qualquer perda, prejuízo ou ferimentos decorrente em relação ao Kuwait e a países terceiros, como resultado da invasão e ocupação



do Kuwait; convida os Estados a coligirem informações relevantes sobre as suas exigências de compensação por parte do Iraque. O Conselho reafirma a sua confiança no Secretário-Geral para disponibilizar os seus bons ofícios e para empreender esforços diplomáticos a fim de alcançar uma solução pacífica para a crise e apela a todos os Estados para prosseguirem os seus esforços neste sentido; solicita ao Secretário-Geral que comunique os resultados dos seus bons ofícios.

11. Resolução nº 677 de 28 de Novembro de 1990: (Adoptada por unanimidade)

O Conselho de Segurança solicita ao Secretário-Geral que salvguarde uma cópia do registo da população do Kuwait para impedir a tentativa pela parte do Iraque de repovoar o Emirato com iraquianos.

12. Resolução nº 678 de 29 Novembro de 1990: (Adoptada por uma votação de 12-2; A China absteve-se e Cuba e o Yémen opuseram-se)

O Conselho de Segurança, verificando que o Iraque se recusa a cumprir a sua obrigação de pôr em prática a resolução nº 660 e resoluções posteriores, exige que o Iraque cumpra na íntegra todas as resoluções relevantes e decide, embora mantendo todas as suas decisões, dar ao Iraque uma última oportunidade, como prova de boa vontade.

Autoriza os Estados membros que estão a cooperar com o governo do Kuwait, a menos que o Iraque ponha totalmente em prática a, ou até, 15 de Janeiro de 1991 as resoluções em vigor, a utilizar todos os meios para fazer valer e levar à prática a resolução nº 660 do Conselho de Segurança e para restabelecer a paz e a segurança internacional na zona; solicita a todos os Estados que dêem o apoio adequado às acções levadas a cabo no cumprimento desta resolução.

13. Resolução nº 686 de 2 Março de 1991: (Adoptada por uma votação de 11-1; A China, Índia e Yémen abstiveram-se e Cuba opôs-se)

Exigiu a suspensão imediata das acções ofensivas e obrigou o Iraque a adoptar todas as medidas necessárias para possibilitar o término definitivo das hostilidades.

14. Resolução nº 687 de 3 Abril de 1991: (Adoptada por uma votação de 12-1; Yémen e o Equador abstiveram-se e Cuba opôs-se)

Exigiu a restauração da soberania do Kuwait, a sua independência, integridade territorial e o retorno do seu governo legítimo, estabelecendo condições específicas para o cessar fogo oficial.

15. Resolução nº 688 de 5 Abril de 1991: (Adoptada por uma votação de 10-3; China e Índia abstiveram-se; Yémen e Zimbabwe opuseram-se)

Condenou a opressão dos curdos pelo Iraque.

16. Resolução nº 689 de 9 Abril de 1991: (Adoptada por uma unanimidade)

Estabeleceu normas para a criação de uma Missão de Observadores no Iraque e Kuwait.

Fonte: “Resoluções da ONU”, Military Review, 3º Trimestre de 1992, Edição Brasileira pág. 24; Adel Darwish e Gregory Alexander, “Sumário das Resoluções das Nações Unidas relativas à Crise do Golfo”, A Guerra do Golfo – Historia Secreta de Saddam – O que não veio nos Jornais, pág. 365 a 369.



Anexo E - A ÚLTIMA PROPOSTA DE PAZ DA URSS ANTES DA OFENSIVA TERRESTRE

Após a divulgação das condições exigidas ao Iraque pela Coligação Multinacional a União Soviética divulgou um outro plano, apresentado na tarde do dia 22 de Fevereiro, baseado nos seguintes pontos:

- 1** - O Iraque aceita cumprir a resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU; isto é, retirar imediatamente e sem condições todas as tropas do Kuwait para as posições que ocupavam no dia 1 de Agosto de 1990;
- 2** – A retirada das tropas terá início no dia seguinte a um cessar-fogo em todas as acções militares em terra, mar e ar;
- 3** - A retirada das tropas será cumprida em 21 dias, incluindo a retirada das tropas da Cidade do Kuwait durante os quatro primeiros dias;
- 4** - Imediatamente após o fim da retirada das tropas do Kuwait, as razões pelas quais foram adaptadas as restantes resoluções do Conselho de Segurança ficam ultrapassadas e deixam, portanto, de ser válidas;
- 5** - Todos os prisioneiros de guerra serão libertados e repatriados nos três primeiros dias seguintes ao cessar-fogo e à interrupção dos combates;
- 6** - O controlo e a vigilância do cessar-fogo e da retirada das tropas serão assegurados por observadores ou por forças de paz, consoante resolução do conselho de segurança da ONU.

Fonte: Jornal do Exército, nº 375 de Março de 1991, pág. 13 e 14.



Anexo F – ULTIMATO DA COLIGAÇÃO MULTINACIONAL/DECLARAÇÃO DA NATO

1. O Ultimato da Coligação Multinacional

O conteúdo das condições exigidas ao Iraque para retirar do Kuwait foi apresentado em Washington e envolvia os seguintes pontos:

“Primeiro, o Iraque deve iniciar uma retirada maciça do Kuwait até ao dia 23 de Fevereiro, sábado (17 horas em Lisboa).

As forças iraquianas deverão completar a retirada no prazo de uma semana, dado o facto de o Iraque ter invadido e ocupado o Kuwait numa questão de horas, qualquer período mais longo do que isto, a partir do início da retirada, não satisfaria a exigência de urgência da resolução 660. Dentro das primeiras 48 horas, o Iraque deve retirar todas as forças da Cidade do Kuwait e permitir o regresso imediato das autoridades legítimas.

Deve retirar de todas as posições ocupadas ao longo das fronteiras saudita - kuwaitiana e iraquiana - kuwaitiana, das ilhas de Bubiyan e Warba e do campo petrolífero de Rumaila. No prazo de uma semana, deve fazer recuar as tropas para as posições que ocupavam no dia 1 de Agosto (a véspera da invasão do Kuwait), em cumprimento da resolução 660.

Libertar, em colaboração com a Cruz Vermelha, todos os prisioneiros de guerra e todos os civis de terceiros países, detidos contra a sua vontade, e devolver os restos mortais dos soldados mortos.

Esta acção deve principiar imediatamente com o início da retirada e deve estar concluída em 48 horas. O Iraque deve remover todos os explosivos e armadilhas, incluindo os colocados em instalações petrolíferas kuwaitianas, e nomear oficiais de ligação iraquianos para trabalharem com kuwaitianos e outras forças da coligação em pormenores operacionais ligados à retirada (...), para fornecerem todos os dados sobre a localização e natureza de quaisquer minas em terra ou no mar.

O Iraque deve cessar o fogo antiaéreo, os voos de aviões sobre o Iraque e o Kuwait, com excepção dos aviões de transporte que levem tropas para fora do Kuwait, e permitir aos aviões da coligação o controlo exclusivo e a utilização de todo o espaço aéreo kuwaitiano.

Devem cessar todas as acções de destruição contra cidadãos e propriedades kuwaitianos e libertar todos os presos kuwaitianos.

Os Estados Unidos e os seus parceiros de coligação reiteram que as suas forças não atacarão forças iraquianas em retirada, e mostrarão contenção enquanto a retirada prosseguir de acordo com as linhas acima descritas se não se registarem ataques a outros países.

Qualquer quebra destes termos resultará numa resposta instantânea e dura das forças da coligação, de acordo com a resolução 678 do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Fonte: Jornal do Exército, nº 375 de Março de 1991, pág. 14



2. Declaração da NATO sobre o Golfo (Aprovada na Reunião Ministerial do Conselho do Atlântico Norte, realizada nos dias 17 e 18 de Dezembro de 1990, no Quartel General da NATO em Bruxelas)

- a. A invasão e brutal ocupação do Kuwait representa uma flagrante violação do Direito Internacional, da Carta das Nações Unidas e coloca um desafio fundamental à Ordem Internacional. Condenamos a atitude persistente do Iraque perante as Resoluções do Conselho de Segurança das NU, que reflectem a solidariedade global e o empenhamento da Comunidade Internacional. O comportamento do Iraque ameaça a paz. Faz anular uma oportunidade sem precedentes para que as NU realizem a sua finalidade inicial no seu papel de promoção global da paz e estabilidade.
- b. Neste momento reside no Governo do Iraque a responsabilidade pela garantia da Paz, através do cumprimento integral das decisões tomadas pelas Nações Unidas. O Iraque libertou finalmente os cidadãos estrangeiros, que ilegalmente retinha como reféns. Contudo, uma retirada completa do Kuwait e a restauração da soberania e do seu governo legítimo são condições inequívocas para uma solução de paz. Não poderá haver soluções parciais.
- c. Apoiamos firmemente a Resolução 678 e outras adoptadas pelo Conselho de Segurança e reiteramos a esperança de que a sua representação possa ser conseguida por meios pacíficos. Estamos confiantes que o encontro entre a Presidência da Comunidade Europeia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, entre outras iniciativas, possam contribuir para esse objectivo. Apoiamos também as acções do Secretário Geral da ONU para esse fim. Apoiamos, particularmente, os esforços para o diálogo, tais como os levados a cabo pelo Presidente Bush, ao oferecer a possibilidade ao Iraque de contactos directos de alto-nível, com o mais claro entendimento das consequências posteriores, decorrentes das respectivas obrigações. Concordamos que o Iraque não deve utilizar estas iniciativas para retardar o encontro até à data de 15 de Janeiro estabelecida pelas Nações Unidas. Os países da região do Golfo, e em particular os países árabes, também continuam a assumir uma responsabilidade especial nos esforços para encontrar uma solução.
- d. A Resolução 678 do Conselho de Segurança autorizou o emprego de todos os meios necessários se o Iraque não ceder antes da data definida e expressamente apelou a todos os Governos para garantirem o apoio adequado na implementação das Resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança. Os nossos Países continuarão a responder positivamente a este pedido das Nações Unidas. Cada um de nós, com o melhor da nossa capacidade, continuará a garantir o apoio para este esforço contínuo. Adicionalmente, cada um de nós continuará a manter e reforçar as sanções económicas e a garantir apoio financeiro aos países mais directamente afectados.
- e. Constatamos que a Crise do Golfo coloca uma ameaça potencial a um dos nossos aliados que tem fronteiras comuns com o Iraque, e reafirmamos a nossa determinação para cumprir integralmente os compromissos estipulados no Artigo 5 do Tratado de Washington, no qual se estipula que um ataque armado contra um dos nossos Estados deverá ser considerado um ataque contra todos. Reiteramos o nosso firme empenhamento na segurança de toda a Região Sul, cuja importância estratégica aparece mais vincada com esta crise.

Fonte: Jornal do Exército, nº 374 de Fevereiro de 1991, pág. 29.

Anexo G – A CAMPANHA AEREA NA GUERRA DO GOLFO

1. Fases e Objectivos

Todas as operações aéreas, incluídas na operação “*Tempestade do Deserto*”, foram planeadas no Quartel General da Real Força Aérea da Arábia Saudita, em Riade. Neste QG trabalharam peritos em diferentes áreas (comunicações logística, explosivos, informações e outras), com o objectivo de identificar e seleccionar possíveis alvos a bater pela Força Aérea e pelos mísseis de cruzeiro.

Os objectivos da ofensiva aérea dividiram-se em quatro fases:

FASE I

- Fábricas produtoras de armas nucleares e químicas;
- Bases de mísseis Scud;
- Indústria-chave do Iraque, a produção de energia;
- Centros de Comunicações Centros de Comando e Controlo das Forças Armadas Iraquianas.

FASE II

- Defesas antiaéreas;
- Campos de aviação e Bases Aéreas Iraquianas;
- Sistemas SAM e outros tipos de Radares.

FASE III

- As pontes sobre os Rios Tigre e Eufrates;
- Vias de comunicações;
- Unidades da Guarda Republicana no Iraque e no Kuwait;
- Unidades regulares do Exército Iraquiano no Kuwait.

O objectivo era isolar as forças iraquianas que ocuparam a Kuwait, cortando-lhes as linhas de abastecimento e retirada.

IV FASE

A Força Aérea e os mísseis de cruzeiro apoiaram directamente a ofensiva terrestre.

Simultaneamente, com a início da concentração das forças no TO, a partir de Agosto de 1990, iniciaram-se as Operações de Reconhecimento Estratégico, pela Força Aérea Americana com a ajuda de satélites e voos de reconhecimento sobre o Kuwait e Iraque (Fig. 1).

Antes de se iniciarem as acções de combate aéreo, meios aéreos e satélites desencadearam acções de guerra electrónica-

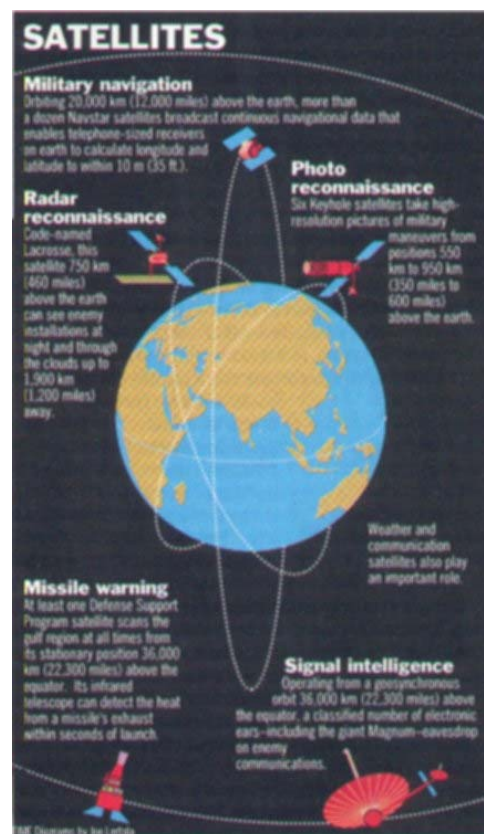


Fig. 1 – Utilização de Satélites para o reconhecimento.

ca para empastelar as comunicações no Iraque e no Kuwait (Fig. 2).



Fig. 2 – A ação de Guerra Electrónica sobre os Sistemas de Defesa Antiaérea do Iraque.

Foram realizadas 112.000 saídas de meios aéreos e lançados 288 mísseis de cruzeiro Tomahawk sobre o Iraque e o Kuwait.

Apesar das medidas de decepção iraquianas com a utilização de maquetes de aviões, mísseis Scud e CC, para induzirem a Força Multinacional em erro, o elevado treino dos pilotos da coligação, conjugado com a capacidade tecnológica dos seus aparelhos, contribuiu para que as acções de bombardeamento de saturação fossem demolidoras para as forças iraquianas (Fig. 4).

Os aviões de ataque da Força Aérea da coligação, eram controlados por aviões AWACS (Fig. 5), que os guiavam para os objectivos.

O resultado da ofensiva aérea da coligação foi decisivo para o êxito de ofensiva terrestre, garantindo total liberdade de acção, no campo de batalha, à Coligação Multinacional. Durante esta fase foram destruídas ou inutilizadas todas as pontes que permitiriam a retirada das forças iraquianas; as comunicações entre o Alto Comando Iraquiano e as suas unidades eram deficientes ou quase nulas; as tropas das primeiras linhas de defesa tinham sofrido cerca de 40 bombardeamentos contínuos e tinham estado cerca de 5 dias sem receber abastecimentos.

As forças iraquianas não dispunham de meios de reconhecimento aéreo, ignorando tudo o que se passava com a movimentação das Forças de Coligação. Ao contrário, as Forças Multinacionais, conheciam exactamente a localização das Divisões iraquianas e conseguiam avaliar o desgaste sofrido

¹ OLIVEIRA, TCor Pilav Rui Mora de, *Estratégia Aeroespacial – Ciclos de Evolução e Perspectivas Futuras*, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, 1993, pág. 125.



Fig. 3 – Os principais Vectores Aéreos utilizados na Guerra do Golfo Pérsico.

devido aos ataques e bombardeamentos aéreos. Esta situação permitiu, ao Comando das Forças Aliadas, tirar partido da surpresa, quando lançaram a ofensiva terrestre.

2. Desenrolar da Campanha Aérea

Para alcançar os objectivos da Campanha Aérea era imprescindível obter e manter superioridade aérea, por isso, era necessário destruir ou neutralizar o poder aéreo inimigo.



Fig. 4 - A destruição provocada pelos ataques aéreos.

A Força Aérea do Iraque, embora fosse inferior em quantidade e qualidade, constituía uma força forte, com aviões bem equipados e apoiados por uma infra-estrutura dispersa pelo território iraquiano. A defesa aérea possuía um elevado número de sistemas de armas modernos. No entanto, “os pilotos iraquianos combateram durante as primeiras setenta e duas horas, passando a uma postura imobilista, quando verificaram que não tinham qualquer hipótese de negarem o inimigo a supremacia aérea”². A reataliação iraquiana, após a imobilização da sua Força Aérea, limitou-se ao lançamento de mísseis Scud sobre Israel e a Arábia Saudita.



Fig. 5 – E 3 Awacs Sentry.

Após a Coligação Multinacional ter obtido a supremacia aérea, as suas aeronaves puderam operar a maiores altitudes, evitando assim as defesas antiaéreas iraquianas. Depois de terem destruído alguns dos centros de gravidade inimigos, tais como: postos de comando e controlo e infra-estruturas estratégicas. O objectivo da Campanha Aérea era impedir o reabastecimento do exército iraquiano, reduzindo a sua capacidade de combate e a vontade de resistir. Para o efeito, utilizaram-se munições de grande precisão, para destruir várias pontes ao longo dos rios Tigre e Eufrates, cortando as linhas de comunicações e, obrigando o tráfego terrestre que se dirigia para a frente, a convergir para determinadas áreas que seriam sujeitas a intensos bombardeamentos.

² OLIVEIRA, TCor Pilav Rui Mora de, op. cit. , pág. 126.

Face ao insucesso dos mísseis Scud, Saddam Hussein, jogou uma nova carta na sua guerra psicológica: utilizou os pilotos dos aviões abatidos (Prisioneiros de Guerra), como escudos humanos para proteger objectivos militares. A televisão iraquiana mostrou sete desses pilotos muito maltratados e falando sob pressão física (Fig. 6). O Presidente dos EUA, George Bush, e o Primeiro-Ministro Britânico classificaram esta acção como um crime de guerra e uma infracção à Convenção de Genebra, que o Iraque também subscrevera.

Após a primeira semana de bombardeamentos, os dirigentes ocidentais começaram a achar que a guerra iria durar mais tempo do que previsto. Admitia-se que os bombardeamentos não seriam suficientes para obrigar Saddam Hussein a render-se, e que seria necessário uma ofensiva terrestre, já que as iniciativas diplomáticas continuavam a falhar os seus objectivos.

Saddam Hussein introduziu nos seus discursos uma linguagem religiosa, que originou uma onda de manifestações populares de apoio, desde Marrocos ao Paquistão (Fig. 7). Acusou também a coligação de bombardear as cidades santas xiitas de Najaf e Kerbala, tentando influen-



Fig. 6 – Pilotos da Coligação Multinacional (PG do Iraque).



Fig. 7 – Manifestações nos Países Islâmicos.

ciar o Irão a entrar na guerra. Os discursos e as manobras psicológicas de Saddam Hussein criaram uma onda de tensão entre os governos e os movimentos oposicionistas, especialmente, nos países islâmicos.

A 22 de Janeiro, Saddam ordenou que se incendiassem diversas instalações petrolíferas do Kuwait e que se procedesse ao derrame de crude no Golfo (Fig. 8). A mancha negra alastrou ao litoral saudita e desencadeou uma catástrofe ecológica que ameaçava as fábricas dessalinizadoras do Bahrein e da Arábia Saudita.



No dia 24 de Janeiro, as Forças da Coligação tomaram a pequena Ilha de Oaruh, utilizada pelos iraquianos como posto avançado de observação, e foram, também, abatidos dois aviões iraquianos por um piloto saudita.

Os aviões iraquianos furtaram-se sempre ao combate, permanecendo em abrigos camuflados ou fugindo para o Irão (Fig. 9). A coligação recebeu um acordo secreto do Iraque com o Irão, para onde este enviava os seus meios aéreos que possivelmente seriam utilizados na contra-ofensiva.

Numa entrevista dada em 28 de Janeiro, o líder iraquiano mostrou-se confiante e ameaçou usar mísseis Scud com ogivas químicas e nucleares, apelou aos terroristas de todo o mundo para intensificarem os seus ataques contra os países da coligação. Face à possibilidade do Iraque desencadear ataques químicos, generalizou-se a utilização de máscaras anti-gás.

Durante a 2ª fase da Operação “*Tempestade no Deserto*”, os aviões da coligação começaram a atacar as colunas de camiões-cisterna que circulavam na auto-estrada Bagdad–Amã, porque admitiam que, nestas colunas, havia veículos militares infiltrados e rampas móveis de mísseis Scud.

A aviação da coligação continuava a efectuar ataques aéreos às forças iraquianas no Kuwait e no sul do Iraque, contudo, a Rádio Bagdad, controlada pelo regime iraquiano, anunciava

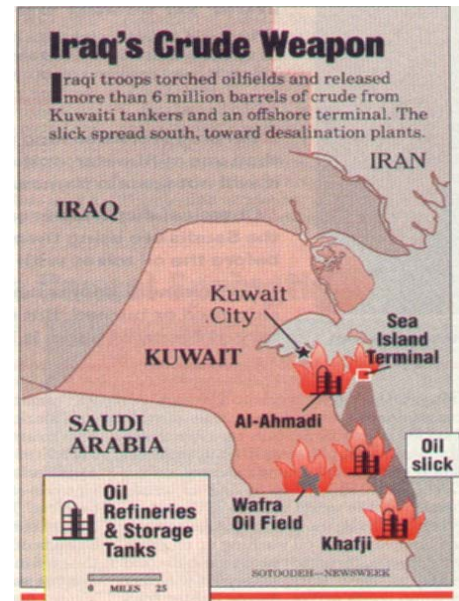


Fig. 8 – Os Poços de Petróleo a arder no Kuwait.

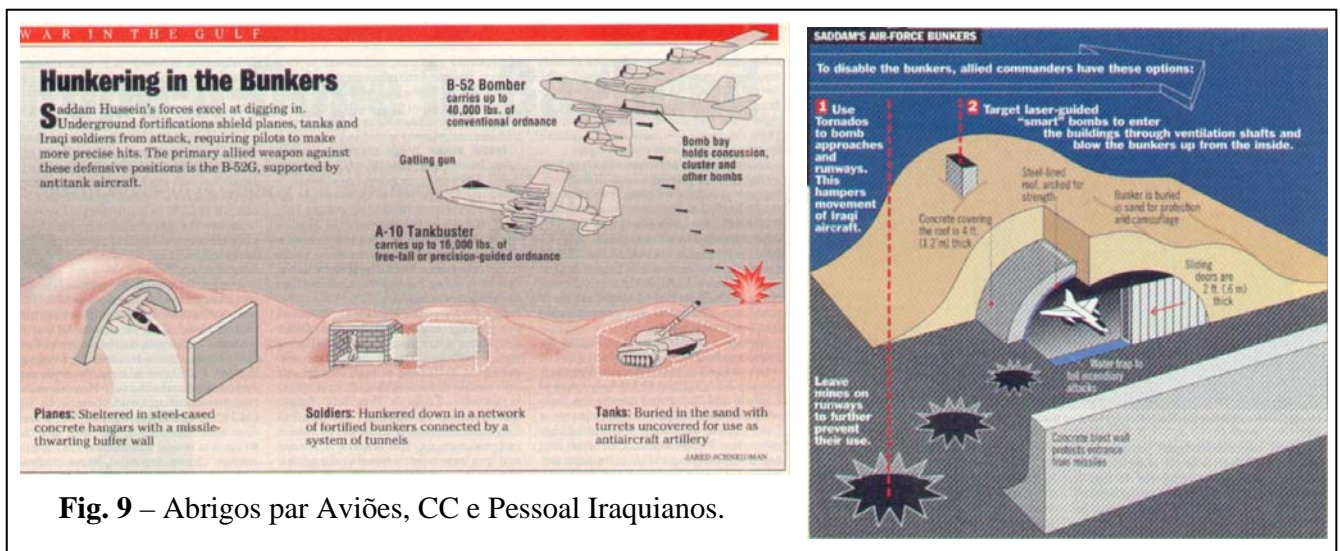


Fig. 9 – Abrigos par Aviões, CC e Pessoal Iraquianos.

sempre reduzidas baixas para as suas forças. Na fronteira do Kuwait com a Arábia, os militares iraquianos começavam a entregar-se à Coligação, esfomeados e desorientados, trazendo consigo panfletos que tinham sido lançados por aviões da coligação, convidando-os à deserção.

Nesta altura intensificaram-se os esforços diplomáticos para pôr fim ao conflito. No entanto, o regime iraquiano continuou a recusar-se cumprir as resoluções da ONU, informando que só retiraria do Kuwait, se a coligação retirasse da região Golfo Pérsico e Israel desocupasse os territórios ocupados.



Esta proposta foi de imediato rejeitada pelos países da coligação. Entretanto, na fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita, os contactos entre as forças começaram a intensificar-se.

Seguidamente resumimos os acontecimentos verificados nesta fase, por semanas:

1ª Semana (16 – 22 de Janeiro 1991) - Supremacia Aérea

Nesta semana destacamos os seguintes factos, pela sua importância, no desenrolar das operações:

- A força Aérea iraquiana praticamente não reagiu;
- O Estado de Israel, após ter sido atacado pelo Iraque com oito mísseis convencionais Scud, não retaliou;
- Os EUA forneceram ajuda militar a Israel, para garantir a sua defesa aérea;
- Não foram utilizadas armas NBQ por nenhum dos beligerantes;
- O Iraque fez as seus primeiros prisioneiros de guerra e utilizou-os para impressionar a opinião pública, nomeadamente a americana.

Durante esta semana, as acções realizadas demonstraram a superioridade da Força Multinacional quanto à capacidade de aquisição de objectivos, Guerra Electrónica e meios aéreos.

2ª Semana (23 – 29 de Janeiro de 1991) – Semana do Terror

A coacção psicológica do Iraque sobre Israel aumentou, através dos mísseis Scud que caíam sobre Telavive. O perigo de Israel retaliar aumentou, colocando em perigo a estabilidade da Coligação Multinacional que se opunha a Saddam Hussein, porque vários países árabes tinham manifestado a intenção de abandonar a coligação, caso Israel atacasse o Iraque (centro de gravidade da coligação).

Após a Força Aérea Multinacional ter neutralizado os principais centros de comando e controlo do exército iraquiano e destruído as suas fábricas de armamento, concentrou os seus ataques sobre as forças iraquianas e tentou destruir as linhas de reabastecimento.

O General Collin Powell, falando à imprensa, definiu claramente qual era a sua estratégia militar: *“A nossa estratégia para derrotar este exército é muito simples: 1º vamos cortar-lhes os abastecimentos e, depois, dizimá-los”*.

3ª Semana (30Jan – 05 de Fevereiro de 1991) - Reacção Iraquiana

Nesta semana, o exército iraquiano tentou surpreender a coligação, lançando uma ofensiva terrestre ao longo da fronteira Norte com a Arábia Saudita, numa faixa compreendida entre Khafji a Ulmmhujul, que foi prontamente repelida pela coligação, causando pesadas baixas às forças iraquianas.

4ª Semana (06-12 de Fevereiro de 1991) - A Ofensiva Aérea não decide a Guerra

Durante esta semana, a opinião pública ficou com a sensação de que a informação estratégica da Força Multinacional, tinha sido iludida pelos iraquianos, com a recurso à dissimulação, contra-vigilância e múltiplos refúgios subterrâneos.

Todavia, assistia-se a um fluxo pequeno, mas contínuo, de militares iraquianos que atravessaram a



fronteira da Arábia Saudita para desertarem, bem como aumentava o número de aeronaves iraquianas em fuga para a Irão, atingindo um total de 140.

Durante esta semana que, o Secretário de Defesa Norte Americano Dick Cheney e o General Collin Powell, deslocaram-se ao TO para de conferenciarem com os comandantes militares da coligação, tendo esta viagem sido interpretada como uma última análise da situação, antes da decisão final sobre a data da ofensiva terrestre.

A opinião pública, apesar de apoiar o conflito, começava a interrogar-se se a vitória seria obtida no curto prazo que os dirigentes políticos e militares afirmavam.

5ª semana (13 –19 de Fevereiro de 1991) - Saddam Hussein recua

Esta semana foi marcada por uma acção que fez Hussein anunciar que queria a paz e que aceitava sair do Kuwait sob determinadas condições. A destruição de um “bunker” em Bagdad, onde se estimou que morreram cerca de 300 pessoas, entre as quais mulheres e crianças e, que segundo a administração norte-americana, se tratava dum objectivo militar, onde estavam instalados meios de comando e controlo do Exército Iraquiano, levou Saddam Hussein a aceitar a retirada do Kuwait sob determinadas condições. Todavia, e face às condições impostas por Hussein, a proposta não foi aceite e foi reiterado, pelo Presidente Bush, que a ofensiva aérea iria prosseguir até que fossem alcançados os objectivos da Força Multinacional.

Durante esta semana, os bombardeamentos concentram-se maciçamente sobre as prováveis posições da artilharia divisionária iraquiana e foram largadas forças especiais, norte americanas, no interior do território iraquiano, com a finalidade de recolherem notícias e guiarem posteriormente as forças da coligação sobre os objectivos seleccionados.

6ª Semana (20 – 27 de Fevereiro de 1991) – O Ultimato dos EUA

A diplomacia soviética tentou travar a ofensiva terrestre da Força Multinacional e tirar partido internacionalmente da situação, com a apresentação de uma proposta de retirada gradual dos iraquianos, que os soviéticas insistiam ter sido aceite pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque.

Os EUA rejeitaram a plano soviético e lançaram um ultimato ao Iraque (Fig. 10): O Exército Iraquiano deveria começar a retirar do Kuwait até ao meio dia do dia 24.

Por volta do meio-dia do dia 23, um míssil Scud foi lançado sobre Israel; estavam claramente definidas as intenções do Iraque e os objectivos dos Estados Unidos. Pelas 00H01 de 24Fev, iniciou-se a ofensiva terrestre que terminaria no dia 28Fev, com a vitória da coligação.



Fig. 10 – O Presidente dos EUA, George Bush.



“A derrota do Iraque foi assegurada antes da campanha terrestre ter começado, através das missões de bombardeamento executadas a 10.000 pés ou maior altitude, utilizando por vezes aviões que não estavam vocacionados para este tipo de missão com é o caso do A-10 e do AV-8B”³.

³ OLIVEIRA, TCor Pilav Rui Mora de, op. cit., pág. 130 e 131.



Anexo H – FORÇAS EM PRESENÇA NA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

1. Forças da Coligação Multinacional

A Coligação Multinacional incluía 38 países, dos quais 9 não forneciam apoio militar e 17 tinham apenas contingentes simbólicos (entre 300 e 500 homens). Salienta-se ainda que 17 países eram Estados Árabes ou Islamizados. No potencial de combate desta Coligação incluíam-se 2.800 aviões, mais de 1.000 helis de ataque e mais de 8.000 CC e VBTP. Os efectivos globais dos Aliados eram superiores a 750.000 militares (incluindo mulheres).

Esta força apresentava as seguintes vantagens sobre o inimigo

- A elevada qualidade das forças aéreas, terrestres e navais da Coligação com:
 - pessoal mais qualificado e melhor treinado;
 - vantagens tecnológicas do armamento.
- A perspectiva da obtenção rápida de superioridade aérea.
- Maior capacidade para obter informações sobre o Teatro de Operações.
- Apoio internacional (difundido).
- A elevada capacidade de liderança política e militar da Coligação.

Seguidamente apresentamos os efectivos da Coligação Multinacional de três fontes distintas:

a. Military Review¹

- **Afganistão:** 300 homens (*Mujahidin*);
- **Alemanha:** 1 Esquadrão de Aeronaves de Combate estacionado na Turquia;
- **Arábia Saudita:** 110.500 homens; 550 CC; 180 Aeronaves de Combate; 8 Fragatas;
- **Argentina:** 2 Fragatas; 450 homens;
- **Austrália:** 1 Fragata de Lança-mísseis; 1 Contratorpedeiro; 1 Navio de Apoio;
- **Bahrain:** 3.500 homens;
- **Bangladesh:** 2.000 homens;
- **Bélgica:** 2 Caça-minas; 1 Esquadrão de Caças, estacionado na Turquia;
- **Canadá:** 2 Contratorpedeiros; 1 Esquadrão de Aeronaves CF-18 (30 caças, mais aeronaves de transporte); 1 700 homens;
- **Catar:** 7 000 homens; 24 Carros de Combate; 9 Guarda-costas; 19 Aviões de combate;
- **Checoslováquia:** 1 Unidade de defesa química (200 homens) e uma Equipe médica de 150 homens;
- **Coreia do Sul:** 5 Aeronaves C-130; 150 pilotos;
- **Dinamarca:** 1 Corveta; 1 equipe médica de 29 homens;

¹ AAVV, Forças em Presença, *Military Review*, 3º trimestre de 1992, Ed. Brasileira, pág. 22 e 23.



- **Egipto:** 40.000 homens; aproximadamente 400 CC;
 - **Emiratos Árabes Unidos:** 43 000 homens; 200 CC; 80 Aeronaves de Combate; 15 Navios;
 - **Espanha:** 2 Corvetas, 1 Contratorpedeiro;
 - **Estados Unidos:** Mais de 527.000 homens; mais de 1.200 CC e 2.200 VBTP, incluindo CC *Abrams M1A 1*; mais de 1.00 Navios de Guerra, inclusive o *Missouri* e o *Wisconsin* e os Porta-aviões *Midway*, *Ranger*, *Saratoga*, *John F Kennedy*, *América* e *Theodore Roosevelt*; mais de 1.800 Aeronaves de Combate, Bombardeiros e outros tipos de Aviões de Combate desde o *Stealth F-117A* até o Bombardeiro B-52 e mais de 1.700 Helicópteros;
 - **França:** 20.000 homens; 14 Navios; 1 Porta-aviões; mais de 75 Aviões; 350 CC;
 - **Grã-Bretanha:** 42.000 homens; 58 Aviões de Combate, de reconhecimento e Helicópteros; 170 CC; 16 Navios de Guerra;
 - **Grécia:** 1 Fragata, estacionada no Mar Vermelho;
 - **Holanda:** 2 Fragatas; 1 Esquadrão de Aviões F-16 estacionado na Turquia;
 - **Honduras:** 150 homens;
 - **Hungria:** Uma equipe médica de 40 homens;
 - **Itália:** 4 Navios; 8 Caças *Tornado*; 1 Esquadrão de Caças, estacionado na Turquia;
 - **Kuwait:** 11.500 homens; 35 Aviões de Combate;
 - **Marrocos:** 2.000 homens;
 - **Níger:** 480 homens;
 - **Noruega:** 1 Navio Guarda-costas; 1 Navio de Apoio;
 - **Nova Zelândia:** 2 Aeronaves C-130;
 - **Omã:** 25.500 homens; 75 Carros de Combate; 12 Navios-patrolha; 50 Aeronaves de combate, na sua maioria patrulhando o Estreito de Ormuz;
 - **Paquistão:** 1.000 homens;
 - **Polónia:** 2 Navios de Guerra; 1 equipe médica;
 - **Portugal:** 1 embarcação de apoio naval, como auxílio aos navios britânicos;
 - **Senegal:** 500 homens;
 - **Síria:** 21.000 homens; 300 Viaturas blindadas; 50.000 homens em território sírio, próximo à fronteira com o Iraque; outros 2.000 nos Emiratos Árabes Unidos;
 - **Turquia:** 120.000 homens na fronteira com o Iraque, preparados para dissuadir ataques iraquianos; A Turquia também permitiu que os EUA operassem desde a Base Aérea de Incirlik.
- Outras Nações:**
- **Roménia:** 1 Hospital de Campanha móvel; 180 homens especializados em guerra química;



- **Singapura:** 1 equipe médica com 30 homens (prestou serviço num hospital britânico);
- **União Soviética:** 2 Navios de Guerra na zona do Golfo.

b. Interim Report

Relativamente a este relatório apresentamos apenas as diferenças para os dados apresentados na alínea a.

- **Arábia Saudita:** 60.600 homens; 267 Carros de Combate; 15 Navios de Guerra;
- **Coreia do Sul:** Aeronaves C-130; equipe médica;
- **Dinamarca:** 1 Corveta;
- **Egipto:** 40.000 homens; 358 CC; 4ª Divisão Blindada; 3ª Divisão de Infantaria Mecanizada;

c. Artigo do Ex^{mo} Brig Hélio Felgas²

Seguidamente mostra-se um resumo dos países que mais contribuíram, com pessoal e material, para o potencial de combate da Coligação Multinacional:

Países	Efectivos	Aviões	CC e VBTP	Navios
EUA	540.000	1.850	2300	180
Grã-Bretanha	45.000	100	370	20
França	16.000	80	120	15
Arábia Saudita	45.000	300	400	
Egipto	38.000		480	
Síria	20.000		270	
Kuwait	10.000	25		

Para a Força Naval contribuíram ainda os seguintes países:

- **Itália** com 10 navios;
- **Bélgica** com 6 navios;
- **Alemanha** com 6 navios;
- **Espanha, Holanda e Áustria** com 6 navios cada;
- **Os Estados do Golfo** disponibilizaram 80 vedetas e navios patrulha.

2. Forças Iraquianas³

a. Pessoal

- 39 Divisões Convencionais, num total de 440.000 homens;
- 9 Divisões Blindadas da Guarda Republicana, num total de 125.000 homens;
- 480.000 reservistas.

As forças iraquianas possuíam cerca de 1.045.000 homens

² Jornal do Exército nº 382 de Out91, Os dados fornecidos pelos Aliados e são apenas relativos às forças colocadas a Sul do Rio Eufrates.

³ FELGAS, Brig Hélio, Números da Guerra do Golfo, Revista do Exército nº 382, Outubro de 1991, pág. 18 e 19.



b. Material

- 4.300 CC;
- 3.200 VBTP;
- 3.100 peças de Artilharia;
- 700 aviões e cerca de 200 helis de ataque;
- 80 navios patrulha e vedetas rápidas lança mísseis.

Em resumo, nas forças do Iraque podemos salientar os seguintes pontos fortes e fracos:

Pontos Fortes:

- A habilidade evidenciada durante a Guerra Irão-Iraque;
- Capacidade de utilização de armas químicas.

Pontos Fracos:

- Débil apoio logístico às suas forças:
 - No deserto, as forças terrestres e as unidades logísticas são vulneráveis aos ataques aéreos.
 - Inexperiência na sustentação de forças a grandes distâncias.
 - Desprezou a pré-stocagem do reabastecimento, possuindo um extenso e pesado sistema logístico.
- Sistema de Comando e Controlo centralizado; as decisões importantes para o desenrolar da batalha eram tomadas por Saddam Hussein não permitindo a autonomia das forças. *“Porque o Iraque tem um Sistema de Comando e Controlo altamente centralizado, Saddam é aquilo a que os teóricos militares designam por “Centro de Gravidade Inimigo”⁴.*
- Desconhecimento das capacidades reais das forças da Coligação.
- Incapacidade para interferir com os recursos especiais (satélites).
- Ineficientes informações externas.

3. Comparação

	Força Multinacional	Iraque
Efectivos	600.000	1.030.000 545.000 no Kuwait
Blindados	5.000	6.000 4.000 no Kuwait
Navios	204	50
Aviões	1.700	950

Fonte: Major Art Rodrigues Viana, *“O Conflito do Golfo”*, Boletim do IAEM nº 30 de 21Nov93, pág. 48.

⁴ PETRE, Peter, *General Schwarzkopf – The Autobiography – It doesn't take na Hero*, Bantam Books, New York, pág 398.



4. Aspectos a salientar nas Forças em Presença

- a. A elevada capacidade tecnológica dos meios terrestre, navais e aéreos da Coligação Multinacional, contrapondo com a reduzida capacidade tecnológica dos meios do Iraque.
- b. A grande superioridade de meios humanos por parte do Iraque, em relação às Forças da Coligação Multinacional.
- c. Grande parte dos efectivos da Força Multinacional eram profissionais altamente treinados e equipados, contrapondo aos efectivos do Iraque onde a esmagadora maioria dos efectivos não eram profissionais, estavam deficientemente treinados e equipados (só cerca de 300.000 eram profissionais).
- d. Grande superioridade da Força Multinacional em meios navais.
- e. A superioridade da Força da Coligação Multinacional cujos meios aéreos dispunham da mais recente tecnologia, em contraste com os meios aéreos iraquianos, cujo tecnologia não era tão avançada.
- f. O Comando unificado das Forças Multinacionais com apreciável liberdade de acção, em relação ao poder político dos países que compunham a referida força.
- g. A ausência de liberdade de acção dos comandos militares iraquianos face ao poder político. O Presidente Saddam assumiu a comando das Forças Militares no Teatro de Operações, ao mesmo tempo que se assumia como líder político do Iraque.

5. Estrutura de Comando e Controlo da Coligação

A estrutura de comando das forças da Coligação, estacionadas na região do Golfo Pérsico, tinha como suporte a estrutura do Comando Central Americano (CENTCOM), Fig. 1. Todas as forças da Coligação ficaram sob o comando operacional do General Schwarzkopf (Comandante Chefe do Comando Central), Fig. 2 a 4.



Fig. 1 – Área de responsabilidade do Comando Central.

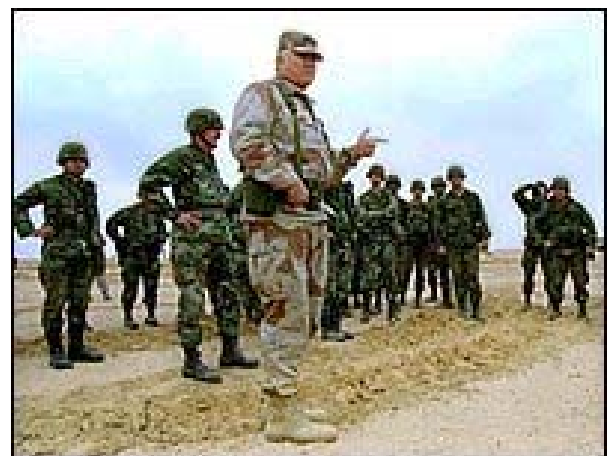


Fig. 2 – General Norman Schwarzkopf, Cmdt Chefe do Cmd Central.

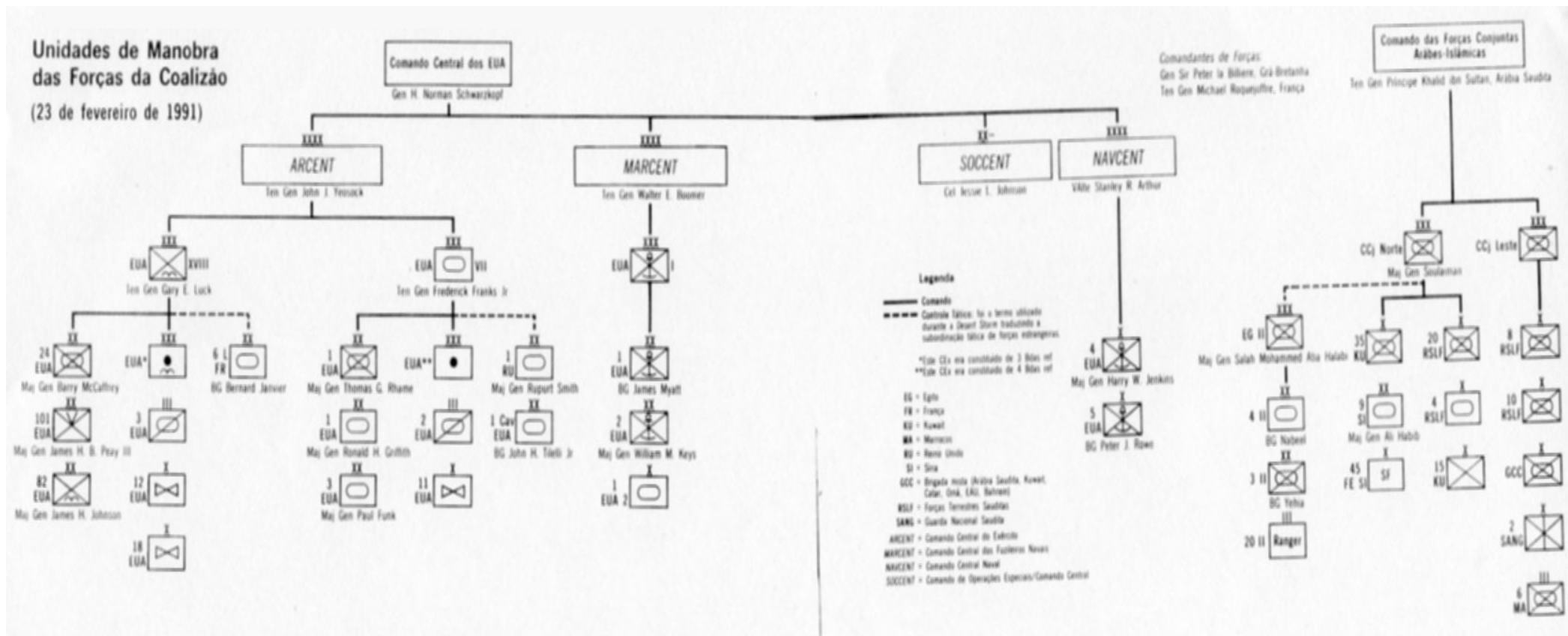


Fig. 4 – Área de responsabilidade do Comando Central.

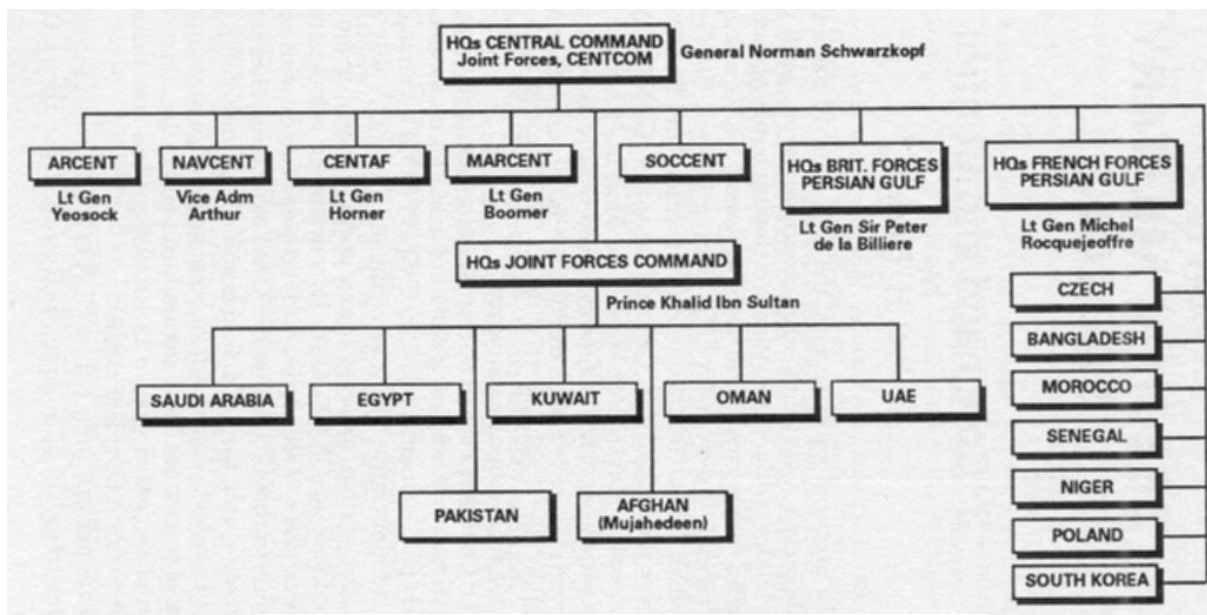


Fig. 3 – Estrutura de Comando das Forças Conjuntas.

Deste modo, a cadeia de Comando Operacional integrava os seguintes comandos (Fig. 5):

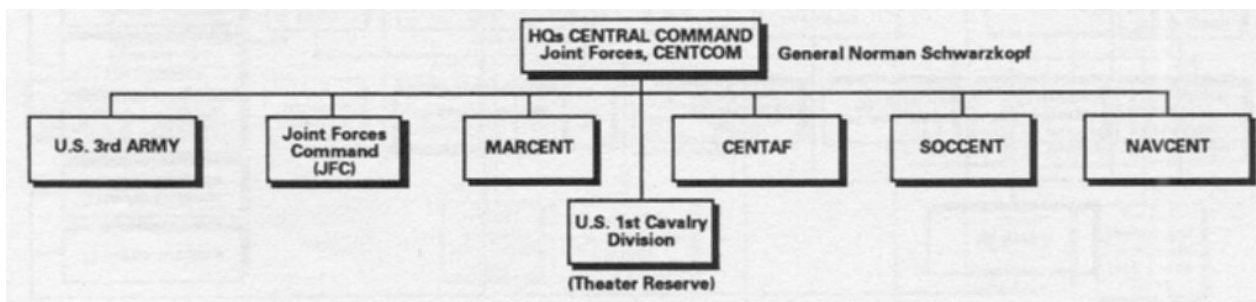


Fig. 5 – Os cinco Comandos Orgânicos do CENTCOM.

- 5 Comandos orgânicos do Comando Central:
 - Comando da Componente Terrestre (ARCENT);
 - Comando da Componente Naval (NAVCENT) – Fig. 6;
 - Comando da Componente Aérea (CENTAF) – Fig. 7;
 - Comando da Força de Marines (MARCENT) – Fig. 8;
 - Comando de Operações Especiais (SOCCENT) – Fig. 9;

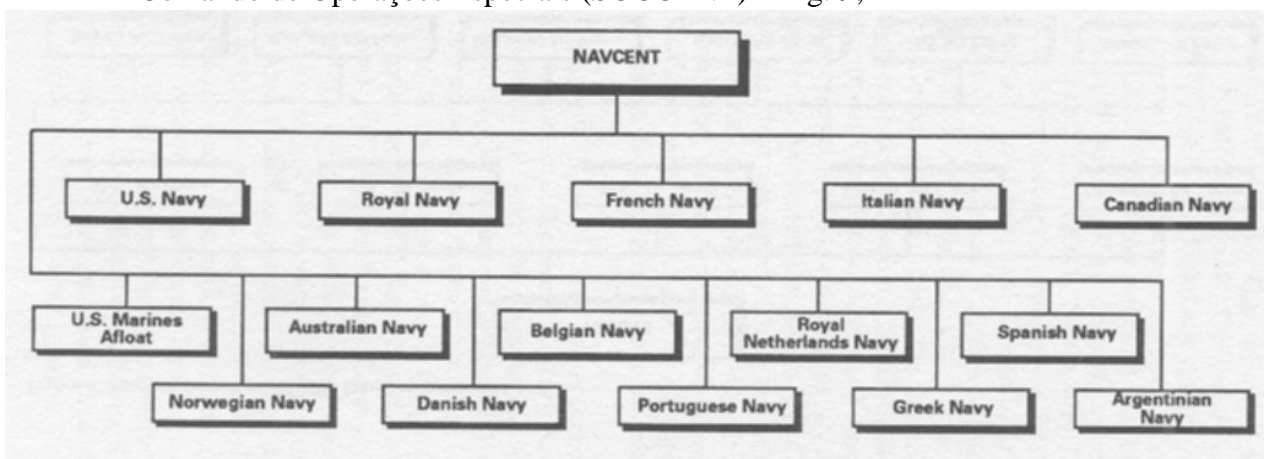


Fig. 6 – Estrutura de Comando da Componente Naval.

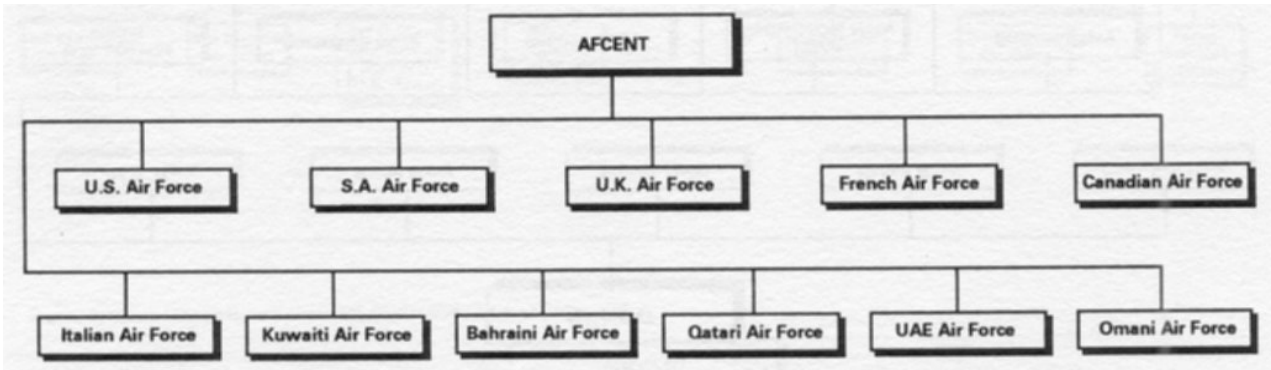


Fig. 7 – Estrutura de Comando da Componente Aérea.

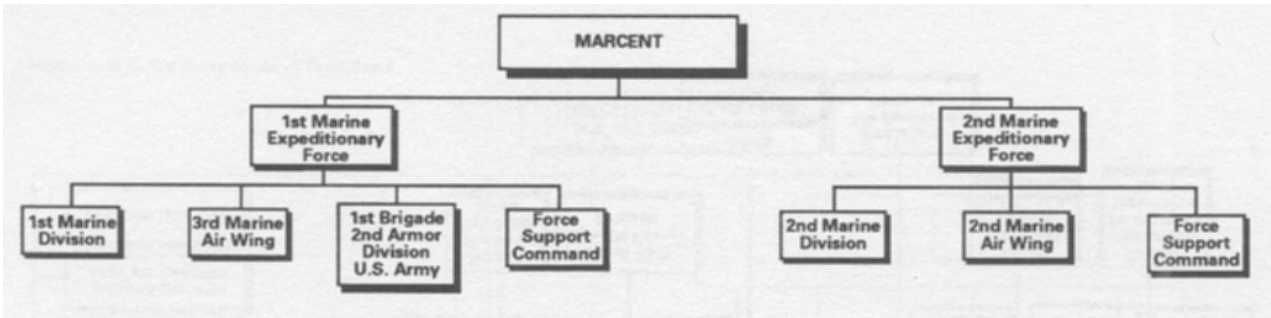


Fig. 8 – Estrutura de Comando da Força de Marines.

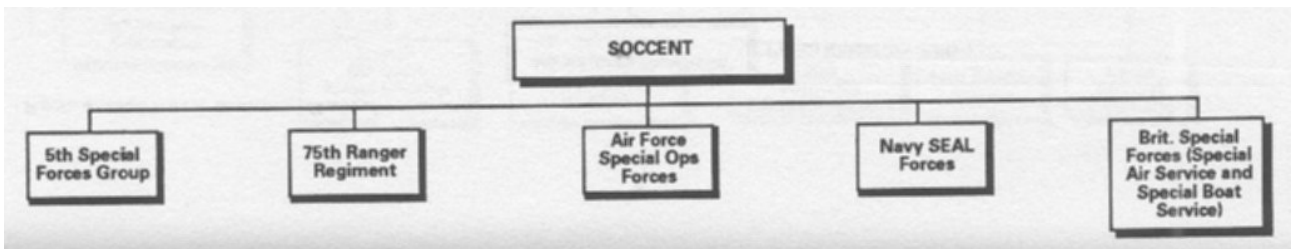


Fig. 9 – Estrutura de Comando das Forças de Operações Especiais.

- O Comando das Forças Conjuntas (JFC) que integrava forças dos países árabes e muçulmanos, excepto Marrocos e Bangladesh (Fig. 10);

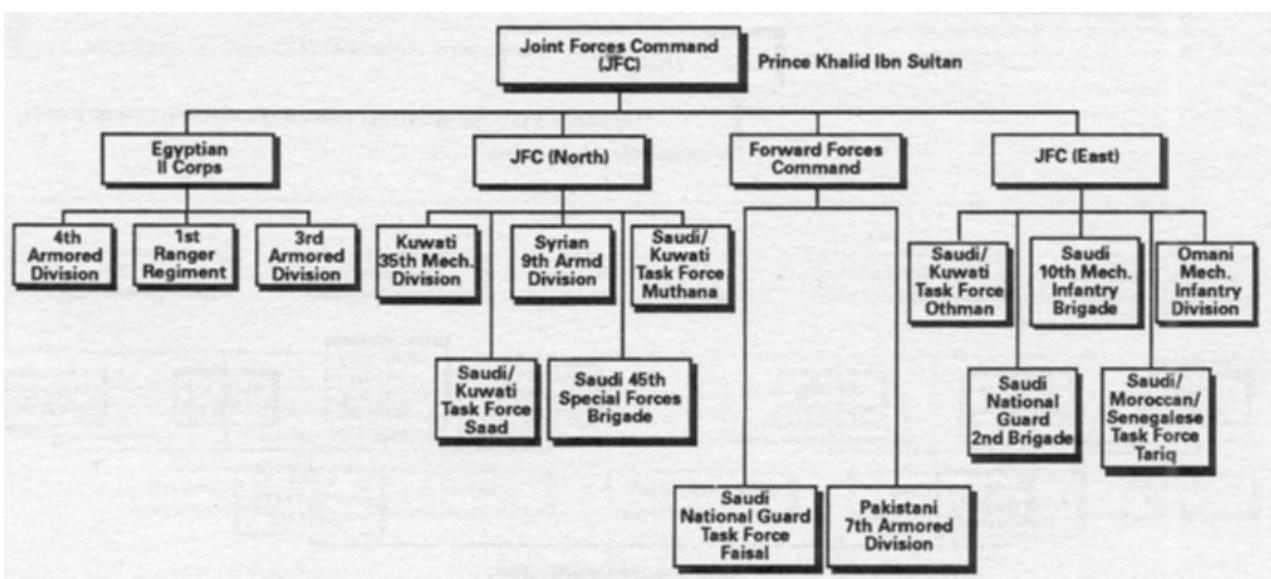


Fig. 10 – Estrutura de Comando das Forças Conjuntas (JFC).



- A 1ª Divisão de Cavalaria (EUA) constituía a Reserva de Teatro.

Ao ARCENT (US ARMY OF CENTRAL COMMAND) foi atribuída a designação de 3º Exército dos EUA (Fig. 11); incluía as forças dos países Aliados Ocidentais e era constituído basicamente por dois Corpos de Exército:

- O VII CE, constituído à base de Blindados, possuía um grande poder de choque, fogo, protecção e movimento, estando especificamente vocacionado para combater as forças blindadas iraquianas;
- O XVIII CE Aerotransportado, possuía uma elevada mobilidade e estava especificamente vocacionado para garantir a posse de terreno, vencer grandes distâncias e obstáculos, mas, apresentava algumas limitações de protecção e capacidade de choque.

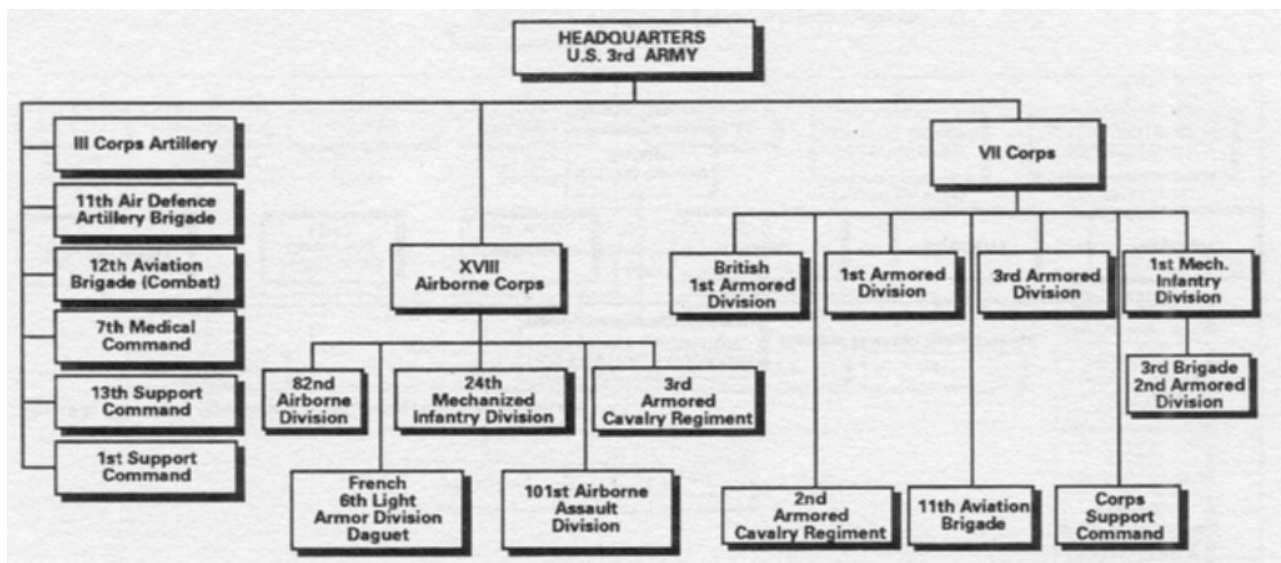


Fig. 28 – Constituição do 3º Exército Americano.

Os apoios de combate eram fornecidos pela Brigada de Aviação de Combate, Brigada de Artilharia Antiaérea e pela Artilharia de Campanha do Exército.

O Comando das Forças Conjuntas (JFC), era constituído por:

- Um (01) CE Egípcio;
- O Comando das Forças Conjuntas - Norte (JFC-N);
- O Comando das Forças Conjuntas - Este (JFC-E);
- O Comando das Forças Avançadas.

**6. Composição e Articulação das Forças da Coligação Multinacional (16Fev91)**XVIII CE Aerotransportado (EUA)

82ª DAerotransp
101ª DAerom
24ª DIMec
6ª DBILigeira (Fr)
3ºRRec
12ª BrigAvaComb
18ª BrigAvaComb
12ª CorpoArtCamp

JFC-N

3ª DIMec (Eg)
4ª DBI (Eg)
9ª DBI (Si)
Reg Ranger (Eg)
45º Reg Comandos (Si)
20ª BrigMec (AS)
Brig Shaheed (Ku)
Brig Al-Tahrir
4ª BrigBl

VII CE (EUA)

1ª DIMec
1ª DCav (inicialmente reserva do teatro)
1ª DBI
1ª DBI
1ª DBI (RU)
11ª BrigAvaComb
7º CorpoArtCamp

JFC-E

“Task Force” OMAR
10ª BrigInf (AS)
BIMoto (EAU)
BIMoto (OMÃ)
“Task Force” OTHMAN
8ª BrigInfMec (AS)
Brig Al Fatah (Ku)
CompInf (Bahrain)
“Task Force” ABU BAKR
BrigInfMoto da Guarda Nacional (AS)
BIMec (Qatar)

MARCENT (I MEF)

1ª DivMarines
2ª DivMarines
1ª Brig “Tiger”/2ªDBI (reforço)



Anexo I – DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO E MEIOS DE COMBATE IRAQUIANOS

1. Doutrina e Organização das Forças Terrestres do Iraque

- a. A doutrina do Iraque baseia-se, em grande parte, na doutrina soviética e foi posta à prova na guerra contra o Irão, o que lhe permitiu rever formas de conduta e ajustar essa doutrina ao ambiente operacional do Médio Oriente. Durante os oito anos de guerra, o Iraque desenvolveu a capacidade para conduzir operações defensivas, tendo obtido alguns resultados nas operações finais contra os iranianos.

O escalão Brigada é o mais baixo, com capacidade para conduzir operações independentes. Normalmente recebe da Divisão, artilharia adicional e lança-foguetes, helicópteros e meios de defesa antiaérea. As Forças da Guarda Republicana constituem as forças de elite, que foram criadas para protecção do Governo Iraquiano. Mais tarde, esta força foi utilizada com sucesso em operações ofensivas contra os iranianos e, foram algumas Brigadas de Guardas que executaram o rápido ataque no interior do Kuwait, em 2 de Agosto de 1990.

b. Linhas Gerais para a Conduta de Operações Defensivas:

- Montagem de uma zona de segurança à frente da Orla Anterior da Zona de Resistência (OAER) onde operam unidades de reconhecimento, reforçadas por unidades de Infantaria e de Artilharia;
- Implantação de posições defensivas muito fortes nas zonas mais avançadas;
- Forma de defesa em profundidade, com implantação de obstáculos em todo o espaço do sector a defender, tirando o máximo partido dos obstáculos naturais e artificiais (Fig. 1);
- Lançamento de campos de minas de protecção, à frente das posições defensivas, até aos 350 metros de profundidade com uma densidade de três (3) minas anti-pessoal e uma anti-carro, associadas com redes de arame farpado;
- Uso intensivo de fossos anti-carro e “dunas artificiais” para obrigar os blindados a exporem-se às armas anti-carro;
- Existência de uma reserva forte, em carros de combate, para lançamento de contra-ataques;

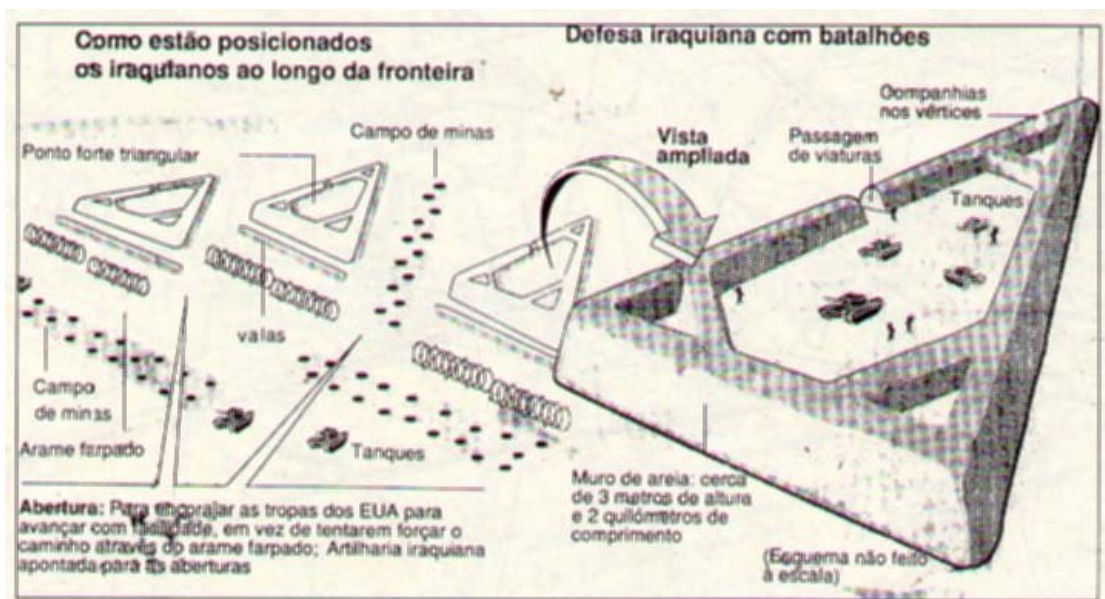


Fig. 1 – Organização da Defesa Iraquiana.

- As armas anti-carro, preferencialmente, instaladas nas posições mais avançadas;
- Conduta de defesa anti-carro:
 - Canalizar os carros de combate inimigos para zonas abertas, expostas aos fogos das armas anti-carro;
 - Empregar as armas anti-carro em profundidade;
 - Empregar forças especiais de comandos na área da retaguarda, para a montagem de emboscadas anti-carro.

c - Organização das Unidades de Manobra

A organização das brigadas de manobra iraquianas apresentam um potencial equilibrado, sendo de salientar que as unidades da Guarda Republicana estão melhor equipadas e dispõem de um potencial de apoio de fogos superior (Fig. 2).

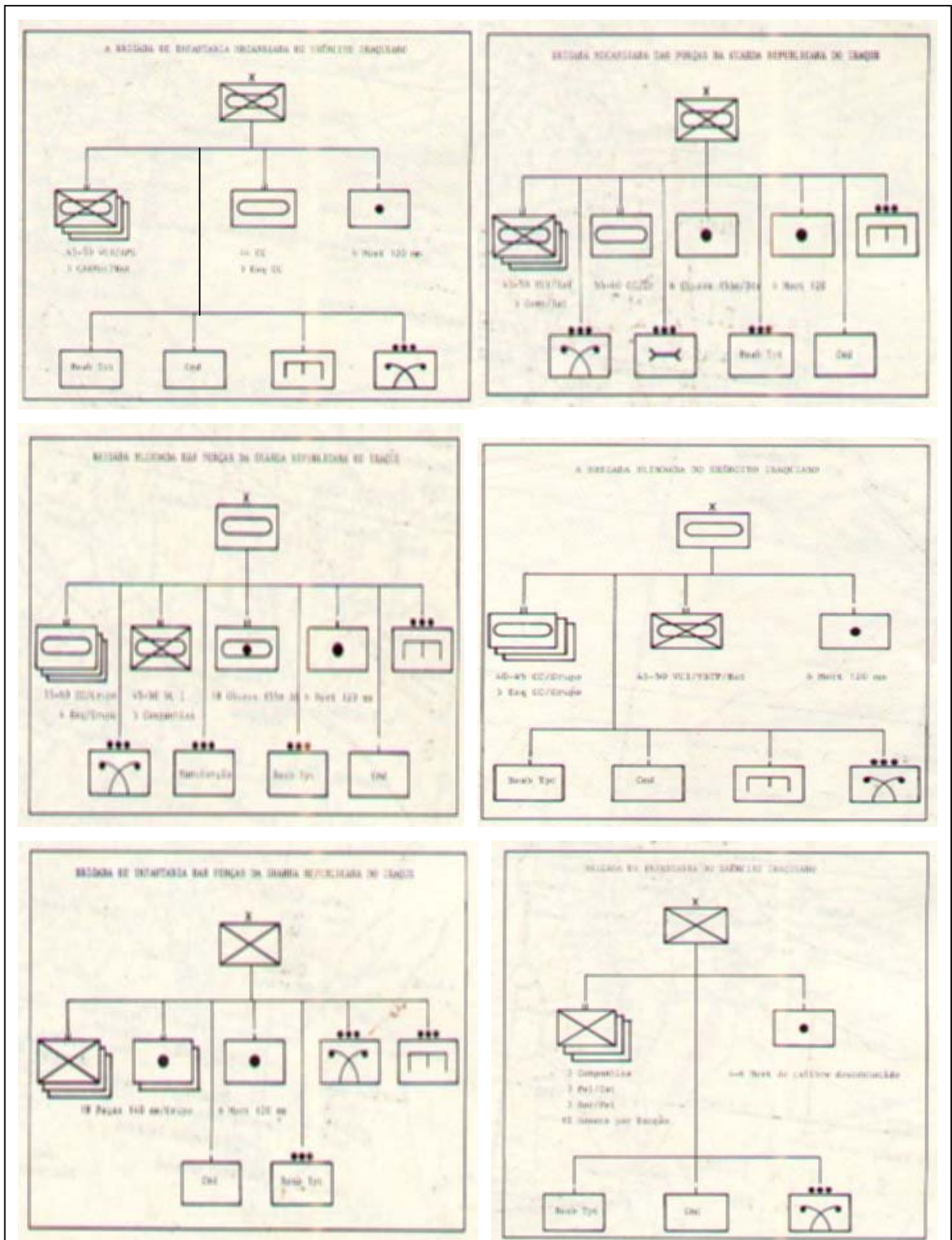


Fig. 2 - Comparação do Potencial das Unidades da Guarda Republicana (elite) com as outras Forças do Exército Iraquiano.



2. Alguns Meios de Combate Iraquianos

a. Viaturas de Combate de Infantaria e Reconhecimento

Tipo	Origem	Velocidade	Armamento	Capacidade
BMP-1	URSS	80 Km/h	Can 73 mm SAGGER MLig 7,62 mm	Transporta 8 homens
BMP-2	URSS	65 Km/h	Can 30 mm MLig 7,62 mm ACar SPIGOT	NBQ Infravermelho
SCORPION	Inglaterra	80,5 Km/h	Can 76 mm MLig 7,62 mm	Viatura de Reconhecimento
BRDM-2	URSS	100 Km/h	MLig 7,62 mm SAGGER	NBQ Reconhecimento
CASCAVEL	Brasil	100 Km/h	Can 90 mm MLig 7,62 mm MetPes 12,7 mm	Reconhecimento
BTR	URSS	44 Km/h	4 MLig 7,62 mm	Transporta 20 homens
ALVIS SARACEN	Inglaterra	72 Km/h	2 MLig 7,62 mm	Transporta 20 homens
PANHARD AML	França	90 Km/h	Can 90 mm MLig 7,62 mm ACar Hot	Reconhecimento

b. Carros de Combate

Tipo	Origem	Velocidade	Armamento	Capacidade
T-72 T-72 M1	URSS	80 Km/h	Can 125 mm MPes 12,7 mm	2.000 m
T-54/55	URSS	50 Km/h	Can 100 mm MPes 12,7 mm	1.500 m
T-62	URSS	50 Km/h	Can 155 mm MPes 12,7 mm	1.600 m
T-59- II	China	50 Km/h	Can 105 mm MPes 12,7 mm	1.800 m
T-69- II	China	50 Km/h	Can 100 mm MetPes 12,7 mm	1.500 m
CHIEFTAIN	Inglaterra	48 Km/h	Can 120 mm	3.000 m

c. Helicópteros

Tipo	Origem	Missão	Armamento	Capacidade de Transporte
HIND	URSS	Ataque	MPes 12,7 mm Míssil Swatter	1 Secção (8 homens)
GAZELLE	França	Ataque	Can 20 mm Míssil Hot	Faz parte de equipas de caçadores de carros
MI-8HIP	URSS	Assalto Transporte	MPes 12,7 mm Rockets	Transporta 24 homens

**d. Armas Anticarro**

Tipo	Origem	Alcance	Capacidade de penetração em blindagem
PPG -7	URSS	500 m	260 mm
AT-5 SPANDREL	URSS	4.000 m	500 a 600 mm
MILAN	França	2.000 m	1.060 mm
AT-4 SPIGOT	URSS	2.500 m	600 mm
SAGGER	URSS	500 – 3.000 m	400 mm
SWATTER	URSS	600 – 2.500 m	400 mm
HOT	França	75 – 4.000 m	850 mm

e. Apoio de Fogos

Tipo	Origem	Calibre	Alcance	Munições	Cadência de Tiro
Obús 251-AP	URSS	122 mm	15.300 m	Explosiva Fumos	5 tiros/minuto
Obús 253-AP	URSS	152 mm	27.000 m	Explosiva Química Fumos Incendiárias	4 tiros/minuto
Obús D-20	URSS	152 mm	17.000 m	Explosiva Incendiárias Fumos Química	5 tiros/minuto
Peça G-5	África do Sul	155 mm	39.000 m	Explosiva Illuminantes Incendiárias	3 tiros/minuto
Peça M-46	URSS	130 mm	27.500 m	Explosiva Química Illuminante Fumos	1-2 tiros/minuto
Obús D-30	URSS	122 mm	15.300 m	Explosiva Química Illuminante Fumos	1-2 tiros/minuto
BM-21	URSS	120 mm (40 tubos)	20.500 m	Explosiva Fumos Química Incendiárias	40 Foguetes cada 10 minutos
BM-13 16	URSS	132 mm	8.000 m	Explosiva	16 Foguetes cada 10 minutos
Obús M-1037 (M L-20)	URSS	152 mm	17.000 m	Explosiva Illuminante Fumos	4 tiros/minuto
Lança Foguetes T-36	URSS	107 mm	10.100 m	Explosiva	12 Foguetes por cada 15 segundos montada em viatura ou rebocada
Obús T-76	URSS	152 mm	17.200 m	Explosiva Fumos	3 tiros/minuto
Mort 120 TAMPELA	-----	120 mm	5.700 m	Explosiva Fumos Illuminante	15 tiros/minuto



f. Armas Anti-Aéreas

Tipo	Origem	Objectivos	Alcance/Altitude	Cadencia de tiro	Sistemas de Guiamento
ZSU-23/4	URSS	Helis e aviões a baixa altitude	2.500 m	850-1.000 tiros/minuto e por arma	Radar
SA-8 GECKO	URSS	Helis e aviões a baixa e média altitude	15.000 m Altitude 10.000/12.000 m	-----	Radar
SA-9 Gaskin	URSS	Helis e aviões a baixa altitude	8 a 15 K m Altitude de 10 a 4.500 m	-----	Infravermelho
ROLAND I/II	França	Aviões	700 – 6.300 m Altitude 10/5.500 m	-----	Óptico e Radar
ZSU-57/2	URSS	Helis e aviões a baixa altitude	4.000 m	105-120 tiros/minuto	Óptico
SA-6 GAINFUL	URSS	Aviões a baixa e média altitude	4-24 km Altitude 15 km	-----	
M-53/59 e M-53/70	URSS	Aéreos e terrestres	Viaturas 2.000 m Aeronaves 3.000 m	-----	Observação aérea e óptica
SA-60 57 mm	URSS	Helis e aviões a baixa altitude	4.000 m	-----	-----
I HAWK	EUA	Aviões	Até 32.000 m	-----	Radar
SA-7 Grail	URSS	Helis e aviões a baixa altitude	10-4.500 m	-----	-----

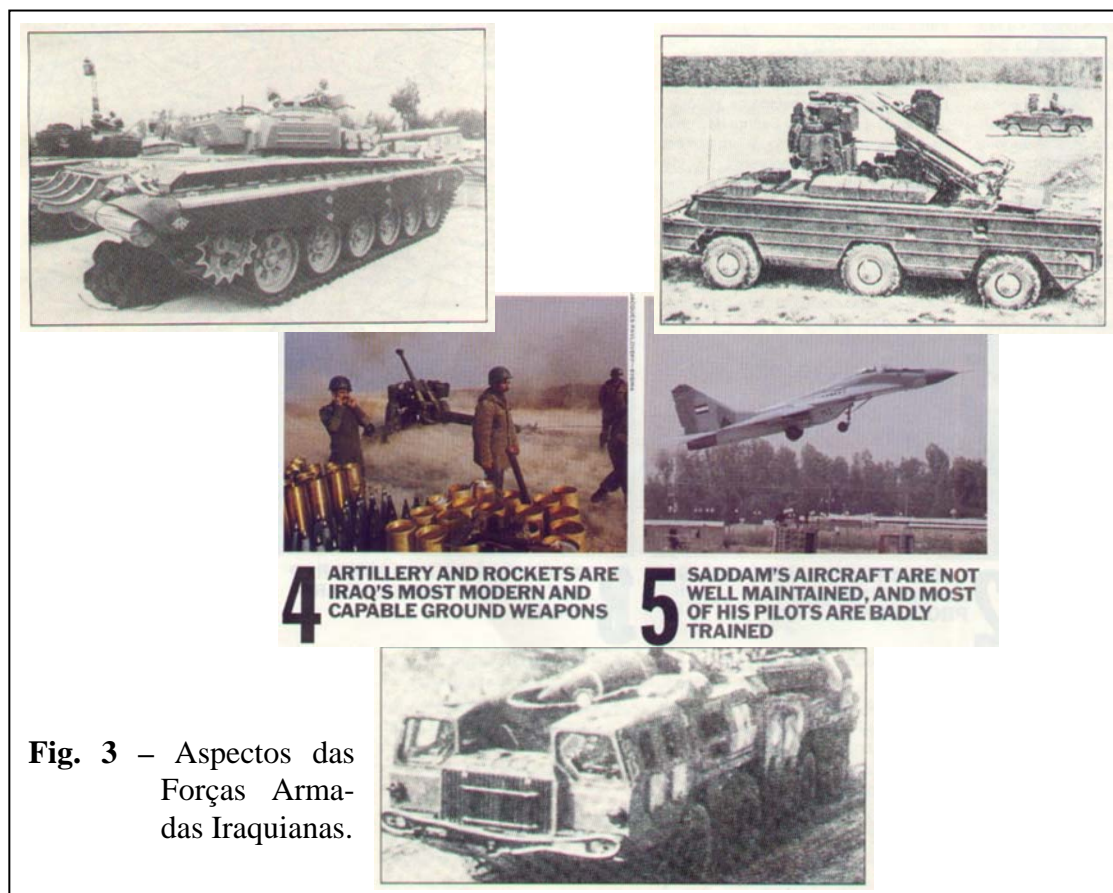


Fig. 3 – Aspectos das Forças Armadas Iraquianas.

Fonte: Jornal do Exército, nº 374 de Fevereiro de 1991, pág. 26, 28 e 29

Anexo J – A CAMPANHA TERRESTRE

1. Caracterização Geral do Teatro de Operações

O Teatro de Operações definido para a Operação “*Tempestade no Deserto*” na região do Golfo Pérsico, incluía basicamente, os territórios do Kuwait, Arábia Saudita e Iraque. Estes países situam-se no Médio Oriente. A maior parte deste TO era constituído por extensas regiões desérticas, com condições adversas para a vida humana e para a utilização de viaturas, onde se salientam as elevadas temperaturas, próximas dos 40° C. Realça-se a importância geoestratégica dos Rios Eufrates e Tigre que constituem obstáculos importantes, no que concerne á sua transposição, canalizando os movimentos montados para as pontes existentes.

Seguidamente, vamos caracterizar, sumariamente, os países incluídos neste TO. O Kuwait tem uma área de 17.820 Km² e é quase todo desértico, excepto uma pequena faixa junto ao litoral. A Cidade do Kuwait é a capital e a principal cidade do Emirato.

A Arábia Saudita é o maior país da região, possuindo uma área de 2.149.690 Km². Na sua grande extensão é também constituído por regiões desérticas e as principais cidades são Riade, Al-Medina (Medina), Makkah (Meca), Al-Hufuf e Al-Jubayl.

Dos três estados, o Iraque é o mais irregular em termos de relevo; a Norte, é constituído por montanhas que vão dando lugar a terrenos planos e aráveis, junto às bacias dos Rios Tigre e Eufrates, à medida que se caminha para o Sul, sendo esta região praticamente desértica. Os lagos na região de Bassorá, Al-Hillah e An-Nasiriyah constituem também grandes obstáculos. As principais cidades do Iraque são Bagdad, Bassorá, Mosul, Kirkurk, As-Sulaymāniyah, Karbala, Al-Hillah e An-Najaf.

As principais vias de comunicações no TO são:

- **Na Arábia Saudita:** Riade - Al-Hufuf – Al-Jubayl; Al-Jubayl – Al-Qaysumah – Raftã;
Hã’Il – Raftã – Al-Hillah –Bagdad (Iraque).
- **No Kuwait:** Cidade do Kuwait – Bassorá (Iraque).



- **No Iraque:** Bagdad – Al-Hillah – Raftā (Arábia Saudita); Bagdad – An-Nasiriyah – Basorá – Cidade do Kuwait; Bagdad – Al-Amārah – Bassorá.

A maioria destas estradas, especialmente no Iraque, possui várias pontes ao longo dos rios Eufrates e Tigre, cuja destruição pode ter consequências desastrosas.

2. O Golpe de Mão de Khafji

No dia 29 de Janeiro, cerca de dois mil soldados iraquianos, utilizando Tanques T-55, atacaram a cidade de Khafji, próximo da fronteira com o Iraque (Fig. 1).

O contra-ataque Aliado foi efectuado por Marines sauditas e kuwaitianos e, com o apoio da artilharia aliada e helicópteros, em 31 de Janeiro a cidade foi reconquistada. Esta ofensiva travou-se, essencialmente, entre árabes com o apoio da coligação. Neste confronto, o Iraque teve centenas de mortos; foram feitos 400 prisioneiros e perderam mais de 40 blindados. Por seu lado, os Aliados tiveram 24 mortos e 4 desaparecidos.

Esta acção surpreendeu a coligação e deixou-os perplexos porque, embora tivessem domínio aéreo, a aviação aliada não detectou este movimento.

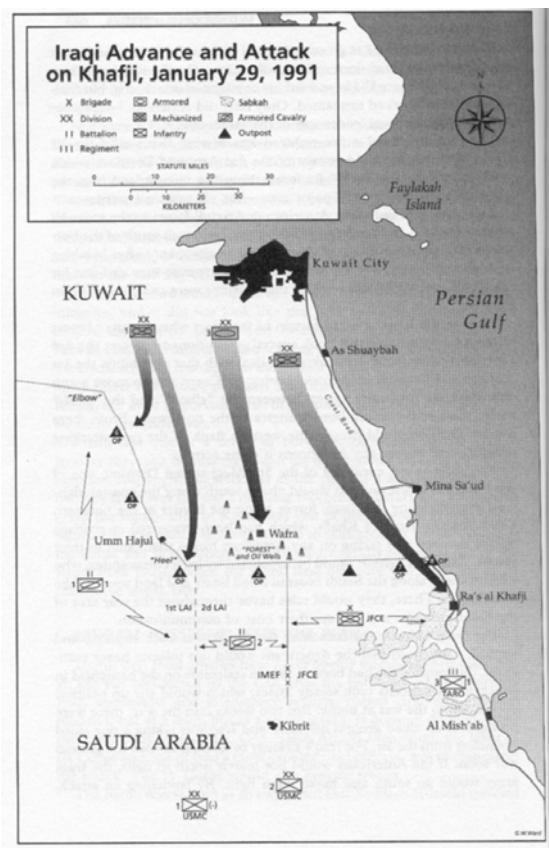


Fig. 1 – O ataque iraquiano a Khafji.

Após este confronto, a coligação iniciou a terceira fase da “Operação Tempestade do Deserto”, aumentando os bombardeamentos aéreos às primeiras linhas das forças iraquianas.

3. Dispositivos das Forças Contendoras

a. O Dispositivo Inicial das Forças da Coligação Multinacional

O dispositivo inicial da Coligação constituía uma manobra de decepção, para iludir o Iraque que o esforço da ofensiva terrestre seria exercido no território do Kuwait e seria complementado com desembarques de forças navais na costa do Kuwait.



As forças da Coligação dispunham-se ao longo da fronteira da Arábia Saudita com o Kuwait e apresentavam o seguinte dispositivo, de Oeste para Leste (Fig. 2):

- Forças Árabes, incluindo o CE Egípcio e a Divisão Blindada Síria;
- O VII CE dos EUA;
- O XVIII CE Aerotransportado (EUA) que incluía forças da Arábia Saudita;
- A 1ª Força Expedicionária de Marines (I-MEF) que integrava forças árabes.

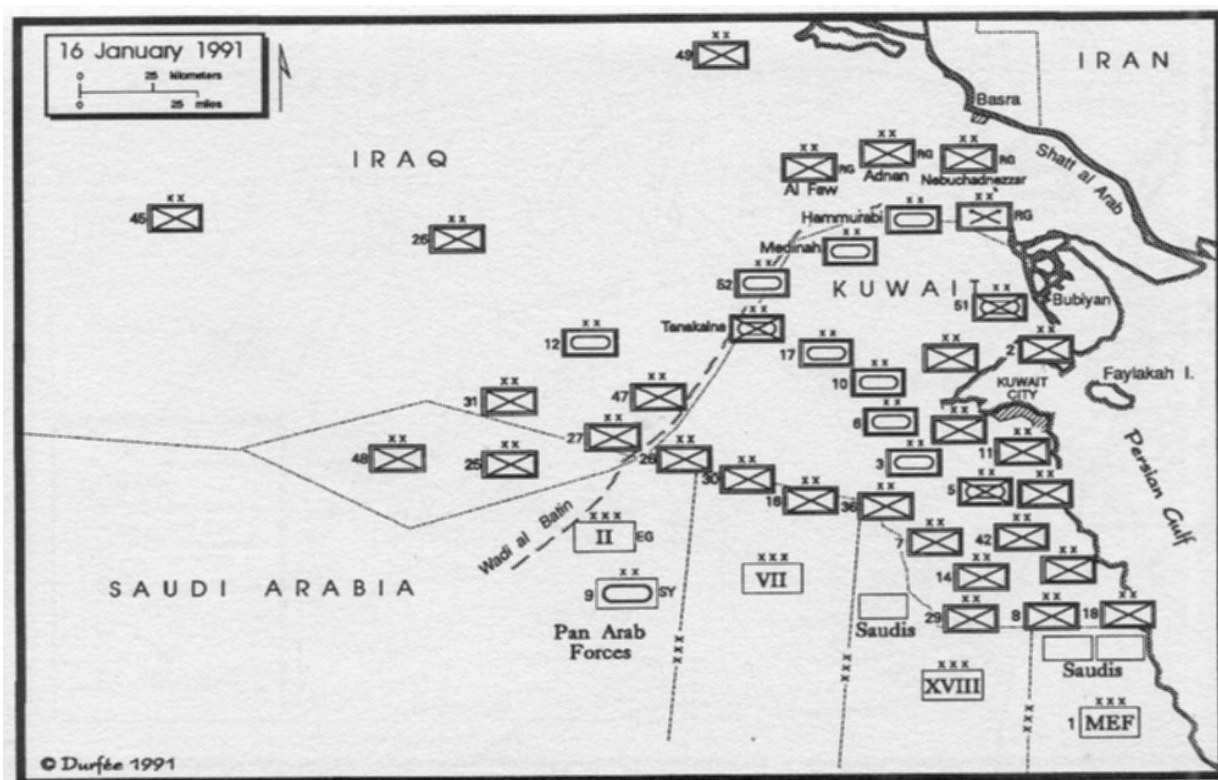


Fig. 2 - Dispositivo Inicial das Forças da Coligação Multinacional.

Ao largo do Golfo Pérsico, estava também estacionada uma força de fuzileiros com cerca de 17.000 homens e vários navios de guerra que exerciam pressão sobre o Iraque e Kuwait, através da artilharia naval e da seus aviões.

b. O Movimento do VII e XVIII CE para Oeste

Para cumprir a manobra estratégica planeada, o General Schwarzkopf iniciou, a 17 de Janeiro de 1991, o movimento para Oeste de dois Corpos de Exército (cerca de 200.000 homens e milhares de toneladas de equipamento), a coberto dos bombardeamentos aéreos, navais e de artilharia. Para o sucesso das operações futuras era imprescindível que Saddam Hussein não



se apercebesse deste movimento, que exigia uma manobra logística muito pesada. Este movimento ficou conhecido por “*Hail Mary*” e caracterizou-se pelo deslocamento, para Oeste, dos VII e XVIII CE, 500 e 800 Km, respectivamente (Fig. 3).

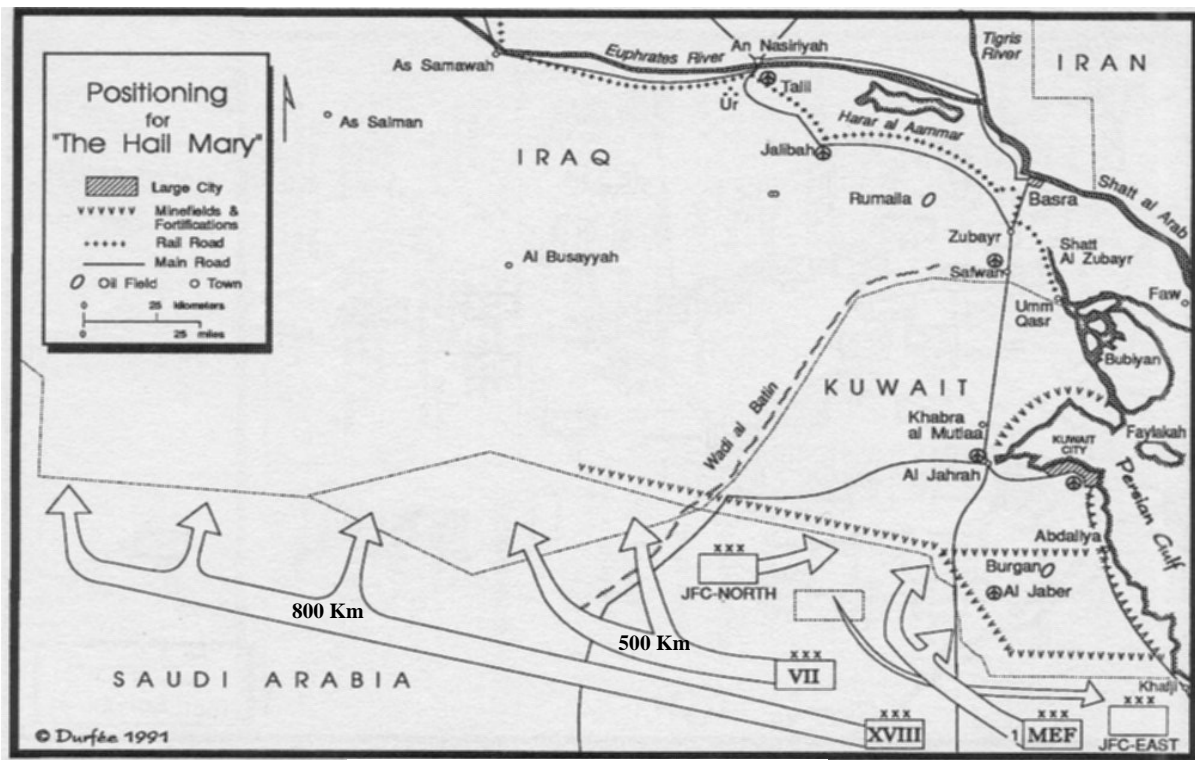


Fig. 3 – Movimento “Hail Mary”.

Para a realização deste movimento, o 22º Comando Logístico preparou plataformas para transportar os CC e as VBTP, tendo sido também responsável pelo controlo de toda a circulação. Durante o deslocamento dos dois CE, o 22º CmdLog pré-posicionou Bases Logísticas para o apoio às tropas. No dia 16 de Fevereiro, completou-se este movimento, tendo-se adoptado de imediato o dispositivo final para a Operação “*Tempestade no Deserto*”.

c. O Dispositivo Final das Forças da Coligação Multinacional

O dispositivo final dos Aliados, ao longo das fronteiras Arábia Saudita – Iraque – Kuwait, estava disposto da seguinte forma, de Oeste para Leste (Fig. 4):

- XVIII CE Aerotransportado (EUA);
- VII CE (EUA);
- Comando das Forças Conjuntas do Norte que incluíam forças do Egipto, Síria, Arábia Saudita, Kuwait e Paquistão;



- Comando da Força Expedicionária de Marines a 2 Divisões (reforçado por 1 Brig Blind);
- Comando das Forças Conjuntas do Leste que incluía forças da Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Omã, Bahrain, Kuwait e Qatar.

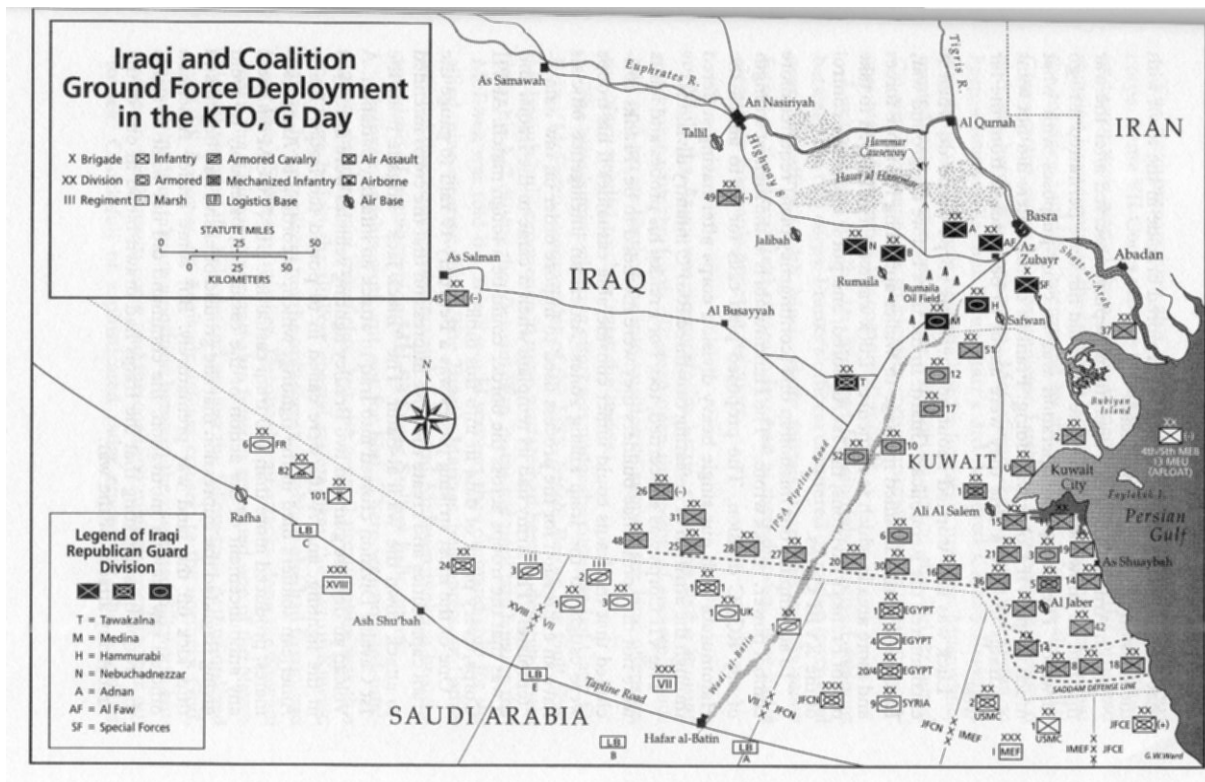


Fig. 4 – Dispositivo Final dos Contendores.

Em reserva as forças da Coligação tinham a 1ª Divisão de Cavalaria e, no Golfo Pérsico, mantinha-se a força de Fuzileiros.

No dia 22 de Fevereiro, o Presidente Bush fez um ultimato a Saddam Hussein (Anexo F), concedendo-lhe 48 horas para iniciar a retirada incondicional do Kuwait, que deveria estar concluída no prazo de uma semana. Exigiu também a libertação dos prisioneiros de guerra e civis estrangeiros, além da desminagem do Kuwait. O Iraque não respondeu e aumentou os actos de destruição, vandalismo e atentados contra os direitos humanos do povo do Kuwait.

A partir do dia 22 de Fevereiro, os bombardeamentos aéreos intensificam-se e o número de prisioneiros de guerra iraquianos disparou significativamente.



d. O Dispositivo Iraquiano

No Kuwait, o Iraque mantinha 43 Divisões, sendo 12 pesadas e 31 ligeiras (Fig. 2 e 3). O esforço defensivo das forças iraquianas, concentrava-se ao longo da fronteira do Kuwait - Arábia Saudita. Na fronteira do Iraque com a Arábia Saudita, o seu dispositivo era fraco e tinha apenas como objectivo vigiar. Tendo por base a doutrina soviética e a experiência da guerra com o Irão, a defesa do Kuwait, pelas forças iraquianas, incluía três linhas defensivas:

- 1ª Linha Defensiva – constituída basicamente por forças de Infantaria;
- 2ª Linha Defensiva – constituída por forças blindadas (Reserva Táctica);
- 3ª Linha Defensiva – constituída por forças blindadas (Guarda Republicana - Reserva Estratégica), Anexo I.

Os iraquianos esperavam que o ataque principal da Coligação fosse realizado ao longo da fronteira Kuwait - Arábia Saudita; ou seja, onde tinham as posições defensivas mais fortes.

4. Manobra Estratégica das Forças da Coligação

a. Possíveis Modalidades de Acção das Forças Aliadas

O dispositivo inicial garantia ao comandante das Forças Aliadas uma grande flexibilidade, permitindo-lhe efectuar várias manobras de decepção em proveito da manobra.

As resoluções da ONU não previam a invasão do Iraque; por isso, à partida, parecia óbvio que o ataque principal seria realizado segundo a direcção Hafar Al Batin – Wadi Al Batin, por se apoiar no melhor itinerário em direcção à Cidade do Kuwait. A outra modalidade de acção apoiava o seu esforço num desembarque anfíbio no litoral do Kuwait, dada a supremacia aérea e naval da coligação, face à proximidade da Cidade do Kuwait, e dada a boa acessibilidade do país através das suas praias, embora estas estivessem fortemente minadas.

Qualquer destas modalidades implicava que a Coligação teria que assumir elevadas percentagens de baixas e facilitava a manobra por linhas interiores das forças iraquianas, que dispunham as suas principais reservas, constituídas pelas unidades da Guarda Republicana, em Bassorá e na fronteira com o Kuwait. Para anular esta vantagem das forças iraquianas, era ne-



cessário conquistar uma posição central, no interior do Iraque, que obrigasse ao empenhamento prematuro das reservas, impedindo o reforço às forças instaladas na Cidade do Kuwait.

O esforço defensivo do Exército Iraquiano concentrava-se ao longo da fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita e no litoral do Kuwait. Na fronteira do Iraque com a Arábia Saudita, o dispositivo era fraco, apenas conferindo um grau de resistência vigiar, talvez porque acreditavam que as distâncias a percorrer para atingir Bassorá e a Cidade do Kuwait eram muito extensas, exigindo elevados volumes de apoio logístico, nomeadamente, em combustíveis e munições, e os movimentos podiam ser facilmente detectados e retardados. A reforçar esta ideia geral, convém referir que o terreno, a Oeste, apresentava algumas restrições ao movimento de viaturas blindadas.

Face às forças dispostas em 1º escalão, concluía-se que as Divisões de Marines, em sincronização com a força naval, materializavam o esforço atacante orientado para a Cidade do Kuwait. Mas, face às perdas que a Coligação teria ao atacar o forte do Inimigo, Schwarzkopf a decidiu realizar o seu ataque principal a Oeste, através da realização de um envolvimento.

b. A Manobra Aliada Adoptada

Para a Operação “*Tempestade no Deserto*”, o esforço estratégico foi definido em território iraquiano, a Oeste do Kuwait, onde o dispositivo In era mais fraco (Centro de Gravidade).

A manobra adoptada pelo General Schwarzkopf consistia no seguinte (Fig. 5):

- Efectuar um movimento torneante, a Oeste, para cortar as linhas de comunicações das forças iraquianas ao longo do Rio Eufrates (As-Samawah e Nasiriyah), impedindo a sua retirada; isolar as forças iraquianas da sua base de operações em Bagdad, separando as suas reservas operacionais das estratégicas, evitando o reforço das reservas operacionais e obrigando as forças iraquianas no Kuwait a combater em frentes invertidas;
- Executar um ataque principal para envolver as forças iraquianas, evitando as suas posições defensivas fortificadas e destruindo as forças da Guarda Republicana;



- Executar ataques secundários ao longo da fronteira Kuwait - Arábia Saudita, para fixar as reservas iraquianas constituídas por forças da Guarda Republicana; penetrar as defesas tácticas e conquistar a cidade do Kuwait.

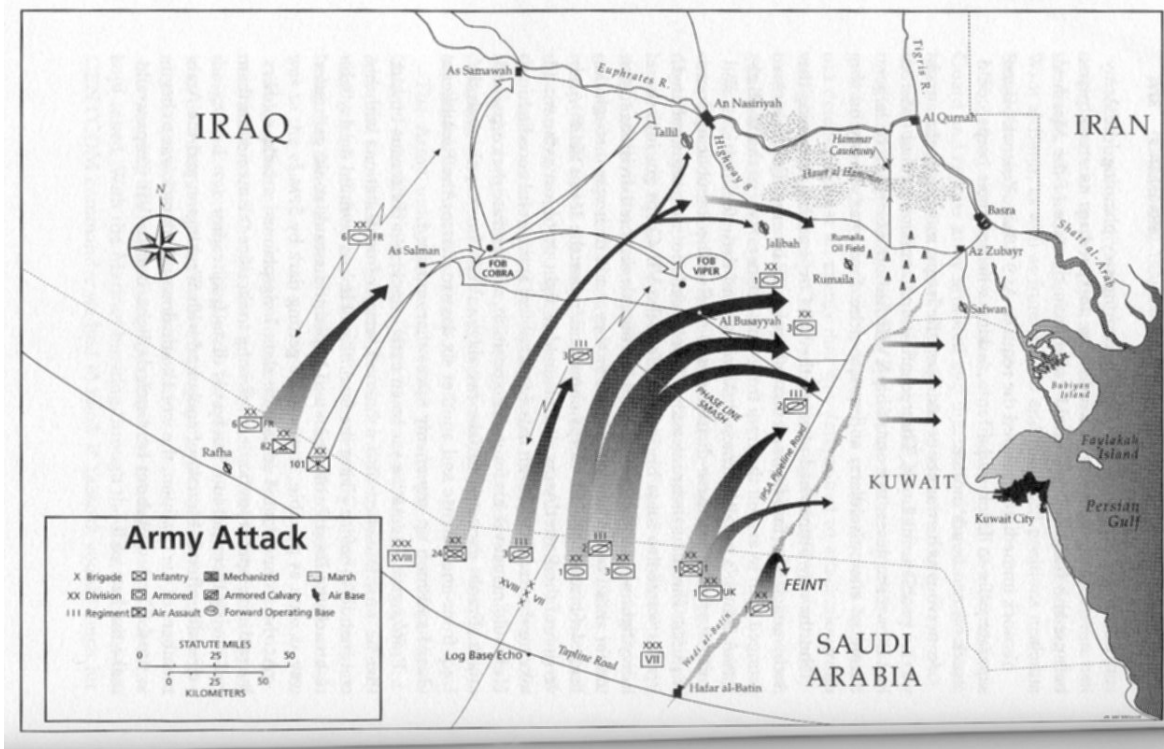


Fig. 5 – Manobra adoptada pela Coligação Multinacional dos Contendores.

A concepção da manobra incluía duas acções de decepção:

- A primeira, realizada pela 1ª Divisão de Cavalaria (Reserva do Teatro), consistiu numa finta sobre Wadi Al Batin, na fronteira do Iraque com o Kuwait, onde os iraquianos esperavam o ataque principal;
- A segunda, realizada pelos Marines, simulava uma invasão anfíbia no litoral do Kuwait.

A manobra global da Coligação, dependia do sucesso do movimento torneante, executado pelo XVIII CE, a Oeste; se a surpresa fosse quebrada o Exército iraquiano poderia deslocar forças para Oeste que inviabilizariam esta manobra. Para fazer face a qualquer imprevisto, foi elaborado um plano de contingência que previa um desembarque de Marines e alteraria o esforço estratégico; no entanto, a percentagem de baixas iria aumentar consideravelmente. Assim, Schwarzkopf decidiu tirar partido da mobilidade do XVIII CE e da capacidade de choque do VII CE, explorando os sectores defensivos iraquianos mais fracos a Oeste (Centros de



Gravidade), para conquistar posições no interior do Iraque, impedir a retirada e destruir o potencial militar iraquiano no Kuwait.

As forças árabes, apoiadas pelos Marines, tinham como objectivo conquistar a cidade do Kuwait, assumindo que as principais forças de reserva iraquianas (unidades da Guarda Republicana) estariam empenhadas contra o XVIII e VII CE.

5. A Ofensiva Terrestre

a. 1º Dia – 24Fev91

A ofensiva terrestre iniciou-se às 04H00 da madrugada do dia 24 de Fevereiro, com o lançamento de dois ataques simultâneos (Fig. 6):

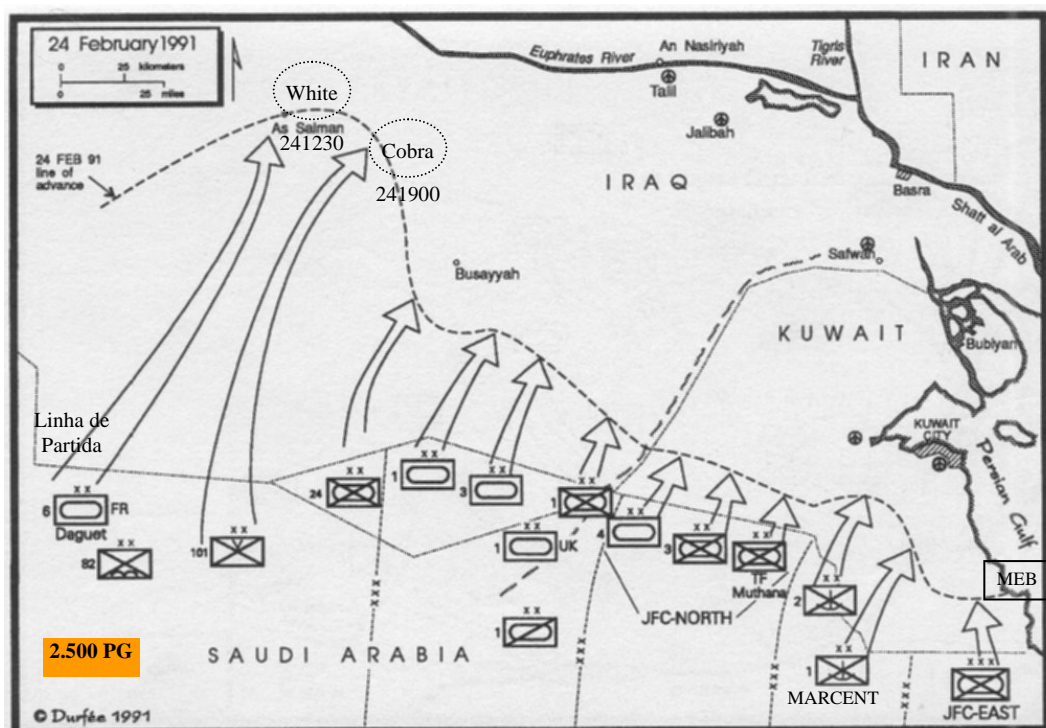


Fig. 6 – 1º Dia da Ofensiva Terrestre (24Fev91).

- Um a Oeste, executado pela 6ª Divisão Blindada Ligeira Daguet (Francesa), que fez a segurança do flanco Oeste, e parte da 82ª Divisão Aerotransportada do XVIII CE (EUA), que realizou envoltimentos verticais sucessivos, nas regiões de As Samawah e Nasiriyah, para controlar a auto-estrada ao longo do Rio Eufrates;
- O outro a Leste, executado pelas Forças Pan-Árabes e Marines, em direcção à cidade do Kuwait.



Ao mesmo tempo, os Marines estacionados ao largo do Golfo, apoiados por um intenso bombardeamento naval, executavam uma finta ameaçando um desembarque anfíbio a Leste da Cidade do Kuwait e, a 1ª Divisão de Cavalaria realizava uma manobra de decepção ao longo do eixo Wadi Al Batin.

Às 08H00, a 101ª Divisão Aeromóvel/XVIII CE lançou uma operação aeromóvel de grande envergadura, no interior do Iraque a 112 Km da fronteira com a Arábia Saudita, para instalar bases avançadas para helicópteros, explorando o sucesso inicial da 6ª DBILigeira (Fr) e da 82ª DAeroTransp.

A ofensiva terrestre não deparou com a resistência esperada por parte das forças iraquianas e, face ao elevado número de prisioneiros de guerra, o General Schwarzkopf decidiu lançar o ataque principal mais cedo do que tinha planeado. Assim, cerca das 15H00, o VII CE iniciou o seu ataque ultrapassando centenas de posições inimigas.

Face ao sucesso inicial, o XVIII CE deu ordem à 24ª DIMec para atacar a Norte, tendo esta acção sido considerada a “*maior carga de Cavalaria da História*”.

Cerca das 19H00, a 101ª DAerom já tinha estabelecido a Base Cobra, para apoiar a operação e iniciou o ataque para Norte, com o objectivo de cortar as linhas de comunicações do Iraque, ao longo do Rio Eufrates.

No final do primeiro dia de combate, só o XVIII CE Aerotransportado já tinha feito cerca de 2.500 prisioneiros de guerra (Fig. 7).

b. 2º Dia – 25Fev91

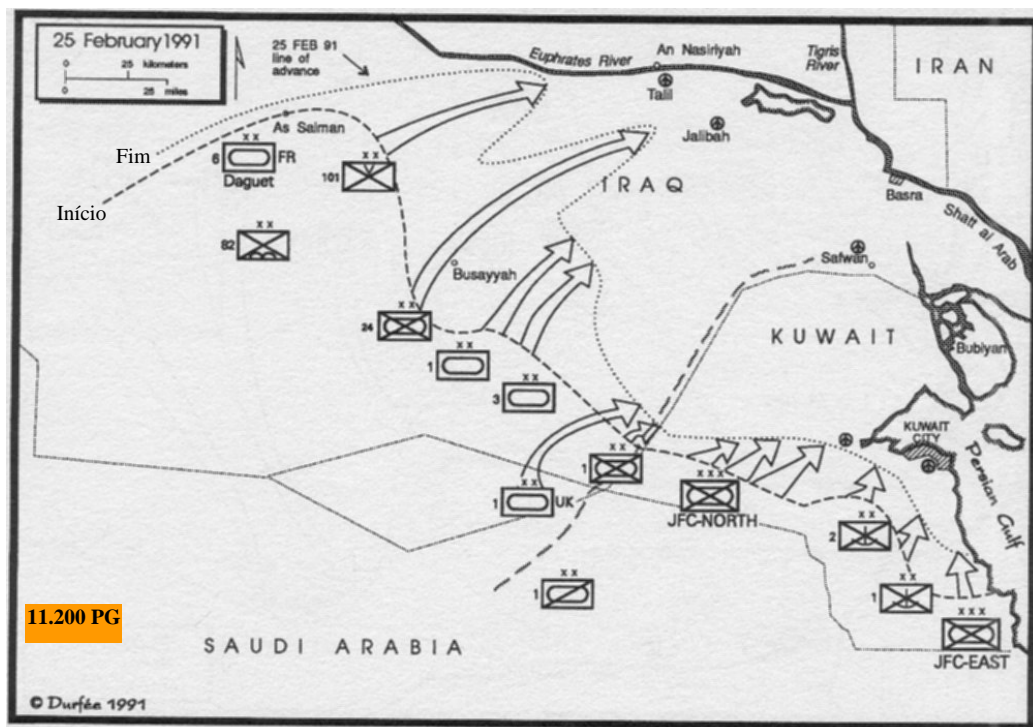
As forças da Coligação, continuaram a ofensiva terrestre, durante o segundo dia, embora o ritmo de progressão fosse prejudicado pelo elevado número de prisioneiros de guerra.

A 82ª DAeroTransp/XVIII CE continuava a atacar, para controlar as linhas de comunicações e estabelecer Bases de Operações Avançadas, e a 6ª DBILigeira (Fr) continuou a proteger o flanco Oeste da Força. A 101ª DAerom executou uma extensa operação aeromóvel e estabeleceu uma cabeça de ponte aérea entre as cidades de As Samawh e Nasiriyah que lhe



permitiu o controlo da auto-estrada Bagdad - Bassorá. Esta operação foi conduzida durante a noite e com chuva, numa extensão de 280 Km, por 3.000 homens e 300 helicópteros, permitindo cortar as linhas de comunicações das forças iraquianas e iludir a Guarda Republicana (Fig. 8).

A 24^a DIMEc, numa 1^a fase, efectuou uma operação de junção com a 101^a DAerom, na cabeça de



ponte aérea junto

Fig. 8 – 2º Dia da Ofensiva Terrestre (25Fev91).

ao Rio Eufrates, enquanto uma Brigada da DBILigeira Daguet Francesa montava uma guarda de flanco a Oeste. O VII CE continuou o seu ataque para realizar um envolvimento das Forças Iraquianas, a Leste. As JFC-N, ao centro, continuaram o seu ataque fixando as forças iraquianas em posição e as suas reservas.



A Leste, no Kuwait, a Força Expedicionária de Marines e as forças de JFC-E, continuaram o ataque em direcção à Cidade do Kuwait, tendo ficado no final do dia, apenas a 15 Km desta cidade. Devido ao ataque da JFC-E e dos Marines, as forças iraquianas que estavam estacionadas na região Sudoeste do Kuwait, iniciaram a sua retirada em direcção à Cidade do Kuwait o que provocou um emassamento de forças e a sua desorganização.

A 1ª Divisão de Cavalaria (Reserva do Teatro) continuava a executar fintas e demonstrações na zona de junção da fronteira do Kuwait com o Iraque e a Arábia Saudita.

No final deste dia, o número de prisioneiros de guerra era superior a 25.000.

c. 3º Dia – 26Fev91

Saddam Hussein deu ordem às forças iraquianas para retirarem do Kuwait, o que provocou o congestionamento da auto-estrada Kuwait - Iraque.

As unidades de elite do exército iraquiano estavam completamente cercadas e só podiam retirar através da ponte da cidade de Nasiriyah que estava controlada pela 101ª Divisão Aeromóvel e por forças da 24ª DIMec. A alternativa para a retirada da Guarda Republicana era deslocar-se 160 milhas para Oeste; no entanto, ficaria vulnerável à acção dos helicópteros de ataque Apache, Cobra e aviões A-10.

Para negar aos iraquianos a reorganização das suas forças e o estabelecimento de uma defesa coesa em território iraquiano, as forças da Coligação utilizaram os seus meios aéreos para bombardearem as colunas militares em retirada. O massacre foi de tal ordem que aquela auto-estrada passou a ser designada por “*auto-estrada da morte*” (Fig. 9).

Os envoltivos verticais executados pelo XVIII CE, permitiram-lhe controlar a auto-estrada Kuwait – Iraque, e foram decisivos para o sucesso da manobra.

As acções realizadas pelas forças da Coligação podem resumir-se ao seguinte (Fig. 10):

- O XVIII CE Aerotransportado completou o envolvimento das forças iraquianas. A 24ª DIMec, numa 2ª fase, apoiada por helicópteros de ataque e sincronizada com a manobra



do VII CE, avançou na direcção de Bassorá, neutralizando as principais unidades da Guarda Republicana;

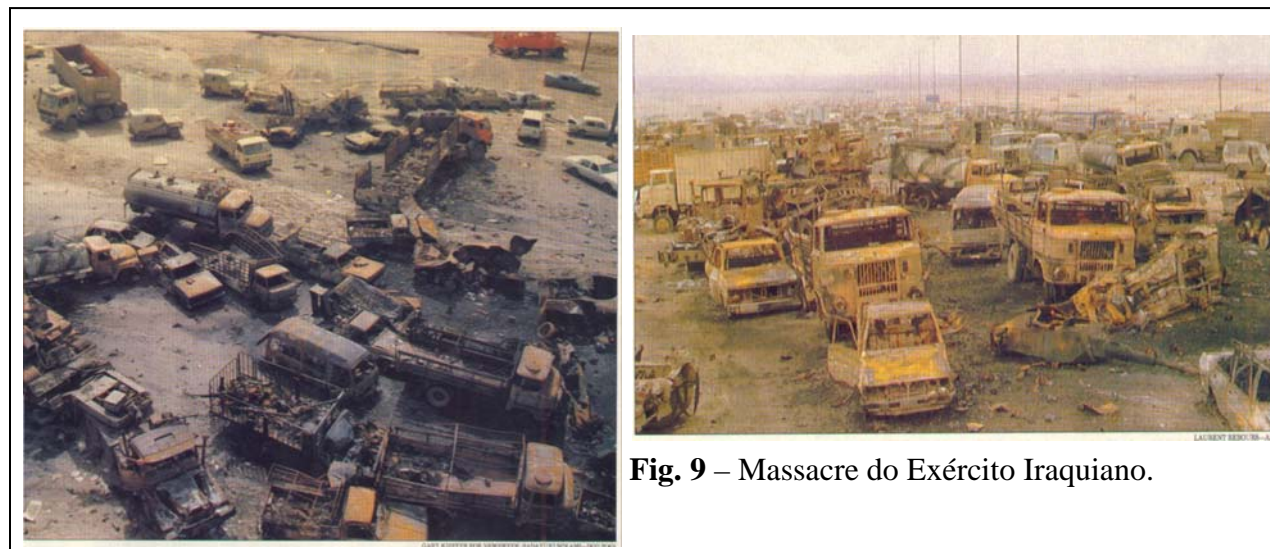


Fig. 9 – Massacre do Exército Iraquiano.

- Durante a noite de 26 de Fevereiro, o VII CE foi reforçado com a 1ª Divisão de Cavalaria (anteriormente Reserva de Teatro) e conduziu um ataque coordenado, tendo destruído três divisões da Guarda Republicana;
- As forças JFC–N continuaram o ataque e atingiram os seus objectivos finais;
- A força expedicionária de Marines ocupou o Aeroporto Internacional do Kuwait e passou a controlar os acessos à capital do Kuwait;
- As forças JFC–E continuaram o ataque e, ao fim do dia, estavam em condições de entrar na Cidade do Kuwait.

Como resultado da ofensiva terrestre, no fim deste dia, as forças de coligação tinham feito mais de 30.000 prisioneiros de guerra e destruído ou inoperacionalizado 26 das 43 Divisões iraquianas.

d. 4º Dia – 27 Fev91

Neste dia as forças da Coligação efectuaram a exploração do sucesso e a perseguição das forças iraquianas, cuja resistência ia diminuindo até à desintegração total.

Assim, durante o quarto dia foram realizadas as seguintes acções (Fig. 11):

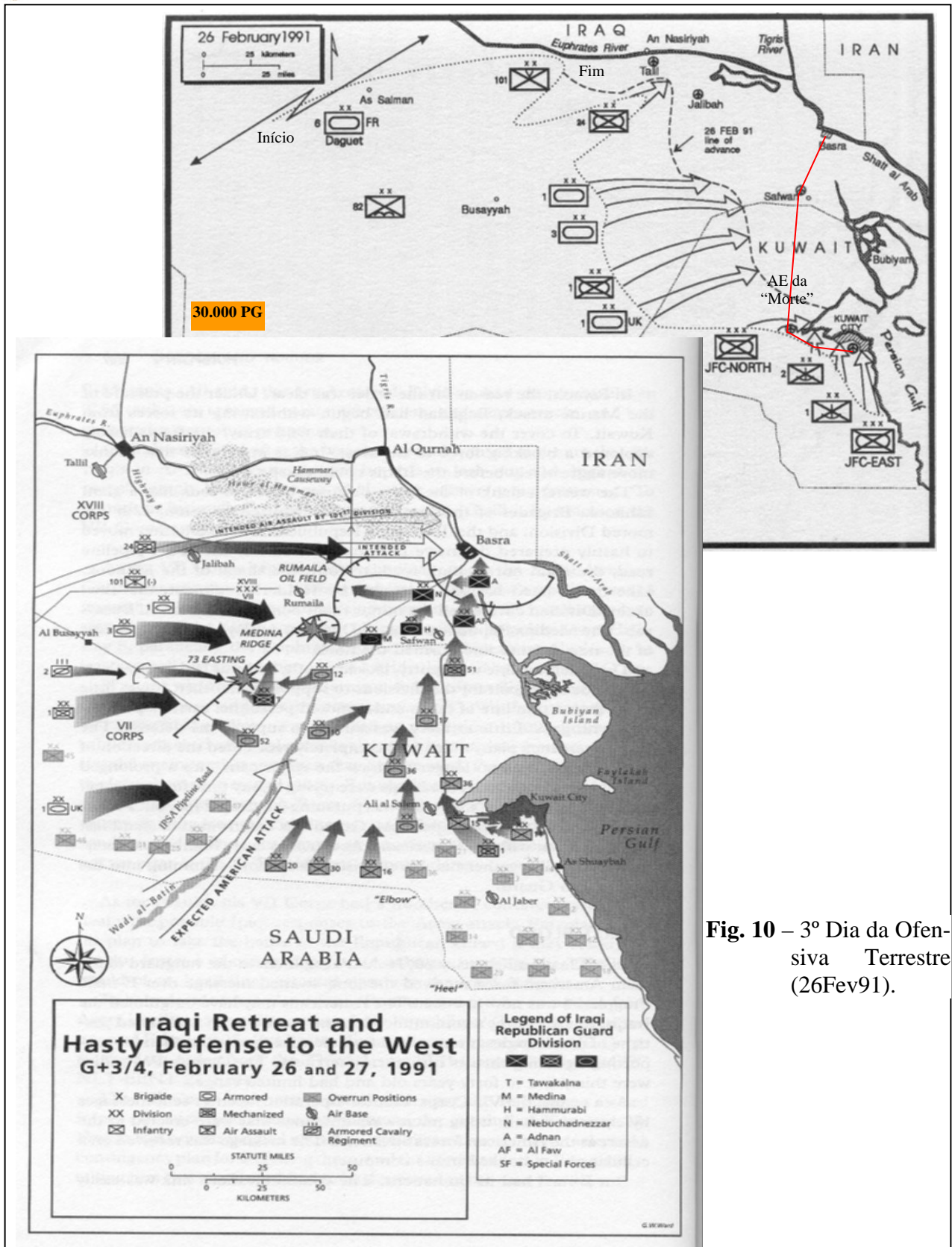


Fig. 10 – 3º Dia da Ofensiva Terrestre (26Fev91).

- As Forças Conjuntas Este e Norte conquistaram a cidade do Kuwait enquanto as Divisões de Marines controlavam os acessos à cidade;

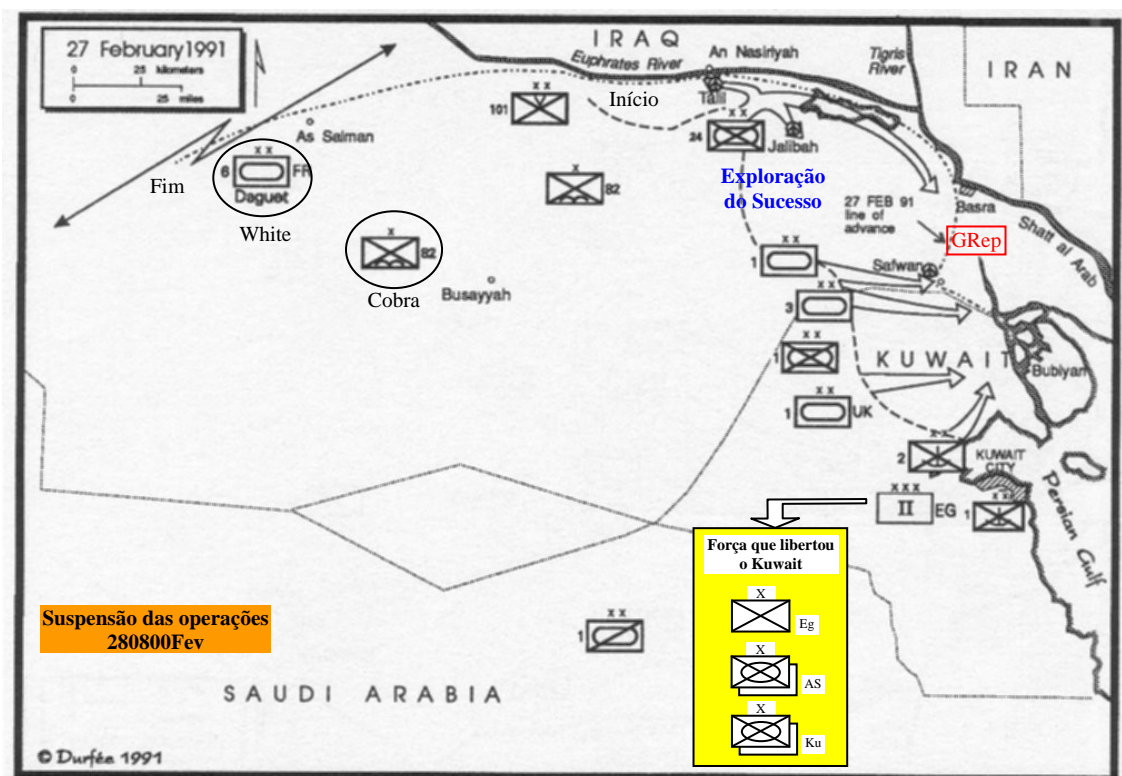


Fig. 11 – 4º Dia da Ofensiva Terrestre (27Fev91).

- O VII e XVIII CE, actuando de forma sincronizada, continuaram a atacar as forças da Guarda Republicana, desorganizando todo o dispositivo defensivo e impedindo a sua re-organização.

No final deste dia, o exército iraquiano tinha sido derrotado após uma ofensiva terrestre com uma duração de apenas 100 horas



Anexo K - PERDAS NA GUERRA DO GOLFO

1. Coligação Multinacional

a. Interim Report

(1) Operação Escudo do Deserto

Nesta operação houve oito (8) mortos americanos não devidos ao combate.

(2) Operação Tempestade do Deserto

As baixas oficiais americanas, reportadas a 24 de Junho de 1991, eram as seguintes:

- 148 mortos;
- 458 feridos em combate;
- 138 mortos não devidos ao combate;
- 2978 feridos não devidos ao combate;

A 25 de Fevereiro, um míssil Scud caiu em Dharein e matou 28 soldados americanos e feriu mais 97.

As baixas oficiais dos outros países da Coligação Multinacional (não americanos), reportadas à mesma data, eram as seguintes:

- 192 mortos;
- 318 feridos em combate;

b. Artigo do Ex^{mo} Brig Hélio Felgas (Jornal do Exército nº 382 de Out91)

(1) Baixas de Pessoal

- 148 mortos;
- 467 feridos em combate; dos mortos, 89 eram norte-americanos, 28 dos quais foram atingidos por um míssil Scud.

(2) Acções de Guerra

- Os Aliados realizaram mais de 100.000 incursões aéreas sobre o Iraque e o Kuwait, a uma média diária superior a 2.500;



- Nos primeiros 24 dias de guerra realizaram-se 57.000 incursões aéreas; no dia 15 de Fevereiro atingiram-se as 73.000 e, no dia 23, as 94.000;
- No primeiro dia de guerra, 17 de Janeiro de 1991, os Aliados realizaram 2.500 incursões no Iraque e Kuwait, lançando 18.000 toneladas de bombas (o equivalente a uma vez e meia a bomba atómica lançada sobre Hiroxima, em 1945);
- A Coligação perdeu 75 aeronaves (aviões e helis), sendo 33 por acidente e as restantes (36 aviões e 6 Helis) abatidos pelas Baterias Anti-Aéreas iraquianas; dos 36 aviões abatidos, 27 eram norte-americanos.

2. Iraque

a. Artigo do Ex^{mo} Brig Hélio Felgas (Jornal do Exército nº 382 de Out91)

(1) Baixas de Pessoal

Admite-se que os iraquianos tenham tido cerca de 200.000 mortos militares.

(2) Perdas de Material

De acordo com os comunicados dos aliados, as baixas materiais dos iraquianos foram as seguintes:

Comunicados de	Blindados CC	VBTP	Peças de Artilharia	% em relação à avaliação inicial
4Fev	500		350	
7Fev	750	600	600	
14Fev	1300	800	1100	30
23Fev	1700	925	1500	40
26Fev	3000	2000	2200	+ de 60
Final	3700	2600	2600	+ de 80

- Durante a guerra aérea foram destruídos mais de 100 CC por dia;
- Nos quatro dias de ofensiva terrestre foram destruídos 1300 CC e outros blindados, à média de 325 por dia;
- Teriam sido destruídos 375 aviões, quase todos em terra.

**b. Internet** ("Gulf War", <http://www.netwizards.net/~cryan/war.html>)

Em Junho de 1991, os EUA fizeram as seguintes estimativas relativamente aos iraquianos:

- mais de 100.000 soldados iraquianos mortos;
- 300.000 feridos;
- 150.000 desertores;
- 60.000 Prisioneiros de Guerra.

Designação	Equipamento Total			
	Iraquiano		Coligação	
	Perdas	Operacional	Perdas	Operacional
CC	4.000	4.230	4	3.360
Peças de Artilharia	2.140	3.110	1	3.633
VBTP	1.856	2.870	9	4.050
Helicópteros	7	160	17	1.959
Aviões	240	800	44	2.600

3. Baixas Americanas Comparadas com outros Conflitos

Guerras	Efectivos	Número de Baixas	%
Guerra Revolucionária	184.000	4.435	2.41
Guerra de 1812	286.703	6.765	2.36
Guerra Mexicana	78.718	13.283	16.87
Guerra Hispano-Americana	306.760	2.446	0.80
1ª Guerra Mundial	4.743.826	116.706	2.46
2ª Guerra Mundial	16.353.659	407.316	2.49
Guerra da Coreia	5.764.143	33.651	0.58
Guerra do Vietname	8.744.000	58.168	0.67
Guerra do Golfo Pérsico	467.539	268	0.06



Anexo L – PRINCIPAIS PROBLEMAS LOGÍSTICOS DAS FORÇAS MULTINACIONAIS

1. Função Reabastecimento

- **Classe I** – O fluxo de abastecimentos nesta classe, tendo em conta o volume de efectivos a apoiar, nunca apresentou rupturas significativas, pese embora, as dificuldades de aquisição, no mercado local, de certos artigos, como seja o caso de água potável.
- **Classe II** – Apesar das difíceis condições do teatro, o equipamento das forças ocidentais nunca apresentou dificuldades significativas, quer na sua utilização, quer na adaptabilidade ao meio ambiente.
- **Classe III** – Nesta classe surgiram problemas de dois tipos:
 - Os elevados consumos de combustíveis de alguns dos seus sistemas de armas, por exemplo, os aviões de combate F-15 e dos CC M1 A1 Abrams;
 - As características físicas do TO determinaram um elevado consumo de derivados especiais, uma vez que o Deserto obrigava à utilização de óleos e lubrificantes com diferentes níveis de viscosidade e de resistência às elevadas temperaturas.

Por isso, foi necessário recorrer a fontes de abastecimento exteriores ao TO.

- **Classe IV** – Inicialmente, a defesa do território saudita, aliada à considerável desvantagem das Forças Multinacionais, obrigou a solicitações acrescidas em materiais de fortificação e de organização de terreno; no entanto, face à fraca resistência do inimigo, estas solicitações foram diminuindo ao longo do conflito.
- **Classe V** – Todas as unidades transportavam as suas próprias dotações orgânicas em munições, suficientes para desenvolver as operações de combate nos primeiros dias após a sua chegada ao TO.
- **Classe VI** – Desde o início, foram montados nas áreas de estacionamento serviços de cantina que proporcionaram às forças uma gama diversificada de artigos diversos.
- **Classe VII** – Neste conflito foram utilizados pela primeira vez vários equipamentos, armamentos e munições, das quais se destacam:
 - Os CC M1 A1 Abrams; VBC M2 Bradley; equipamentos de comunicações por satélite; os aviões de combate F-15 E, F-16 F/A-18; e, munições guiadas de precisão onde se incluem os mísseis Patriot.
- **Classe VIII** – O apoio sanitário estava preparado para o combate e tinha a possibilidade de tratar



um elevado número de perdas por agentes químicos.

- **Classe IX** – Após a instalação das Forças Multinacionais, surgiram alguns problemas com o canal logístico, relativamente à substituição e aos sobresselentes. Esta situação obrigou a optar-se pelo abastecimento aéreo e marítimo.

2. Transporte

Foi ao nível desta função logística que se verificaram as maiores dificuldades, devido às distâncias a percorrer entre a zona do interior e a zona de reunião das Forças Multinacionais. A falta de capacidade de transporte logístico das Forças Armadas norte-americanas, implicou que só 50 dias depois de iniciarem o deslocamento para a região do Golfo, é que conseguiram estacionar um volume de efectivos e materiais para sustentar a eventual ofensiva do Iraque à Arábia Saudita.

3. Manutenção

As características do TO, provocaram desde o início, um elevado desgaste nos sistemas de armas, reduzindo o tempo de vida útil dos equipamentos. Por outro lado, a transferência dos meios de apoio de peças de reparação da Europa para o Sudoeste da Ásia, originou uma interrupção de 60 dias no fornecimento deste serviço. Para superar esta deficiência, foram autorizadas a substituição e a canalização controladas

4. Evacuação e Hospitalização

O planeamento do apoio logístico de saúde teve as seguintes condicionantes:

- A possibilidade de um elevado número de baixas;
- A previsão de uma percentagem maciça de feridos de alto risco;
- A possibilidade de existência de baixas devido aos ataques com armas químicas e bacteriológicas;
- A possibilidade de ter que se desenvolver as operações sob ambiente NBQ.

Para fazer face a estas hipóteses, as forças da Coligação montaram hospitais cirúrgicos móveis e hospitais de campanha. Estas instalações estavam situadas o mais à frente possível, possuíam uma grande mobilidade e capacidade cirúrgica para reanimação e estabilização de qualquer tipo de ferido. Havia também dois navios hospital, nas águas do Golfo, com capacidade de 1.000 camas cada. Os hospitais de evacuação situavam-se na Alemanha e em Chipre.



Anexo M –A TECNOLOGIA UTILIZADA NA GUERRA DO GOLFO

Nesta operação, os aliados utilizaram intensivamente as redes de computadores, desde o nível tático ao estratégico. “Durante as Operações “Escudo” e “Tempestade no Deserto”, as comunicações exerceram um papel fundamental no controlo do desenvolvimento das operações”¹. Os sistemas de comando e controlo empregues pelas forças da coligação, reduziram os níveis de incerteza, permitindo aos Aliados destruir o exército iraquiano num curto espaço de tempo.

Ao nível das informações e das comunicações, a Coligação (nomeadamente os EUA) desviou satélites civis e colocou satélites militares em órbita sobre a região, para obter todas as informações sobre o TO, dispositivos, localizações das forças iraquianas e para possibilitar o comando e controlo de uma rápida fluidez das ordens e directivas.

Os computadores foram utilizados em quase todas as funções, das quais se destacam:

- Manutenção das bases de dados das aeronaves e de embarcações, pessoal e Ordem de Batalha Electrónica do Inimigo;
- Direcção dos mísseis Tomahawk;
- Jogos de guerra de contingência para comandantes no TO;
- Planeamento das rotas para aeronaves contra as defesas antiaéreas Inimigo;
- Análise e selecção de informações;
- Elaboração de uma ordem de operações aérea diária;
- Coordenação de frequências.

Foram utilizadas redes de computadores via satélite, circuitos telefónicos e ligações rádio para a transmissão de dados e informações e para a coordenação das operações aéreas e terrestres.

A tecnologia disponibilizada ao nível das aeronaves permitia-lhes visualizar com precisão os alvos a atingir. A guerra electrónica sobre as aeronaves e radares inimigos foi decisiva para a redução do potencial de combate das forças iraquianas e facilitou a ofensiva terrestre.

¹ MACEDÓNIA, Major Michael R. (EUA), A Tecnologia da Informação na Operação Desert Storm, Military Review, Ed. Brasileira, 1st Quarter 1993, pág. 30.



As Forças da Coligação podiam observar o Campo de Batalha através de dois sistemas de radar que a Força Aérea Americana disponibilizou: AWACS e J-STARS. Ambos os sistemas estavam montados em aviões 707 da Força Aérea Americana.

O Sistema de Alerta e Controlo Aerotransportado – AWACS (Stands Airborne and Control Warning System) (Fig. 1), facilitou a obtenção da supremacia aérea, detectando e localizando os aviões inimigos que sobrevoavam a região, e possibilitou o controlo do tráfego aéreo no TO.

O Sistema de Radar de Vigilância e de Ataque a Alvos Aerotransportado - J-STARS (Joint Surveillance Targeting Attack Radar System) (Fig. 2),

foi utilizado pela primeira vez na Guerra do Golfo, para a detecção do tráfego terrestre parado ou em movimento, permitindo



Fig. 1 - Sistema E3 AWACS Sentry

aos aliados detectar os CC, por exemplo, durante a batalha de Khafji. Este sistema foi também utilizado na detecção e aquisição de mísseis Scud, mas, neste caso, a sua eficácia foi menor

Os ataques aéreos da Coligação eram precedidos pela neutralização dos radares inimigos e dos siste-



Fig. 2 – Sistema E-8C Joint STARS.

mas de alerta direccionais das Baterias Anti-Aéreas.

Os F-15E e os F-4G estavam equipados com mísseis anti-radar guiados automaticamente contra as antenas inimigas, com o objectivo de neutralização dos radares Inimigos. Foram também utilizados aviões

especiais para realizarem acções de sabotagem,

reconhecimento e espionagem, além de efectuarem diversas missões de salvamento a pilotos da Coligação, cujas aeronaves foram abatidas no interior do Iraque.

“O emprego de equipamentos de laser no bombardeamento aéreo constituiu um marco notável na mudança para níveis de precisão muito mais elevados. Na aproximação ao alvo, o piloto observa no seu écran uma panorâmica da zona que é obtida através de uma câmara de televisão instalada a bordo,



alinha o avião com o alvo e larga a bomba quando a imagem deste se encontra dentro do retículo central do cinescópio”².

A sofisticação electrónica não era exclusiva dos aviões e helis, alargou-se também aos satélites espiaões que forneciam dados sobre as comunicações, meteorologia e, alguns, até eram utilizados para detectar o lançamento dos mísseis Scud (Fig. 3).

Os mísseis Patriot também eram teleguiados por um radar terrestre e pelo rasto do alvo a atingir, tendo sido utilizados para destruir os mísseis inimigos Scud (Fig. 4). Os mísseis Tomahawk (Fig. 5), lançados a partir de navios estacionados no Golfo



Fig. 3 – Sistema de lançamento de Mísseis Scud.



Fig. 4 – Sistema de lançamento de Mísseis Patriot.

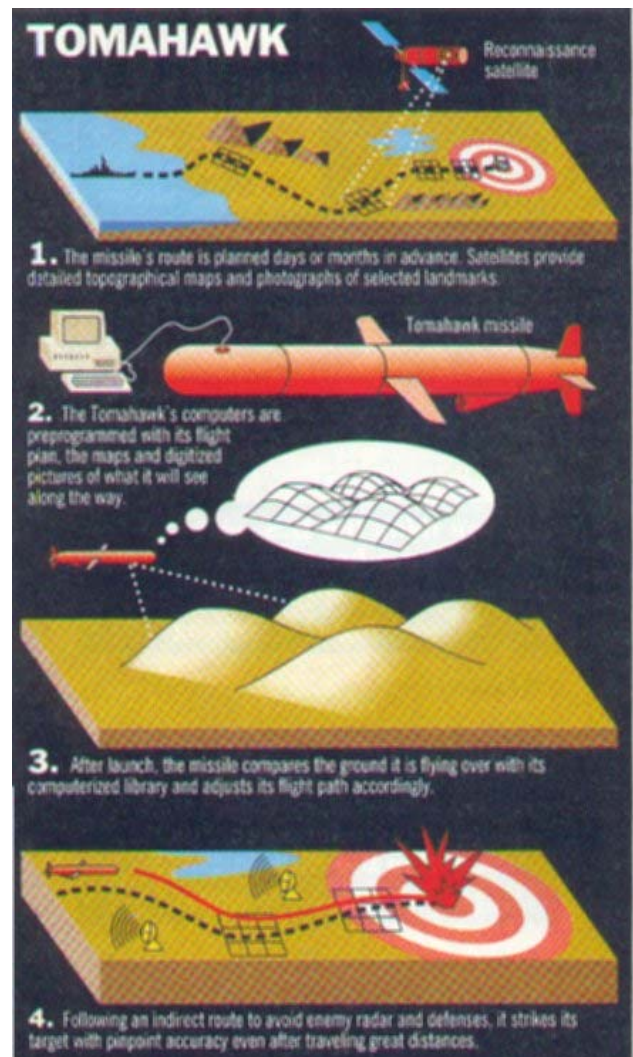


Fig. 5 – Míssil Tomahawk

Pérsico, atingiram distâncias superiores a 2.500 Kms, sendo os alvos a atingir pré-memorizados com a ajuda de computadores.

² OLIVEIRA, TCor Pilav Rui Mora de, *Estratégia Aeroespacial – Ciclos de Evolução e Perspectivas Futuras*, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, 1993, pág. 111.



O Sistema de Posicionamento Global (GPS) - Fig. 5, reduziu o grau de incerteza dos comandantes, relativamente ao controlo das operações no vasto deserto a Oeste do Kuwait, e possibilitou-lhes saber aonde estavam as suas unidades facilitando a sincronização e a rapidez de movimentos que caracterizou a campanha. Este sistema também contribuiu para ajudar a precisar os ataques cirúrgicos das forças aéreas da coligação.

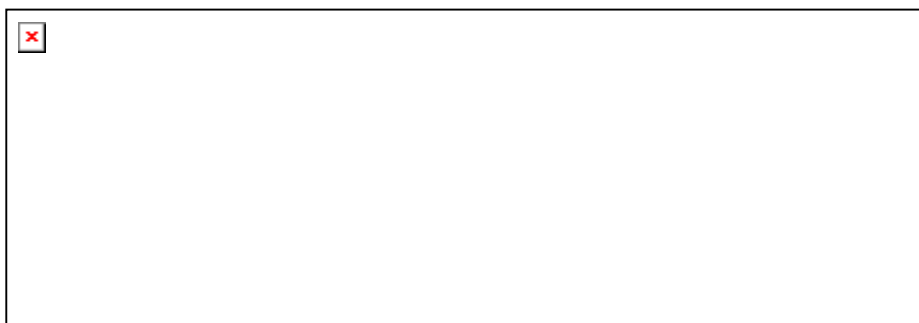


Fig. 5 – Sistema de Posicionamento Global (GPS).



Os Satélites de comunicações militares possibilitaram interligações rápidas e comunicações entre as várias unidades e sistemas existentes no TO, contribuindo para o controlo eficiente das operações e para a rápida fluidez das informações sobre o In e a aquisição de alvos.

No entanto, “apesar da sofisticação dos nossos sistemas de informações, Saddam foi bem sucedido no seu plano de obter uma surpresa estratégica na invasão do Kuwait.”³

O Iraque, por sua vez, estava deficientemente armado em termos tecnológicos face aos objectivos a atingir.

O exército iraquiano, apesar de possuir meios sofisticados (aeronaves, CC e artilharia), essencialmente de origem soviética,



Fig. 6 – A tecnologia usada pela Coligação.

cuja tecnologia era inferior à americana, não possuíam meios de reconhecimento de longo alcance, excepto as aeronaves. Os Mísseis iraquianos Scud foram utilizados como arma psicológica essencialmente, so-



bre a Arábia Saudita e Israel. Assim, *“O exército iraquiano entrou no conflito com concepções que datavam da 2ª Grande Guerra, aperfeiçoadas é certo (...), um exército de massa baseado na mobilização, aonde a quantidade valia mais que a qualidade, onde o poder de fogo predominava sobre a precisão, a mobilidade sobre a «Inteligência» e esbarrou com uma força que evoluía na base da revolução tecnológica iniciada nos anos 60, assente na precisão, na «Inteligência», na flexibilidade e na mobilidade”*⁴.

Para a derrota do Exército iraquiano contribuíram aspectos tais como: a rigidez do Sistema de Comando e Controlo, em que era necessário a decisão de Saddam Hussein para determinadas acções; a falta de observação aérea do Iraque que além de não possuir satélites, só pode utilizar os seus meios aéreos nos primeiros dias da Campanha Aérea; finalmente, a ausência de uma doutrina militar adequada.

*“O exército iraquiano ficou parado no terreno à espera, e foi dizimado pelas armas de precisão e sistemas de análise anglo-americano”*⁵.

³ MACEDÓNIA, Major Michael R. (EUA), op. cit., pág. 36.

⁴ DUARTE, Dr. António Paulo David Silva, A Guerra do Golfo: Um Estudo Técnico – Militar, do Material à Doutrina, Revista Militar, nº 4, Abril de 1997, pág. 344.

⁵ Ibidem.



Anexo N –A GUERRA PSICOLÓGICA NA GUERRA DO GOLFO

Esta área foi um das mais exploradas, por ambas as partes, no conflito do Golfo.

1. Forças Aliadas

A Coligação Multinacional utilizou as acções de guerra psicológica para justificar a sua intervenção no Golfo Pérsico e tinha como alvo principal não só as opiniões públicas dos seus países membros, como também a população e forças iraquianas.

As ideias chave utilizadas pela Coligação nas acções psicológicas de preparação das suas opiniões públicas foram as seguintes:

- *“Os países da Coligação Multinacional actuam como defensores do Direito Internacional;*
- *Esgotou-se a negociação política;*
- *A intervenção tem como finalidade, além de restaurar a ordem internacional, (...) evitar que de futuro, qualquer outra nação poderosa sinta tentação de violar o Direito Internacional actuando contra uma nação mais débil;*
- *Terminar o genocídio do povo do Kuwait, que está a ser levado a cabo pelas forças invasoras;*
- *(...) Saddam é um ditador, um louco e um assassino, comparado a Hitler”¹.*

As acções psicológicas realizadas pela Coligação tinham por objectivo reforçar o moral das suas tropas. Os argumentos utilizados pela Coligação, para realizarem operações psicológicas sobre a população e forças iraquianas, foram os seguintes:

- *“É a guerra de Saddam Hussein, que os vai levar à destruição. Entretanto, Saddam Hussein, põe a salvo a sua família e as riquezas fora do país;*
- *O ditador iraquiano e o governo estão corruptos;*
- *É aterradora a superioridade militar aliada;*
- *Misturam-se notícias, verdadeiras e falsas, acerca das acções militares aliadas;*
- *(...) faz-se uma incitação directa à deserção”².*

¹ NASCIMENTO, 1º Sargento de Artilharia Ramos, Acção Psicológica no Conflito do Golfo, *Revista de Artilharia*, nº 809, Janeiro - Fevereiro de 1993, pág. 238.



A Coligação utilizou os seus meios de comunicação social para acalmar as opiniões públicas dos seus países. No Golfo, utilizaram panfletos lançados por aviões onde se convidava a população a revoltar-se contra o regime de Saddam Hussein e os soldados a desertarem. Foram também utilizados megafones e emissões de rádio, dirigidas ao povo iraquiano, com os mesmos fins.

“O factor psicológico que influiu decisivamente no comportamento de grande parte dos países do Médio Oriente, foi consequência do medo que a invasão do Kuwait constituiu o início da expansão iraquiana; para a evitar foi necessário o apoio das grandes potências. A reacção imediata destas potências foi evitar que as suas economias se deteriorassem, por isso invocaram interesses nacionais e mundiais para intervir pela força e estabelecer o equilíbrio definitivo no mercado mundial do petróleo”³.

2. Forças Iraquianas

Saddam Hussein utilizou as acções psicológicas para justificar a invasão do Kuwait (Fig. 1), para desmoralizar as tropas da Coligação e para agitar as opiniões públicas dos países aliados. A justificação da invasão do Kuwait, transmitida à população iraquiana, foi a seguinte:



Fig. 1 – Saddam Hussein utiliza a Televisão para difusão da sua estratégia

- *“O Kuwait é fruto dos interesses britânicos na descolonização da região, sem personalidade histórica própria;*
- *O Kuwait era um povo oprimido por um Emir despótico cuja única ambição era enriquecer.*
- *O Iraque permanece na pobreza, enquanto o Kuwait desfrutava de todas as riquezas”⁴.*

A acção psicológica dirigida à população dos países da Coligação, durante as hostilidades, baseava-se nos seguintes pontos:

- Apelo a sentimentos humanitários para deter a *“agressão injustificada de Bush”* e o bombardeamento, sem piedade, à população civil do Iraque;

² NASCIMENTO, 1º Sargento de Artilharia Ramos, op. cit., pág. 239.

³ RIOJA, Coronel de Caballeria DEM Miguel Jiménez, Las Repercusiones Económicas de la Crisis del Golfo, *Revista Ejército*, nº 613, Fevereiro de 1991, pág. 23.



- Ameaçava causar um enorme número de baixas às forças da Coligação através da utilização de prisioneiros de guerra como escudos humanos e com o emprego de armas químicas.

Saddam apelou várias vezes à unidade dos povos árabes para combater a Coligação, fomentou no povo iraquiano, a ideia de que esta era uma “*Guerra Santa*” e relacionava a invasão do Kuwait com a criação de uma pátria para o povo palestino.



Fig. 2 – Saddam Hussein aparece na televisão acompanhado de uma criança, filho de reféns ocidentais.

Saddam Hussein utilizou basicamente a televisão e as rádios iraquianas, mas também a CNN (cadeia de TV norte-americana) para fazer propaganda do seu regime (Fig. 2). No entanto, os mísseis Scud foram a arma que, inicialmente, provocou maior pressão psicológica, quer sobre as forças da Coligação estacionadas na Arábia Saudita, quer sobre os Estados da região do Golfo, especialmente Israel, que Saddam pressionou insistentemente para que entrasse no conflito.

⁴ Ibidem.

Anexo O – A ACÇÃO DOS “MASS MEDIA” NA GUERRA DO GOLFO

A Guerra do Golfo provocou uma autentica revolução nos meios de comunicação social (Mass Media), tendo as principais cadeias mundiais de televisão e rádio enviado correspondentes de guerra para a região do Golfo, a fim de realizarem a cobertura jornalística dos acontecimentos.

“Julgava-se que iria ser travada a primeira guerra a ser transmitida em directo pelos órgãos de comunicação social e centenas de jornalistas convergiram para o Golfo, na esperança de cobrir as operações de primeira linha. Tal não veio a verificar-se e apenas se assistiu a conferências de imprensa, cuidadosamente preparadas, onde pouca informação realmente interessante era facultada”¹.

“O conflito entre o Iraque e as forças aliadas eclodiu acompanhado de uma forte censura, certamente a mais rigorosa já havida em tempo de guerra. Os militares norte-americanos alegavam que os jornalistas foram os principais responsáveis pelo seu fracasso no Vietname.”²

Estes Jornalistas não tinham acesso à linha da frente e muitos limitavam-se a fazer o seu trabalho a partir dos hotéis onde estavam instalados, baseando-se na informação oficial fornecida pela Coligação Multinacional através dos “Oficiais de Assuntos Públicos” (PAO). Mas, também não tinham outros meios para conseguirem obter a informação, porque se eles se aventurassem a ir às linhas da frente podiam ser capturados pelas tropas iraquianas ou detidos pelas tropas da Coligação, sendo-lhes confiscada toda a informação. Todo o material elaborado era revisto e censurado antes de ser transmitido.

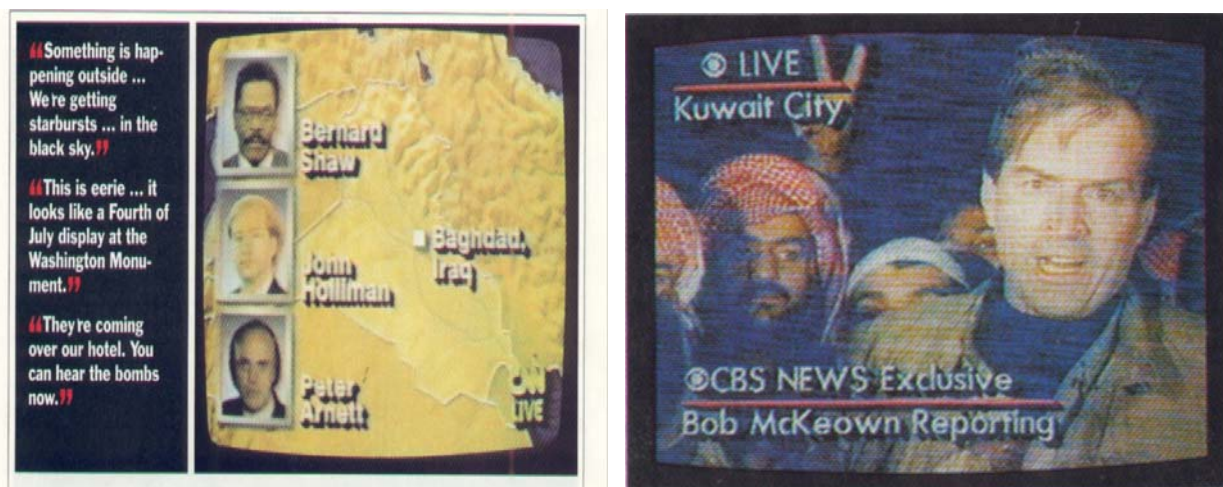


Fig. 1 – Acção dos Meios de Comunicação Social no conflito do Golfo Pérsico.

¹ TCor Pilav Rui Mora de Oliveira, “Estratégia Aeroespacial – Ciclos de Evolução e Perspectivas Futuras”, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, 1993, pág. 118.

² GARCIA, Nelson Jahr, Guerra no Golfo: censura e propaganda, <http://www.jahr.org/nel/artigos/golfo.html>.



“Se a guerra e o seu resultado foram bons para Bush, o mesmo não se pode dizer em relação à imprensa. Isto porque a primeira vítima da Guerra do Golfo foi a imprensa que, submetida a uma radical censura, dos dois lados, foi manipulada para exercer funções de relações-públicas, tanto das forças coligadas como das de Saddam Hussein”³.

Segundo Nelson Garcia, as principais razões que moviam os aliados a censurar e a sonegar informação, eram de três ordens: impedir que o inimigo tivesse acesso a informações de importância estratégica; neutralizar a acção de opositoristas que pudessem minar o apoio político obtido pelos aliados: evitar situações de angústia para os familiares dos soldados ou apreensões entre a população civil.

O Reino Unido, criou quatro equipas de informação constituídas por uma equipa de televisão (três elementos), dois redactores, um repórter de rádio e um fotógrafo que eram acompanhados por um Oficial Inglês de Assuntos Públicos. No entanto, estavam muito limitados na recolha de material jornalístico. Não podiam informar sobre as operações em curso ou planeadas, nem sobre a composição, situação e logística das unidades, sendo-lhes também vedado comunicar os números de baixas sofridas pelos Aliados. Toda a informação produzida era censurada antes de ser transmitida e depois era fornecida às outras equipas jornalísticas que estavam na área da retaguarda.

“Os jornalistas e enviados especiais só podem fazer a cobertura em sistema de “pool” (grupos previamente seleccionados) submetidos à orientação militar (...) Apesar da “pool”, a média americana e inglesa mantinham o monopólio das informações (sob censura)”⁴.

Apesar das numerosas reportagens, que diariamente passavam nas televisões e rádios de todo o mundo durante o conflito, a coligação facultou pouca informação aos jornalistas; contudo, toda a informação cedida era verídica.

“Por seu lado, o Iraque utilizou a televisão e rádio como meio de propaganda, por excelência, do seu regime, tendo desde início minorado o número de baixas e mantido a população mal informada acerca dos acontecimentos no TO.

³ Censura de Guerra, <http://www.sergiomattos.com.br/censura9.html>.

⁴ *Ibidem*.

Anexo P – DIMENSÃO ECONÓMICA DA GUERRA DO GOLFO

A Guerra do Golfo teve implicações em diversas áreas. Neste anexo, vamos abordar algumas das implicações na área económica. Este conflito assumiu grande importância devido aos interesses em jogo, onde se salienta o controlo de 20% das quantidades de petróleo, principal fonte energética do mundo ocidental, por Saddam Hussein, permitindo-lhe assim estabelecer preços ao seu critério.

“Com a invasão do Kuwait, o Iraque passou a controlar 91 milhões de toneladas de petróleo que o

Kuwait produzia anualmente,

13.125 milhões de toneladas que

se estima serem as suas re-

servas, passou de 7,4% da pro-

dução mundial de crude para

19,7% das reservas mundiais”¹.

No entanto, a rápida reacção

mundial, através do bloqueio ao

Iraque, implicou que os 4 mi-

lhões de barris de petróleo pro-

duzido pelo Iraque não pudes-

sem ser comercializados. Em

face disto, a oferta de crude di-

minuiu e o preço do barril de

crude subiu para 30 dólares, em

Agosto, chegando a atingir os 38 dólares, em Outubro. Para travar esta tendência inflacionista, os

países produtores de petróleo acordaram aumentar a produção a curto prazo. De salientar que, com

este conflito, a economia petrolífera foi severamente atingida.

Mas, além das repercussões desta crise sobre o preço do petróleo, há ainda que contabilizar os cus-

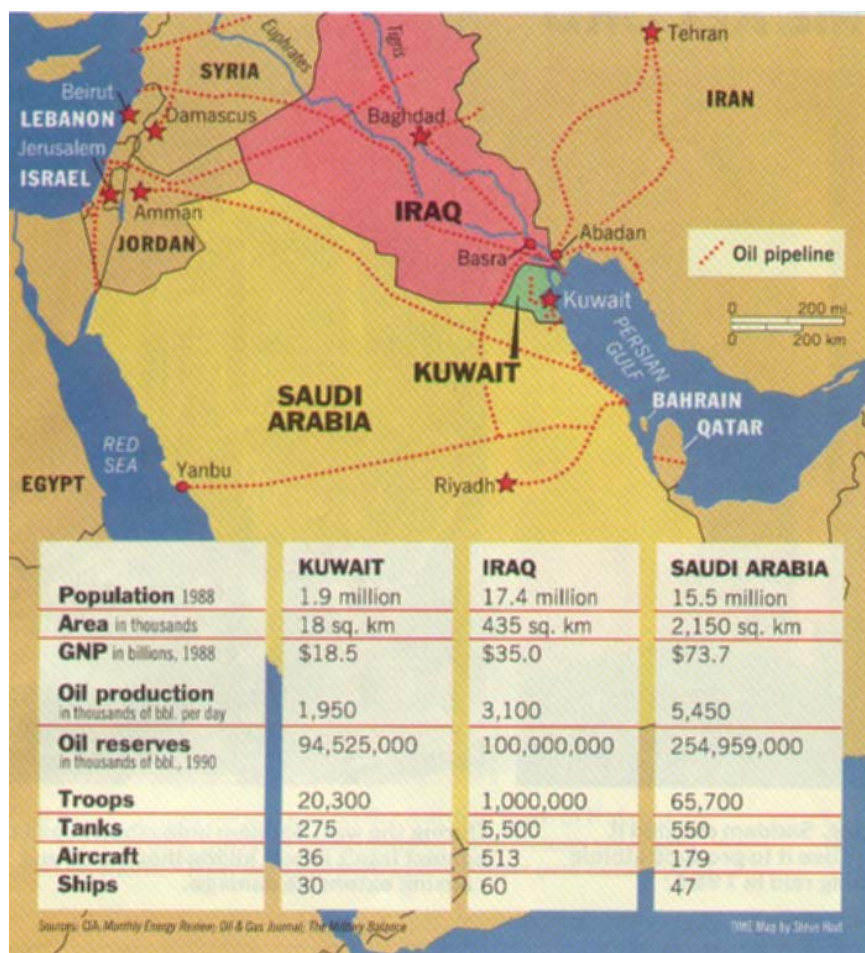


Fig. 1 – Comparação entre os principais índice produtivos, económicos e bélicos do Kuwait, Iraque e Arábia Saudita.

¹ RIOJA, Coronel de Caballeria DEM Miguel Jiménez, Las Repercusiones Económicas de la Crisis del Golfo, *Revista Ejército*, nº 613, Fevereiro de 1991, pág. 22.



tos de transporte de pessoal e material para o TO, as perdas de material durante o conflito, as munições gastas, etc. “Uma guerra nunca foi barata. Mas a do Golfo excedeu todas as outras e só o facto de ter durado pouco tempo impediu que desse origem a uma catástrofe financeira mundial”². Cada míssil Patriot lançado para interceptar e destruir os mísseis iraquianos Scud, custava mais de um milhão de dólares e, só pelos EUA, foram lançados 100 para abaterem 45 mísseis Scud sobre a Arábia Saudita. Mas, os mísseis Tomahawk eram ainda mais caros e, só na primeira noite, foram lançados 105 sobre Bagdad; durante o conflito foram lançados cerca de 450 mísseis.

“Nos primeiros dias da operação os gastos das forças norte americanas estimavam-se em 600 milhões de dólares diários, (...) em princípios de Fevereiro estabilizou à volta dos 1.500 milhões de dólares”³. Para estes custos contribuíram os transportes aéreos e marítimos das tropas e equipamentos para o TO e a intensificação da ofensiva, com o conseqüente aumento de munições e mísseis de todos os tipos.

Segundo o Coronel Miguel Rioja, os EUA gastaram 61,1 biliões de dólares com a Guerra do Golfo, tendo os restantes países da Coligação gasto cerca de 4,9 biliões de dólares (Fig. 2). As perdas em material e armamento das Forças da Coligação cifram-se em 3 biliões de dólares.

Despesas Militares durante o conflito (estimativa em milhões de dólares)

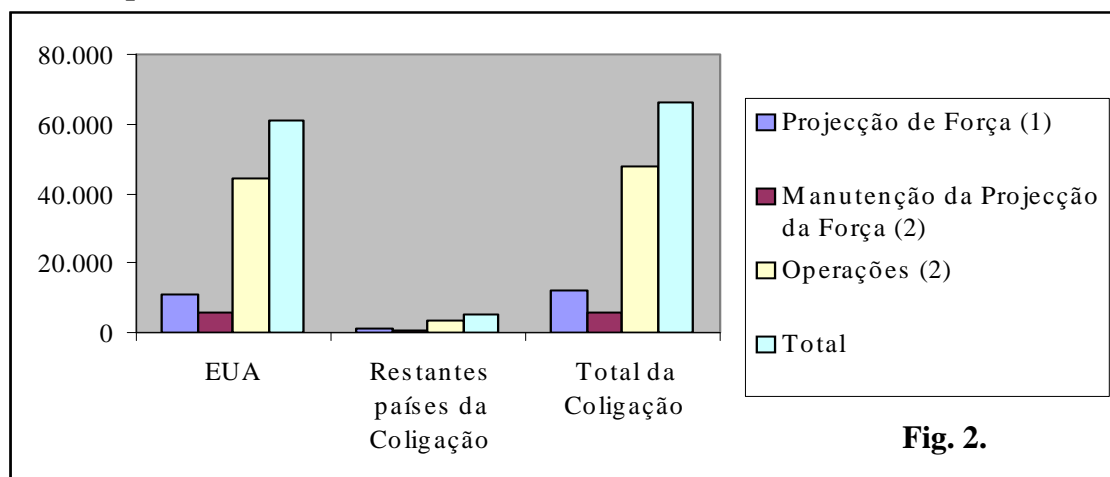


Fig. 2.

² FELGAS, Brig Hélio, Custos da Guerra do Golfo, *Jornal do Exército*, nº 388, Abril de 1992, pág. 24.

³ RIOJA, Coronel de Caballeria DEM Miguel Jiménez, Análisis Económico de la Guerra del Golfo, *Revista Ejército*, nº 624, Janeiro de 1992, pág. 39.

	Projecção da Força (1)	Manutenção da Projecção da Força (2)	Operações (2)	Total
EUA	11.100	5.500	44.500	61.100
Restantes países da Coligação	1.200	500	3.200	4.900
Total da Coligação	12.300	6.000	47.700	66.000

Fonte: Revista Ejército, nº 624 Janeiro de 1992 pág. 39.

Ainda segundo este oficial, é difícil realizar uma avaliação precisa dos gastos do Iraque, desde o início do conflito, essencialmente devido à escassez de dados com um mínimo de fiabilidade. As perdas em armamento são igualmente difíceis de contabilizar.

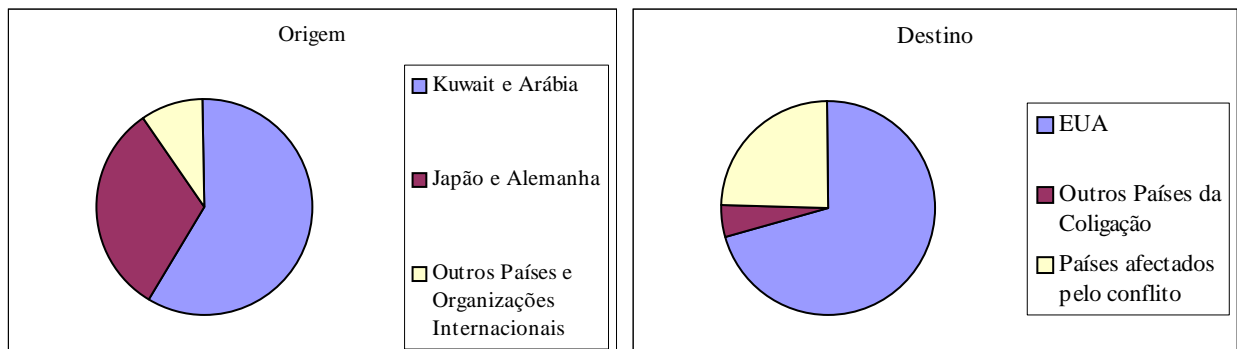
Quando a guerra acabou, as indústrias petrolíferas do Kuwait e do Iraque estavam praticamente destruídas. No Kuwait mais de 700 poços de petróleo estavam a arder, as refinarias, os “pipelines” e os terminais de carga tinham sido bombardeados. “*Estima-se em 300 milhões de dólares o custo da operação de extinção dos fogos. E o prejuízo causado por oito meses de poços a arder elevou-se a cerca de 100 biliões de dólares*”⁴.



Fig. 3 – Poços de petróleo a arder no Kuwait

Os países que contribuíram com forças para a Coligação exigiram uma compensação pelo seu esforço de guerra. Assim, entre os países que se ofereceram para financiar os custos da operação, citam-se o Kuwait, a Arábia Saudita, a Alemanha, o Japão, entre outros.

Financiamento do Conflito (Estimativa em milhões de dólares)



	Origem	Destino
Kuwait e Arábia	42.750	
Japão e Alemanha	24.000	
Outros Países e Organizações Internacionais	7.000	
EUA		52.000
Outros Países da Coligação		3.500
Países afectados pelo conflito		18.250
Total	73.750	73.750

Fig. 4.

Fonte: Revista Ejército, nº 624 Janeiro de 1992 pág. 40.

⁴ Ibidem.



Dos 61,1 biliões de dólares gastos pelos EUA neste conflito, recebeu 52 biliões como esforço de guerra, ou seja, suportou 9,1 biliões de dólares. No entanto, a acrescentar a estes valores, há ainda a considerar as contrapartidas e auxílios financeiros dados aos países da região do Médio Oriente, estimando-se que os EUA tenham gasto mais de 15 biliões de dólares.

Segundo o Ex^{mo} Brigadeiro Felgas, calcula-se que foram gastos cerca de 110 biliões de dólares na Guerra do Golfo. Nestes valores estão contabilizadas as “recompensas” dadas a certos países, onde salientamos Israel, Turquia, Síria e Egipto.

Israel foi dos países mais castigados neste conflito. Em face disso, *“Israel foi “recompensado” não por ter sofrido perdas humanas e danos materiais provocados pelos Scuds, mas por não ter reagido ao ataque iraquiano”*⁵. Dos EUA receberam um bilião de dólares em armamento (aviões F 15, helis e mísseis Patriot) e 400 milhões de dólares para a construção de casas, além de lhes ter sido perdoada a dívida de 4,5 biliões de dólares e de lhes ter sido aumentado o auxílio financeiro para 3 biliões de dólares, desde 1992. Da Alemanha recebeu equipamento e uma soma em dinheiro não divulgada.

O Egipto actuou, inicialmente, como mediador do conflito e, depois, como membro efectivo da Coligação Multinacional. Por este facto, viu a sua dívida externa, superior a 50 biliões de dólares, baixar para menos de metade, devido à generosidade dos seus credores: EUA, França, Estados do Golfo, entre outros. Além disso, recebeu ainda 5 biliões de dólares de ajuda financeira da CEE e do Japão; 3,3 biliões de dólares dos EUA; 2 biliões de dólares da Arábia Saudita e 500 milhões de dólares do Kuwait. *“O Egipto foi dos países que mais lucrou com a Guerra do Golfo, até mesmo no campo político internacional”*⁶.

A Síria foi outros dos grandes favorecidos nesta crise; recebeu mais de 1 bilião de dólares dos Estados do Golfo; 190 milhões de dólares da CEE e cerca de 2 biliões de dólares da Arábia Saudita e do Kuwait. A sua dívida externa também foi perdoada.

A Turquia foi muito prejudicada com a Guerra do Golfo; ao fechar o “pipeline” iraquiano em

⁵ Ibidem.

⁶ FELGAS, Brig Hélio, op. cit. (2), pág. 25.



Yumurtalik, perdeu parte das suas receitas e ao cortar relações com o Iraque (terceiro parceiro comercial), perdeu todas as obras hidráulicas, em curso, sobre o rio Tigre. Como recompensas recebeu 3 biliões de dólares dos Estados do Golfo; 1,2 biliões de dólares em petróleo da Arábia Saudita; 1,1 biliões de dólares da Alemanha; 950 milhões de dólares do Kuwait e 200 milhões de dólares da CEE. Dos EUA receberam 100 milhões de dólares em armamento, foi-lhes aumentada a cota de exportação de têxteis para 720 milhões de dólares e obtiveram um fundo de emergência de 700 milhões de dólares de auxílio anual, a partir de 1992.

Mas, se a Turquia, Síria, Israel e o Egipto foram “recompensados” pela sua participação no conflito ou pela postura adoptada, houve outros países que foram “castigados” economicamente. A Jordânia teve perdas de cerca de 8 biliões de dólares devido à quebra registada no envio de remessas dos emigrantes; à falta de cobrança de direitos aduaneiros, etc. O Yémen viu reduzido o auxílio dos EUA, de 22 para 2 milhões de dólares, face à postura pró-Saddam adoptada pelos seus governantes e a OLP que viu suspensos todos os auxílios que recebia dos EUA.

Neste conflito os países mais prejudicados foram o Kuwait e o Iraque, devido à destruição originada pelos bombardeamentos nos edifícios, vias de comunicações e na indústria. O Coronel Rioja estima que o Iraque tenha sofrido danos no valor de 15 biliões de dólares com os bombardeamentos. A este valor há a acrescentar a quebra no PIB do Iraque, devido ao bloqueio às suas exportações, o que originou um elevado surto de pobreza na maioria da população iraquiana. Os danos causados pela ocupação do Kuwait foram de cerca de 22,3 biliões de dólares, dos quais 1,8 biliões, em dinheiro e ouro, foram devolvidos pelo Iraque em Agosto de 1991.

“À parte as inestimáveis perdas humanas e os sacrifícios pessoais não contabilizados, o mundo, como consequência da instabilidade, delapidou, dos seus escassos recursos económicos, uma quantidade que se poderia avaliar entre 150 e 160 biliões de dólares (...)”⁷.

⁷ RIOJA, Miguel Jiménez, Coronel de Caballeria DEM, op. cit. (3).

Anexo Q – PÓS CONFLITO DO GOLFO PÉRSICO

Após o cessar fogo, os Xiitas e os Curdos revoltaram-se contra o regime iraquiano. Com as forças que lhe restaram, Saddam Hussein dominou, primeiro, a revolta xiita no Sul; e depois, a rebelião curda no Norte.

Os EUA “*não queriam ajudar os Xiitas do Sul pois isso só daria vantagens ao regime xiita do Irão. E não podiam ajudar militarmente os Curdos do Norte pois isso desagradaria à Turquia que tem no Sudoeste do seu território uns 8 milhões de Curdos; se os Curdos iraquianos conseguissem a independência, os Curdos turcos também a exigiria*”¹. A única solução encontrada para salvar os Curdos iraquianos e proteger os Xiitas, foi estabelecer duas linhas de exclusão aérea: o Paralelo 36 e o Paralelo 33, para Norte e Sul dos quais, as forças iraquianas não podiam passar (Fig. 1).

Apesar de muitos Estados Ocidentais preverem a queda do regime iraquiano após o conflito, Saddam Hussein manteve-se no poder, mas sujeitou-se à presença militar aliada no Norte do Iraque, para apoio humanitário aos curdos.

No dia 3 de Abril de 1991, a ONU aprovou a Resolução nº 687 que en-



Fig. 1 – Zonas de exclusão área no território iraquiano.

tre outros assuntos, exigia ao Iraque a destruição do seu armamento químico e biológico, assim como a dos mísseis com alcance superior a 150 Km; proibiu-o de desenvolver ou adquirir armas nucleares; obrigou-o a entregar parte dos seus lucros petrolíferos, para a recuperação dos danos de guerra no Kuwait e noutros países; obrigou-o a reconhecer a fronteira do Kuwait; e, a pagar a sua dívida anterior a Agosto de 1990, ao Emirato.

O Iraque aceitou uma missão da ONU (UNSCOM) para vistoriar as suas instalações nucleares, químicas e bacteriológicas, destruir todas as suas armas de destruição maciça (ADM) e comprometeu-se a não desenvolver armas idênticas no futuro. Além desta missão, a ONU enviou capacetes azuis para verifica-

¹ FELGAS, Brigadeiro Hélio, Da Crise à Guerra do Golfo Pérsico – II Parte – A Guerra do Golfo Pérsico, *Revista Militar* nº 10, Outubro de 1991, pág. 633.



rem a integridade da fronteira Iraque – Kuwait.

No Kuwait, surgiram inúmeras manifestações de alegria por terem adquirido novamente a condição de cidadãos livres. No Emirato, os iraquianos tinham incendiado mais de 700 poços de petróleo, o que correspondia a uma perda diária de 120 milhões de dólares, além da maioria das infra-estruturas terem sido destruídas e saqueadas.

Os israelitas respiraram de alívio com o fim do conflito, tendo os 39 Scuds que caíram sobre Israel causado apenas 12 mortos e 300 feridos, para além de elevadas perdas materiais. Foi também a primeira vez que os israelitas não responderam a um ataque armado árabe. Em face desta postura adoptada, receberam vários biliões de dólares como compensação.

O Egipto viu ampliada a sua influência no Médio Oriente e, mesmo, entre os Estados Árabes.

Os Estados Árabes do Norte de África acabaram, imediatamente, com as manifestações anti-ocidentais.

Após a vitória das forças da Coligação sobre o Iraque, os EUA passaram a desempenhar a função de “*polícia do mundo*”.



“A razão dos aliados para não deporem o ditador iraquiano, deve-se principalmente, à necessidade de manter o equilíbrio de poder numa região tão crucial como é o Golfo Pérsico”².

Se os aliados tivessem provocado a queda de Saddam Hussein, por um lado, havia o perigo da desintegração do Estado Iraquiano, devido à inexistência de um sucessor credível para o presidente deposto; por outro lado, a queda de Saddam Hussein, iria eliminar o contrapeso ao regime de Teerão, que rapidamente se assumiria como pólo de poder regional no Golfo Pérsico.

Nove anos após o conflito do Golfo, a situação no Iraque pouco mudou; nem as sanções económicas, nem o isolamento internacional conseguiram derrubar o regime iraquiano. Continua a não existir uma oposição capaz de garantir a sobrevivência do governo de Bagdad. Os separatistas curdos também não ameaçam o regime iraquiano, pois estão divididos em várias facções que se atacam mutuamente.

As zonas de exclusão aérea constituem verdadeiros santuários para os guerrilheiros, que a partir daí conduzem pequenas acções armadas no centro do país.

As armas químicas já tinham sido usadas pelas Forças Armadas Iraquianas, antes da invasão do Kuwait, contra as tropas iranianas e contra a população curda (Quadro 1).

Quadro 1 - O poder químico e biológico do Iraque

CARBÚNCULO:
Menos de oito mil bactérias antraz causam uma infecção letal numa pessoa. Trata-se de uma quantidade pequena, levando em conta que uma gota d'água pode ter milhares de bactérias. Os micróbios atravessam os pulmões e atingem nódulos linfáticos, onde proliferam, espalhando e libertando toxinas que se multiplicam nos tecidos. Os primeiros sintomas incluem vômitos, febre, tosse e dificuldades respiratórias. Antibióticos podem curar a doença no seu primeiro estágio. Sem tratamento, a vítima morre por hemorragia, paragem respiratória e intoxicação.
BOTULISMO:
A toxina produzida por uma bactéria responsável por grave envenenamento alimentar, o botulismo, invade o corpo através de qualquer membrana mucosa (sistema respiratório, olhos ou sistema digestivo) e mata a vítima numa semana, com paralisia e paragem respiratória.
GANGRENA:
A bactéria <i>Clostridium perfringens</i> causa gangrena gasosa. Infecta vítimas através de ferimentos ou cortes.
CANCRO
Uma toxina produzida por um fungo que ataca o amendoim pode ser um agente mortal, causando cancro no fígado, quando concentrada.
PESTE NEGRA
O Iraque tem tentado produzir bactérias como a <i>Yersinia pestis</i> , causadora da peste negra, além de vários vírus.
ARMAS QUÍMICAS
Armas químicas, como o gás mostarda, deessorem a pele, ou atacam os nervos, como o gás sarin. Há relatos de que o Iraque produz agentes ainda mais tóxicos para os nervos, o VX, e o Agente 15, que ataca o sistema nervoso central e pertence a família dos glicolatos, de agentes desenvolvidos pelos EUA nos anos 50 e 60. Em doses pequenas, causa alucinações, mas em altas doses pode matar.

Fonte: o Globo - 17/12/98

² Javier Jordán Enamorado, Alférez de Infanteria (SEFOCUMA), “Irak – Um Problema sin Resolver”, Revista Ejército no 701, Julho-Agosto de 1999, pág. 18.



Um dos objectivos estratégicos do Iraque era a obtenção de armas NBQ. A UNSCOM descobriu que o Iraque possuía Urânio enriquecido para produzir uma bomba atómica, no espaço de um ano; estava a acabar de construir um canhão de 52 m de tubo e com um alcance superior a 1.200 Km; e, havia indícios de produção química e biológica para fins militares.

Os observadores das Nações Unidas, desmantelaram grande parte do arsenal de destruição maciça. No entanto, o regime iraquiano utilizou todos os meios para manter a sua capacidade NBQ e até reconstruí-la. Foi num destes braços de ferro entre a ONU e o regime iraquiano, que Saddam Hussein decidiu expulsar, mais uma vez, os inspectores da UNSCOM. Esta situação provocou uma reacção imediata anglo-americana, cujo nome de código foi operação “Raposa do Deserto”, iniciada a 16 de Dezembro de 1998 (às 21H50, hora de Lisboa).

Esta operação foi uma Campanha Aérea constituída por quatro vagas de ataques sucessivos, utilizando aeronaves, bombardeiros e mísseis Tomahawk, com o objectivo de destruir a defesa antiaérea iraquiana, o sistema de comando e controlo, as bases militares, os locais de produção e armazenamento de ADM, os Palácios Presidenciais e os edifícios do Governo. A operação terminou às 23 horas de Lisboa do dia 19, quando o Presidente Bill Clinton e o Primeiro-Ministro Inglês Tony Blair anunciaram, simultaneamente, o fim dos bombardeamentos contra o Iraque. Apesar dos ataques serem cirúrgicos, houve muitas vítimas civis devido aos efeitos colaterais dos bombardeamentos.

Face a este ataque, a Rússia colocou de prevenção algumas das suas unidades da Força Aérea e da Marinha e ameaçou rever as suas relações com a Nato e ficou comprometida a sua rectificação do acordo sobre redução de armas nucleares estratégicas (START II).

Uma vez mais a Europa mostrou a sua fragilidade, *“os interesses individuais dos seus membros afirmaram-se diferenciados, como em outros momentos cruciais do passado, demonstrando a inexistência de uma Política Externa Comum à União Europeia”*³.

Actualmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas ainda não chegou a acordo sobre o levantamento das sanções ao Iraque; os EUA e o Reino Unido opõem-se a que sejam retiradas as sanções ao Iraque enquanto não forem aceites e implementadas todas as resoluções e, se assegure o respeito pelos

³ NUNES, TCor Tavares, Certezas, Interrogações e Pistas para Reflexão sobre a Intervenção norte-americana no Iraque, *Revista do Exército*, nº 449/470, Janeiro/Fevereiro de 1999, pág. 28.



direitos humanos; por seu lado, a França, a Rússia e a China mostram-se favoráveis ao levantamento das sanções ao Iraque.



Anexo R –ENSINAMENTOS DA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

1. De Natureza Político-Estratégica

- A condução da guerra e o seu rápido desfecho, mostram-nos a intenção política de se alcançarem apenas objectivos limitados, cuja finalidade era a neutralização da ameaça que o potencial iraquiano representava para a região com o mínimo de baixas para as forças da Coligação, nomeadamente, para os EUA;
- A actuação das forças da Coligação procurou não alterar o equilíbrio político da região;
- A Guerra do Golfo não resolveu os problemas do Médio Oriente, no entanto, permitiu o reinício das conversações de paz com vista à obtenção de um equilíbrio mais estável para a região.

2. De Natureza Militar

Para vitória da Coligação Multinacional contribuíram decisivamente a supremacia aérea, a superioridade tecnológica e a excelente manobra logística.

a. Sobre a Manobra Estratégica

- A manobra estratégica adoptada e a respectiva condução das operações da Coligação Multinacional, foram eficazes e atingiram os objectivos propostos;
- O envolvimento operacional executado pela Coligação permitiu isolar as forças iraquianas e batê-las por partes.

b. Influência dos Factores Políticos na manobra

- A influência dos factores políticos na manobra foi marcante, nomeadamente, na vontade de minimizar as baixas, nas missões e no dispositivo. Foram as forças árabes que libertaram o Kuwait.

c. O Factor Tecnológico

- Os sistemas de armas de elevada tecnologia aumentaram consideravelmente a eficiência das forças da Coligação, sendo decisivos na redução das baixas e efeitos colaterais;
- A tecnologia do armamento ocidental, mostrou-se mais precisa e eficaz que o armamento da URSS que equipava as forças iraquianas;
- A grande eficácia da utilização de aviões e helicópteros para combater os CC do inimigo; tendo-se provado que a utilização de CC, por parte do In, em posições fixas e sem o apoio aéreo adequado,



tornou-o vulnerável e contribuiu para o seu fracasso.

d. Guerra Psicológica

- A desinformação através dos meios de comunicação social e o silêncio informativo foram os meios utilizados para evitar baixar o moral e conseguir o apoio popular;
- Saddam Hussein empregou todos os meios ao seu alcance para surpreender o adversário;
- Os mísseis Scud tiveram um efeito mais psicológico do que real;
- A posse de armas NBQ serviu apenas como meio de dissuasão.

e. Ao Nível Operacional

Ao nível operacional salientamos:

- A eficiência das unidades de helicópteros que testaram e comprovaram a eficiência da batalha “*aero-terrestre*”;
- A capacidade das unidades combaterem autonomamente obedecendo ao princípio da execução descentralizada, em que era dada autoridade aos comandantes para decidirem localmente sobre a condução das operações, de acordo com o plano geral da ofensiva;
- A capacidade de combate nocturno beneficiou das novas tecnologias;
- A utilização intensiva da guerra electrónica para neutralizar os sistemas C3I iraquianos, paralisando as suas comunicações, incluindo a introdução de vírus nos seus computadores;
- As vantagens proporcionadas pela tecnologia no âmbito do comando e controlo;
- A eficácia das munições guiadas de precisão;
- Não bastar ter tecnologia se não houver uma doutrina de emprego eficaz; esta foi uma das grandes vulnerabilidades do Iraque;
- Provou-se a limitação na capacidade de projecção de poder dos países ocidentais, para operações desta envergadura. Apenas os EUA confirmaram a sua elevada capacidade, no entanto tiveram que ser apoiados com meios de outros países da Coligação e necessitaram de um suporte financeiro para o pagamento das suas próprias despesas.

Constataram-se também algumas limitações das quais se levantaram as seguintes necessidades:



- Aumentar a eficiência do sistema de identificação “*amigo - inimigo*” em virtude de elevado número de baixas causadas por erros das forças da Coligação Multinacional;
- Melhorar os meios de reconhecimento tático e de informações por imagem.
- Melhorar a capacidade de defesa anti-mísseis balísticos, face às limitações do Sistema Patriot nesta área.
- Tornar mais eficiente o ciclo de produção de informação por simplificação dos circuitos.

f. Comando e Controlo

- A eficiência da cadeia de comando e controlo foi decisiva para o sucesso das operações. Esta cadeia de comando, ágil e flexível, permitia coordenar com rapidez ordens, acções e planos operacionais. A sua eficiência ficou a dever-se, por um lado, à utilização de uma estrutura já existente (CENTCOM) e, por outro, à subordinação a um Comandante-Chefe de todas as forças no TO;
- Em oposição, a cadeia de comando iraquiana era rígida e pouco flexível sendo necessário a autorização de Saddam Hussein para implementar a maioria dos planos operacionais;
- Experiência derivada das dificuldades de coordenação no comando e controlo de unidades de Exércitos distintos, possuindo equipamentos e doutrinas diferentes.

g. Ao Nível Tático

- A Operação “*Tempestade no Deserto*” foi uma operação Conjunta e Combinada;
- Importância do factor surpresa, quer na invasão do Kuwait pelo Iraque, quer na Operação “*Tempestade no Deserto*” conduzida pelas forças da Coligação;
- Necessidade de emprego de sistemas e equipamentos interoperáveis;
- A superioridade aérea permitiu:
 - Anular a defesa anti-aérea do inimigo;
 - Inutilizar o potencial bélico do inimigo ou reduzir a sua capacidade ofensiva. Destruir a cadeia logística e privar o inimigo dos abastecimentos necessários para alimentar o combate;
 - Desmembramento das reservas, para compensar a inferioridade numérica;
 - Efeitos sobre a moral;



- Eliminação da ameaça NBQ;
- Indispensabilidade do poder aéreo, da cooperação aero-terrestre e de superioridade aérea para o desenvolvimento das operações terrestres.

Mas, a superioridade aérea, por si só, não obteve resultados decisivos. Só as forças terrestres têm capacidade de tornar definitiva a decisão da guerra através da conquista do terreno.

- Posições defensivas estáticas, fortemente organizadas em terrenos desérticos conferem pouco valor defensivo e são facilmente transpostas.

h. Informações

- Comprovou-se a importância das comunicações, informações táticas e vigilância do Campo de Batalha;
- Provou-se que as manobras de decepção e simulação continuam válidas e actuais.

i. A Manobra Logística

- Necessidade de uma infra-estrutura logística capaz de:
 - Projectar a força num curto espaço de tempo;
 - Prestar apoio logístico a grandes distâncias;
- A excelência da manobra logística das forças da Coligação contribuiu decisivamente para o sucesso das operações;
- Ficaram patentes grandes dificuldades logísticas face às distâncias e características da área de operações, que condicionaram o início das operações por parte da coligação. Só depois de estar garantido o apoio logístico e a adaptação das forças ao TO é que a Coligação iniciou as operações;
- O pré-posicionamento dos meios logísticos em território iraquiano permitiu o fluxo contínuo dos abastecimentos às forças do VII e XVIII CE;
- Experiência obtida devido à presença no TO de diferentes organizações logísticas, armamento e material.

**j. Factor Humano**

- A qualidade do factor humano foi determinante no desenrolar do conflito.
- O grau de instrução e a experiência aumentam o moral das tropas; este efeito foi decisivo nas forças da Coligação. Nas forças do Iraque, devido as suas limitações nesta área, o efeito foi o inverso tendo contribuído para o elevado número de deserções.

k. De Carácter geral

- A força de vontade das Forças de Coligação para cumprirem as decisões adoptadas e condução das operações de acordo com os planos, foram decisivas para o êxito da campanha;
- O desenvolvimento do conflito foi influenciado por certas limitações, como por exemplo: falta de apoio popular, financiamento, e condições geográficas adversas;
- O TO não se escolhe, é imposto; por isso, deve agir-se rapidamente com forças flexíveis e dotadas de grande mobilidade;